

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Ani Carla Marchesan

**AS RELATIVAS LIVRES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Florianópolis  
2012



Ani Carla Marchesan

**AS RELATIVAS LIVRES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Linguística.  
Orientador: Prof. Dr. Carlos Miotto

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da  
Universidade Federal de Santa Catarina

Marchesan, Ani Carla

As relativas livres no português brasileiro [tese] /  
Ani Carla Marchesan ; orientador, Carlos Miotto -  
Florianópolis, SC, 2012.

227 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Relativas livres. 3. Relativas livres  
transparentes. 4. Relativas livres não indicativas. 5.  
Requerimentos de compatibilidade. I. Miotto, Carlos. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística. III. Título.

Ani Carla Marchesan

## AS RELATIVAS LIVRES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Linguística”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 28 de setembro de 2012.

---

Prof. Heronides Maurilio de Melo Moura, Dr.  
Coordenador do Curso

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Carlos Mioto, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>ª</sup>. Maria José Gnatta Dalcuche  
Foltran, Dra.  
Membro externo  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof<sup>ª</sup>. Izete Lehmkuhl Coelho,  
Dra.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa  
Catarina

---

Prof<sup>ª</sup>. Núbia Saraiva Ferreira  
Rech, Dra.  
Membro externo  
Universidade Federal da Fronteira  
Sul

---

Prof<sup>ª</sup>. Sandra Quarezemin, Dra.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa  
Catarina

---

Prof<sup>ª</sup>. Silvia Helena Lovato do  
Nascimento, Dra.  
Membro externo  
Universidade Federal de Santa  
Maria

---

Prof<sup>ª</sup>. Edair Maria Görski, Dra.  
Suplente  
Universidade Federal de Santa  
Catarina



## RESUMO

Este trabalho é dedicado ao estudo do funcionamento das Relativas Livres do português brasileiro (PB) pelo viés da Gramática Gerativa. A ideia básica é que as Relativas Livres são sentenças encaixadas que não têm, nem podem ter um núcleo nominal. Isso ocorre porque o pronome relativo delas é especificado, ou seja, embute o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. Além disso, uma Relativa Livre é uma sentença-wh que tem que respeitar as exigências oriundas da sentença matriz (Requerimento de Compatibilidade). Assim, os objetivos deste trabalho são: primeiro, identificar as propriedades comuns entre três tipos de Relativas Livres do PB: as relativas livres, as relativas livres transparentes e as relativas livres não indicativas, que são divididas em infinitivas e subjuntivas. Segundo, distinguir as Relativas Livres de outras sentenças encaixadas introduzidas por pronomes-wh, como as relativas com núcleo e as interrogativas. E, por último, com base nas análises desenvolvidas para as Relativas Livres, apresentar uma que dê conta do comportamento dessas sentenças no português brasileiro. Com esse estudo constatamos, entre outros aspectos, que as Relativas Livres têm propriedades que permitem dar a elas uma análise unificada. Em adição, constatamos que as chamadas relativas livres infinitivas que não respeitam o Requerimento de Compatibilidade na verdade não são Relativas Livres, mas relativas com núcleo nominal implícito.

**Palavras-chave:** Relativas livres. Relativas livres transparentes. Relativas livres infinitivas. Relativas livres subjuntivas.





## ABSTRACT

This work is concerning at the study of the functioning of Free Relatives in Brazilian Portuguese (BP), via Generative Grammar. The basic idea is that these sentences are embedded and they do not have, nor can have a nominal head. This is because the relative pronoun of them is specified, that is, they embed the nominal head of a headed relative. Furthermore, a Free Relative is a sentence that has to match the requirements arising from matrix judgment (Matching Requirement). Thus, this work aims at: first, to identify the common properties between three types of BP Free Relative: free relatives, transparent free relatives and non-indicative free relative, which are divided into subjunctive and infinitive. Second, to distinguish Free Relatives from others embedded sentences introduced by *wh*-pronouns, such as headed relatives and embedded interrogatives. Finally, based on analyzes developed for Free Relatives, we want to present one that explain the behavior of these sentences in BP. With this study, we notice that Free Relatives have properties that allow us to give them a unified analysis. In addition, we found that the called Infinitival free relatives that not respect the Matching Requirements are not actually Free Relatives, but relatives with an implicit nominal head.

**Keywords:** Free Relative. Transparent Free Relative. Infinitival Free Relative. Subjunctive Free Relative.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Acusativo
DAT	Dativo
DEF	Definido
ECP	Empty Category Principle
GEN	Genitivo
IE	Interrogativa Encaixada
NOM	Nominativo
OBL	Oblíquo
OP	Operador Nulo
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PRED	Predicativo
REL	Relativo
RL / FR	Relativa Livre / Free Relative
RLT / TFR	Relativa Livre Transparente / Transparent FR
RN	Relativa com núcleo
S	IP (símbolo utilizado na década de 70)
S'	CP (símbolo utilizado na da década de 70)
s/n-INT / y/n-INT	Interrogativa sim/não / yes/no question
wh-INT	Interrogativa-wh



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
<b>1</b>	<b>RELATIVA LIVRE..... 21</b>
1.1	RELATIVA COM NÚCLEO <i>versus</i> RELATIVA LIVRE... 22
1.2	RELATIVAS LIVRES (RLs) ..... 26
<b>1.2.1</b>	<b>Propriedades lexicais ..... 27</b>
1.2.1.1	RLs introduzidas por <i>quem, o que e quanto</i> ..... 27
1.2.1.2	RLs introduzidas por <i>quando, onde e como</i> ..... 33
<b>1.2.2</b>	<b>Propriedades sintáticas..... 40</b>
1.2.2.1	Função sintática..... 40
1.2.2.2	Ilhas Wh ..... 46
1.2.2.3	Requerimento de Compatibilidade..... 49
<b>1.2.3</b>	<b>Propriedade semântica ..... 51</b>
1.3	RLs <i>versus</i> INTERROGATIVAS ENCAIXADAS ..... 58
1.4	RESUMO DO CAPÍTULO..... 67
<b>2</b>	<b>REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE ..... 69</b>
2.1	DEFINIÇÃO ..... 70
2.2	REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE NAS LÍNGUAS ..... 73
<b>2.2.1</b>	<b>Línguas com Requerimento de Compatibilidade Pleno .. 73</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Línguas com Requerimento de Compatibilidade Parcial 74</b>
2.3	ASSENTANDO OS REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE DO PB ..... 78
<b>2.3.1</b>	<b>Regra geral..... 78</b>
2.3.1.1	RLs que funcionam como sujeito ou complemento de verbo 80
2.3.1.2	RLs que funcionam como complemento de preposição..... 82
2.3.1.3	RLs que funcionam como adjunto do VP ..... 87
<b>2.3.2</b>	<b>Dados que parecem contrariar a generalização em (18).. 88</b>
2.3.2.1	RLs que funcionam como sujeito..... 88
2.3.2.1.1	<i>Análises propostas por Hirschbühler e Rivero (1983), Suárez (1983, 1984), Harbert (1983) e Izvorski (1996, 1997)..... 89</i>
2.3.2.1.2	<i>Análises de Medeiros Jr. (2011) e Marchesan (2011)..... 94</i>
2.3.2.2	RLs que funcionam como complemento de verbo ..... 100
2.4	RESUMO DO CAPÍTULO..... 100

<b>3</b>	<b>AS RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES .....</b>	<b>103</b>
3.1	CARACTERÍSTICAS .....	104
3.1.1	Concordância .....	107
3.1.2	Pronome relativo <i>o que</i> .....	108
3.1.3	(In)definitude.....	111
3.1.4	Traço semântico incorporado pelo <i>o que</i> .....	113
3.1.5	Substituição pelo predicativo nuclear .....	116
3.1.6	Possibilidade de extração .....	117
3.1.7	Requerimento de compatibilidade.....	118
3.1.8	Resumo.....	122
3.2	ANÁLISES .....	123
3.2.1	Representação subjacente (NAKAU, 1971).....	123
3.2.2	Análise parentética e apagamento (WILDER, 1998).....	124
3.2.3	Análise multidimensional (van RIEMSDIJK, 2000).....	125
3.2.4	Análise unificada para RLT e RL (GROSU, 2003).....	127
3.3	AS RLTs E O PB .....	129
3.3.1	Qual é o constituinte compartilhado? .....	129
3.3.2	O Requerimento de Compatibilidade leva em conta a categoria do predicativo nuclear? .....	130
3.3.3	O pronome relativo <i>o que</i> é subespecificado?.....	130
3.3.4	Como é a análise das RLTs? .....	131
3.4	RESUMO DO CAPÍTULO .....	131
<b>4</b>	<b>RELATIVAS (LIVRES) NÃO INDICATIVAS .....</b>	<b>133</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS .....	133
4.1.1	Ilhas-wh .....	136
4.1.2	Requerimento de Compatibilidade .....	137
4.1.3	Restrição do verbo matriz.....	137
4.1.4	Restrição de ocorrência como sujeito pré-verbal.....	140
4.1.5	Restrição de definitude.....	140
4.1.6	Restrição de ocorrência em algumas línguas naturais...	142
4.1.7	Resumo.....	146
4.2	ANÁLISES .....	146
4.2.1	Análise do pronome-wh como relativo: RLS .....	147
4.2.1.1	Brito (1988, 1991).....	147
4.2.1.2	Grosu e Landman (1998) e Caponigro (2001) .....	148
4.2.1.3	Algumas críticas a essas análises .....	149
4.2.2	A análise do pronome-wh como indefinido.....	150
4.2.3	Análise do pronome-wh como interrogativo: Interrogativas encaixadas .....	152
4.3	RELATIVAS NÃO INDICATIVAS E O PB.....	155

4.3.1	São relativas ou interrogativas?.....	155
4.3.2	Todas são RLs?.....	156
4.3.3	Por que não são ilhas-wh? .....	159
4.3.4	Por que a interpretação existencial?.....	160
4.3.5	Por que não ocorrem na posição pré-verbal de sujeito? .....	160
4.3.6	Há relativas infinitivas introduzidas pelos pronomes 'adverbiais' <i>quando, onde e como</i> ?.....	161
4.4	RESUMO DO CAPÍTULO.....	164
<b>5</b>	<b>RELATIVAS LIVRES: ANÁLISES .....</b>	<b>167</b>
5.1	HIPÓTESE DO NÚCLEO.....	168
5.2	HIPÓTESE DO COMP.....	173
5.3	HIPÓTESE DO D-COMPLEMENTO.....	177
<b>5.3.1</b>	<b>RLs, relativas com núcleo, interrogativas encaixadas ...</b>	<b>177</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Proposta D-complemento .....</b>	<b>179</b>
5.3.2.1	Izvorski (2000).....	179
5.3.2.2	Caponigro (2002).....	180
5.4	HIPÓTESE MULTIDIMENSIONAL.....	182
5.5	PROPOSTAS PARA O PB e PE .....	185
<b>5.5.1</b>	<b>Propostas para o PE: Brito (1988, 1991) e Mória (1992).</b>	<b>186</b>
<b>5.5.2</b>	<b>Propostas para o PB: .....</b>	<b>190</b>
5.5.2.1	Medeiros Jr. (2005) e Marchesan (2008) .....	190
5.5.2.2	Lessa-de-Oliveira (2008) .....	193
5.6	PROPOSTA DE ANÁLISE PARA O PB.....	196
5.7	RESUMO DO CAPÍTULO.....	210
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>213</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>217</b>





## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca explorar a estrutura e interpretação das relativas livres do português brasileiro (PB). As relativas livres se distinguem das relativas com núcleo. Estas apresenta um núcleo nominal que é compartilhado com a sentença matriz; aquelas não têm, nem pode ter um núcleo nominal explícito:

- (1) a. Maria conhece a pessoa [que a Ana convidou pro jantar].  
 b. Maria conhece [quem a Ana convidou pro jantar].

Não temos dificuldade de reconhecer a sentença entre colchetes em (1a) como relativa (com núcleo), pois há um núcleo nominal *pessoa* que é compartilhado pelas duas sentenças. Já em (1b) não temos um constituinte compartilhado. O pronome relativo *quem* pertence à sentença encaixada, onde é o argumento interno do verbo *convidar*; e na matriz, ele parece encabeçar a sentença encaixada que é argumento interno do verbo *conhecer*. Entretanto, como (1a) é uma paráfrase de (1b), ela é reconhecida como relativa livre.

As relativas livres apresentam propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas. Definir e elencar essas características, procurando verificar as diferenças e semelhanças frente às relativas com núcleo e as interrogativas encaixadas, têm sido um trabalho instigante e desafiador que teve origem no final da década de 70 com o trabalho de Grimshaw (1977). A partir dessa época, vários estudos têm sido feitos, mas ainda há características dessas sentenças que precisam ser melhor elucidadas. Assim, esse trabalho procura descrever brevemente as várias propostas já publicadas e, a partir dos dados do PB, tenta elucidar essas características.

Neste trabalho, continuaremos os estudos sobre relativas livres no PB tentando preencher lacunas de trabalhos como os de Medeiros Jr. (2005) e Marchesan (2008). Assim, procuraremos identificar as propriedades comuns entre três tipos de relativas livres: as relativas livres; as relativas livres transparentes; e as relativas livres não indicativas, que são divididas em infinitivas e subjuntivas<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Para não tornar o trabalho extenso, deixamos de fora as sentenças comparativas que, segundo Donati (1997) e Izvorski (2000) também são classificadas como relativas livres (i); e as relativas livres de adjunto livre (ii):  
 (i) João comeu mais balas d[o que a Maria (comeu)].

- (2)
- a. João comeu [o que a Maria cozinhou].
  - b. Ele cozinhou [o que parecia ser um prato exótico].
  - c. João não tem [o que cozinhar para o jantar].
  - d. João tem [quem cozinhe o jantar para ele].

As sentenças destacadas de (2), são, por ordem, denominadas relativa livre, relativa livre transparente, relativa livre infinitiva e relativa livre subjuntiva.

Apesar de aparentemente complexas, a sintaxe das relativas livres em português é relativamente simples, a partir do momento em que conseguimos desvendar todos os seus princípios universais. Por isso, os objetivos deste trabalho são: estabelecer quais são as propriedades comuns às relativas livres, a partir das evidências e contribuições que o PB pode trazer para o estudo dessas sentenças e distinguir as relativas livres de outras sentenças-wh como as relativas com núcleo e as interrogativas encaixadas. Definidas as características, procuraremos estabelecer uma derivação comum para as relativas livres apresentadas em (2), acima.

Para tanto, este trabalho é dividido em cinco capítulos. No capítulo um, apresentamos uma definição precisa de relativa livre, que é mais restrita do que a assumida por grande parte dos pesquisadores. Em resumo, as relativas livres são sentenças encaixadas que não têm nem podem ter um núcleo nominal adjacente; são introduzidas pelos pronomes relativos especificados *quem*, *o que*, *quanto*, *quando*, *onde* e *como* que incorporam semanticamente o nome que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo (*pessoa*, *coisa*, *quantia*, *tempo*, *lugar* e *modo*, respectivamente). Em especial, *quem*, *o que* e *quanto* têm natureza nominal, por isso podem ser parafraseados por DPs. Já os pronomes *quando*, *como* e *onde* têm natureza oblíqua, por isso são parafraseados por PPs. Ainda nesse capítulo, apresentamos as diferenças das relativas livres com as interrogativas encaixadas e apresentamos brevemente uma análise semântica de maximização para essas sentenças.

No capítulo dois, tratamos de uma condição que opera sobre relativas livres: o Requerimento de Compatibilidade formulado por Grimshaw (1977). No PB, esse requerimento é formulado da seguinte forma: a expressão-wh da relativa livre tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz. Assim, se está na função sintática de sujeito, a relativa livre será sempre um DP, caso contrário ou a sentença

---

(ii) [O que quer que o João cozinhe] ele ganhará o concurso.

será agramatical ou não será uma relativa livre. Se a relativa livre e o pronome relativo são complemento de preposição; ou a preposição da encaixada é apagada por haplogia ou a sentença é agramatical. Se for adjunto adverbial, a relativa livre precisa ser introduzida por um pronome ou advérbio relativo (*quando, onde e como*). Essa definição do Requerimento de Compatibilidade para o PB contribui para excluir algumas sentenças que parecem ser relativas livres. Dessa forma, à definição das relativas livres, inserimos a propriedade chamada de Requerimento de Compatibilidade.

No capítulo três, apresentamos as relativas livres transparentes. Essas sentenças ainda não foram muito estudadas. Em especial, não há estudos sobre elas no PB. O que verificamos é que elas apresentam as mesmas propriedades das relativas livres e mais uma propriedade especial: contêm uma *Small Clause* cujo sujeito é sempre o pronome relativo e o predicado é tal que transmite suas propriedades sintáticas e semânticas para a relativa.

O capítulo quatro é dedicado às relativas livres não indicativas que, apesar de pouco estudadas no PB, são instigantes porque têm propriedades que as afastam das relativas livres: têm verbo no infinitivo ou no subjuntivo; ocorrem em contextos restritos, marcados por indefinidade; têm interpretação existencial; não são barreiras para extração de constituintes-wh e as com verbo no infinitivo parecem não se sujeitar aos Requerimentos de Compatibilidade. Para encaixar essas sentenças nas propriedades das relativas livres estabelecemos que, como regra geral, uma relativa livre é uma sentença-wh que tem que respeitar as exigências oriundas da sentença matriz (Requerimento de Compatibilidade). Com isso, conseguimos demonstrar que dentre as sentenças-wh com verbo no infinitivo existem as que são de fato relativas livres: as que não têm, nem podem ter um núcleo nominal antecedendo o pronome relativo. As que têm um núcleo nominal explícito ou implícito não são relativas livres verdadeiras.

O último capítulo, cinco, é direcionado às análises das relativas livres. Nesse capítulo, apresentamos as propostas disponíveis na literatura, iniciando pelas pioneiras – Hipótese do Núcleo e Hipótese do Comp – e encerramos com as formuladas com base em Kayne (1994). A observação atenta dessas propostas mostra que todas apresentam estipulações criadas apenas para as relativas livres. No fim das contas, adotamos aquela que parece se encaixar melhor nas características das relativas livres do PB, a Hipótese do D-complemento formulada por Caponigro (2002).



## 1 RELATIVA LIVRE

As sentenças encaixadas iniciadas por pronomes-wh podem ser de pelo menos três tipos:

- (1) a. Maria perguntou [quem a Ana convidou pro jantar].  
 b. Maria conhece [quem a Ana convidou pro jantar].  
 c. Maria conhece a pessoa [que a Ana convidou pro jantar].

A primeira (1a), por ser selecionada pelo verbo interrogativo *perguntar*, é chamada de **interrogativa encaixada**. A segunda (1b), apesar de parecer, não ocorre em contexto interrogativo – o verbo *conhecer* não seleciona uma pergunta. Intuitivamente percebemos que há uma diferença entre as duas: (1a) não pode ser parafraseada por um DP, como em (2a); enquanto (1b) pode, como mostra (2b):

- (2) a. \*Maria perguntou [<sub>DP</sub> a pessoa {que/quem} a Ana convidou pro jantar]  
 b. Maria conhece [<sub>DP</sub> a pessoa {que/\*quem} a Ana convidou pro jantar].

A paráfrase (2b) é igual à sentença (1c). De fato, ambas são não interrogativas e parecem ter uma interpretação parecida. Assim, às sentenças-wh não interrogativas como (1c), em oposição à (1b), são chamadas de **relativas com núcleo**, porque modificam um núcleo nominal. Já sentenças-wh do tipo de (1b) são chamadas de **relativas livres** (denominação que utilizaremos), *relativas sem antecedente* ou *relativas sem núcleo (nominal)*. Como afirmou Caponigro (2003, p.8), *relativa*, porque sua distribuição e interpretação é parecida com a das relativas com núcleo. *Livre* (ou *sem antecedente*, ou *sem núcleo*), por não ter um núcleo nominal explícito, que sempre precede uma relativa, como em (3b):

- (3) a. Maria conhece [<sub>Relativa livre</sub> quem a Ana convidou pro jantar].  
 b. Maria conhece [<sub>DP</sub> a [<sub>núcleo nominal</sub> pessoa [<sub>relativa</sub> que a Ana convidou pro jantar]]].

O objetivo deste capítulo é apresentar as características das relativas livres do PB. Para tanto, primeiro as diferenciamos das relativas com núcleo (seção 1.1); depois apresentamos as suas

propriedades lexicais, sintáticas e semânticas (seção 1.2) e mostramos como as distinguir das interrogativas encaixadas (seção 1.3). Para encerrar o capítulo, apresentamos algumas conclusões sobre relativas com núcleo, relativas livres e interrogativas encaixadas (seção 1.4).

### 1.1 RELATIVA COM NÚCLEO *versus* RELATIVA LIVRE

Mark de Vries (2002, p.14, tradução nossa) define uma relativa com núcleo da seguinte forma:

- (4) a. A relativa é uma sentença encaixada;
- b. A relativa está conectada ao material circundante [sentença matriz] através do núcleo nominal.

Ou seja, o núcleo nominal é o constituinte semanticamente compartilhado pela sentença matriz e a sentença encaixada, como em (5), abaixo:

- (5) João reconheceu o *rapaz* [que roubou sua carteira].

Em (5), *rapaz* é o núcleo nominal, *que*<sup>2</sup> é o pronome relativo que se refere ao núcleo nominal e *que roubou sua carteira* é a sentença encaixada (relativa restritiva) na qual o pronome relativo tem a função sintática de sujeito.

Às características expostas em (4), de Vries (2002, p.15, tradução nossa) adiciona outra, considerada universal, às relativas com núcleo:

- (6) Propriedade (essencial) adicional das construções relativas:  
O papel- $\theta$  semântico e o papel sintático que o núcleo nominal exerce na sentença relativa, são a princípio independentes do papel desempenhado fora da relativa.

Em (5), acima, *rapaz* é o núcleo nominal, que tem o papel- $\theta$  de tema na sentença matriz e de agente na encaixada. Sintaticamente, o núcleo nominal funciona como objeto direto do verbo *reconhecer* e como sujeito na encaixada.

---

<sup>2</sup> Não vamos entrar no mérito de discutir o estatuto de pronome relativo ou complementizador ao *que*.

Relativas do tipo de (5), segundo de Vries, estão presentes em todas as línguas naturais<sup>3</sup>. A maior parte dessas línguas, conforme Lehmann<sup>4</sup> (1984), citado por de Vries (2002), também permite a construção de relativas sem a presença do núcleo nominal, como em (7)<sup>5</sup>:

(7) João reconheceu [quem roubou sua carteira].

(7) é, em certos aspectos, a contraparte sem núcleo de (5). À sentença entre colchetes de (7) dá-se o nome de *relativa livre*. Observe que, ao “transformar” (5) em (7), o pronome relativo mudou de forma para *quem* e incorporou o traço semântico [+humano] do núcleo nominal *o rapaz* presente em (5). A manutenção do pronome relativo *quem* com o núcleo nominal *o rapaz* tornaria a sentença agramatical, o que confirma que o pronome relativo é do tipo especificado:

(8) \*João reconheceu *o rapaz* [*quem* roubou sua carteira].

Assim, a primeira diferença entre ser relativa com núcleo e relativa livre se verifica na presença ou ausência de um núcleo nominal antecedente à relativa:

- (9) a. Relativas com núcleo: têm um núcleo nominal antecedente;  
 b. Relativas livres: não têm, nem podem ter, núcleo nominal antecedente.

A falta do núcleo nominal e a incorporação do traço semântico dele ao pronome relativo, nas relativas livres, têm duas consequências. Sem o núcleo nominal, o pronome relativo acaba desempenhando um papel sintático nas sentenças matriz e encaixada. Em (7), o pronome relativo *quem* é tal que desempenha a função sintática de sujeito e recebe papel- $\theta$  de agente do verbo *roubar* na encaixada; e em relação à

---

<sup>3</sup> De Vries (2002) apresentou pelo menos 223 estratégias de relativização encontradas em estudos feitos com 172 línguas naturais de várias partes do mundo.

<sup>4</sup> LEHMANN, Christian. **Der Relativsatz**. Tübingen: Gunter Narr, 1984.

<sup>5</sup> De Vries (2002, p.35) afirma que o japonês, djirbal (língua em extinção, falada por aproximadamente 5 aborígenes da tribo Djirbal, na Austrália) e o bambara (língua falada no Mali, África Ocidental, e nas regiões próximas) são algumas exceções de línguas que não têm relativas livres.

matriz, encabeça a relativa livre tornando-a compatível com a função de objeto direto do verbo *reconhecer* do qual recebe o papel- $\theta$  de tema.

A segunda consequência é que só os pronomes relativos que têm capacidade de incorporar o traço semântico daquilo que seria o núcleo nominal da relativa são capazes de introduzir relativas livres:

- (10) a. João reconheceu [*quem* roubou sua carteira].  
 b. O menino só usa [*o que* a Maria compra].  
 c. João pagou [*quanto* estava devendo] para Pedro.  
 d. Pedro percebeu que estava bêbado [*quando* caiu].  
 e. A menina mora [*onde* Pedro morava na adolescência].  
 f. O espetáculo começou [*como* João queria (que começasse)].

O pronome relativo *quem*, em (10a), refere-se necessariamente à *pessoa*; *o que*, em (10b), a *coisas/entidades inanimadas*; *quanto*, em (10c), refere-se à *quantia*; *quando*, (10d), retoma um intervalo de *tempo*; *onde*, (10e), refere-se a um *lugar*; e *como*, (10f), refere-se ao *modo* como determinado procedimento acontece. A esquematização disso, em (11), foi feita a partir de Marchesan (2008) e dos traços apresentados em Mória (1992, 1996):

- |         |                                     |                        |
|---------|-------------------------------------|------------------------|
| (11) a. | quem = a <i>pessoa</i> que          | [+humano]              |
| b.      | o que = a <i>coisa</i> que          | [-humano] [-animado]   |
| c.      | quanto = a <i>quantia</i> que       | [+quantia] [-animado]  |
| d.      | quando = no <i>momento</i> (em) que | [+tempo] [-animado]    |
| e.      | onde = no <i>lugar</i> (em) que     | [+locativo] [-animado] |
| f.      | como = da <i>formal/modo</i> que    | [+modo] [-animado]     |

Ficam à margem dessa lista os pronomes *que*, *qual* e *cujo*, que são semanticamente subespecificados. Ou seja, não incorporam traço semântico de um núcleo nominal e por isso só introduzem relativas com núcleo (MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2008; MARCHESAN; MIOTO, ms.):

- (12) a. Eu vi o {guarda-costas/cão/carro} [*que* João fotografou].  
 b. Eu vi o {guarda-costas/cão/ carro}[*sem o qual* João não vive].  
 c. Eu vi o {guarda-costas/cão/carro} [*cuja* foto João guarda].

Em (12), o pronome relativo não incorpora traços semânticos do tipo dos expostos em (11). Por isso, eles admitem núcleos nominais de vários



tipos semânticos. Para esses pronomes, se o núcleo nominal não estiver explícito, a sentença será agramatical, como em (13), abaixo:

(13) \*Eu vi [{*que*la *qual*cuja}] João fotografou].

Pelo fato de o pronome relativo incorporar o núcleo nominal de uma relativa, ou seja, serem especificados, as relativas livres se diferenciam das relativas com núcleo, pois aquelas sempre podem ser parafraseadas por DPs ou PPs (CAPONIGRO, 2003):

- (14) a. João reconheceu [*quem* roubou sua carteira].  
 a'. [DP a pessoa que roubou sua carteira].
- b. O menino só usa [*o que* a Maria compra].  
 b'. [DP as roupas que Maria compra].
- c. João pagou [*quanto* estava devendo] para Pedro.  
 c'. [DP a quantia que estava devendo] para Pedro.
- d. Pedro percebeu que estava bêbado [*quando* caiu].  
 d'. [PP no momento em que...]
- e. A menina mora [*onde* Pedro morava na adolescência].  
 e'. [PP no lugar em que Pedro morava na ...].
- f. O espetáculo começou [*como* João queria (que começasse)].  
 f'. [PP da forma que João queria].

Ao contrário, as relativas com núcleo (RN) nunca podem ser substituídas por DPs ou PPs:

- (15) a. João reconheceu a pessoa [<sub>RN</sub> que roubou sua carteira].  
 a'. \*<sub>[DP a pessoa que roubou sua ...]</sub>.

Sobre essa distinção, Grosu (2003, p.10) lembra o dito por Groos e van Riemsdijk (1981) de que a substituição da RL por DP ou PP não precisa ocorrer na mesma posição sintática, já que distribuição e paráfrase são coisas diferentes: “[...] distributional differences between FRs [Free Relatives] and DPs have been observed: for instance, FRs can occur postverbally in Dutch and German, while DPs usually cannot (Groos and van Riemsdijk 1981)”.

Em resumo, relativas com núcleo e relativas livres são sentenças encaixadas, introduzidas por um pronome relativo. A distinção entre elas ocorre pela presença ou ausência do núcleo nominal. Nas relativas livres, que não têm, nem podem ter um núcleo nominal, o pronome relativo é especificado, incorpora os traços semânticos daquilo que seria o núcleo nominal da relativa. Assim, apenas os pronomes que incorporam um dos feixes de traços semânticos expostos em (11) podem introduzir relativas livres. Ao contrário, todos os pronomes relativos são possíveis introdutores de relativas com núcleo.

## 1.2 RELATIVAS LIVRES (RLs)

A distinção relativa com núcleo *versus* relativa livre (RL), feita na seção anterior, enquadra como RL a sentença que satisfaz as seguintes propriedades:

- (16) a. Propriedade lexical: não podem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados;
- b. Propriedades sintáticas: são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs e de PPs; e têm uma lacuna.
- c. Propriedade semântica: os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP ou PP adequado.

(adaptado de CAPONIGRO, 2003, p.10)

No que segue, veremos essas propriedades mais detalhadamente. Primeiro, na seção (1.2.1), as características dos pronomes relativos que introduzem RLs (Propriedades lexicais). Depois, as propriedades sintáticas (seção 1.2.2): funções sintáticas exercidas pela RL e pelos pronomes relativos; ilhas-wh e Requerimentos de Compatibilidade. Por fim, a seção (1.2.3) é dedicada às propriedades semânticas das RLs.

### 1.2.1 Propriedades lexicais

Em (14), vimos que as RLs podem ser encabeçadas por dois grupos distintos de pronomes. O primeiro de natureza nominal formado por pronomes (*quem, o que e quanto*) que podem ser parafraçados por DPs (*a pessoa que, a coisa que e a quantia que*, respectivamente). É o segundo de natureza oblíqua: *quando, onde e como*, pois são parafraçados por PPs: *no momento (em) que, no lugar (em) que e do modo que*, respectivamente.

#### 1.2.1.1 RLs introduzidas por *quem, o que e quanto*

Introdutores de RLs, os pronomes *quem, o que e quanto* apresentam duas particularidades. A primeira é vista ao parafraçarmos as RLs de (17) por relativas com núcleo, em (18):

- (17) a. Eu conheço [*quem* a Maria convidou para a festa].  
 b. João publicou [*o que* os alunos escreveram].  
 c. João cobrou [*quanto* quis pela casa].
- (18) a. Eu conheço a pessoa [*que* a Maria convidou para a festa].  
 b. João publicou os textos [*que* os alunos escreveram].  
 c. João cobrou a quantia [*que* quis pela casa].

A relativa com núcleo é introduzida pelo *que*, diferente dos pronomes *quem*<sup>6</sup>, *o que* e *quanto* utilizados em (17). Esses últimos não conseguem introduzir relativas com núcleo, como mostra a agramaticalidade das sentenças em (19):

- (19) a. \*Eu conheço a *pessoa* [*quem* a Maria convidou para a festa].  
 b. \*João publicou os *textos* [*o que* os alunos escreveram].  
 c. \*João cobrou a *quantia* [*quanto* quis pela casa].

---

<sup>6</sup> O pronome *who* do inglês se comporta de modo diferente, podendo ter um núcleo nominal adjacente, como mostra o exemplo de Vries (2002, p.14):  
 (i) Please hand this over to the **man** [**who** is wearing a red jacket].

Entretanto, se uma preposição quebra a adjacência entre o núcleo nominal e o pronome relativo, a sentença é gramatical:

- (20) a. Eu conheço a pessoa [*com* quem Maria casou].  
 b. Este site não especifica o propósito [*para* o que ele foi construído].  
 c. Maria descobriu o valor [*por* quanto João vendeu a casa].

No português europeu (PE), Mória (1992, p.73) afirma que *quem*, *o que* e *quanto* “não surgem normalmente em relativas com antecedente expreso, mesmo que precedidos de preposição”. A exceção apontada pelo autor são relativas precedidas do quantificador *tudo*<sup>7</sup>:

- (21) *Tudo* {*o que/quanto*} ele disse é mentira. (MÓIA, 1992, p.75)

Essa sentença, que também é possível no PB, representa um problema para o que vimos afirmando, porque há adjacência entre o que parece ser o núcleo nominal, *tudo*, e os pronomes relativos *o que* e *quanto*. Para desqualificar esse possível contra exemplo, Mória apresenta evidências que comprovam que o *tudo* não pode ser considerado o núcleo nominal:

- (22) a. *Tudo* {*o que/quanto*} ele disse é mentira.  
 b. *O que* ele disse é *tudo* mentira.  
 c. ?*Quanto* ele disse é *tudo* mentira.

(MÓIA, 1992, p.77)

Em (22b) e (22c) não há adjacência entre o *quanto/o que* e o *tudo*, o que não é característico das relativas com núcleo do PB e PE, que são pós-nominais. Nesse caso, se dissermos que a expressão *tudo* não é o núcleo nominal, teríamos em (22) casos de RLs. Sabendo que as RLs podem ser substituídas por DPs ou PPs, teremos (23), abaixo:

- (23) *Tudo aquilo* [*que* ele disse] é mentira. (MÓIA, 1992, p.76)

---

<sup>7</sup> Citko (2004, p.96) analisa dados parecidos do polonês. Ela chama essas sentenças de *light-headed relatives*:

(i) Jan czyta *to*, co Maria czyta.

João lê isto, o-que Maria lê. (≅João lê o que Maria lê').

Ao contrário de (22), em (23) temos, de fato, uma relativa com núcleo, cujo núcleo nominal é *aquilo*. Observe que o pronome relativo utilizado em (23) é *que*. A manutenção dos pronomes *quanto* e *o que*, adjacentes ao núcleo nominal *aquilo*, tornaria a sentença agramatical, como em (24a):

- (24) a. \*Tudo *aquilo* [*o que/quanto* ele disse] é mentira.  
 b. ?Tudo *aquilo* [*com que* ele sonhou] realizou-se.

(MÓIA, 1992, p.77)

Por outro lado, (24b), que contém um pronome relativo que exige um núcleo nominal, é gramatical. Portanto, *aquilo* ocupa a posição de núcleo nominal, enquanto que a expressão *tudo* deve estar em uma posição mais à esquerda (de adjunção), característica dos quantificadores universais.

Por fim, a outra característica das RLs iniciadas por *quem*, *o que* e *quanto* é que elas equivalem a um DP, desempenhando funções prototípicas de DP: sujeito, exemplificado em (25); complemento de verbo, exemplificado em (26); ou complemento de preposição, exemplificado em (27):

- (25) a. [Quem chegou primeiro] evitou a fila.  
 b. [O que você cozinhou] está salgado.  
 c. ?[Quanto Maria gasta por mês] preocupa Pedro<sup>8</sup>.
- (26) a. João conhece [quem pediu demissão].  
 b. João comeu [o que Maria cozinhou].  
 c. Maria comprou [quanto queria de balas].
- (27) a. Ele entregou o troféu à [quem venceu o torneio].  
 b. João não gostou d[o que Pedro comprou].  
 c. João vendeu o carro por [quanto você sugeriu].

Em todas as sentenças de (25), (26) e (27), as RLs estão em contexto de marcação casual, o que permite deduzir sua natureza nominal: nominativo (25), acusativo (26) e oblíquo (27).

---

<sup>8</sup> Para algumas pessoas, o relativo *quanto* resiste em encabeçar uma RL em posição de sujeito. Se o “nominalizarmos” com a inserção de um determinante, a sentença fica melhor:

(i) [O quanto a Maria gasta por mês] preocupa Pedro.

Em vista de os autores da tradição gramatical analisarem a sequência *o que* como um demonstrativo que faz o papel de núcleo da relativa (equivalente a *aquilo*) mais o pronome relativo ou complementizador *que*, vamos abrir uma pequena discussão a respeito.

Os primeiros autores a discutir a análise de *o que* em (28) como *aquilo que* foram Calveras<sup>9</sup> (1930) e Hirschbühler e Rivero<sup>10</sup> (1981a), ambos citados por Hirschbühler e Rivero (1983, p.508). Além desses, essa proposta já foi questionada por Mória (1996), Medeiros Júnior (2005), Ferreira (2007), Marchesan (2008), Marchesan e Mioto (ms.), entre outros.

(28) João só come [*o que* a babá prepara].

Todos os autores mencionados rejeitam a hipótese feita pelos gramáticos tradicionais que analisam *o que* como núcleo nominal (*o*) e complementizador (*que*) e defendem que *o que* é pronome relativo em (28)<sup>11</sup>. Eles discutem duas situações em que a sequência *o que* ocorre. A primeira é exemplificada em (29):

- (29) a. Verifiquei todos os **barcos** e vou vender **o** *ec* [que está mais deteriorado].  
 b. Entrevistei todos os **candidatos** e vou aprovar **o** *ec* [que estiver mais preparado].  
 c. Verifiquei todas as **motos** e decidi vender **a** *ec* [que está mais deteriorada].

Em (29a,b) *o* pode ser considerado um determinante que precede um núcleo nominal foneticamente não realizado. Observe que, como vemos em (30), a *ec* recupera anaforicamente os nomes *barco* de (29a) e *candidato* de (29b), nomes de tipos semânticos diferentes [-humano] e

<sup>9</sup> CALVERAS, J. La forma 'que' del relatiu català. In: ANUÁRIO DE L'OFICINA ROMÀNICA LINGÜÍSTICA I LITERATURA, III., 1930, [S.l.]. **Anais...** [S.l.:s.n.], 1930. p.177-243.

<sup>10</sup> HIRSCHBÜHLER, P.; RIVERO, M.L. Catalan Restrictive Relatives: core and peripheral. **Language**, [S.l.], v.57, p.591-625, 1981a.

<sup>11</sup>Exceção do semanticista Caponigro (2003, p.19) que com o exemplo abaixo afirma que sentenças do espanhol iniciadas por *lo que* (o que) não são RLs por não terem um pronome relativo, mas relativas com núcleo (o=núcleo nominal; que = complementizador):

(i) [Lo que Pedro vio] due increíble. (GUTIÉRREZ-REXACH, 2002, p.120)

[+humano]. Por sua vez, em (29c) o determinante está flexionado, o que atesta que o nome recuperado é *moto*. Nesses casos, é bem claro que a sequência *o que* não corresponde a um pronome relativo.

- (30) a. Verifiquei todos os *barcos* e vou vender **o barco** [**que** está mais acabado].  
 b. Entrevistei todos os *candidatos* e vou aprovar **o candidato** [que estiver mais preparado].  
 c. Verifiquei todas as *motos* e decidi vender **a moto** [**que** está mais acabada].

A segunda situação é a exemplificada em (28) acima. Nesse caso, é possível argumentar em favor da concepção de *o que* como um pronome relativo, funcionando como o pronome *what* do inglês.

O primeiro argumento que evidencia indiretamente a existência do pronome-wh *o que* é o fato de termos um pronome interrogativo homófono:

- (31) João perguntou o que Maria comprou ontem.

Sabemos que interrogativos e relativos compõem um paradigma fechado de pronomes-wh. Assim, se existe o pronome interrogativo *o que*, nada impede que ele possa existir também como pronome relativo.

O segundo argumento é construído com base na concordância do adjetivo verificada em (32), como apontado por Braga, Kato e Mioto (2009):

- (32) a. **O** que Maria é é escandalosa.  
 b. \*Aquilo que a Maria é é escandalosa.

Se o *o que* pudesse ser analisado como *aquilo que*, a sentença (32a) deveria ser agramatical pois não há concordância entre o *o=aquilo*, o núcleo nominal da relativa, e *escandalosa*. Mesmo se (32a) fosse considerada uma falsa RL (*false FR*) ou uma relativa semilivre (*semi-free relative*), como fazem de Vries (2002) e Rebuschi (2006) respectivamente, teríamos em (32a) “um caso em que *o que* é diferente de *aquilo que* e semelhante ao *what, was, wat* das línguas germânicas” (MARCHESAN; MIOTO, no prelo).

O terceiro argumento é proposto por Mória (1992) e retomado por Ferreira (2007). Apesar de a sequência *o que* poder ser substituída por *aquilo que*, como em (33), a construção preposicionada *o de que*,

facilmente encontrada em relativas com núcleo, como em (34), não é permitida quando a sequência é, de fato, um pronome relativo *o que*, como mostra a agramaticalidade de (35):

- (33) a. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar *o que* me pediste.  
 b. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar *aquilo que* me pediste.

(FERREIRA, 2007, p.46)

- (34) Observei todos os livros expostos. Comprei o [ de que me falaste].

- (35) \*Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar o de que me falaste.  
 (FERREIRA, 2007, p.46)

Em (34), o artigo que retoma anaforicamente *livro* fica fora da relativa e precede a preposição, por isso a sentença é bem formada, ao contrário de (35).

O quarto argumento foi apresentado por Hirschbühler e Rivero (1981a), citado por Hirschbühler e Rivero (1983, p.508), com base nos dados do catalão:

- (36) a. \*L'home qui parla. = \*O homem quem fala.  
 b. L'home que parla. = O homem que fala.  
 c. El qui diu això. = [O que] fala.

Para ser gramatical, o pronome relativo *qui* não pode estar adjacente ao núcleo nominal *home* (36a). Por isso, o pronome relativo se transforma no complementizador *que* (36b). Da mesma forma, se *el* fosse o núcleo nominal *aquilo*, *qui* (*que*) não poderia permanecer (\**el qui*), mas não é isso que (36c) mostra. Além disso, Calveras (1930 apud HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, p.508) diz que nos casos de relativização com PP, a preposição precede o *el qui* (*o que*) e nunca fica entre o *el* e o *qui*, conforme já vimos em (35).

Por fim, o quinto argumento, apresentado por Miotto (c.p.), é definitivo para provar que *o que* em casos como (28) não deve ser analisado como *aquilo que*:

- (37) a. Ela não tem *o que* fazer aos domingos.



b. \*Ela não tem *aquilo que* fazer aos domingos.

Se *o que* fosse analisado como *aquilo que*, a sentença (37a), acima, deveria ser agramatical porque o *o que*, sendo um demonstrativo mais pronominal ou complementizador, subcategorizaria um IP finito e nunca um infinitivo, como mostra a agramaticalidade de (37b).

Assim, afirmamos que a sequência *o que* deve ser analisada de duas maneiras. Uma que forma uma unidade [<sub>DP</sub> *o que*], considerada um pronominal → relativo, como em (28) ou interrogativo, como em (31); outra que é composta por um artigo ou demonstrativo (que pode ser variável em gênero e número) e pelo pronominal relativo ou complementizador *que* que introduzem relativas com núcleo, do tipo de (29). Nesse último caso, o núcleo nominal vazio recuperado anaforicamente pode ser inclusivo [+humano], o que não se verifica quando estamos frente a um pronominal relativo [*o que*].

Em resumo, nesta seção assentamos algumas características importantes das RLs introduzidas pelos pronominais *quem*, *o que* e *quanto* do PB. Quando a RL é parafraseada por DP, esses pronominais não podem ocorrer adjacentes a um núcleo nominal, a não ser que uma preposição seja inserida entre eles. Essa característica serviu como indício na exclusão de *tudo* como possível núcleo nominal em construções com *tudo o que/quanto*. Na sequência, destacamos a natureza nominal das RLs encabeçadas pelo *quem*, *o que* e *quanto*. Sendo DPs, essas RLs desempenham as funções sintáticas compatíveis com essa categoria: sujeito e complemento de verbo ou de preposição. Por fim, argumentamos para mostrar que a sequência *o que* pode figurar como pronominal-wh. Concluímos, então, que a mesma sequência pode conter os constituintes separados, [*o*] e [*que*], e uma expressão gramaticalizada [<sub>DP</sub> *o que*].

#### 1.2.1.2 RLs introduzidas por *quando*, *onde* e *como*

Os pronominais relativos *quem*, *o que* e *quanto* permitem identificar com segurança uma RL encabeçada por eles, porque não toleram um núcleo nominal adjacente a eles no PB. Contudo, quando se trata dos pronominais *quando*, *onde* e *como*, a identificação de uma sentença como RL requer um pouco mais de cuidado, pois eles podem estar adjacentes

a um núcleo nominal, como em (38), ou podem não estar, como em (39):

- (38) a. Ela começou a chorar no momento [*quando/em que* o pai entrou na sala].  
 b. Mulher é achada morta no lugar [*onde/em que* o marido foi assassinado]. (CARVALHO, 2012, Jornal *O diário*)  
 c. Ele trabalha da forma/maneira [*como/que* o pai ordenou]. (FERREIRA, 2007, p.5)
- (39) a. Ela começou a chorar [*quando* o pai entrou na sala].  
 b. Mulher é achada morta [*onde* o marido foi assassinado].  
 c. Ele trabalha [*como* o pai ordenou]. (FERREIRA, 2007, p. 5)

Quando são antecedidas por um nome, as sentenças entre colchetes devem ser consideradas relativas com núcleo (38).

Em (39), os pronomes relativos em discussão veiculam *per se* as noções apontadas. Note que apesar de estar adjacente ao núcleo nominal, esse núcleo nominal é um PP. Nesse contexto, eles não podem ser parafraseados pelo relativo subespecificado *que*:

- (40) a. \*Ela começou a chorar [*em que* o pai entrou na sala].  
 b. \*Mulher é achada morta [*em que* o marido foi assassinado].  
 c. \*Ele trabalha [*que* o pai ordenou].

Abrimos parênteses para apontar um comportamento inovador do *onde*. Este relativo vem apresentando, em certos idioletos do PB, um comportamento que o distingue dos outros relativos discutidos aqui: ele aparece adjacente a núcleos nominais que não expressam lugar. Esse uso é tratado como um fenômeno de gramaticalização, nos termos da Gramática Funcional, e já foi observado (em dados de fala, escrita acadêmica e jornalística, redações de vestibulares) por vários pesquisadores, dentre eles Pires de Oliveira (1999); Oliveira (2000); Furlanetto (2004); Cruz et al (2005); Pires et al (2006). Vejamos alguns exemplos extraídos de jornais e revistas online:

- (41) a. “[...] ela explica que se analisa a rotina do paciente para mapear as ocasiões onde o cigarro é aceso.” (Jornal Zero Hora, 2 dez.2006)

- b. “Mostra as dificuldades desse velho nos tempos de hoje, onde a garotada informatizada é quem manda, na era do computador.” (Entrevista, Rev. Contigo, 20 set. 2006)
- c. “[...] sente que precisa de outras opiniões, é porque está na hora de montar um conselho onde uma das formas mais eficientes de achar bons conselheiros é pedir a indicação de outros empresários que já tenham um conselho.” (Rev. Exame, 24 ago. 2006)
- d. A conclusão é que a medicina preventiva, principalmente a psiquiatria, exige uma reforma agrária familiar, onde o financiamento de minifúndios deve ser acompanhado de diplomação em agricultura ecológica, orgânica, de onde é possível produzir os autênticos ovos caipiras, ecológicos. (Jornal A Razão, 2 dez. 2006)
- e. Energia voltada para os relacionamentos, onde você tenta estabelecer uma conexão afetuosa. Mas deve cuidar com a tendência a idealizar demais, e esperar que os outros supram as suas carências. (Jornal Cidadão, 9 fev. 2007)

Em (41a) e (41b), o pronome *onde* retoma tempo: *ocasiões* e *nos tempos de hoje* respectivamente. Já em (41c), (41d) e (41e), o *onde* é utilizado como elemento discursivo, que pode ser substituído pelo conector *e* (“[...] *é porque está na hora de montar um conselho e uma das formas mais eficientes* [...]” em (41c), por exemplo).

Uma diferença entre os pronomes *quando*, *onde* e *como* e os apresentados na seção anterior (1.2.1.1) é a sua natureza oblíqua, pois parecem corresponder a sintagmas preposicionados: *no dia (em) que*, *no lugar (em) que* e *da forma que*, respectivamente. Sendo pronomes ou advérbios relativos, as RLs introduzidas por eles podem funcionar como adjunto adverbial da sentença matriz, como mostram os exemplos em (39), acima; ou como complemento oblíquo de verbos (equivalente a um sintagma preposicional), como em (42):

- (42) a. Maria mora [onde Pedro nasceu].  
 b. O menino não se comportou [como deveria (ter se comportado)].  
 c. João não gosta [quando o filme acaba].

Em (39) e (42) as RLs são introduzidas por pronomes relativos adverbiais e, por isso, podem ser parafraseadas por PPs, como em (38) acima, e (43) abaixo:

- (43) a. Maria mora [PP no lugar onde Pedro nasceu].  
 b. O menino não se comportou [PP da forma como deveria].  
 c. João não gosta [PP do momento em que o filme acaba].

Comportamento paralelo é notado em (44) onde a sentença encaixada funciona como complemento de preposição:

- (44) a. Maria conhece Paulo desde [quando ele tinha cinco anos]<sup>12</sup>.  
 b. João caminhou por [onde Maria indicou].  
 c. Gosto de [como ela sorri]. (MÓIA, 1992, p.144)

Dado que a preposição não pode ter um PP como complemento, somos levados a concluir que as sentenças entre colchetes de (44) são DPs. Ou, pelo menos, que a preposição é cega ao fato de que *quando*, *onde* e *como* são itens que embutem uma preposição<sup>13</sup>. Por isso, classificamos as relativas de (39), (42) e (44) como RL.

Se funcionarem como sujeito (45) ou complemento de verbo que subcategoriza DP (46), as sentenças encaixadas têm aceitabilidade variável:

- (45) a. ?[Quando Maria chegou] foi emocionante.  
 b. [Onde a Maria mora] é muito desconfortável.  
 c. ?[Como ele apresentou o trabalho] impressionou a todos.
- (46) a. Adoro [quando estou de férias]. (MARCHESAN; MIOTO, ms)  
 b. ?João adora [onde Maria corta o cabelo].  
 c. ?Aprecio [como Maria se veste].(MARCHESAN; MIOTO, ms)

---

<sup>12</sup> O fato de existir para (44a) uma paráfrase como (ia), não deve despistar a descrição:

- (i) a. Maria conhece Paulo [desde [que ele tinha cinco anos]].  
 b. Maria chorou [por [que Paulo foi embora]].  
 c. Maria chorou [para [que Paulo fosse embora]].

O *que* é um mero complementizador que introduz um CP que é complemento da preposição *desde*, como é também para a preposição *por* em (ib) e *para* em (ic).

<sup>13</sup> Sabemos que essa afirmação incorre em problemas.

Comparando as sentenças de (44) com as de (45) e (46), observamos que os problemas de aceitabilidade não se verificam nas primeiras. O que é intrigante é a seguinte situação: se os pronomes-*wh* e as sentenças que eles introduzem em (44), (45) e (46) têm a mesma distribuição de DPs, por que as diferenças sensíveis de aceitabilidade?<sup>14</sup> A resposta que vislumbramos leva em consideração o Caso abstrato atribuído às relativas. Por um lado, em (44) temos o contexto de atribuição de oblíquo, o que parece ser compatível com os advérbios relativos *quando*, *onde* e *como*. Por outro, em (45) e (46) temos o contexto de atribuição dos Casos não oblíquos (nominativo e acusativo, respectivamente), e a presença dos advérbios relativos *quando*, *onde* e *como* gera alguns efeitos de compatibilidade e julgamentos discrepantes. A discrepância de julgamentos cessa se recuperamos os núcleos nominais que estão implícitos em todas as sentenças de (45) e (46), resgatando as propriedades nominais dos complementos dos verbos e dos sujeitos das sentenças:

- (47) a. ?O momento [quando Maria chegou] foi emocionante.  
 b. O lugar [onde a Maria mora] é muito desconfortável.  
 c. A forma [como ele apresentou o trabalho] impressionou a todos.
- (48) a. Adoro o período [quando estou de férias].  
 b. João adora o lugar [onde Maria corta o cabelo].  
 c. Aprecio o modo [como Maria se veste].

Marchesan e Mioto (ms) explicam essa discrepância nos julgamentos de (45) e (46) da seguinte forma: alguns falantes encaram as sentenças encaixadas entre colchetes de (45) e (46) como RLs, o que gera incompatibilidade entre a forma e a função dos advérbios relativos; e outros recuperam intuitivamente o nome que precede a encaixada tornando a forma do constituinte relativo compatível com a função que ele desempenha. Ou seja, encaram (45) e (46) como (47) e (48), respectivamente.

Outra forma de explicar por que as sentenças de (45) e (46), se consideradas gramaticais, não são RLs é com a regra de (16b): “as RLs não têm, nem podem ter, um núcleo nominal antecedente”. Veja que as paráfrases de (45) e (46), em (47) e (48), são perfeitas mesmo contendo

---

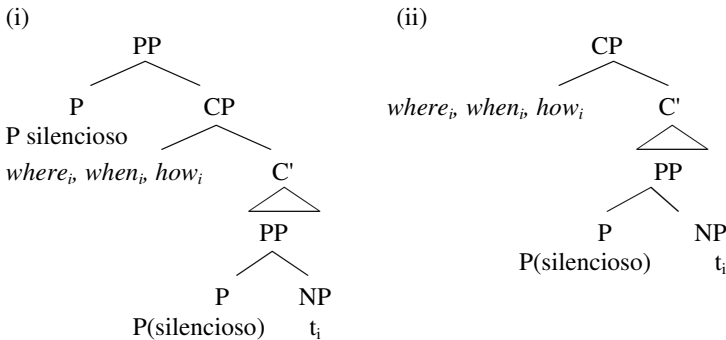
<sup>14</sup> Durante a defesa dessa tese, alguns integrantes da banca disseram que todas as sentenças de (45) e (46) são perfeitas.

um DP antecedente aos pronomes relativos. Ao contrário, quando a encaixada é de fato uma RL, a paráfrase permitida é aquela em que o núcleo nominal que está adjunto (=aposto) ao pronome relativo é sempre um PP, do tipo: *no momento em que*, *no lugar (em) que* e *da forma que*. Uma RL verdadeira, como as (42), não permitem que o pronome relativo seja substituído por um núcleo nominal (DP):

- (42') a. \**Maria mora o lugar* [onde Pedro nasceu].  
 b. \**O menino não se comportou a forma* [como deveria].  
 c. \**João não gosta o momento* [quando o filme acaba].

Assim, as relativas introduzidas por *quando*, *onde* e *como* podem ou não ser RLs. Não são RLs quando, para não criar uma incompatibilidade com o pronome adverbial e posições de natureza nominal, forçam a recuperação do núcleo nominal implícito (são relativas com núcleo). São RLs quando o pronome relativo é inerentemente oblíquo. Nesse último caso, os pronomes relativos adverbiais são PPs ou advérbios e as RLs que eles introduzem funcionam como adjunto (adverbial) ou como complemento de preposição ou de verbos que subcategorizam complementos oblíquos<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Caponigro e Pearl (2008, 2009) propõem que os pronomes (relativos e interrogativos) *quando*, *onde* e *como* são sintaticamente e semanticamente NPs, complemento de uma preposição que pode ser explícita ou implícita:



Ou seja, esses pronomes contém um PP cujo núcleo (P) é possivelmente silencioso e cujo NP complemento é o vestígio do *wh* movido para SpecCP da RL. A estipulação do PP, segundo os autores, é necessária porque somente categorias vazias PPs são licenciadas dentro de RLs. *Quando*, *onde* e *como*

não conseguem licenciar categorias vazias NPs, não importando se toda RL se comporta como um PP (iii.a) ou um NP (iii.b):

(iii) a. ?\*Lily always naps [<sub>FR</sub> *where/when/how* Jack despises [<sub>NP</sub>\_\_]].

b. ?\*Lily adores [<sub>FR</sub> *where/when/how* Jack despises [<sub>NP</sub>\_\_]].

(CAPONIGRO; PEARL, 2009, p.156).

No entanto, se a categoria vazia for complemento de uma preposição explícita, ela é licenciada (iv). Nesse caso, temos certeza de que o vestígio é um NP:

(iv) Jack disliked [<sub>FR</sub> *where* we just ran [<sub>PP</sub> [<sub>P</sub> **past**] [<sub>NP</sub>\_\_]]] - it smelled funny.

(CAPONIGRO; PEARL, 2009, p.156)

Se for implícita, como em (v), (vi) e (vii), o pronome relativo é gerado como irmão do P e, ao se mover para SpecCP, deixa um vestígio, um *gap* NP. Esse *gap* NP é idêntico ao PP, quando o P é silencioso. Por isso, a lacuna fica [<sub>PP</sub>\_\_]. Da mesma forma, se toda RL parece ser um PP, quando é adjunto, é o caso de a RL ser complemento de uma P silenciosa, como (i). Caso não seja complemento de preposição, a RL se comportará como (ii):

(v) a. Lily adores [<sub>FR</sub> *where* this very tree grows [<sub>PP</sub>\_\_]].

b. Lily napped [<sub>FR</sub> *where* this very tree grows [<sub>PP</sub>\_\_]].

(vi) a. Lily dreaded [<sub>FR</sub> *when* Jack had to go [<sub>PP</sub>\_\_]].

b. Lily cried [<sub>FR</sub> *when* Jack had to go [<sub>PP</sub>\_\_]].

(vii) a. Lily loathes [<sub>FR</sub> *how* all thieves work [<sub>PP</sub>\_\_]] - secretly.

b. Jack works [<sub>FR</sub> *how* all thieves work [<sub>PP</sub>\_\_]] - secretly.

(CAPONIGRO; PEARL, 2009, p.157)

O problema dessa análise é que os pronomes *quando*, *onde* e *como* têm “cara” de advérbio. Portanto, deveriam ser PP ou AdvP. Por oportuno, um exemplo apenas:

(viii) a. Maria encontrou a sandália [ali/lá/naquele lugar].

b. Maria encontrou a sandália [onde eu guardei o chinelo].

Além disso, o PB não tem preposição órfã, portanto, o núcleo P da RL seria sempre silencioso, o que parece estranho. Por fim, o argumento que põe em xeque a análise de Caponigro e Pearl (2008, 2008) é elucidado em (ix):

(ix) a. Ana dorme [<sub>RL</sub> *onde* João despreza [<sub>NP</sub>\_\_]].

b. O menino vomitou [<sub>RL</sub> *onde* Maria tinha limpado [<sub>NP</sub>\_\_]].

c. João mora [<sub>RL</sub> *onde* Maria detesta [<sub>NP</sub>\_\_]].

No fim das contas, como já apontado por Bresnan e Grimshaw (1978) e Mória (1992), o que há são duas entradas lexicais para os pronomes *quando*, *onde* e *como*. Uma em que eles são advérbiais (AdvP) e outra em que eles são DPs. A escolha por um ou outro dependerá da posição sintática que esse pronome exercer, semelhantemente ao que ocorre abaixo:

- (49) a. João chegou {[ontem]/ [hoje]/ [domingo]}  
 b. {[Ontem] / [Hoje] / Domingo} foi maravilhoso.
- (50) a. João mora {[aqui]/[atrás da colina]/ [ali]}  
 b. [Aqui]/[Atrás da colina]/[Ali] é maravilhoso.
- (51) a. João procedeu {[assim]/ [dessa forma]}  
 b. {[Assim]/[Dessa forma]} é inviável.

Os constituintes entre colchetes em (a) parecem AdvPs e em (b) parecem DPs. Caponigro e Pearl (2008, 2009), apesar de apresentarem uma análise diferente da exposta aqui (ver nota 14), afirmam que essa ambiguidade só ocorre com os advérbios que apresentam conteúdo semântico de *tempo* (49), *lugar* (50) e *modo* (51), exatamente como é a semântica dos pronomes *quando*, *onde* e *como*.

## 1.2.2 Propriedades sintáticas

### 1.2.2.1 Função sintática

Pela análise tradicional (*Standard Theory*), consolidada a partir do trabalho de Chomsky (1977), as relativas com núcleo são sempre adjunto do núcleo nominal:

- (52)  $[_{NP} [_{NP} \text{O lugar } [_{CP} \text{onde}_i \text{ Pedro trabalha } t_i]]]$ .

---

Observe que, ao contrário do inglês (iii), o pronome relativo *onde* consegue licenciar a sua categoria vazia NP, sem que haja presença de uma preposição silenciosa dentro da RL.



Já as RLs só não podem desempenhar essa função. A ausência de núcleo nominal permite à RL desempenhar funções sintáticas de sujeito, complemento de verbo ou de preposição e adjunto do VP. O teste dessas funções sintáticas revela que a gramaticalidade da sentença é condicionada pelo pronome relativo que introduz a RL, levando em conta dois fatores já descritos em Mória (1992, p. 34):

- (i) a função sintática que a RL exerce na sentença matriz, que pode ser: sujeito (suj.), complemento (compl.) de verbo, complemento de preposição (prep.) ou adjunto do VP (adj.) e
- (ii) a função sintática exercida pelo pronome relativo na RL, que também pode ser: suj., compl. de verbo, compl. de prep. ou adj. do VP

O conjunto de sentenças apresentado a seguir ilustra cada uma dessas combinações possíveis<sup>16</sup>. O propósito desse esforço é: primeiro contribuir com o trabalho de Mória (1992, p. 35-36), que fez essa mesma análise apenas para as RLs do PE introduzidas pelo pronome *quem*; segundo, para verificar quais são as combinações possíveis de posição sintática da RL na sentença matriz e do pronome relativo, deslocado por movimento, na encaixada.

### ***Quem***

- (53) RL sujeito:
  - a. [Quem fez o concurso] recebeu a certificação. (wh suj.)
  - b. [Quem eu ajudei] ganhou a corrida. (wh compl. de verbo)
  - c. \*[De quem eu gosto] deixará a cidade amanhã. (wh compl. de prep.)
- (54) RL complemento de verbo:
  - a. Paula só convidou [quem gostava de festa]. (wh suj.)
  - b. Paulo convidou [quem a Maria queria]. (wh compl. de verbo)
  - c. \*João convidou [de quem eu gosto]. (wh compl. de prep.)

---

<sup>16</sup>Optamos por omitir os casos considerados excepcionais. Eles serão analisados e discutidos ao longo da tese.

- (55) RL complemento de preposição:
- João bateu em [quem empurrou Maria]. (wh suj.)
  - Pedro gosta de [quem Maria abraçou]. (wh compl. de verbo)
  - \*Pedro conversou com [\*a quem eu dei o presente]. (wh compl. prep.)

### *O que*

- (56) RL sujeito:
- [O que caiu no chão] assustou a plateia. (wh suj.)
  - [O que você cozinhou] está estragado. (wh compl. de verbo)
  - \*[Do que eu precisava] acabou com minhas economias.  
(wh compl. de prep.)

- (57) RL complemento de verbo:
- Paula comprou [o que a fez chorar]. (wh suj.)
  - Ele detesta comer [o que Joana cozinha]. (wh compl. de verbo)
  - \*Eu comprei [do que eu precisava]. (wh compl. de prep.)

- (58) RL complemento de preposição:
- João bateu n[o que machucou Maria]. (wh suj.)
  - João gostou d[o que Maria cozinhou para o jantar].(wh comp verbo)
  - \*Confio em [no que você confia]. (wh compl. de prep.)

### *Quanto*

- (59) RL sujeito:
- \*[Quanto comprou o policial] era do tráfico<sup>17</sup>. (wh suj.)
  - [O quanto João gastou no carro] é uma incógnita. (wh compl. de verbo)
  - \*[De quanto eu preciso (para quitar a dívida)] acabará com minhas economias. (wh compl. de prep.)

---

<sup>17</sup>Com a leitura: *O dinheiro que comprou o policial era do tráfico.* (=alguém comprou o policial e o dinheiro usado veio do tráfico).

- (60) RL complemento de verbo:  
 a. \*Pedro e Maria pagaram [o quanto comprou o policial]. (wh suj.)  
 b. Pedro pagou [quanto devia à mãe]. (wh compl. de verbo)  
 c. \*João arrecadou [de quanto precisava]. (wh compl. de prep.)
- (61) RL complemento de preposição:  
 a. \*Eu falei de [quanto comprou o policial]. (wh suj.)  
 b. Eu falei de [quanto custava o carro]. (wh compl. de verbo)  
 c. \*João discorreu sobre [de quanto Maria gostava] (compl. prep)  
 d. ??João falou de [quanto empurrou Maria para os estudos]? (wh adj.)

### ***Quando***

- (62) RL complemento de verbo:  
 João gosta [quando Maria usa lingerie preta]. (wh adj.)
- (63) RL complemento de preposição:  
 Ele se lembrou de [quando era um garotinho]. (wh adj.)
- (64) RL adjunto:  
 Ele chorou [quando ela partiu]. (wh adj.)

### ***Onde***

- (65) RL complemento de verbo:  
 João mora [onde Maria nasceu]. (wh adj.)
- (66) RL complemento de preposição:  
 Eu caminhei por [onde Maria nasceu]. (wh. adj.)
- (67) RL adjunto:  
 Ela perdeu o anel [onde ele trabalha]. (wh adj.)

**Como**

- (68) RL complemento de verbo:  
O garoto não se comportou [como deveria (se comportar)].  
(wh. Compl. de verbo)
- (69) RL complemento de preposição:  
Gosto de [como ela sorri]. (MÓIA, 1992, p. 144) (wh adj.)
- (70) RL adjunto  
Ele foi à festa [como eu pedi (que ele fosse)]<sup>18</sup>. (wh adj.)

**Sistematização:**

**Tabela 1:** Possibilidades de construção de RLs, levando em conta a função da RL na matriz e a função do pronome relativo dentro da relativa. (*quem, o que, quanto, quando, onde, como*).

Posição da RL na matriz→ Posição do vestígio do wh na relativa ↓	Suj.	Compl. verbo	Compl. prep.	Adj.
Sujeito	quem o que	quem o que	quem o que	-
Compl. verbo	quem o que quanto	quem o que quanto como	quem o que quanto	-
Compl. prep.	o que quanto	quem o que quanto	quem o que	-
Obj. Ind.	-	-	-	-
Adj.	-	quando onde	??quanto quando onde como	quando onde como

Na Tabela 1, há uma divisão nítida entre a metade superior, ocupada pelos pronomes que equivalem a DPs: *quem, o que e quanto*, e a última

<sup>18</sup> Com a leitura: *Ele foi à festa {da forma/do modo/do jeito} que eu pedi*. A leitura que queremos evitar é aquela com o *conforme*.

linha, ocupada pelos pronomes de natureza oblíqua: *quando*, *onde* e *como*. Esses últimos pronomes podem introduzir sentenças encaixadas em função de sujeito, mas a sentença formada não será RL (cf. seção (1.2.1.2)).

As sentenças agramaticais em (c) de (53) a (61) tornam-se gramaticais se a preposição da encaixada for apagada. Nos casos de (55c) e (58c), em que há duas preposições, a opção também é por apagar a preposição da sentença encaixada (a explicação dessa escolha será apresentada na seção (1.2.3.3) e nos capítulos 2 e 5). A opção por deixar a preposição órfã é bloqueada no PB:

(53c) [Quem eu gosto] deixará a cidade amanhã.

(54c) João convidou [quem eu gosto].

(55c) Pedro conversou com [quem eu dei o presente].

(56c) ?[O que eu precisava] acabou com minhas economias.

(57c) Eu comprei [o que eu precisava].

(58c) Confio n[o que você confia].

(59c) [O quanto eu preciso (para quitar a dívida)] acabará com minhas economias.

(60c) João arrecadou [quanto precisava].

Esse conjunto de sentenças revela outra característica das RLs do PB:

(71) a. **Efeito *pied-piping***: ao se deslocar para a periferia esquerda da RL, o pronome relativo não pode levar consigo a preposição (já observado em Mória, 1992);

b. **Efeito *preposition stranding***: ao se deslocar para a periferia esquerda da RL, a preposição não pode ficar órfã – *in situ*.

Dessas características, Mória (1992, p. 37) extrai outra:

c. **Adjacência absoluta**: na RL, não é permitido que haja qualquer elemento entre o pronome relativo e o núcleo nominal nulo.

## 1.2.2.2 Ilhas Wh

Ross (1967) mostrou que uma série de construções sintáticas se comporta como ilhas de onde não é permitida a extração A' de constituintes. Um exemplo de ilha é um adjunto, pois de dentro dele não é possível extrair um elemento-wh interrogativo:

- (72) a. João saiu da festa depois de beijar quem?  
 b. \*Quem<sub>i</sub> João saiu da festa depois de beijar t<sub>i</sub>?

A noção de ilha foi aprimorada com o Princípio da Subjacência, que afirma que um elemento movido não pode atravessar mais de uma barreira (CHOMSKY, 1986). As línguas exibem certa variação em torno do que pode ser considerado barreira: simplificada, para o PB, as barreiras são DPs e CPs especificados nos domínios subcategorizados; os sujeitos e os adjuntos são barreiras por não serem subcategorizados, situações em que o constituinte movido vai atravessar sempre mais de uma barreira. O Princípio da Subjacência interage com o Princípio das Categorias Vazias (do inglês *Empty Category Principle* - ECP) de tal forma que quando este último não atua para rejeitar uma sentença agramatical, o primeiro o faz. Assim, (72b) é agramatical porque [*depois de beijar t<sub>i</sub>*] é um adjunto, mas não porque o ECP esteja sendo violado: veja que o verbo rege lexicalmente o vestígio t<sub>i</sub>.

Independente de qual seja a melhor formalização para o fenômeno da subjacência, desde Ross (1967), as relativas com núcleo são consideradas ilhas:

- (73) a. Maria detesta a pessoa que cozinha o quê?  
 b. \*O que<sub>k</sub> a Maria detesta [<sub>DP</sub> a pessoa [<sub>CP</sub> OP<sub>j</sub> que t<sub>i</sub> cozinha t<sub>k</sub>]]?

Em (73b) a extração viola a subjacência porque a expressão-wh interrogativa pula por cima de um CP, que é especificado por um operador-wh nulo (CHOMSKY, 1977), e por cima de um DP, que é *a pessoa*. Veja que não é o ECP que faz a sentença ser agramatical, pois o vestígio t<sub>i</sub> é propriamente regido pelo verbo *cozinhar*. Ademais, como as relativas com núcleo são adjunto do núcleo nominal, a extração de um elemento wh de dentro delas é impossível.

As RLs também são ilhas. Mas, como não têm núcleo nominal exposto, a explicação para o fato de serem ilhas deve ser um tanto diferente: o recurso do pulo por cima do DP não está diretamente

disponível para mostrar que o pronome interrogativo pula duas barreiras. Consideremos as sentenças de (74):

- (74) a. João saiu da festa [<sub>RL</sub> quando<sub>i</sub> Maria beijou quem t<sub>i</sub>]?  
 b. \*Quem<sub>k</sub> João saiu da festa [<sub>RL</sub> quando<sub>i</sub> Maria beijou t<sub>k</sub> t<sub>i</sub>]?

Em (74a) temos uma RL que funciona como adjunto, vamos dizer, do VP. O fato de ser adjunto já basta para caracterizar a RL como uma ilha e a ausência de núcleo nominal não traz problemas para explicar a agramaticalidade da sentença.

Em (75) construímos RLs que funcionam como sujeito do verbo *sair*:

- (75) a. \*<sub>[RL</sub> Quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> comeu o que] saiu satisfeito da festa?  
 b. \*O que<sub>k</sub> [<sub>RL</sub> quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> comeu t<sub>k</sub>] saiu satisfeito da festa?

Entretanto, (75) contém sentenças agramaticais. (75a), que devia servir de ponto de partida para a extração, não tolera nem mesmo o elemento *wh in situ*, o que é tolerado em (73a) e (74a). Assim, a impossibilidade de extrair o objeto de *comer*, exemplificada em (75b), nem se põe. Uma RL sujeito é uma ilha, como também são outros sujeitos sentenciais (ROSS, 1967, p.243). Veja (76) que tem um CP ordinário como sujeito:

- (76) a. ?[Que a Maria beije quem] irrita Pedro?  
 b. \*Quem<sub>i</sub> [que Maria beije t<sub>i</sub>] irrita Pedro?

O mais interessante em relação ao fato de as RLs serem ilhas ocorre com as que são complemento de verbos, como em (77):

- (77) a. A Maria admira [quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> escreveu que livro]?  
 b. \*Que livro<sub>k</sub> a Maria admira [<sub>RL</sub> quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> escreveu t<sub>k</sub>]?

Mesmo se subcategorizadas (L-marcadas), as RLs são ilhas fortes para a extração. Nesse particular, existe um contraste nítido se comparamos as RLs com as interrogativas, que são consideradas ilhas fracas:

- (78) a. A Maria quer saber [quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> escreveu que livro]?  
 b. Que livro<sub>k</sub> a Maria quer saber [quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> escreveu t<sub>k</sub>]?

Isso nos leva a concluir que a periferia esquerda de uma RL e a de uma interrogativa encaixada são de natureza diferente. As interrogativas

devem ter um CP ordinário com um pronome-wh em seu especificador. E, se assumimos a análise de Caponigro (2002) exemplificada em (79), podemos dizer que a RL não permite extração por ser DP:

(79) \*Que livro<sub>k</sub>[<sub>IP</sub> a Maria admira [<sub>DP</sub> quem<sub>i</sub>] [<sub>CP</sub> t<sub>k</sub> [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> escreveu t<sub>k</sub>]]]?

Assim, ao ser extraído, *que livro* teria pulado duas barreiras.

Uma explicação precisa ser feita para as sentenças de (80), abaixo, de Prestes (2012), que põe em dúvida o fato de as RLs serem barreiras para a extração de pronomes relativos:

(80) a. O delegado viu quando Pedro escreveu a carta anônima.  
b. ?Que carta o delegado viu quando Pedro escreveu?

(PRESTES, 2012, p. 36)

Nas palavras da autora, “não se constata aí os efeitos de extração que deveria haver numa relativa” (p. 16).

No entanto, essa “extração” é apenas aparente. O que temos em (80b) é um caso de *parasitic gap*, descrito por Ross (1967) e aprimorado em Chomsky (1982). Segundo esses e outros estudos, o *parasitic gap* é um pronome silencioso que é dependente de outra categoria vazia:

(81) [Que carta]<sub>i</sub> o delegado viu \_\_\_<sub>i</sub> quando Pedro escreveu \_\_\_<sub>i</sub>?

Em (81) há dois verbos, *ver* e *escrever*, cujos complementos estão vazios e parecem ser variáveis (vbl) de *que carta*. A segunda categoria vazia é o *gap parasítico* da primeira, já que precisa da primeira para sobreviver:

(82) \*O delegado viu a carta quando Pedro escreveu \_\_\_?

Desde Engdahl (1983, p.28), sabe-se que o *gap parasítico* é tipicamente encontrado em estruturas que são ilhas-wh, como adjunto ou sujeito (e complemento de verbo, no caso das relativas):

Whereas adverbial clauses are generally considered to be extraction islands in English, [...] parasitic gaps in these domains are accepted. Similarly, extractions out of subjects of tensed sentences usually result in ungrammatical



sentences [...], but sentences where the subjects contain parasitic gaps [...] are surprisingly good.

Portanto, o que ocorre em (80b)/(81) não é um caso de extração de dentro de ilha forte, porque o constituinte *que carta* extraído pertence à sentença matriz. Na encaixada há um caso de *gap parasítico*.

### 1.2.2.3 Requerimento de Compatibilidade

O Requerimento de Compatibilidade é específico das RLs e foi descrito para o inglês por Grimshaw<sup>19</sup> (1977 apud IZVORSKI, 1996, 2000). Um ano depois, a autora publicou em coautoria com Bresnan (1978) o artigo *The syntax of free relatives in English*, no qual retomam e rediscutem o fenômeno. Observe os exemplos delas:

- (83) a. He'll reach [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> whatever height] his father did].  
 b. He'll get [<sub>AP</sub> [<sub>AP</sub> however tall] his father did].  
 (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 336)

Em (83a) e (83b) a categoria do pronome relativo é a mesma de toda a RL: NP e AP respectivamente. Se assumíssemos que o pronome relativo se move para a periferia esquerda da RL, teríamos um problema, porque nada asseguraria ao pronome relativo ser da mesma categoria exigida pelo núcleo da matriz. Para resolver o impasse, Bresnan e Grimshaw (1978) formularam o *Matching Effect* (depois chamado *Matching Requirement*) como uma restrição necessária para que os dois XP's, em configurações como as de (83), “tenham a mesma especificação categorial; do contrário, sentenças mal formadas poderiam ser geradas” (p. 336, tradução nossa):

- (84) a. \*He'll reach [<sub>NP</sub> [<sub>AP</sub> however tall] his father did].  
 b. \*He'll get [<sub>AP</sub> [<sub>NP</sub> whatever height] his father did].  
 (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 337)

---

<sup>19</sup> GRIMSHAW, J. **English Wh-Constructions and the Theory of Grammar**. 1977. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Massachusetts, Amherst, 1977.

Em (84), os pronomes relativos não satisfazem as exigências dos verbos da matriz: *to reach*, que requer um NP como complemento, e *to get* (no sentido de *ficar, tornar-se*), que requer um AP.

Com estudos subsequentes, percebeu-se que o Requerimento de Compatibilidade não ocorre da mesma forma em todas as línguas. No PB, por exemplo, basta o pronome relativo não violar os requerimentos da sentença matriz para a sentença ser gramatical:

- (85) a. Eu só ajudo [(*\*de*) quem eu gosto].  
 b. Eu comprei [(*\*d*)o que eu precisava].  
 c. Eu vou te dar [(*\*com*) o que você sonha].

(NEGRÃO, 1994, p. 1041)

No PB não se verifica o fenômeno *preposition stranding*. Por isso, ao se mover para a periferia esquerda da RL, o pronome relativo deve arrastar consigo a preposição. Se a expressão-wh (preposição + pronome relativo) satisfizer as condições da sentença encaixada (PP em (85)) sem satisfazer as da sentença matriz (DP), ocorrerá incompatibilidade e a sentença será agramatical.

Essa característica, observável nas RLs de várias línguas, ficou conhecida como *Efeito pied-piping* (cf. seção 1.2.3.1): as RLs não podem ser introduzidas por uma preposição. Caso a RL ocorra contígua à preposição, deve ser o caso em que a preposição pertence à sentença matriz:

- (86) João gosta *de* [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> quem a filha detesta]].

Em (86), *gostar* rege a preposição *de*, depois da qual deve haver um DP exatamente como é *quem*.

Se o pronome relativo for complemento de preposição na sentença encaixada, teremos duas situações. Uma que permite o apagamento da preposição encaixada, como vimos em (85) e nas letras c de (53 a 60), repetidas abaixo como (87); e outra que gera sentenças agramaticais pela impossibilidade do apagamento da preposição, como em (88):

- (87) a. [Quem eu gosto ~~de~~] deixará a cidade amanhã.  
 b. João convidou [quem eu gosto ~~de~~].  
 c. Pedro conversou com [quem eu dei o presente ~~a~~].  
 d. ?[O que eu precisava ~~de~~] acabou com minhas economias.  
 e. Eu comprei [o que eu precisava ~~de~~].

- f. Confiou n[~~o~~ que você confia ~~em~~].
- g. [O quanto eu preciso ~~de~~] acabará com minhas economias.
- h. João arrecadou [quanto precisava ~~de~~].

- (88) a. \*Eu conheço [quem a Maria casou ~~em~~].  
 b. \*João detesta [quem o filho anda ~~em~~].  
 c. \*Eu convidei [quem você saiu ~~em~~].

Em (88), estamos frente a preposições lexicais que dificilmente são apagadas, ao contrário das preposições de (85) e (87), que parecem ser funcionais.

Portanto, quanto à compatibilidade, diremos que o pronome relativo das RLs do PB não pode violar as exigências impostas pela sentença matriz. A exceção ocorre quando a RL contém uma preposição lexical. Nesse caso, a sentença formada será agramatical, por ser impossível apagar a referida preposição.

### 1.2.3 Propriedade semântica

De acordo com de Vries (2002), a análise semântica mais difundida na literatura sobre as relativas com núcleo é a que distingue relativas apositivas (ou explicativas) (89a), de restritivas (89b). Nesses casos, a relação semântica se estabelece entre o núcleo nominal e a relativa:

- (89) a. Gil falou com os professores, que falharam no teste de didática.  
 b. Gil falou com os professores que falharam no teste de didática.  
 (de VRIES, 2002, p.16, tradução nossa)

Em (89a), a relativa com núcleo especifica o significado do núcleo nominal: *Gil falou com todos os professores do domínio do discurso (que, a propósito, falharam no teste de didática)*. Nesse caso, o núcleo nominal é o termo mais importante para a construção do sentido da sentença “since the relative is anaphorically linked to the antecedent at a discourse level only [...]; hence the semantic relation is indirect” (de VRIES, 2002, p. 24).

Em (89b), a interpretação semântica traduz uma interseção simétrica de conjuntos: conjunto dos *professores*  $\cap$  conjunto das



Na relativa de grau, o vestígio deixado pelo pronome relativo contém uma expressão de grau nula, *d many mice*, que é movido para SpecCP. Dessa posição, o núcleo *mice* se move para fora do CP, para a posição do núcleo nominal (GROSU; LANDMAN, 1998, p.130):

- (91) The mice that there were (*d many mice*) in the cage.  
(de VRIES, 2002, p. 25)

Assim, o núcleo nominal, *mice*, é derivado através da relativa que contém a expressão *d many mice*. Por isso, os autores dizem que nas relativas de grau é o conteúdo da relativa que é mais importante.

À relativa de grau, uma operação de maximização deve ser aplicada, caso contrário poderíamos supor que se há quatro ratos na gaiola, é verdade que há três ou dois ratos. No entanto, a leitura semântica de (90a)/(91) só é verdadeira se o máximo é levado em conta: *eu olhei todos os ratos da gaiola*.

Uma pausa deve ser feita para explicar que a operação de maximização só é compatível com DPs definidos e/ou DPs universais. Nas relativas de grau, Carlson<sup>23</sup> (1977 apud de VRIES, 2002) mostra que somente DPs definidos e DPs universais são compatíveis com o núcleo nominal:

- (92) I looked at {the/the four/four of the/the many/the few/  
\*four/\*few/\*many/\*some/\*most/} mice that there were in the cage.  
(de VRIES, 2002, p.26)

Essa restrição não ocorre com as restritivas:

- (93) I looked at {some/few/four} mouse that were in the cage.  
(de VRIES, 2002, p.26)

Semelhante às relativas de grau, Caponigro (2003, p.52-54) afirma que as RLs também apresentam semântica de maximização (denotam entidades plurais máximas). No entanto, a leitura maximizada só ocorre com RLs que podem ser parafraseadas por DPs<sup>24</sup>. Dentre os exemplos

<sup>23</sup> CARLSON, Greg. Amount Relatives. **Language**, [S.l.], v.53, p.520-542, 1977

<sup>24</sup> Mesmo em línguas *bare* DPs, como o inglês, essa leitura maximalizada acontece. Veja os exemplos de Caponigro (2003, p.54):

- (i) a. [<sub>FR</sub> What you find at the garage sale] is usually junk.  
b. [<sub>DP</sub> (The) things you find at the garage sale] are usually junk.

apresentados pelo autor para provar que as RLs (DPs) têm semântica maximizada, reproduzimos dois contextos, que apesar de favorecerem uma leitura não maximizada, sendo RLs, terão a leitura maximizada:

1º) Suponha a situação: “Leston foi para a Itália pela primeira vez e provou muitas comidas que ele não conhecia” (p.52, tradução nossa). Sabemos que a culinária italiana tem vários pratos diferentes e provar todos é praticamente impossível. Por isso, entendemos que Leston provou algumas e não todas as comidas desconhecidas por ele. Nesse contexto, a situação descrita em (94a) seria verdadeira e as descritas em (94b) e (94c) seriam falsas ou pelo menos estranhas:

- (94) a. On his Italian trip, Leston tasted [<sub>indefinite DP</sub> (some) dishes he had never tasted before].  
 b. On his Italian trip, Leston tasted [<sub>definite DP</sub> (all) the dishes he had never tasted before].  
 c. On his Italian trip, Leston tasted [<sub>FR</sub> what he had never tasted before].

(CAPONIGRO, 2003, p. 53)

Todas as pessoas consultadas pelo autor consideraram a sentença (94c), que contém uma RL, tão falsa, ou estranha, quanto à (94b) ao representarem a situação descrita anteriormente. “This shows that the DP-like standard FR must refer to all the dishes Leston had never tasted before, i.e. the maximal entity that results from the sum of the atomic dishes Leston had never tasted before” (p. 53).

2º) “Paulo convidou para a conferência [<sub>RL</sub> quem ainda não foi]” (p. 53, tradução nossa). Essa sentença será falsa se pensarmos em uma situação em que Paulo é o diretor de um laboratório e pode enviar à conferência apenas um de seus quinze estudantes; e, que, desses, apenas quatro já foram para a referida conferência. A sentença *quem ainda não foi* só seria verdadeira se o máximo fosse levado em conta. Ou seja, se os onze estudantes que não tinham ido à conferência pudessem participar dela.

Grosu (2002) afirma que a operação de maximização ocorre, porque há um traço [DEF.] em C<sup>25</sup>. O artigo é visto como um operador de maximização. Esse operador mapeia um conjunto de indivíduos

---

<sup>25</sup> Nas relativas restritivas, o traço [PRED] fica a cargo do C; nas apositivas, o traço [REL]. (GROSU, 2002, p. 147).

(**indivíduos atômicos e/ou indivíduos plurais**) em um único conjunto singular máximo (**indivíduo plural máximo**). O indivíduo plural máximo resulta da combinação dos indivíduos atômicos e/ou indivíduos plurais feita por uma operação de soma (+).

- (95) Maximal entity  $\max_p$  of a set of entities P  
 $\max_p = x$  such that  $x \in P$  and  $\forall y \in P y \leq x$

(GROSU, 2002, p. 46)

A explicação de Caponigro (2003, p.45-46) para (95) é a seguinte: Por exemplo, *ração* e *gaiola* são indivíduos atômicos. Cada um apresenta propriedades específicas: o primeiro é comestível; o segundo é uma moradia, não comestível, por exemplo. Ao unirmos os dois indivíduos atômicos, com a operação de soma (*ração+gaiola*), teremos apenas **um** indivíduo plural e a ele é atribuído outras propriedades: podemos pensar que *ração+gaiola* é fundamental para a criação de pássaros, mas apenas *ração* ou apenas *gaiola* não (LINK<sup>26</sup>, 1983 apud CAPONIGRO, 2003, p.45-46).

Caponigro diz, ainda, que podemos unir outras coisas a esse indivíduo, por exemplo: *poleiro* (*ração+gaiola+poleiro*). Intuitivamente, sabemos que esse indivíduo único é formado por unidades menores que podem ser unidas em partes menores: *ração+poleiro*; *poleiro+gaiola*; *gaiola+poleiro+ração*. Assim, dado o conjunto de unidades atômicas mais o conjunto de todas as possibilidades de união dessas unidades atômicas (indivíduos plurais) surgirá uma unidade maior, que é denominada **indivíduo plural máximo** = *ração+gaiola+poleiro*.

Esse indivíduo plural máximo é o único do conjunto que contém todos os indivíduos que fazem parte desse conjunto. Caso haja apenas um indivíduo atômico no conjunto, por exemplo, *ração*, esse indivíduo atômico coincidirá com o indivíduo plural máximo. Por esse motivo, podemos omitir o termo *plural* de **indivíduo (plural) máximo**.

Vejamos como Caponigro aplica essas ideias na semântica das sentenças encaixadas do tipo de (90b) e (90c). Primeiro, observe que as sentenças são iguais, *o que a Maria comprou no pet shop*. Iniciamos pelo predicado de dois lugares, *comprar*, que precisa de dois

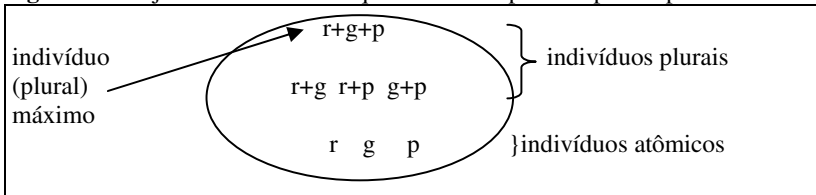
---

<sup>26</sup> LINK, Godehard. The logical analysis of plural and mass terms: A lattice-theoretical approach. In: BAUERLE, R. C. SCHWARZE, A. von Stechow (Ed.). **Meaning, use and interpretation of language**. Berlin: de Gruyter, 1983. p. 302-323.

argumentos para se completar: *Maria*, que é o sujeito, e o vestígio ( $x_1$ ) do pronome-wh, que ocupa a posição do objeto. Esse vestígio não denota um indivíduo (como *Maria*), por isso o IP [<sub>IP</sub> *Maria comprou x* no pet shop] representa uma fórmula aberta, ou seja, existe lá uma variável livre ( $x_1$  - *Maria comprou  $x_1$* ), que precisa ser determinada por uma função. Se atribuirmos o valor de um pronome, *isso*, ao  $x_1$  teríamos - *Maria comprou isso*. O *isso* é visto como uma variável livre cujo valor é atribuído por uma função que depende do contexto.

No exemplo hipotético, a denotação do IP [<sub>IP</sub> *Maria comprou x* no pet shop] será o conjunto de todos os indivíduos atômicos que *Maria* comprou, mais todos os indivíduos plurais resultantes de todas as possíveis ‘somadas’ dos indivíduos atômicos que *Maria* comprou: *ração* ( $r$ ); *gaiola* ( $g$ ); *poleiro* ( $p$ ):

**Figura 1:** Conjunto de indivíduos que *Maria* comprou no pet shop.



**Fonte:** Adaptado de Caponigro (2001, p.57).

Ao combinarmos o pronome-wh, *o que*, com o IP teremos o CP [<sub>CP</sub> *o que* [<sub>IP</sub> *Maria comprou no pet shop*]] ao qual é aplicada uma operação de maximização, que denota um conjunto unitário, um indivíduo (plural) máximo:  $r+g+p$  (cf. Figura 2). Veja que a leitura de (90b), que contém a RL, é algo do tipo *Eu trouxe tudo aquilo que Maria comprou*. A leitura *Eu trouxe apenas algumas coisas que Maria comprou* não é autorizada. Ou seja, a contribuição semântica do pronome-wh é transformar o conjunto descrito na Figura (2) em um conjunto unitário de um indivíduo (plural) máximo. Caso *Maria* tenha comprado somente uma coisa, o único indivíduo atômico e o indivíduo (plural) máximo coincidem.

Para dar conta da diferença semântica entre RLs e interrogativas encaixadas, seguiremos Caponigro (2001, p.58), que recorre a Jacobson<sup>27</sup> (1995), apesar de Caponigro (2003) apresentar uma análise

<sup>27</sup> JACOBSON, P. On the quantificational force of English free relatives. In: BACH, E. et al.(Ed.). **Quantification in natural language**. Kluwer: Dordrecht, 1995. p.451-486.



levemente diferente. Segundo Jacobson, a diferença entre (90b) e (90c) ocorre na aplicação de duas operações semânticas diferentes no CP. Se o CP [<sub>CP</sub> o que Maria comprou] for complemento de um DP, selecionado pelo verbo da matriz, como *trazer* de (90b), ele será uma RL e uma operação de *type-shifting* será aplicada a essa denotação, transformando a sentença encaixada em um objeto, um argumento de tipo <e> (um indivíduo plural máximo).

Ao contrário, se o CP [<sub>CP</sub> o que Maria comprou] for complemento de um predicado interrogativo, como *perguntar* de (90c), ele será uma sentença interrogativa. Nesse caso, uma operação semântica será aplicada e a denotação final será uma única proposição verdadeira que afirma que *Maria comprou todas as coisas que ela comprou*, ou seja, *ração, gaiola e poleiro*. Aqui, o núcleo C contém um traço [INT.]. Ao final, a encaixada denotará um conjunto de proposições do tipo <e,t> que é uma sentença aberta que vai buscar seu valor de verdade nas respostas.

Para as RLs que podem ser parafraseadas por PPs (aquelas introduzidas por *quando*, *onde* e *como*), Caponigro (2003, p.103) afirma que elas não denotam indivíduos máximos por dois motivos: primeiro, porque só DPs apresentam a semântica de maximização; segundo, porque os indivíduos máximos estão sempre em posição argumental. Para o autor (p.104), “The only semantic role that entities can play is, in Fregean terms, to saturate predicates, i.e. they can only be arguments of functions. Therefore, we expect to find entity-denoting expressions only in argument position”. O mesmo posicionamento é apontado em Prestes (2012, p.51): as RLs introduzidas por *quando*, *onde* e *como* “na grande maioria das vezes configuram-se como adjuntos. Ora, um adjunto é um modificador e, portanto, não pode ser um indivíduo”. Sendo assim, as RLs introduzidas pelos pronomes ou advérbios relativos *quando*, *onde* e *como*, não conseguem denotar indivíduos e, portanto, não podem se referir a entidades (plurais) máximas. Nem Caponigro (2003) nem Prestes (2012) apresentam uma análise semântica para essas RLs, apenas mostram que elas não podem ter a semântica de maximalidade. Essa discussão será remetida para trabalhos futuros<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Na versão final desta tese, encontramos o artigo de Caponigro (2008) *The semantic contribution of wh-words and Type Shifts: evidence from free relatives crosslinguistically*, que trata do comportamento semântico das RLs. “FRs crosslinguistically exhibit three different semantic behaviors: DP-like FRs always exhibit maximality, existential FRs never do, while some PP-like

### 1.3 RLs *versus* INTERROGATIVAS ENCAIXADAS

Apesar da diferença semântica entre RLs e interrogativas encaixadas, a distinção entre elas torna-se, por vezes, obscura. Os testes feitos por Prestes (2012) com quatro falantes nativos do PB demonstraram a dificuldade deles em julgar sentenças-wh selecionadas por verbos como: “ignorar, ver, esquecer-se, lembrar-se, saber, revelar, descobrir, perceber” (p.41). Observe:

- (96) a. Maria conhece [quem a Ana convidou para o jantar].  
 b. Maria quer saber [quem Ana convidou para o jantar].  
 c. Maria viu [quem a Ana convidou para o jantar].

As sentenças encaixadas de (96) são idênticas. Apesar disso, (96a) é uma RL, (96b) é uma interrogativa encaixada e (96c), cuja encaixada é selecionada por um dos verbos elencados por Prestes (2012) é ambígua nos termos de Móia (1992)<sup>29</sup>.

Essa semelhança ocorre por causa do pronome-wh utilizado nas RLs e interrogativas. Como apontam Caponigro (2002, p.144; 2003, p.21), van Riemsdijk (2000, p.22) e Citko (2000, p.16), todos os pronomes-wh que introduzem interrogativas também introduzem RLs, com exceção do *why* e do *which* que serão discutidos na sequência. No alemão e no italiano, por exemplo, o pronome-wh utilizado para construir RLs e interrogativas é o mesmo; as relativas com núcleo são introduzidas por outros pronomes-wh. O hebraico é o caso mais interessante. Segundo Caponigro (2003, p.32-35), os pronomes equivalentes a *quem* (*mi*), *o que* (*ma*), *onde* (*eyfo*), *quando* (*matay*) e *como* (*eyx*) podem ser utilizados para formar RLs e interrogativas

---

FRs do, but some others do not.” (p.53). Remetemos o leitor interessado para Caponigro (2008).

<sup>29</sup> Todos os verbos elencados por Prestes (2012, p.41), *ignorar, ver, esquecer-se, lembrar-se, saber, revelar, descobrir e perceber*, também podem ter leitura ambígua para Móia (1992). Talvez esse seja o motivo de os falantes analisados por Prestes apresentarem dificuldade em julgar algumas sentenças encaixadas selecionadas por esses verbos:

- (i) O professor viu quem fez o trabalho. (MÓIA, 1992, p.24)  
 (ii) Descobri o que o Paulo escondeu. (MÓIA, 1992, p.24)  
 (iii) Não sei o que o Paulo sabe. (MÓIA, 1992, p.24)

encaixadas, mas não relativas com núcleo<sup>30</sup>. Caponigro (2002, 2003) afirma ainda que não encontrou nenhuma língua em que o pronome-wh utilizado para formar RLs e relativas com núcleo seja o mesmo e pronomes-wh diferentes sejam utilizados para construir interrogativas.

No que se refere às línguas indo-europeias, Caponigro (2002, p.144) apresenta a seguinte generalização:

*Crosslinguistic Generalization on Wh Words*

Whenever a language allows the wh-elements that introduce wh-Qs [interrogativas] to introduce also relative constructions, it always does so with FRs. HRs [Headed Relatives], instead, can be introduced by elements that are morphologically unrelated to interrogative wh-words.

No PB, executando a mesma metodologia utilizada para as 28 línguas analisadas por Caponigro (2003), chegamos às possibilidades abaixo. A primeira sentença contém sempre uma interrogativa encaixa (wh-INT); a segunda, uma relativa livre (RL) e a terceira uma relativa com núcleo (RN).

(97) **Quem**

- a. Eu quero saber [wh-INT quem estava na festa].
- b. Eu entrevistei [RL quem estava na festa].
- c. \*Eu entrevistei a pessoa [RN quem estava na festa].
- c. Eu entrevistei o garçom [RN por quem você se apaixonou].

(98) **O que**

- a. João quer saber [wh-INT o que Maria escreveu].
- b. João copiou [RL o que Maria escreveu].
- c. \*João copiou a carta [RN o que Maria escreveu].
- c. O texto não especifica o propósito [RN para o que ele foi escrito].

(99) **Quanto**

- a. Eu não perguntei [wh-INT quanto custava o barco].
- b. Eu paguei [RL quanto Pedro pedir (pelo barco)].

---

<sup>30</sup> No hebraico, a distinção entre RL e interrogativa ocorre pela presença do clítico complementizador *še-* que sempre sucede o pronome-wh nas RLs e nas relativas com núcleo, mas é proibido nas interrogativas (CAPONIGRO, 2003, p. 32).

- c. \*Eu pagarei a quantia [RN quanto Pedro pedir (pelo barco)].  
 c. Eu descobri o valor [RN por quanto Pedro vendeu o barco].

(100) **Onde**

- a. Diga-me [wh-INT onde Maria mora].  
 b. Eu nasci [RL onde Maria mora].  
 c. Eu nasci na casa [RN onde Maria mora].  
 d. Eu adoro o lugar [RN onde Maria mora].

(101) **Quando**

- a. Eu não perguntei [wh-INT quando Pedro chega].  
 b. Eu cheguei [RL quando Pedro chegou].  
 c. Eu desmaiei justo no momento [RN quando Pedro entrou na sala].  
 d. Adoro o período [RN quando estou de férias].

(102) **Como**

- a. Eu não perguntei [wh-INT como fazer isso].  
 b. Procedi [RL como Pedro solicitou (que eu procedesse)].  
 c. Procedi da forma [RN como Pedro solicitou].

(103) **Cujo**

- a. \*Não sei [wh-INT cuja foto você guarda].  
 b. \*João encontrou [RL cuja foto você guarda].  
 c. João encontrou a boneca [RN cuja foto você guarda].

(104) **Qual**

- a. Não sei [wh-INT com qual boneca Maria brinca].  
 b. \*Vi [RL a qual Maria brinca].  
 c. Vi a boneca [RN com a qual Maria brinca].

(105) **Que**

- a. Quero saber por [wh-INT que João fotografou o carro].  
 b. \*Eu vi [RL que João fotografou].  
 c. O motivo [RN por que João fotografou o carro] é óbvio.

No PB, não temos o pronome interrogativo do tipo de *why* utilizado nos testes de Caponigro (2003). A categoria *por que* é constituída pela preposição *por* mais o pronome-*wh que*. Na verdade, os pronomes *que* e *qual* de (104) e (105) são tratados como DPs interrogativos porque sempre precedem um nome e porque estão em distribuição complementar com o determinante:

- (106) a. \*Que/qual a/esta boneca Maria brinca?  
 b. \*Que/qual o/este carro João fotografou?  
           DP          NP

A agramaticalidade das sentenças em (106) demonstra que *que/qual* não pode coocorrer com *a/esta* ou *o/este*. Em alguns casos, o nome pode ser uma categoria vazia (*ec*):

- (107) a. Por que motivo João fotografou o carro?  
 b. Por que *ec* João fotografou o carro?

### **Sistematização:**

**Tabela 2:** Distribuição dos pronomes-wh no PB

	Quem	O que	Quant o	Onde	Quan do	Como	Qual	Que	Cujo
IE	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	*
RL	✓	✓	✓	✓	✓	✓	*	*	*
RN	*/✓	*/✓	*/✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Pela Tabela 2, percebemos que há semelhança entre os pronomes-wh que introduzem RLs, relativas com núcleo e interrogativas encaixadas. Ou seja, os pronomes relativos do PB não evidenciam o dito por Caponigro (2003): “1) FRs are not a special case of HRs, namely HRs without a head; and 2) FRs and wh-INTs are closely related, in particular their wh-words are the same lexical items” (p.35-36).

Dado esse fato, é de se esperar a semelhança apontada em (96), entre RL, relativa com núcleo e interrogativa encaixada. No entanto, as relativas com núcleo são facilmente identificadas porque contêm um núcleo nominal adjacente. A dificuldade fica, então, em distinguir uma RL de uma interrogativa encaixada (o que já foi comprovado pela dificuldade dos entrevistados por Prestes (2012) em decidir se uma sentença é ou não RL).

Na literatura, é possível encontrar inúmeros testes para distinguir RLs de interrogativas-wh, nenhum deles livre de problemas. Escolhemos alguns, que foram divididos em dois grupos:

Grupo A: Testes que confirmam o estatuto de interrogativa encaixada:

- (i) substituição da sentença encaixada por expressão claramente interrogativa;
- (ii) inserção do constituinte (*é*) *que*;
- (iii) formação de pergunta;
- (iv) movimento *pied-piping*.

Grupo B: Teste que confirma o estatuto de RL:

- (v) topicalização e inserção de um clítico ou pronome.

**Teste (i):** se substituirmos as sentenças entre colchetes de (96) por uma expressão claramente interrogativa - introduzida pelo *se* (interrogativa sim/não: s/n-INT) ou pelos pronomes-wh interrogativos *qual* ou *que* (wh-INT) - saberemos quais sentenças são interrogativas (MÓIA, 1992; van RIEMSDIJK, 2000; CAPONIGRO, 2003; MARCHESAN, 2008):

- |                         |   |  |
|-------------------------|---|--|
| (108) a. *Maria conhece | } | [s/n-INT <i>se</i> a Ana vem para o jantar]. |
| b. Maria perguntou      |   | [wh-INT <i>qual</i> será o dia do jantar].   |
| c. Maria viu            |   | [wh-INT <i>que</i> dia será o jantar].       |

Das possibilidades de construção de frases, apenas (108a) é agramatical. Assim, podemos assegurar que a sentença encaixada de (96a) não é interrogativa, ao contrário das demais.

**Teste (ii):** proposto por Alvarenga<sup>31</sup> (1981) e adaptado por Baker, M.<sup>32</sup> (1988 apud MEDEIROS Jr., 2005, p.17), consiste na inserção do constituinte (*é*) *que* logo após o pronome-wh<sup>33</sup>:

<sup>31</sup> ALVARENGA, Daniel. **Sobre Interrogativa Indireta no Português**. 1981. Dissertação (Mestrado em Linguística), Belo Horizonte, 1981.

<sup>32</sup> BAKER, M. **Incorporation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

<sup>33</sup> Apesar de inaceitáveis hoje, relativas com núcleo com Comp duplamente preenchido são verificadas no inglês médio, como os exemplos do Penn-Helsinki Parsed Corpus em (i); no sueco em (ii); no alemão, entre outras:

(i) Thy freend *which that* thou has lorn. (SANTORINI; KROCH, 2007)

Teu amigo o-qual que tu tem perdido

'O amigo que tu perdeste'

(ii) Vi at vad some Kalle bjöd oss. - Swedish (BIANCHI, 1999, p.165)

Nós comemos o-que C° Kalle ofereceu a nós.

'Comemos o que Kelle nos ofereceu'.

- (109) a. \*Maria conhece  
 b. Maria perguntou } quem (é) que a Ana convidou para o jantar.  
 c. Maria viu

Para compreender o teste, basta lembrar que o (é) *que* é designado para focalizar constituintes. Nas interrogativas, o pronome-wh é o foco. Já nas RLs, o pronome-wh sozinho não pode ser focalizado:

- (110) a. Quem é que a Ana convidou para o jantar? O Paulo.  
 b. Quem a Ana convidou para o jantar é que deveria chegar cedo.  
 c. \*Quem é que a Ana convidou para o jantar deveria chegar cedo.

Em (110a), uma interrogativa, a inserção do constituinte *é que* é possível, pois está isolando o foco. O mesmo fato não ocorre com as relativas: a agramaticalidade de (110c) se explica pela impossibilidade de focalizar apenas o pronome relativo. O que deve ser o foco é toda relativa, como em (110b).

**Teste (iii):** criado por Jespersen<sup>34</sup> (1909) e descrito em Baker, C.<sup>35</sup> (1968, p.10 apud CAPONIGRO, 2003, p.14), consiste em transformar a sentença matriz em uma pergunta. Nessa conversão, se a encaixada for interrogativa, o pronome-wh utilizado será o *o que*; se a encaixada for RL, o pronome-wh utilizado será o mesmo que a introduz:

- (111) a. Maria conhece [**quem** a Ana convidou para o jantar].  
 b. **Quem** Maria conhece?  
 c. ?\***O que** Maria conhece?
- (112) a. Maria perguntou [**quem** a Ana convidou para o jantar].  
 b. \***Quem** Maria perguntou?  
 c. **O que** Maria perguntou?
- (113) a. Maria viu [quem a Ana convidou para o jantar].  
 b. **Quem** Maria viu?  
 c. **O que** Maria viu?

<sup>34</sup> JESPERSEN, Otto. **A modern English grammar on historical principles**. London: George Allen and Unwin, 1909.

<sup>35</sup> BAKER, Carl L. **Indirect questions in English**. 1968. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Illinois, Urbana, 1968.

Pelo teste, a sentença encaixada de (111a) é uma RL. Veja que na formação da pergunta, o pronome utilizado foi o *quem*. (112a) contém uma interrogativa encaixada, já que a pergunta foi feita com o pronome *o que*. Por fim, (113a) é ambígua, pois aceitou ambas as formações de pergunta: com o mesmo pronome-wh de (113a) *quem*, e com o *o que*.

Dada a natureza do teste, ele não funciona para distinguir RLs e interrogativas encaixadas introduzidas por *o que*:

- (114) a. João comeu [RL **o que** a Ana cozinhou].  
 a'. João perguntou [wh-INT **o que** a Ana cozinhou].  
 a". **O que** João comeu?

**Teste (iv):** proposto por Mória (1992), o teste consiste na substituição da sentença encaixada por uma que envolva movimento *pied-piping*:

- (115) a. \*Maria conhece  
 b. Maria perguntou  
 c. Maria viu } [com quem]<sub>i</sub> João falou t<sub>i</sub>.

Esse teste é bloqueado nas RLs devido ao Efeito *pied-piping*.

**Teste (v):** do grupo B, confirma se as sentenças encaixadas de (96) são ou não RLs. Esse teste, apresentado por Mória (1992), é formado por duas etapas. A primeira é parafrasear a sentença encaixada por um DP:

- (116) a. Maria conhece [DP *a(s) pessoa(s)* que a Ana convidou para o jantar].  
 b. Maria perguntou [DP *o nome da(s) pessoa(s)* que a Ana convidou para o jantar].  
 c. Maria viu [DP *a(s) pessoa(s)* que a Ana convidou para o jantar].

Veja que a paráfrase não garante a distinção RL/interrogativa.

Sabemos que o pronome-wh sempre precede o nome nas interrogativas e sempre sucede o nome nas relativas (Miotto, c.p. em Marchesan, 2008):

- (117) a. Interrogativas = wh+NP  
 [wh-INT **Que pessoa**] Maria convidou para a festa?



b. Relativas = NP+wh

[<sub>DP</sub> A [<sub>NP</sub> **pessoa que**]] Maria convidou não veio.

Morei [<sub>PP</sub> em [<sub>DP</sub> O [<sub>NP</sub> **lugar onde**]]] Maria nasceu.

Sendo assim, a possibilidade de inserção de DP+wh *a(s) pessoa(s) que* em (116) afirmaria que todas são relativas. Para resolver esse problema, temos que lembrar que alguns verbos como *saber*, *achar* e *dizer*, trazem implícito o pronome interrogativo *qual* + o verbo *ser*<sup>36</sup>:

(118) Maria perguntou qual (é) o nome da(s) pessoa(s) que a Ana convidou para o jantar.

Essa ausência do pronome-wh é chamada por Grosu (2003, p.14), de *concealed question* (questão escondida). Por isso, (116b) é bem formada, ou ligeiramente ruim.

Retornando ao teste (v), a segunda etapa é topicalizar as sentenças entre colchetes de (116) e inserir um clítico acusativo:

(119)

a. As pessoas que a Ana convidou para o jantar, a Maria conhece-**as**.

b. \*As pessoas que a Ana convidou para o jantar, a Maria perguntou-**as**.

c. As pessoas que a Ana convidou para o jantar, a Maria viu-**as**.

Dessa forma, conseguimos confirmar que (96b) não pode conter RL.

Assim, a partir dos testes aplicados as sentenças (96) chegamos à conclusão de que (96a) contém uma RL; (96b) contém uma interrogativa e (96c) é ambígua pois passou em todos os testes.

É justamente por causa de sentenças como (96c) que fizeram Prestes (2012) concluir “que há uma zona de instabilidade muito forte dentro do que se costuma chamar de sentenças interrogativas indiretas. [...]. Portanto, os testes que levam a afirmar 'se não é uma é outra' são inconsistentes” (p.47).

Em relação à sentença ambígua (96c), repetida em (120a) abaixo, diremos que é o verbo *ver* que provoca a ambiguidade: ele pode

---

<sup>36</sup> Mória diz que o verbo *ser* apagado é identificacional. Para ele, o que temos em construções como (116b) é uma interrogativa encaixada equativa na qual ocorreu a elipse do pronome interrogativo *qual* e do verbo *ser* identificacional.

selecionar tanto um complemento não interrogativo (120b), como um interrogativo (120c). No primeiro caso, *ver* tem sentido de *conhecer* ( $\cong$  *é afirmado que Maria conhece a lista das pessoas...*). No segundo caso, *ver* tem sentido de *saber* ( $\cong$  *é perguntado se Maria sabe quais são as pessoas...*):

- (120) a. Maria viu [<sub>wh-INT/RL</sub> quem a Ana convidou para o jantar].  
 b. Maria viu [<sub>DP</sub> a(s) pessoa(s) que a Ana convidou para o jantar].  
 c. Maria viu [<sub>s/n-INT</sub> se a Ana convidou Paulo para o jantar]?

No PB, além dos verbos - *ignorar*, *ver*, *esquecer-se*, *lembrar-se*, *saber*, *revelar*, *descobrir* e *perceber* – elencados por Prestes (2012) e Mória (1992), parece que os verbos de sensação (citados por Caponigro (2003) para o inglês<sup>37</sup>) também provocam essa dificuldade de julgamento entre RLs e interrogativas, pois podem selecionar ambas as sentenças:

- (121) a. Prove [<sub>RL</sub> o que João cozinhou]!  
 a. Prove [<sub>s/n-INT</sub> se João colocou sal suficiente na sopa]!  
 b. Apenas cheire [<sub>RL</sub> o que está ao seu redor].  
 b. Por favor, cheire [<sub>s/n-INT</sub> se o arroz não está estragado].  
 c. Fique em silêncio e escute [<sub>RL</sub> o que está ao seu redor].  
 c. Fique em silêncio e escute [<sub>s/n-INT</sub> se o Paulo está chorando].  
 d. Você ouviu [<sub>RL</sub> o que deveria ouvir].  
 d. Ouça [<sub>s/n-INT</sub> se há alguém por perto] antes de invadir a casa.  
 f. Apenas veja [<sub>RL</sub> quem ganhou na loteria].  
 f. Por favor, veja [<sub>s/n-INT</sub> se o arroz não está queimado].

Em línguas como italiano, alemão e espanhol as leituras de (121a) são expressas por itens lexicais diferentes (CAPONIGRO, 2003, p.13).

Assim, diremos que os testes (i) a (v) funcionam apenas para as sentenças encaixadas selecionadas por verbos não ambíguos<sup>38</sup>. No caso

<sup>37</sup> Caponigro (2003, p.14) apresenta o seguinte exemplo de verbo de sensação:  
 (i) a. Test [<sub>FR</sub> what Adam cooked]!

b. Test [<sub>y/n-INT</sub> whether Adam put enough salt in the soup]!

<sup>38</sup> Além dos testes apresentados, há outros, como a inserção de *the hell* (McCawley, 1998, p.456 apud Caponigro, 2003, p.15) ou *else* (Ross, 1967, p.39-40) logo após o pronome-wh, para confirmar o estatuto de interrogativa encaixada; inserção de *-ever* (Bresnan; Grimshaw, 1978)

das encaixadas selecionadas por verbos ambíguos, como os citados por Prestes (2012) e por Caponigro (2003), a opção é pela distinção contextual.

#### 1.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos as características das RLs do PB seguindo, sobretudo, os trabalhos de Mória (1992, 2001) e Ferreira (2007), que analisam as RLs do PE; Medeiros Jr. (2005) e Marchesan (2008), que analisam as RLs do PB; e Caponigro (2001; 2003) e de Vries (2002) que analisam línguas de diversas famílias.

Primeiro, procuramos diferenciar duas sentenças encaixadas que são introduzidas por pronomes relativos: relativa com núcleo e RL. A distinção entre elas se faz pela presença ou ausência do núcleo nominal: a primeira tem um núcleo nominal; a segunda, não tem, nem pode ter, um núcleo nominal. Nas RLs, os pronomes relativos (*quem, o que, quanto, quando, onde e como*) incorporam semanticamente o nome que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo (*pessoa, coisa, quantia, tempo, lugar e modo*).

Na sequência, procuramos assentar três propriedades das RLs: propriedades lexicais, propriedades sintáticas e propriedades semânticas.

Os pronomes relativos *quem, o que e quanto* têm natureza nominal e por isso podem ser parafraseados por DPs. Nessa conversão, esses pronomes não podem ocorrer adjacentes a um núcleo nominal a não ser que uma preposição quebre a adjacência entre eles. Apresentamos, também, argumentos para afirmar que a sequência *o que* pode ser um pronome relativo [<sub>DP</sub> *o que*] quando introduz uma RL, e também pode conter os constituintes separados [*o*], demonstrativo, e [*que*], complementizador, quando introduz uma relativa cujo núcleo nominal é recuperado anaforicamente. Já os pronomes *quando, onde e como* são ambíguos entre AdvP e DP. Assim, as relativas introduzidas por esses pronomes podem ou não ser RL. Não são RLs quando, para não violar os Requerimentos de Compatibilidade, forcem a recuperação do núcleo nominal implícito. São RLs quando não apresentam Efeitos de Compatibilidade.

---

para confirmar o estatuto de RL etc. Esses, também falham na distinção de encaixadas selecionadas por verbos ambíguos.

Sintaticamente, por sua natureza nominal, as RLs encabeçadas por *quem*, *o que* e *quanto* ocorrem em posições prototípicas de DPs: sujeito, complemento de verbo e complemento de preposição. Já as RLs encabeçadas por *quando*, *onde* e *como*, por sua natureza oblíqua, funcionam como adjunto (adverbial) ou como complemento de preposição ou de verbos que subcategorizam complementos oblíquos. Ademais, as RLs são ilhas-wh; apresentam efeito *pied-piping*, efeito *preposition stranding* e adjacência absoluta entre o pronome relativo e o núcleo nominal nulo. Como regra geral, apresentamos o Requerimento de Compatibilidade, segundo o qual a expressão-wh da RL do PB tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz.

Semanticamente, as RLs que podem ser parafraseadas por DPs têm semântica maximizada. Para aquelas parafraseadas por PP, deixamos para trabalhos futuros a análise da sua leitura semântica.

Por fim, na última parte do capítulo tentamos fazer uma distinção entre interrogativas encaixadas e RLs. Para tanto, apresentamos vários testes divididos entre os que confirmam o estatuto de interrogativa à sentença encaixada: substituição da sentença encaixada por uma expressão claramente interrogativa; inserção do constituinte (*é que* e formação de pergunta; movimento *pied-piping*; E, aquele que confirma o estatuto de relativa: topicalização com inserção de um clítico ou pronome. Esses testes nos fornecem um diagnóstico mais seguro para distinguir RLs de interrogativas, mas falham naquelas sentenças encaixadas selecionadas por verbos ambíguos, como *ver*, *provar*, *cheirar* etc., que dão a sentença uma leitura maximizada ou existencial. A solução encontrada nesses casos será contextual: se o verbo afirmar a veracidade da sentença encaixada, temos uma RL; se questioná-la, temos uma interrogativa encaixada.

## 2 REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE

Neste capítulo, trataremos de uma condição que opera sobre RLs, o Requerimento de Compatibilidade formulado por Grimshaw (1977 apud IZVORSKI, 1996, 2000; VOGEL, 2001) e depois por Bresnan e Grimshaw (1978).

Tal como formulado pelas autoras, o Requerimento de Compatibilidade exige que o pronome relativo respeite as exigências de categoria e Caso de um núcleo da sentença matriz e encaixada, simultaneamente.

No entanto, Vogel (2001, 2002) afirma que no texto de 1981, Groos e Riemsdijk observaram que nem todas as línguas se submetiam ao Requerimento de Compatibilidade tal qual formulado pelas autoras. Para eles, essa característica é paramétrica, varia entre as línguas, e depende da função sintática que a RL exerce na sentença matriz. Em estudos subsequentes, Grosu<sup>39</sup> (1994), citado por Citko (2000, p.8), dividiu as línguas naturais em três tipos: línguas com Requerimentos de Compatibilidade Pleno, línguas com Requerimentos de Compatibilidade Parcial e línguas sem Requerimentos de Compatibilidade. A partir desse pressuposto, vários autores estabeleceram as regras desses Requerimentos: Hirschbühler e Rivero (1983) para o catalão, inglês antigo, holandês e francês moderno; Izvorski (1996) para o grego moderno e búlgaro; Izvorski (1997) para o eslavo; van Riemsdijk (2000) para o inglês, alemão e holandês; Vogel (2001, 2002) para o alemão, francês e inglês; Mória (1992) e Ferreira (2007) para o PE, entre outros. Um apanhado geral das observações desses autores pode ser encontrado em Marchesan (2008). Neste capítulo, apresentaremos rapidamente como ocorre o Requerimento de Compatibilidade em algumas dessas línguas e despendemos mais atenção na apresentação do Requerimento de Compatibilidade do PB.

Iniciamos o capítulo (2.1) apresentando o que é o Requerimento de Compatibilidade através de dados do PB. Na sequência (2.2), faremos uma rápida passagem por diversas línguas naturais para dividi-las entre as que apresentam Requerimento de Compatibilidade Pleno e as que apresentam Requerimentos de Compatibilidade Parcial. Veremos que o PB, seção (2.3), por ser uma língua sem marcação de Caso na morfologia visível, se encaixa no segundo grupo, apresenta apenas restrições de combinação categorial. Por fim, na seção (2.3.2),

---

<sup>39</sup> GROSU, A. **Three studies in locality and case**. London: Routledge, 1994.

observaremos dois grupos de sentenças que parecem ser RLs e que não respeitam o Requerimento de Compatibilidade: RLs em posição de sujeito introduzidas por preposição; e RLs na função sintática de objeto direto introduzidas por preposição (conhecidas como RLs infinitivas). No decorrer dessa última seção, argumentaremos em favor da manutenção da regra geral do Requerimento de Compatibilidade e da exclusão dessas sentenças do rol das RLs.

## 2.1 DEFINIÇÃO

Nas relativas com núcleo, é o núcleo nominal que satisfaz as exigências de um núcleo da sentença matriz e o pronome relativo ou o OP (Operador Vazio), correferente à *ec*, que satisfaz as exigências de um núcleo da sentença encaixada:

- (1) a. Paulo conhece [<sub>DP</sub> o rapaz [<sub>RN</sub> [<sub>PP</sub> a quem]<sub>i</sub> eu dei o livro *ec*]<sub>i</sub>].  
 b. Paulo foge [<sub>PP</sub> da menina [<sub>RN</sub> [<sub>PP</sub> que]<sub>i</sub> o *ec*<sub>i</sub> roubou]].

Como vimos no capítulo anterior, pela Teoria *Standard*, as relativas com núcleo são sempre adjunto do núcleo nominal. Em (1a) e (1b), adjunto de *rapaz* e *menina* respectivamente. Por ser adjunto, a relativa pertence ao DP que exerce uma função sintática na sentença matriz. Em (1a), o verbo *conhecer* seleciona o DP [<sub>DP</sub> o rapaz a quem eu dei o livro] como seu argumento interno e a ele atribui Caso acusativo. Já o pronome relativo *quem*, correferente à *ec*, (precedido pela preposição *a* que lhe atribui Caso oblíquo) satisfaz os requisitos do verbo *dar* da sentença encaixada, que seleciona um PP como seu argumento [<sub>PP</sub> a quem]. Em (1b), o DP [<sub>DP</sub> a menina que o roubou] é selecionado pela preposição *de* que lhe fornece Caso oblíquo. E todo PP [<sub>PP</sub> da menina que o roubou] atende as exigência do verbo da sentença matriz *fugir*. Os requisitos do verbo da sentença encaixada *roubar* são satisfeitos pelo, vamos dizer, pronome relativo *que*, correferente à *ec*, que recebe Caso nominativo da flexão 1ª do verbo *roubar*. Em resumo, nas relativas, o núcleo nominal mais a relativa satisfazem as exigências de Caso e categoria de um núcleo da sentença matriz e o pronome relativo (ou o OP), correferente à *ec*, satisfaz as exigências de Caso e categoria de um núcleo da sentença encaixada.

Diferentemente das relativas com núcleo, as RLs não têm, nem podem ter, um núcleo nominal adjacente. Por isso, são introduzidas por

pronomes relativos que têm que desempenhar uma função na sentença matriz e, através da *ec*, correferente ao pronome relativo, uma função na relativa:

- (2) a. [<sub>RL</sub> Quem<sub>i</sub> *ec*<sub>i</sub> come tudo] ganha sobremesa.  
 b. João comprou [<sub>RL</sub> [o que]<sub>i</sub> Analice queria *ec*<sub>i</sub>].

Em (2a) o pronome relativo *quem*, encabeça a RL que exerce a função de sujeito da sentença matriz, um DP, que recebe Caso nominativo da flexão I<sup>o</sup> do verbo *ganhar*. Na sentença encaixada, o pronome relativo, correferente à *ec*, também é um DP, sujeito da sentença encaixada. Em (2b), o pronome relativo DP *o que* introduz a RL que funciona como objeto direto do verbo *comprar* que lhe atribui caso acusativo. Na encaixada, o pronome relativo também funciona como objeto direto, só que do verbo *querer*.

Ou seja, para que a RL satisfaça os requisitos da sentença matriz, ela tem que ser introduzida por um pronome relativo que seja compatível com a função que a RL exerce na sentença matriz. Assim, o pronome relativo tem papel duplo: encabeçar a RL que exerce uma função na sentença matriz e, ao mesmo tempo, exercer uma função na sentença encaixada:

- (2') a. [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> Quem]<sub>i</sub> *ec*<sub>i</sub> come tudo] ganha sobremesa.  
 b. João comprou [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> o que]<sub>i</sub> Analice queria *ec*<sub>i</sub>].

RL cujo pronome relativo não é compatível com a função que a RL exerce na sentença matriz, é agramatical:

- (3) a. \*Eu convidei [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> quem]<sub>i</sub> você saiu [<sub>PP</sub> com *ec*<sub>i</sub>]].  
 b. \*Eu convidei [<sub>DP</sub> [<sub>PP</sub> com quem]<sub>i</sub> você saiu *ec*<sub>i</sub>].  
 c. \*Eu convidei [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> quem]<sub>i</sub> você saiu [<sub>PP</sub> ~~com~~ *ec*<sub>i</sub>]].  
 d. Eu convidei [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> quem]<sub>i</sub> você conhece *ec*<sub>i</sub>].

Analisando dados como os apresentados até aqui, Grimshaw (1977 apud IZVORSKI, 1996, 2000; VOGEL, 2001) e depois Bresnan e Grimshaw (1978) concluíram que nas RLs a categoria e o Caso do pronome relativo devem ser iguais aos da RL. Tal proposta, denominada Requerimentos de Compatibilidade, é esquematizada por Izvorski (1996, p.89, tradução nossa) da seguinte forma:

## (4) Requerimento de Compatibilidade:

- a. Compatibilidade Casual:  $[_{RL} \text{wh-Caso}_i \dots] - \text{Caso}_i$   
 b. Compatibilidade Categorial:  $[_{RL} [\text{wh}]_{XP_i} \dots]_{XP_i}$

A condição em (4) afirma que o pronome relativo (representado pelo *wh*) da RL deve ser da categoria e com o Caso requeridos pela posição em que a RL se encontra na sentença matriz e encaixada simultaneamente.

As agramaticalidades de (3), acima, são explicadas pela falta de Compatibilidade Categorial (4b). O PB não permite preposição órfã (3a). (3b) é agramatical porque o PP *com quem* satisfaz as condições para ser adjunto da RL, mas não preenche as condições para encabeçar a RL que deve ser um DP, objeto direto do verbo *convidar*. O apagamento da preposição lexical *com* não confere gramaticalidade a (3c), porque atende aos requisitos da matriz, mas não aos da encaixada. Já (3d) é gramatical: o pronome relativo *quem* atende aos requisitos da sentença matriz, introduzindo a RL que funciona como objeto direto de *convidar*; e aos requisitos da sentença encaixada, funcionando como objeto direto de *conhecer*.

A compatibilidade Casual (4a) ocorre em línguas com marcação de Caso na morfologia visível, como o francês, inglês e alemão (VOGEL, 2001, 2002; HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983). No PB, apesar de haver compatibilidade de Caso em (3d) – o pronome relativo e toda RL recebem Caso acusativo dos verbos *conhecer* e *convidar*, respectivamente – ela não é relevante para a (a)gramaticalidade da sentença:

(5) Eu falei com  $[_{DP} [_{DP} \text{quem}_i \text{ você conhece } ec_i]]$ 

Em (5), todo PP *com quem você conhece* é argumento interno do verbo *falar* da sentença matriz. O pronome relativo *quem* que encabeça a RL é complemento da preposição *com* e recebe dela Caso oblíquo. Na sentença encaixada, o pronome relativo, correferente à *ec*, é argumento interno do verbo *conhecer* e recebe dele Caso acusativo. Essa incompatibilidade de Casos é possível porque no PB há sincretismo de Casos: o *quem*, por exemplo, tem a mesma forma para o oblíquo, acusativo e nominativo. Ou temos caso abstrato.

Com o estudo do Requerimento de Compatibilidade das RLs de várias línguas naturais, percebeu-se que (4) é parametrizado dependendo da língua e da função sintática que a RL exerce na sentença (GROOS; RIEMSDIJK, 1981; VOGEL, 2001, 2002). Assim, Grosu (1994 apud



CITKO, 2000, p.8) dividiu as línguas entre aquelas que têm RLs com Requerimento de Compatibilidade Pleno (inglês, francês, hebraico, russo, italiano, búlgaro, servo-croata, holandês, norueguês, entre outras); aquelas com Requerimento de Compatibilidade Parcial (finlandês, espanhol, catalão, romeno, islandês, gótico<sup>40</sup>, grego moderno) e aquelas que não apresentam Requerimentos de Compatibilidade<sup>41</sup> (latim, os primeiros estágios das línguas românicas, alemão antigo e possivelmente o gótico).

## 2.2 REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE NAS LÍNGUAS

### 2.2.1 Línguas com Requerimento de Compatibilidade Pleno

Nas línguas com Requerimento de Compatibilidade Pleno, o pronome relativo deve respeitar as exigências de Caso e de categoria de um núcleo da sentença matriz e encaixada simultaneamente. É o caso do inglês e francês (citados por VOGEL, 2001, 2002; IZVORSKI, 1996; HIRSCHBÜHLER; RIVEIRO, 1983), hebraico, russo e italiano (citados por GROSU, 1994 apud CITKO, 2000), holandês, variante C do alemão<sup>42</sup> (citados por GROOS; van RIEMSDIJK, 1981; HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983 e VOGEL, 2001, 2002), norueguês (citado por ÁFARLI<sup>43</sup>, 1994 apud VOGEL, 2001) e búlgaro e servo-croata<sup>44</sup> (IZVORSKI, 1996):

---

<sup>40</sup> Vogel (2001, 2002) afirma que o gótico é uma língua com Requerimento de Compatibilidade Parcial. Ao contrário, Grosu (1994) acredita que o gótico é provavelmente uma língua sem Requerimento de Compatibilidade.

<sup>41</sup> Essas línguas que não apresentam Requerimentos de Compatibilidade são apenas citadas nos trabalhos. Não há exemplificações, por isso, não faremos uma seção para elas.

<sup>42</sup> Vogel (2001, 2002) divide o alemão em três variantes: variante A e variante B, que apresentam atração de caso, como veremos a seguir; e a variante C, que é a que possui Requerimento de Compatibilidade sempre/em todas as posições sintáticas.

<sup>43</sup> ÁFARLI, Tor A. A promotion analysis of restrictive relative clauses. **The Linguistic Review**, n.11, p. 81–100, 1994.

<sup>44</sup> Quando a RL do servo-croata está em posição de sujeito parece que é permitida a violação do Requerimento Compatibilidade categorial (i) e casual (ii):

- (6) a. \*Pomoći će [<sub>FR</sub> **kome** / **ko** god dodje prvi].  
 Ajudará-3sg quem<sub>DAT</sub>/ quem<sub>NOM</sub> quer-que chegar primeiro.  
 'Ele ajudará quem chegar primeiro'.
- b. Pomoći će [<sub>FR</sub> **kome** god oni pomognu].  
 Ajudará-3sg quem<sub>DAT</sub> quer-que eles ajudam.  
 'Ele ajudará quem eles ajudam.'
- (IZVORSKI, 1996, p.101)

As sentenças de (6) são do servo-croata. Em (6a), se o pronome relativo, que introduz a RL, satisfizer as condições de dativo, *kome* (*quem*), disponibilizado pelo verbo da sentença matriz, a sentença será agramatical. A agramaticalidade permanece se o Caso realizado for o da encaixada, *ko* (*quem*), nominativo. Ou seja, (6a) é agramatical, porque o pronome relativo não consegue satisfazer as exigências de Caso das sentenças matriz e encaixada simultaneamente. A agramaticalidade se resolve ao trocarmos o verbo da encaixada por um que atribua o mesmo Caso dativo atribuído pelo verbo matriz. É o que ocorre em (6b). Em ambas as sentenças o pronome relativo e a RL são DPs.

## 2.2.2 Línguas com Requerimento de Compatibilidade Parcial

As línguas com Requerimento de Compatibilidade Parcial ocorrem em termos de Compatibilidade de Caso. Ou seja, quando o Caso fornecido pelo núcleo da sentença matriz não é compatível com aquele fornecido pela sentença encaixada. Essa incompatibilidade de Casos se revela de três formas: ou há sincretismo de Casos, ou o pronome relativo realiza apenas um dos Casos, ou há um clítico resumptivo que recebe o Caso de um dos núcleos envolvidos na

- 
- (i) [<sub>RL</sub> **S kime** god budeš pricao] osvojiće šampionat.  
 Com quem quer-que tu falou ganhará o-campeonato.
- (ii) [<sub>RL</sub> **Kome** god budeš pomogao] osvojiće šampionat.  
 Quem quer-que tu ajudou ganhará o-campeonato.

(IZVORSKI, 1996, p.91)

Voltaremos a esse assunto na seção (2.3.2.1) “RLs que funcionam como sujeito” e argumentaremos para provar que sentenças com (i) são, na verdade, relativas com núcleo nominal implícito.

construção da sentença (van RIEMSDIJK, 2000). Em qualquer das possibilidades, o Requerimento de Compatibilidade ocorre apenas em termos de Compatibilidade Categorial.

O sincretismo de Casos ocorre em línguas que têm pronomes relativos com a mesma forma para um ou mais Casos abstratos, como alguns pronomes relativos do alemão e do polonês; e em línguas sem marcação de Caso morfológico, como o PB. No alemão, por exemplo, o pronome relativo *was* tem a mesma forma para o nominativo e acusativo:

- (7) Was du gekocht hast ist schimmlig.  
 O+que você cozinhou está mofado.  
 (RIEMSDIJK, 2000, p.18)

Em (7), o pronome relativo *was* pode “escolher” o seu Caso: receber acusativo do verbo *gekocht* (*cozinhar*) da sentença encaixada, já que é seu argumento interno; ou receber nominativo da flexão I<sup>o</sup> do verbo *ist* (*estar*) da sentença matriz, já que encabeça a RL que é sujeito da sentença.

No polonês, o pronome relativo *quem* tem a mesma forma *kogo* para o acusativo e genitivo:

- (8) Jan nienawidzi **kogo** (kolwiek)<sub>ACC/GEN</sub> Maria lubi **e**<sub>ACC</sub>.  
 João odeia quem (quer-que) Maria gosta.  
 (CITKO, 2000, p.10)

A segunda possibilidade de incompatibilidade de Casos ocorre quando o pronome relativo realiza o Caso de apenas um dos núcleos envolvidos na construção da sentença. Vogel (2001, 2002), que trabalha com a Teoria da Otimalidade, coloca nesse grupo o islandês, alemão A, alemão B, gótico, romeno e grego moderno. O interessante dessas línguas é que mesmo não havendo Requerimento de Compatibilidade casual, há certa regularidade nas marcações de Caso.

No islandês, o pronome relativo realiza o Caso atribuído por um núcleo da sentença matriz e apaga o Caso que seria fornecido por um núcleo da sentença encaixada:

- (9) Ég hjálpa hverjum / \*hvern (sem) ég elska.  
 Eu ajudo quem<sub>DAT</sub> / \*quem<sub>ACC</sub> (que) eu amo.  
 (VOGEL, 2001, 2002)

(9) só é gramatical se o pronome relativo realizar o Caso dativo *hverjum* (*quem*) atribuído pelo verbo *hjálpa* (*ajudar*) da sentença matriz.

Ao contrário do islandês, na variante A do alemão, o pronome relativo sempre carrega o Caso atribuído por um núcleo da sentença encaixada e apaga aquele atribuído por um núcleo da sentença matriz:

- (10) Er zerstörte was / wer ihm begegnete.  
 Ele destruiu o+que/quem<sub>NOM</sub> ele<sub>DAT</sub> afrontou.  
 ‘Ele destruiu o que/quem o afrontou’.

(VOGEL, 2001, 2002)

Em (10), o pronome relativo *wer* (*quem*) tem a forma nominativa, atribuída pela flexão I<sup>o</sup> do verbo da sentença encaixada *begegnete* (*afrontar*). Também é possível que o pronome relativo tenha a forma neutra *was*. Nesse caso, não sabemos quem é o atribuidor de Caso já que esse pronome apresenta sincretismo de Caso (cf. (7)). Segundo Vogel (2001, 2002), o Caso atribuído por um núcleo da sentença matriz só não pode ser apagado se ele for da forma oblíqua (dativo, genitivo ou PP). Nesse caso, a RL tem Requerimento de Compatibilidade Pleno.

Na variante B do alemão, as RLs são sensíveis a seguinte hierarquia de Casos: nominativo < acusativo < dativo, genitivo, PP (PITTNER<sup>45</sup>, 1991 apud VOGEL, 2001, 2002):

- (11) a. \*Er zertörte, wer ihm begegnete.  
 Ele destruiu quem<sub>NOM</sub> o<sub>DAT</sub> afrontou.  
 b. Ihm begegnete, wen er zerstören wollte.  
 ele<sub>DAT</sub> afrontou quem<sub>ACC</sub> ele destruir queria.  
 ‘Quem ele queria destruir o afrontou’.

(VOGEL, 2001, 2002)

Pela hierarquia de Casos apresentada por Pittner, o Caso mais marcado é o que está mais à direita. Para ser gramatical, o Caso deve ser atribuído por um núcleo da sentença encaixada e esse Caso deve ser mais marcado/mais especificado do que aquele fornecido por um núcleo da sentença matriz. Ao contrário do alemão A (cf. 9), no alemão B, (11a) é agramatical. O pronome relativo *wer* (*quem*) realiza o Caso nominativo atribuído pela flexão I<sup>o</sup> do verbo *begegnete* (*afrontar*) da sentença

<sup>45</sup> PITTNER, Karin. Freie relativsätze und die kasushierarchie. In: FELDBUSCH, E. (Ed.). **Neue Fragen der Linguistik**, 1991. p.341–347.

encaixada. No entanto, o caso mais marcado, que foi apagado, seria o acusativo atribuído pelo verbo *zertörte* (*destruir*) da sentença matriz. Em (11b), o Caso mais marcado é o acusativo atribuído pelo verbo *zerstören* (*destruir*) da sentença encaixada. O nominativo, disponibilizado pela flexão I<sup>o</sup> do verbo *begegnete* (*afrontar*), por ser menos marcado, é apagado.

A mesma hierarquia de Casos do alemão B vale para o gótico e para o romeno. Essas línguas, porém, são mais flexíveis. Apenas exigem que o Caso mais marcado seja o realizado pelo pronome relativo:

(12) Romeno:

- a. Cuí í se dă de mîncare trebuie să muncească.  
 Quem<sub>DAT</sub> ele mesmo dar de comer deve SUBJ trabalhar.  
 ‘Quem quer comida deve trabalhar’.

Gótico:

- b. Jah po-ei ist us Laudeikaion jus ussigwaid.  
 E ACC-compl é de Laodicea você lê.  
 ‘E você lê o que é de Laodicea’.

(VOGEL, 2001, 2002)

Em (12a), do romeno, o Caso mais marcado é o dativo, atribuído ao pronome relativo *cuí* (*quem*) pelo verbo da sentença encaixada *dă* (*dar*). Em (12b), do gótico, o Caso mais marcado é o atribuído pelo verbo da sentença matriz *ussigwaid* (*ler*). O Caso nominativo de ambas as sentenças de (12) são apagados por serem menos marcados.

Por fim, o grego moderno:

- (13) Agapo opjon / \*opjos me agapa.  
 Amo quem<sub>ACC</sub> / \*quem<sub>NOM</sub> me ama. (VOGEL, 2001, 2002)

Nessa língua, o pronome relativo realiza o Caso atribuído por um núcleo da sentença matriz. Em (13), o Caso realizado pelo pronome relativo tem que ser o acusativo, *opjon* (*quem*), atribuído pelo verbo *apago* (*amar*) da sentença matriz. No entanto, se o Caso atribuído por um núcleo da sentença encaixada for da forma oblíqua, um clítico resumptivo terá que ser inserido para receber esse Caso:

- (14) Tha voithiso opjon tu dossis to onama um.  
 Ajudarei quem+quer+que<sub>ACC</sub> clít.<sub>GEN</sub> der o nome meu.  
 ‘Ajudarei quem tu deres meu nome’ (VOGEL, 2001, 2002)

Em (14), o clítico *tu* é inserido para receber o Caso genitivo atribuído pelo verbo da sentença encaixada *dossis (dar)*. O pronome relativo *opjon (quem)* recebe Caso acusativo do verbo *tha voithiso (ajudar)* da sentença matriz.

Em resumo, vimos que o Requerimento de Compatibilidade se manifesta de maneira paramétrica entre as línguas. Há as que têm Requerimento de Compatibilidade Pleno e obrigatório e há aquelas que variam, mas mesmo assim são regradas na compatibilidade de Caso. Nesse último caso, estão, entre outras, línguas com morfologia casual rica que não apresentam o Requerimento Casual de Compatibilidade. Essas línguas se encaixam em um dos três grupos: sincretismo; atração de Caso e inserção de um clítico para realizar o Caso de um dos núcleos envolvidos na construção da sentença.

## 2.3 ASSENTANDO OS REQUERIMENTOS DE COMPATIBILIDADE DO PB

### 2.3.1 Regra geral

O PB se encaixa no grupo das línguas com Requerimento de Compatibilidade Parcial já que não apresenta morfologia casual. Em (2) acima, repetido abaixo como (15a) e (15b), o pronome relativo e a RL, que é introduzida pelo pronome relativo, recebem o mesmo Caso: nominativo em (15a) e acusativo em (15b). Mas nem sempre precisa ser assim, como mostram as sentenças de (15c) e (15d):

- (15) a. [Quem  $ec_i$  come tudo] ganha sobremesa.  
 b. João comprou [o que $_i$ ; Analice queria  $ec_i$ ].  
 c. Joana tem nojo de [quem $_i$   $ec_i$  bebe].  
 d. [[O que] $_i$ ; Pedro comprou  $ec_i$ ] assustou a todos.
- 

Em (15c) o pronome relativo *quem* recebe Caso nominativo da flexão  $I^o$  do verbo *beber*. Já a RL, introduzida pelo pronome relativo *quem*,

recebe Caso oblíquo da preposição *de*. Em (15d), o pronome relativo *o que* recebe acusativo do verbo *comprar* na sentença encaixada e encabeça a RL que recebe Caso nominativo da flexão I<sup>o</sup> do verbo *assustar* da sentença matriz. Nas sentenças de (15c) e (15d), o pronome relativo e a RL são DPs. Ou seja, em PB só a Compatibilidade Categorical deve ser respeitada. Quando isso não acontece, as sentenças são ruins:

- (16) a. \*[<sub>DP</sub> [<sub>PP</sub> Do que] Pedro falou] assustou a todos.  
 b. \*Eu só convidei (para a festa) [<sub>DP</sub> [<sub>PP</sub> de quem] eu gosto].

(16a) e (16b) são agramaticais porque as expressões-wh, selecionadas pelos verbos das sentenças encaixadas (*falar* e *gostar*), que requerem um PP, não estão em conformidade categorial com os verbos das sentenças matrizes (*assustar* e *convidar*) que selecionam um DP como complemento. Se as preposições sublinhadas forem apagadas, o pronome relativo irá atender apenas as exigências do verbo matriz. Nesse caso, as sentenças são boas:

- (17) a. [<sub>DP</sub> O que Pedro falou] assustou a todos.  
 b. Eu só convidei (para a festa) [<sub>DP</sub> quem eu gosto].

Em (17a), o verbo *falar* pode ter como complemento um DP (*Pedro falou isso/Pedro falou o nome proibido*) e, assim, respeitar o Requerimento de Compatibilidade. Não podemos afirmar esse fato para (17b) cujo verbo é *gostar* requer um PP.

A possibilidade de sentenças como (17b) reforça o fato apresentado em Marchesan (2008) e Marchesan e Miotto (no prelo) de que as RLs do PB apresentam apenas Compatibilidade Categorical com um núcleo da sentença matriz. Assim, dizemos que a condição que regula os Requerimentos de Compatibilidade é formulada da seguinte forma para o PB:

- (18) A expressão-wh da RL tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz. (MARCHESAN, 2008)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Se houver uma preposição com carga lexical, ela não poderá ser apagada. Nesse caso, a sentença formada será agramatical porque o PB não tem *preposição órfã*:

(i) \*Eu conheço quem a Maria casou ~~em~~.

No capítulo um, vimos que as RLs funcionam como argumento (sujeito da sentença ou complemento de verbo ou de preposição) ou adjunto. Então, vejamos como a condição (18) funciona.

### 2.3.1.1 RLs que funcionam como sujeito ou complemento de verbo

Começemos com as sentenças de (19) que contêm RLs em função sintática de sujeito:

- (19) a. [<sub>RL</sub> O que eu comprei] acabou com minhas economias.  
 b. [<sub>RL</sub> Quem eu conheci] era traficante.  
 c. \*[Com quem eu saí] era traficante<sup>47</sup>.

(19a) e (19b) são gramaticais porque o pronome relativo que introduz a RL é um DP, categoria compatível com a posição de sujeito da sentença. Por sua vez, (19c) é agramatical porque a RL é introduzida por um PP, incompatível com a função de sujeito.

Quando é complemento de verbo, o pronome relativo que encabeça a RL também deve respeitar a condição (18):

- (20) a. Comprei [<sub>RL</sub> o que me encarregaste de comprar].  
 b. Pedro pagou [<sub>RL</sub> quanto devia à mãe].  
 c. O chefe nomeou [<sub>RL</sub> quem a Maria conhece].  
 d. \*O chefe nomeou [<sub>RL</sub> de quem a Maria gosta].

(20a), (20b) e (20c) são gramaticais porque o pronome relativo é um DP, categoria compatível com a função de objeto direto. Em (20d) o verbo *gostar*, da sentença encaixada, seleciona um PP como seu

---

<sup>47</sup> Há falantes que são menos rígidos em rejeitar completamente a sentença. Em (19c), parece que estes falantes têm em mente um sintagma nominal implícito, o que torna a sentença gramatical:

(i) O rapaz com quem eu saí era traficante.

Essa mesma explicação serve para (ii), abaixo, encontrada no *corpus* do NURC/SP por Esmeralda Negrão (1994, p.1040); e para (iii), extraído de legenda do filme *Jogo de Espiões*, traduzindo a sentença equivalente do inglês com preposição-órfã:

(ii) [Com quem eu precisava de conversar] veio ao porto.

(iii) Faça tudo para ajudar [com quem trabalho].

Voltaremos a esse assunto na seção (2.3.2.1).



complemento. Como no PB não há preposição órfã<sup>48</sup>, ao se mover para a periferia esquerda da sentença, o pronome relativo leva consigo a preposição. No entanto, a expressão [PP de quem] sendo um PP não atende as exigências de DP do verbo da sentença matriz *nomear*.

Se apagarmos a preposição da sentença encaixada, a sentença torna-se gramatical:

(21) O chefe nomeou [quem a Maria gosta ~~de~~].

O mesmo fato ocorre com as sentenças de (22):

(22) a. Eu só ajudo [quem eu gosto ~~de~~].  
b. Eu comprei [o que eu precisava ~~de~~]. (NEGRÃO, 1994, p.1041)

Em (21) e (22), o pronome relativo atende as exigências do verbo da sentença matriz, que seleciona um DP, e não atende as exigências do verbo da sentença encaixada, que seleciona um PP. Sentenças como essas, vão ao encontro da regra (18) e do que diz Leung (2005): o pronome relativo é sempre da categoria requerida por um núcleo da sentença matriz (salvo nas línguas de hierarquia casual).

Ao que parece, preposições com pouca carga lexical só são pronunciadas se a atribuição de Caso for imprescindível para a realização de um DP. Ou seja, a preposição se constitui como um último recurso para marcar o DP com Caso. Assim, em casos como (21) e (22), diremos que o pronome relativo sai com Caso subespecificado e, por isso, só vai receber seu Caso depois do movimento (na periferia esquerda da sentença). Ao contrário, quando a preposição é mais lexical, como em (23) abaixo, não podemos apagá-la e nem deixá-la órfã:

(23) a. \* O chefe nomeou [quem Maria saiu ~~com~~]  
b. \*Eu só ajudo [quem a Maria casou ~~com~~].  
c. \*Eu chamei [quem você saiu ~~com~~].  
d. \*Eu conheço [quem a Maria casou ~~com~~].

Em resumo, quando a RL é sujeito da sentença ou complemento de verbo, seu encaixe deve ser tal que respeite os Requisitos de um núcleo da sentença matriz, ou seja, o pronome relativo que introduz a RL deve ser um DP, categoria compatível com a posição de sujeito e de complemento de verbo. Caso o núcleo da sentença encaixada selecione

<sup>48</sup> Exceto em casos como: *Esta é a cachaca que João não vive sem*.

uma preposição, essa preposição será apagada se for uma preposição funcional (ou com baixo “teor” lexical). Do contrário, se a preposição permanecer ou não puder ser apagada, a sentença será agramatical.

### 2.3.1.2 RLS que funcionam como complemento de preposição

As RLS que são complemento de preposição também se submetem à condição do Requerimento de Compatibilidade apresentado em (18):

- (24) a. Eu falei [<sub>PP</sub> com [<sub>RL</sub> quem assaltou o Pedro]].  
 b. Pedro gostou [<sub>PP</sub> d[<sub>RL</sub> o que João comprou]].  
 c. Joana tem nojo [<sub>PP</sub> de [<sub>RL</sub> quem bebe]].

Em (24a) a RL é complemento da preposição *com*, que é o núcleo do PP complemento do verbo *falar*. O pronome relativo *quem*, introdutor da RL, satisfaz os requerimentos da preposição *com*, que requer um DP, e funciona como sujeito da sentença encaixada. Em (24b), o pronome relativo *o que* encabeça a RL que é um DP, complemento da preposição *de*, e funciona como objeto direto do verbo *comprar* da sentença encaixada. Em (24c) o pronome relativo *quem* desempenha a função de sujeito da sentença encaixada e encabeça a RL, que é complemento da preposição funcional *de* (que é o núcleo do PP complemento do nome *nojo*).

Veja que as preposições estão ali para atribuir Caso, como uma exigência da incapacidade do verbo matriz de atribuir Caso. O apagamento delas agramaticalizaria as sentenças:

- (25) a. \*Eu falei quem assaltou o Pedro.  
 b. \*Pedro gostou o que João comprou.  
 c. \*Joana tem nojo quem bebe.

Quando o pronome relativo é selecionado por uma preposição idêntica aquela que precede a RL, como em (26) abaixo, teremos que apagar uma delas:

- (26) \*Eu confio em [em quem tu confias].

- (27) a. Eu confio em [quem tu confias ~~em~~]. (MÓIA, 1992, p.89)  
 b. Eu confio ~~em~~ [quem tu confiar em].

A escolha é pela manutenção da preposição matriz, (27a). A outra preposição, da relativa, é apagada por haplologia. Esse apagamento é imprescindível para a boa formação da sentença e para que o pronome relativo respeite as exigências do núcleo da sentença matriz, conforme regra geral (18) (MÓIA, 1992; FERREIRA, 2007; MARCHESAN, 2008; MARCHESAN; MIOTO, no prelo)<sup>49</sup>.

Quando o pronome relativo é selecionado por uma preposição diferente daquela que precede a RL, como em (28) abaixo, temos um indício de que (18) é a regra geral das RLs do PB:

- (28) a. \*Papai conversou com de quem eu gosto.  
 b. \*Luciano Huck deu a casa a de quem precisava.

A manutenção das preposições da matriz e encaixada agramaticalizam as sentenças. O apagamento da preposição da sentença matriz também não garante a gramaticalidade das sentenças:

---

<sup>49</sup> No PE, a aceitabilidade desse tipo de sentença é indiscutível quando os verbos da matriz e encaixada coincidem. Nas estruturas em que há coincidência da preposição, mas não dos verbos das sentenças matriz e encaixada, a aceitabilidade vai diminuindo à medida que o sentido semântico dos verbos e das preposições vão se afastando (FERREIRA, 2007):

- (i) Eu dei um livro **a** [quem tu ofereceste uma bicicleta]. (MÓIA, 1992, p.89).  
 (ii) Eu falarei **com** [quem Maria conversou ontem].  
 (iii) ?Eu zanguei-me **com** [quem tu conversaste]. (MÓIA, 1992, p.89)  
 (iv) ??Eu afastei-me **de** [quem tu falas]. (MÓIA, 1992, p. 91)

Em (i), os verbos *dar* e *oferecer*, assim como *falar* e *conversar* de (ii), são quase sinônimos, por isso as sentenças são aceitáveis. Já (iii), com verbos de sentido semântico diferentes, as construções soam como marginais para o PE. Veja que essas sentenças são perfeitas no PB.

Ferreira lembra que há casos esporádicos no PE em que mesmo sem haver identidade semântica entre os verbos da matriz e encaixada, a sentença é gramatical:

- (v) João brincava **com** [quem Maria casou].  
 (vi) João brigou **com** [quem Maria saiu ontem].

- (29) a. \*Papai conversou de quem eu gosto.  
 b. \*Luciano Huck deu a casa de quem precisava.

(29b) pode ter um sentido gramatical: aquele em que Huck dá/vende a casa de uma pessoa. No entanto, a interpretação que queremos para (29b) é aquela que mantém o mesmo sentido de (28b).

Somente a manutenção da preposição da sentença matriz e o apagamento da preposição da sentença encaixada é que garantem a boa formação das sentenças, tal qual enunciado na regra (18):

- (30) a. Papai conversou com quem eu gosto.  
 b. Luciano Huck deu a casa a quem precisava.

Abrimos parênteses para apontar um comportamento inovador de sentenças do tipo de (28). Em análise de *corpus* do PE, Ferreira (2007) encontrou dois casos em que houve manutenção de preposições diferentes e contíguas. Surpreendentemente, apesar de considerá-las desviantes/ruins, em uma busca rápida na internet também encontramos artigos de jornais brasileiros com esse tipo de registro em língua escrita:

- (31) a. “A chinesa de 28 anos também se atrapalhou na hora de falar sobre seu aniversário de casamento e também provocou mais risos ao dizer a motivação para virar o jogo sobre Wozniacki. Assim, **se você ainda está na dúvida de por quem torcer na final**, recomendo o vídeo abaixo.” (COSSENZA, *Jornal globoesporte.com*, 28 jan. 2011)
- b. “Parece óbvio que, se a diretora coloca dois deficientes em condições diferentes, é porque, para além da deficiência, quer expor a maldade do poder, **independentemente de por quem é exercido e sobre quem se exerce**. Para isso, ela própria, Samira, torna-se uma sádica. Sua câmera está sempre nos lugares onde possamos ver com mais precisão como esse adolescente tratado como cavalo parece um cavalo.” (EDUARDO, *Revista Cinética*, set. 2007)
- c. A penitência, em si mesma, não tem religiosamente nenhum valor. Seria apenas uma dieta espiritual, mas que não conduziria a endereço algum. A ascese só tem valor quando feita 'por amor de', 'em vista a', 'em benefício de'. Quando recebe apenas o caráter de quem a faz, mas não **o endereço de**

**por quem é feita**, a ascese é vazia e perigosa, inútil, suspeita e não recomendável.” (TONIN, Jornal Franciscanos, 10 jan. 2012).

- d. “A colunista aproveita o calor da discussão para lembrar às sogras que **os pais não estão no controle de por quem os filhos se apaixonam.**” (Blog da Alegria em detalhes)

Em todos os exemplos de (31), os verbos das sentenças matriz e encaixada selecionam preposições diferentes e ambas são mantidas na construção da sentença. É claro que esses usos são esporádicos e talvez representem casos de hipercorreção. O normal, em PB, é evitar a união de duas preposições contíguas, através do apagamento de uma delas.

Quando a preposição tem carga lexical, o seu apagamento não é permitido, como esperado. Observe:

- (32) a. \*O Paulo obedeceu a com quem Luís falou.  
b. \*O Paulo confia em com quem Luís falou.

(MÓIA, 1992, p.22)

A manutenção das preposições da matriz e encaixada agramaticalizam as sentenças (32). Mesmo o apagamento de uma das preposições, não garante a sua gramaticalidade:

- (33) a. \*O Paulo obedeceu a com quem Luís falou.  
b. \*O Paulo confia em com quem Luís falou.

- (34) a. \*O Paulo obedeceu a em quem Luís falou.  
b. \*O Paulo confia em em quem Luís falou.

A gramaticalidade de (34), para aqueles que as consideram gramaticais, pode ser atribuída ao apagamento do complemento, como em (35):

- (35) a. O Paulo obedeceu a quem Luís falou (~~para ele obedecer a~~).  
b. O Paulo confia em quem Luís falou (~~pra ele confiar em~~).

Nesse caso, o complemento nulo, entre parênteses, tem verbo idêntico ao verbo da sentença matriz e, por isso, há equivalência entre a preposição da matriz e da encaixada. A essas sentenças, Mória (1992) chama de “complemento anafórico nulo”. Veja outros exemplos:

- (36) a. O menino só obedece a quem a mãe manda (que ele obedeça).  
 b. João falou com quem a Maria pediu (que ele falasse).
- (37) a. Maria comeu o que a mãe mandou ((pra) ela comer)  
 b. A criança se vestiu como a mãe mandou (que ela se vestisse)  
 c. A criança parou onde o pai pediu (que ela parasse)  
 d. O rapaz carregou o quanto deu (pra ele carregar)  
 (PRESTES, 2012, p.12, adaptado)<sup>50</sup>

Por fim, quando a RL é complemento de uma preposição e toda preposição é adjunto da matriz, temos outro indício de que a manutenção da preposição da sentença matriz é essencial para a boa formação da sentença, tal qual a regra de (18):

- (38) a. Paulo encontrou o João [<sub>PP</sub> com [<sub>RL</sub> quem detesta você]].  
 b. Maria leu um livro [<sub>PP</sub> sobre [<sub>RL</sub> o que visitar em Veneza]].  
 c. Ele pichou a loja [<sub>PP</sub> de [<sub>RL</sub> quem João gostava de]].

Em (38a), o PP *com quem detesta você* é o adjunto. A RL é argumento da preposição lexical *com*, portanto um DP. O pronome relativo DP *quem* funciona como sujeito do verbo *detestar* da sentença encaixada. Da mesma forma, em (38b) o pronome relativo *o que* é um DP, compatível com a função de complemento do verbo da sentença encaixada *comprar* e de complemento da preposição *sobre*. Em (38c), o verbo *gostar* da sentença encaixada exige que seu complemento seja o PP *de* exatamente igual à preposição que encabeça o adjunto. Essa sentença é um forte indício de que a preposição da matriz deve ser mantida, porque nesse caso ela é fundamental para a atribuição de Caso à RL. Portanto, a preposição da encaixada é a que deve ser apagada. Voltaremos a essas sentenças na próxima seção.

Em resumo, a RL complemento de preposição deve ser um DP para ser compatível com o seu encaixe na sentença matriz. Vimos que uma RL nunca é introduzida por um sintagma preposicional (preposição + pronome relativo). Se a preposição ocorresse estaria atendendo aos requisitos internos da RL, mas violando os da sentença matriz. Assim, caso haja uma preposição contígua a RL, deve ser o caso de a RL ser

<sup>50</sup> Às sentenças de (37), retiradas da dissertação de Prestes (2012, p.12), acrescentamos o conteúdo que está entre parênteses.

complemento da preposição. Quando a RL é complemento de preposição e o pronome relativo é complemento de preposição na encaixada, a sentença só será gramatical se a preposição mais baixa puder ser apagada.

### 2.3.1.3 RLs que funcionam como adjunto do VP

Por fim, a única forma de encaixar uma RL como adjunto do VP<sup>51</sup> é com um pronome relativo do tipo adverbial, como os que aparecem em (39):

- (39) a. Paulo terminou a prova [RL quando o professor chegou].  
 b. Paulo vendeu o carro [RL onde Maria comprou a moto].  
 c. Paulo amarrou o tênis [RL como Maria ensinou].

Nessa situação, ao mesmo tempo em que o pronome relativo possibilita o encaixe de um ‘advérbio’ do VP matriz, ele é um adjunto adverbial do VP encaixado.

Outra categoria que pode figurar como adjunto do VP é um PP, como já vimos na seção anterior (exemplos em (38)):

- (40) a. Paulo encontrou a Maria com o João.  
 b. João faz tudo por Maria.  
 c. Maria escreveu a carta com o batom.

Como os adjuntos contêm um DP, *o João* em (40a), *Maria* em (40b) e *o batom* em (40c), que precisa ser marcado tematicamente e casualmente, a preposição vai ser sempre necessária. A marcação temática e casual do DP independe da RL, sendo sempre realizada pela preposição que introduz o adjunto. Por isso, uma RL nesse contexto deve corresponder sempre a um DP, como já vimos em (38) e vemos em (41), abaixo:

- (41) a. Paulo encontrou a Maria com quem ele detesta.  
 b. Paulo faz tudo por quem ele ama.  
 c. Maria escreveu a carta com o que tinha às mãos.

---

<sup>51</sup> Não vamos discutir aqui se o adjunto é de fato do VP ou de outro constituinte sentencial como o IP.

No limite, ela pode corresponder a um PP encabeçado por uma proposição idêntica à que introduz o PP adjunto:

(42) João coçou a orelha com o que ele escreveu a carta.

Nas subseções seguintes, veremos dois casos que parecem não estar em conformidade com a regra geral das RLs do PB, apresentada em (18). Sempre que possível, remeteremos os fatos a outras línguas naturais.

### 2.3.2 Dados que parecem contrariar a generalização em (18)

#### 2.3.2.1 RLs que funcionam como sujeito

Prototípica de DPs, as RLs que são sujeito da sentença devem respeitar a regra geral do Requerimento de Compatibilidade como vimos na seção (2.3.1.1).

No entanto, Medeiros Jr. (2011) apresenta um paradoxo interessante e que precisa ser elucidado se queremos manter a condição (18). Observe os conjuntos de exemplos do autor:

- (43) a. \*De quem o Pedro não gosta veio para jantar.  
 b. \*Com quem o João falou possui um apartamento na Paulista.  
 c. \*Por quem a Maria se interessa comprou um carro novo.
- (44) a. De quem o João gosta é um mistério insondável.  
 b. Com quem a Ana sai não interessa a ninguém.  
 c. Por quem eu me interesse é de conhecimento público.

As sentenças de (43), por não exibirem Compatibilidade Categorial entre o pronome relativo e a posição que a RL ocupa na sentença, são agramaticais. O inesperado surge com a possibilidade de (44), em que não há compatibilidade categorial entre o constituinte que está na posição de sujeito (DP) e a sentença encaixada (PP).

Esse problema já foi levantado em outras línguas por Hirschbühler e Rivero (1983), Suñer (1983, 1984), Harbert (1983) e Izvorski (1996, 1997). Vejamos como esses autores tentam resolvê-lo.



2.3.2.1.1 *Análises propostas por Hirschbühler e Rivero (1983), Suñer (1983, 1984), Harbert (1983) e Izvorski (1996, 1997)*

Para autores que adotam a Hipótese do Comp<sup>52</sup> (na qual a RL é a versão sem núcleo da relativa com núcleo, ou seja, a RL modifica um núcleo nominal vazio), como Hirschbühler e Rivero (1983); Suñer (1984); e também Suñer<sup>53</sup> (1983) e Harbert<sup>54</sup> (1983), citados por Brito (1988, 1991), Izvorski (1996, 1997) e Medeiros Jr. (2011), apenas línguas que permitem sujeito nulo também permitem RLs na posição de sujeito sem conformidade categorial. É o caso do catalão e espanhol, línguas *pro-drop*; e não é o caso do inglês, holandês, alemão e francês, línguas não *pro-drop*:

- (45) a. [A **qui** has parlat] està malalt. (Catalão)  
Com quem você-falou está doente.  
b. [Con **quien** me quiero casar] está en lá esquina. (Espanhol)
- (46) a. \*[**With whom** I talked] arrived last. (inglês)  
b. \*[**Wen** Gott schwach geschaffen hat], muss klug sein. (alemão)  
Quem<sub>ACC</sub> Deus fraco criou tem deve inteligente ser.  
'Quem Deus criou fraco deve ser inteligente'

Em (45) há sentenças de línguas *pro-drop*, cuja RL está em função sintática de sujeito sem o Requerimento Categorial de Compatibilidade. (45a), do catalão, foi apresentada por Hirschbühler e Rivero (1981 apud IZVORSKI, 1996, p.92) e (45b), do espanhol, foi apresentada por Suñer (1983 apud IZVORSKI, 1997, p.269). Ao contrário, em (46) há exemplos de RLs de línguas não *pro-drop* cujo Requerimento de Compatibilidade é sempre obrigatório. (46a) é de Izvorski (1996, p.90) e (46b) é do alemão e foi retirada de Gross e van Riemsdijk (1979 apud IZVORSKI, 1996, p.90).

Para Hirschbühler e Rivero (1983), o Requerimento de Compatibilidade só se aplica a posições subcategorizadas. O sujeito de

---

<sup>52</sup> Veja mais detalhes no Capítulo Cinco.

<sup>53</sup> SUÑER, M. Free relatives and the pro-head hypothesis. **Cornell Working Papers**, [S.l.], v.4, 1983.

<sup>54</sup> HARBERT, W. On the nature of the matching parameter. **The linguistic review**, [S.l.], v.2, n.3, p.237-284, 1983.

línguas *pro-drop* está sempre em posição não subcategorizada, de tópico, portanto, não disponível ao Requerimento de Compatibilidade, como em (45).

Suñer (1984) propõe que o núcleo nominal nulo da RL é um *pro* que, como tal, precisa ser determinado (licenciado e identificado). Essa determinação ocorre pela marcação de Caso:

- (47) a. VP [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> *pro* [<sub>CP</sub> *wh...*]]]  
 b. IP [<sub>NP</sub> *pro* [<sub>CP</sub> *wh ...*]] [<sub>I'</sub> ...] (IZVORSKI, 1996, p. 92)

Quando a RL é argumento interno do verbo da sentença matriz (45a), *pro* é o constituinte acessível à regência do V e dele recebe Caso. Para explicar por que é o pronome relativo que parece ser regido pelo verbo, Suñer (1984) propõe a *Condição de conformidade casual*: o pronome relativo deve ter o mesmo Caso do *pro*. Em línguas *pro-drop*, quando a RL está em função sintática de sujeito (45b), *pro* já é determinado pela flexão I<sup>o</sup> do verbo matriz, portanto, a condição de Conformidade Categorical não se aplica. Em línguas não *pro-drop* a flexão do verbo não consegue determinar *pro* e, portanto, as RLs em função de sujeito precisam respeitar o Requerimento de Compatibilidade.

Harbert (1983 apud BRITO, 1991; IZVORSKI, 1996; MEDEIROS Jr., 2011) propõe explicação semelhante. A diferença é que para ele a categoria vazia das RLs com Requerimento de Compatibilidade é um PRO. Como o PRO não pode ser regido, ele não pode estar acessível aos requisitos do verbo regente da matriz. Por isso, através do *Princípio de Acessibilidade de Comp* (GROOS, van RIEMSDIJK, 1981, cf. Capítulo Cinco<sup>55</sup>) o Comp da RL fica sintaticamente acessível às exigências do núcleo matriz, tais como subcategorização e marcação de Caso, deixando a categoria vazia não regida, livre para ser um PRO:

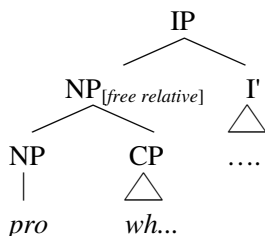
- (48) [<sub>NP</sub> PRO [<sub>CP</sub> *wh...*]]  
 a. \*V<sub>matriz</sub> s(ubcategorization)-governs PRO.  
 b. V<sub>matriz</sub> s(ubcategorization)-governs the *wh*-phrase.  
 (IZVORSKI, 1997, p. 276)

<sup>55</sup> Princípio de Acessibilidade de COMP: “The COMP of a free relative is syntactically accessible to matrix rules such as subcategorization and case marking, and furthermore it is the *wh*-phrase in COMP, not the empty head, which is relevant for the satisfaction or nonsatisfaction of the matrix requirements”. (GROOS; van RIEMSDIJK, 1981, p.181)

Para as RLs em função sintática de sujeito que não respeitam o Requerimento de Compatibilidade, Harbert (1983 apud IZVORSKI, 1996, p.91-92) propõe a existência de um *pro* no núcleo nominal nulo. Esse *pro* satisfaz as exigências do verbo regente na matriz e o pronome relativo fica livre para variar em Caso e categoria. Para as línguas não *pro-drop*, que não permitem *pro*, o autor propõe um PRO para ocupar a posição do núcleo nominal nulo. Assim, entendemos porque nessas línguas o Requerimento de Compatibilidade é obrigatório.

Em resumo, nas hipóteses de Suñer e Harbert o núcleo nominal vazio da RL é um *pro*. *pro* é permitido apenas em línguas *pro-drop*, por isso, apenas nessas línguas é possível a construção de RLs sujeito sem o Requerimento de Compatibilidade. Izvorski (1997, p.277) unifica as duas hipóteses em (49), abaixo:

(49) The *pro*-Head Analysis



A análise *pro*-Head enfrenta alguns problemas. Primeiro, o PRO, pronominal e anafórico, “parece ser uma categoria vazia não anafórica” (BRITO, 1991, p.220). Segundo, ambas as hipóteses criam estipulações que não são utilizadas em outras construções sintáticas (IZVORSKI, 1997, p.277). Terceiro, afirmar que a categoria vazia é *pro* ou PRO nas RLs em função sintática de objeto é ruim, porque as línguas discutidas pelos autores não permitem essas categorias vazias nessa função sintática (IZVORSKI, 1997, p.277). Quarto argumento, nenhuma das hipóteses explica por que no PB às vezes as RLs em função sintática de sujeito sem compatibilidade são permitidas, outras vezes, proibidas (cf. (43) e (44)) (MEDEIROS Jr., 2011).

Por fim, o quinto argumento é de Izvorski (1996, 1997). A autora afirma que a generalização - RLs de línguas *pro-drop* em posição de sujeito nunca apresentam o Requerimento de Compatibilidade - não é

correta. Através da análise de línguas eslavas (polonês, búlgaro<sup>56</sup>) e do grego moderno, que se comportam como o catalão (45a) e espanhol (45b) para o Requerimento de Compatibilidade, a autora mostra que quando a RL sujeito é focalizada (na resposta a uma pergunta; quando está associada a um advérbio marcador de foco, como *só*, *mesmo*; quando está associada a uma negação etc.) como em (50), (51) e (52), ou quando a RL sujeito é pós-verbal, como em (53), o Requerimento de Compatibilidade é obrigatório:

(50) Búlgaro:

- a. #<sub>[FR]</sub> **Kogoto** celuna] spečeli sâstezanieto.  
 Quem<sub>ACC</sub> beijou ganhou a-corrida.  
 'Quem ele beijou ganhou a corrida'
- b. #<sub>[FR]</sub> **Na kogoto** pomogna] spečeli sâstezanieto.  
 A quem ajudou ganhou a-corrida.  
 'Quem você ajudou ganhou a corrida.'
- c. <sub>[FR]</sub> **Kogoto** trâgna posleden] spečeli sâstezanieto.  
 Quem<sub>NOM</sub> partiu por-último ganhou a-corrida.  
 'Quem saiu por último ganhou a corrida'

(IZVORSKI, 1996, p.93)

As sentenças acima, do búlgaro, são gramaticais, mas apenas (50c), que respeita o Requerimento de Compatibilidade, é uma resposta possível à pergunta *Quem venceu a corrida?* Nesse caso, dizemos que a RL é focalizada.

Os advérbios também são marcadores de foco, segundo Izvorski (1996, 1997). Por isso, das RLs de (51), retiradas de Izvorski (1996, p.93), que estão associadas ao advérbio *dori* (*mesmo*), abaixo, apenas (51a), que respeita o Requerimento de Compatibilidade, é gramatical:

(51) Búlgaro:

- a. *Dori* <sub>[FR]</sub> **kojto** se uči] njama da spoluči.  
 Mesmo quem se-Refl. estuda não-irá ter sucesso.
- b. \**Dori* <sub>[FR]</sub> **na kogoto** pomogneš] njama da spoluči.  
 Mesmo para quem ajuda não-irá ter sucesso.
- c. \**Dori* <sub>[FR]</sub> **kogoto** nasârčavaš] njama da spoluči.  
 Mesmo quem<sub>ACC</sub> encoraja não-irá ter sucesso.  
 'Mesmo quem você encoraja não irá ter sucesso/prosperar'

<sup>56</sup> Ao contrário do posto aqui, Vogel (2001, 2002) afirma que o búlgaro é uma língua com Requerimento de Compatibilidade Pleno.

(51b) e (51c) são agramaticais porque não respeitam o requerimento de categoria e Caso, respectivamente.

Outro marcador de foco apresentado pela autora é a negação. Em (52), a RL do búlgaro está em função sintática de sujeito e está associada ao constituinte negativo, *ne* (não). Nesse caso, o Requerimento de Compatibilidade também é obrigatório:

(52) Búlgaro:

- a. Ne<sub>[FR]</sub> **kojto** e naj-dobâr] šte spečeli konkursa, a  
 Não quem<sub>NOM</sub> é o-melhor FUT ganhará a-competição mas  
 [FR **kojto** ima vrâzki].  
 quem<sub>NOM</sub> tem conexões.  
 'Não é o melhor que ganhará a competição, mas quem tem  
 conexões/ligações.'
- b. \*Ne [FR s **kogoto** se poznavâš] šte spečeli konkursa, ...  
 Não com quem se-Refl. conhece irá ganhar a-competição...  
 'Não é quem você que ganhará a competição.'
- c. \*Ne [FR **kogoto** predpočitaš] šte spečeli konkursa, ...  
 Não quem<sub>ACC</sub> prefere irá ganhar a-competição...  
 'Não é quem você prefere que ganhará a competição'

(IZVORSKI, 1996, p.94)

(52b) é agramatical porque a expressão-wh que introduz a RL é um PP *s kogoto* (*com quem*), incompatível com a posição de sujeito que é nominal (DP). Em (52c) há uma incompatibilidade de Caso: o pronome relativo realiza o Caso acusativo atribuído pelo verbo da sentença encaixada e não o nominativo disponível pela flexão I<sup>o</sup> do verbo matriz.

Por fim, outro caso apresentado por Izvorski (1996, 1997) em que há Requerimento de Compatibilidade obrigatório é quando a RL é sujeito pós-verbal:

(53) Búlgaro:

- a. Kakvo šte poluči [FR **kojto** pobedi na finala]?  
 O-que FUT recebe quem vence no final?  
 'O que o vencedor receberá no final?'
- b. \*Kakvo šte poluči [FR **za kogoto** glasuvame]?  
 O que FUT recebe para quem votamos?  
 'O que aquele para quem votamos receberá?'

c.\*Kakvo šte poluči [<sub>FR</sub> **kogoto** pobjedjat na finala].

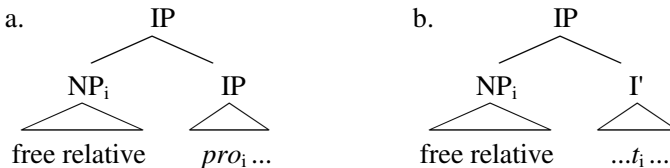
O-que FUT recebe quem<sub>ACC</sub> derrotado no final recebe?

‘O que quem foi derrotado na final receberá?’

(IZVORSKI, 1996, p.95)

A partir desses exemplos, Izvorski (1996, 1997) afirma que o Requerimento de Compatibilidade se restringe a posições argumentais<sup>57</sup>. As RLs em posição de sujeito que apresentam o Requerimento de Compatibilidade, línguas  $\pm$ *pro-drop*, são geradas em posição argumental, dentro do IP ou vinculadas a uma posição argumental por movimento, conforme (54b). Nessas, a RL nasce em posição argumental, por questões de Caso e papel temático. As que não respeitam tal Requerimento, línguas *pro-drop*, são geradas fora do IP, em posição deslocada à esquerda, coindexadas ao *pro* resumptivo que está na matriz. Esse *pro* é que satisfaz as exigências de subcategorização do verbo (54a):

(54)



A autora afirma que a distinção estrutural de (54a) e (54b) não se verifica na estrutura superficial da sentença, porque em ambos os casos as categorias *pro* ou *t* são fonologicamente nulas.

A análise de Izvorski (1997) parece razoável, mas ainda assim não conseguiria explicar o paradoxo do PB apresentado em (43) e (44).

### 2.3.2.1.2 Análises de Medeiros Jr. (2011) e Marchesan (2011)

Para Medeiros Jr. (2011), as sentenças em (44), apesar da aparência com as em (43), não são RLs. Elas são interrogativas indiretas, por isso não respeitam os Requerimentos de Compatibilidade.

<sup>57</sup> Essa é, basicamente, a proposta de Hirschbuler e Rivero (1983).

Para confirmar o estatuto de interrogativa, Medeiros Jr. apresenta quatro argumentos, dos quais destacamos três:

- (i) *pied-piping* da preposição;
- (ii) clivagem;
- (iii) efeito do Comp duplamente preenchido;

O *pied-piping* da preposição é possível nas interrogativas encaixadas e bloqueado nas RLs, conforme apresentado no capítulo anterior. Isso é um indício para a agramaticalidade das sentenças em (43) e a gramaticalidade das em (44).

O segundo e terceiros argumentos tratam da clivagem (ii) e do Comp duplamente preenchido (iii) que, conforme o capítulo anterior, são utilizados para isolar o foco (KATO et al, 1996; MODESTO, 2000; KATO, RIBEIRO, 2007). Nas interrogativas o pronome-wh sozinho pode ser o foco da sentença; ao contrário, nas RLs o foco deve ser toda a sentença RL:

- (55) Por quem (*é*) *que* eu me interesse é de conhecimento público.  
(MEDEIROS Jr., 2011)

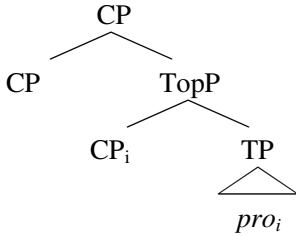
Em (55), apenas a expressão-wh *por quem* é focalizada, sugerindo que a sentença (44c) seja uma interrogativa.

Em resumo, os argumentos (i), (ii) e (iii) sugerem que as sentenças de (44) sejam mais parecidas com as interrogativas encaixadas do que com as RLs. No entanto, sabemos que interrogativas encaixadas não são comuns em posição de sujeito, mas são comuns em posição de subcategorização de verbos que selecionam um CP<sub>[INT]</sub>. Pensando nisso, Medeiros Jr. afirma, através de outros três argumentos, elencados abaixo, que as sentenças encaixadas de (44) são interrogativas encaixadas em posição de tópico. Estão em posição de tópico porque:

- (i) É possível fazer uma pausa entre a sentença encaixada e o resto da estrutura;
- (ii) É possível inserir um resumptivo para retomar a informação da encaixada: “De quem o João gosta, *isto* não é da sua conta” (MEDEIROS Jr, 2011); e
- (iii) “É possível uma interpretação segundo a qual algo como o que se mostra após a vírgula [...] seja o comentário atribuído ao tópico” (MEDEIROS Jr, 2011).

Assim, na análise de Medeiros Jr. (2011), o que temos em (44) são “sentenças interrogativas em posição de tópico, com um resumptivo nulo na posição de sujeito da matriz”, conforme estrutura abaixo:

(56)



Apesar de interessante, a proposta de Medeiros Jr. (2011) falha em alguns pontos. A manutenção do estatuto de interrogativa encaixada às sentenças de (44) exige que o autor explique pelo menos duas questões. A primeira é a impossibilidade de recuperarmos o DP antecedente em interrogativas (canônicas), como em (57), e a aparente possibilidade nas sentenças encaixadas de (44), reescritas com o DP em (58):

- (57) a. \*Paulo sabe [a pessoa de quem o João gosta].  
 b. \*Paulo perguntou [a pessoa com quem a Ana sai].  
 c. \*Paulo perguntou [a pessoa por quem eu me interesse].
- (58) a. A pessoa [de quem o João gosta] é um mistério insondável.  
 b. A pessoa [com quem a Ana sai] não interessa a ninguém.  
 c. A pessoa[por quem eu me interesse] é de conhecimento público

A segunda é que, ao contrário do que afirma o autor, parece não haver consenso nos julgamentos de gramaticalidade de (44a) e (44b), quando as sentenças passam pelos testes de clivagem e Comp duplamente preenchido:

- (59) a. ??/\*De quem (é) que o João gosta é um mistério insondável.  
 b. ??/\*Com quem (é) que a Ana sai não interessa a ninguém.



Essa segunda questão é reforçada por Brito (1991) e Ferreira (2007) que afirmam que no PE, mesmo que marginalmente, as estrutura abaixo são aceitáveis e, nenhuma delas permite a inserção do (*é*) *que*<sup>58</sup>:

- (60) a. [Com quem eu precisava de conversar] veio ao porto.  
(BRITO, 1991, p. 236)
- b. [Em quem eu acreditava] desiludiu-me.  
(FERREIRA, 2007, p.22)

Veja que essas sentenças são semelhantes às de Medeiros Jr. (2011) apresentadas em (44).

A partir dessa explanação, a pergunta seria: Será que as sentenças de (44) são, de fato, interrogativas encaixadas? Não seria melhor considerá-las relativas com núcleo nominal elidido? Se assim fizermos, conseguiremos explicar outro tipo de sentença – *as relativas infinitivas*, que serão apresentadas na próxima seção. A argumentação é mais ou menos a que segue<sup>59</sup>.

Sem entrar na discussão, chamaremos a categoria vazia das sentenças de (44) de *pro* expletivo, já que a tradução de (44a) para o inglês, mostra que essas sentenças poderiam ter um expletivo na posição de sujeito, o que reforça a conclusão de Medeiros Jr. sobre o fato de a sentença encaixada não estar na posição de sujeito:

- (61) a. Of who John likes, **it** is an unfathomable mystery.  
a'. **It** is an unfathomable mystery of who John likes.

Ao contrário, os verbos das sentenças matrizes de (43), *vir*, *possuir* e *comprar*, exigem sujeito temático, ou seja, não podem ter expletivo. Além disso, sendo RLs, precisam respeitar o Requerimento de Compatibilidade.

Sendo um tópico, podemos imaginar que as sentenças de (44) apresentam um núcleo, do tipo *quanto a*, como em (62), abaixo:

---

<sup>58</sup> Apesar de as sentenças em (60) parecerem possíveis, Ferreira (2007, p. 22) afirma não ter encontrado, no *corpus* analisado por ela, nenhuma RL na posição de sujeito (e também de objeto direto) que não respeitasse os Requerimentos de Compatibilidade.

<sup>59</sup> O que vem na sequência foi escrito como argumentação no debate feito ao texto de Medeiros Jr. (2011) e lido no congresso da ABRALIN (2011).

- (62) a. Quanto à Maria, o João viu *ela* no cinema ontem.  
 (SOARES, 2003, p. 3)  
 b. Quanto ao João, eu não gosto *dele*.

Em (62), os pronomes *ela* e *dele* estão coindexados com o DP complemento da expressão topicalizadora *quanto a*. Como podemos deduzir da presença da preposição *a*, o complemento de *quanto* tem que ser um DP (a preposição está ali por questões de Caso). Assim, quando não são encabeçadas por um wh DP, temos uma incompatibilidade aparente (*mismatching*), como em (63b):

- (63) a. [De quem o João gosta] é um mistério insondável.  
 (MEDEIROS Jr., cf. (27a))  
 b. ??Quanto a de quem o João gosta, isso é um mistério insondável.

Se inserirmos o nome, a sentença fica ótima<sup>60</sup>:

- (64) Quanto à *pessoa* de quem João gosta, [*isso*] é um mistério insondável.

Observe que esse nome *pessoa/garoto(a)/menino(a)/rapaz* é facilmente recuperável porque é sempre um nome genérico. Assim, podemos sugerir que o que temos nas sentenças de (44) são casos de relativas com núcleo, em que *quanto a* foi apagado da mesma forma que apagamos os de (62) em (65), abaixo:

- (65) a. A Maria, o João viu ela no cinema ontem.  
 b. O João, eu não gosto dele.

A diferença entre (62) e (44) é que a última não tem um pronome resumptivo para retomar o tópico (a primeira tem o *ela* e *ele*) e nem o nome.

Nessa análise, poderíamos sugerir que as sentenças de (44) são *Relativas com núcleo nominal implícito* em posição de tópico, com um *pro* expletivo na sentença matriz:

---

<sup>60</sup> Observe que à semelhança do que foi exposto no capítulo anterior, na sentença acima também há uma preposição quebrando a adjacência entre o nome e o pronome-wh.

- (66) a. [*Quanto à pessoa de quem o João gosta*]<sub>i</sub> *pro<sub>i</sub>* é um mistério insondável.  
 b. [*Quanto à pessoa com quem a Ana sai*]<sub>i</sub> *pro<sub>i</sub>* não é da sua conta.  
 c. [*Quanto à pessoa/àquele por quem eu me interesso*]<sub>i</sub> *pro<sub>i</sub>* é de conhecimento público.

Essa análise parece viável por dois motivos. Primeiro, porque se forem consideradas relativas com núcleo nominal implícito, o paradoxo descrito em (43) e (44) sumiria. Sendo uma relativa, esse núcleo implícito poderia vir à tona a qualquer momento e, além disso, a sentença não precisaria respeitar o Requerimento de Compatibilidade. Segundo, porque parece reforçar o exemplo do servo-croata que Medeiros Jr. retira de Izvorski (1996). O *-ever (quer que)* presente nas glosas dessas sentenças, comprova que eles são, de fato, pronomes-wh relativos (e não interrogativos):

- (67) a. [**S kime** god budeš pričao] osvojiće šampionat.  
 With whom ever be-fut talked will-win-3sg championship.  
 'Com quem quer que você fale será o campeão'  
 b. [**Kome** god budeš pomogao] osvojiće šampionat.  
 Who-DAT ever be-fut helped will-win-3sg championship.  
 'Quem quer que você ajude será o campeão'  
 (IZVORSKI, 1996, p.91)

A sentença entre colchetes em (67b) é, sem sombra de dúvidas, uma RL e a sentença entre colchetes em (67a) é do tipo das que estamos discutindo nesta seção (cf. (44)). Assim, tratando ambas as sentenças de (43) e (44) como relativas: com núcleo nominal implícito em (44) e RL em (43) conseguimos unificar as análises. Dessa forma, teremos um ganho científico muito maior<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Análise parecida com essa já foi apresentada no capítulo um (seção 1.2.1.2) para as relativas em função de sujeito ou complemento de verbo que subcategoriza DP introduzidas pelos pronomes relativos *quando*, *onde* e *como*.

### 2.3.2.2 RLs que funcionam como complemento de verbo

O último caso de aparente falta de compatibilidade são algumas das RLs com verbo no infinitivo, que ocorrem na posição de objeto direto de uma classe restrita de verbos, como o *ter* ou o *haver*<sup>62</sup>:

- (68) a. Maria não tem [com quem conversar].  
 b. Não há [do que reclamar].

Essas sentenças são problemáticas porque não há compatibilidade entre a categoria requerida pelo verbo da sentença matriz, um DP, e a categoria da expressão-wh, que é um PP. Ou seja, a expressão-wh, sendo um PP, não respeita as exigências de DP do verbo matriz, conforme regra geral (18).

Além de não repetir o Requerimento de Compatibilidade, essas sentenças têm outras propriedades especiais que por si só merecem um capítulo a parte. Por isso, no capítulo quatro apresentaremos argumentos que comprovam que sentenças que não respeitam a regra geral do Requerimento de Compatibilidade apresentado em (18) não são RLs. Portanto, argumentaremos em favor da exclusão de sentenças como (73) do rol das RLs.

## 2.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, verificamos como ocorre o Requerimento de Compatibilidade. Primeiro, procuramos mostrar como o Requerimento de Compatibilidade foi formulado por Grimshaw (1977): o pronome relativo tem que ser da categoria e com o Caso requeridos por um núcleo da sentença matriz e da sentença encaixada simultaneamente.

Na sequência, apresentamos brevemente como ocorre o Requerimento de Compatibilidade entre as línguas. Vimos que existem línguas com Requerimento de Compatibilidade Pleno, tal qual formulado por Grimshaw (1977). E vimos que existem línguas com Requerimento de Compatibilidade parcial, na qual se encaixam as línguas com incompatibilidade casual, que ocorre quando o Caso fornecido por um núcleo da sentença matriz e da encaixada não

---

<sup>62</sup> Estamos cientes do fato de o verbo *haver* ser muito pouco utilizado no PB.

coincidem e, mesmo assim, a sentença formada é boa. Essa incompatibilidade pode ocorrer de três formas: sincretismo, atração de Caso e inserção de um clítico que realiza um dos Casos envolvidos na construção da sentença.

O PB, por ser uma língua sem morfologia casual, apresenta apenas Requerimento Categorial de Compatibilidade. Além disso, estabelecemos que, como regra geral, uma RL do PB tem que respeitar as exigências oriundas da sentença matriz. Assim, se está na função sintática de sujeito, a RL será sempre um DP, caso contrário ou a sentença será agramatical ou não será uma RL. Caso a RL e o pronome relativo sejam complemento de preposição, ou a preposição da encaixada é apagada por haplogia ou a sentença é agramatical. Se for adjunto adverbial, a RL precisa ser introduzida por um pronome ou advérbio relativo (*quando, onde e como*).

Por fim, verificamos que há construções que parecem ser RLs nas quais o Requerimento de Compatibilidade não é aplicado. A primeira construção é de RLs em posição de sujeito introduzidas por preposição. Essas, por não atenderem aos requisitos da regra geral (18) para o PB, foram descartadas do rol de RLs. Em linhas gerais, dissemos que elas são relativas com núcleo nominal implícito. O núcleo fica implícito porque é facilmente recuperável – sempre será um nome genérico, como *pessoa, garoto(a), menino(a)* etc. Aplicamos a mesma análise, no capítulo um, para as sentenças encaixadas introduzidas por *quando, onde e como* que funcionam como sujeito ou complemento de verbo que subcategoriza DP. Ou seja, para não criar uma incompatibilidade com o pronome adverbial e a posição de natureza nominal, essas sentenças encaixadas forçam a recuperação do núcleo nominal implícito (são relativas com núcleo). A outra construção que apresentamos foram as sentenças encaixadas que são objeto direto da sentença matriz, mas são introduzidas por preposição. Essas sentenças, por envolverem muitas propriedades, serão discutidas no capítulo quatro. Já adiantamos que argumentaremos em favor da manutenção da regra geral do Requerimento de Compatibilidade e da exclusão dessas sentenças do rol das RLs.



### 3 AS RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES

Além das RLs vistas no capítulo um, há as chamadas *Relativas Livres Transparentes* (RLTs), como em (1b) e (1c):

- (1) a. O que Maria comprou \_\_ (no brechó) pertencia a mim.  
 b. O que pareciam ser \_\_ **crianças** compraram muitas roupas no brechó.  
 c. O que parecia ser \_\_ **um estilista** comprou muitas roupas no brechó.

As sentenças encaixadas de (1) são introduzidas por um pronome relativo e têm uma categoria vazia (marcada com o *underline*). Apesar disso, há diferenças entre elas. Uma diferença é que (1a) é sintaticamente singular. O verbo da sentença matriz, *pertencer*, concorda com o pronome relativo *o que*. Já nas RLTs a concordância pode variar. Em (1b), o verbo da sentença matriz, *comprar*, concorda com *crianças* e não com o pronome relativo. Se concordasse com o pronome relativo, a sentença seria agramatical:

- (2) \*O que pareciam ser crianças comprou muitas roupas no brechó.

Por ser responsável pela concordância com o verbo matriz, o termo negrito em (1b) e (1c), que chamaremos de *predicativo nuclear*<sup>63</sup>, é visto por alguns autores como sendo intuitivamente dividido entre a sentença matriz e a RL. Nesse caso, o pronome relativo é considerado um “falso elemento” ou um “elemento transparente” já que recebe as propriedades sintáticas e semânticas do predicativo nuclear.

Assim, três hipóteses ganham destaque. A primeira, de Wilder (1998) e Schelthout, Coppen e Oostdijk (2004), afirma que o predicativo nuclear faz parte da sentença matriz e a RL é uma espécie de estrutura parentética. A outra hipótese, de van Riemsdijk (1998, 2000), também afirma que o predicativo nuclear faz parte da sentença matriz, mas neste, é proposto uma análise multidimensional para que o

---

<sup>63</sup> Esse predicado é chamado de *content kernel* por Schelthout, Coppen e Oostdijk (2004); *pivot* por Grosu (2002, 2007); *shared element* ou *shared structure* por van Riemsdijk (2000); *transparent nucleos* por Grosu (2003); *share* por den Dikken (2005) e de *predicativo nuclear* por Ferreira (2007). Optamos pela terminologia utilizada no português por Ferreira (2007).

predicativo nuclear seja acessível a ambas as sentenças. Por fim, a terceira hipótese, de Grosu (2003, 2007), afirma que o constituinte dividido com a sentença matriz é o pronome relativo, tal qual ocorre nas RLs. Nessa análise, há uma *Small Clause* que sempre terá o pronome relativo como sujeito e o predicado, que passa seus traços de concordância para o pronome relativo.

Tanto quanto sei, não há nenhum estudo sobre RLTs no PB; o que há são poucos estudos sobre o inglês, holandês e alemão nos trabalhos de van Riemsdijk (2000), Grosu (2003, 2007), Schelfhout, Coppen e Oostdijk (2004), den Dikken (2005) e Yoo (2008); e o trabalho de Ferreira (2007) com dados do PE. Por isso, o objetivo deste capítulo é fazer uma primeira aproximação e apresentar as características dessas sentenças. Ademais, tentaremos responder a seguinte pergunta: As RLTs podem ser analisadas de forma análoga às RLs, assim como faz Caponigro (2003, 2007)?

A resposta que vislumbramos a essa pergunta é *sim*. As RLTs podem ser tratadas de modo semelhante às relativas livres em geral. Ou seja, é o pronome relativo que é dividido com a sentença matriz e não o predicativo nuclear. Para tanto, esse capítulo se estrutura da seguinte forma: Primeiro apresentamos as características das RLTs, comparando-as com as RLs apresentadas no capítulo um. Dentre as propriedades das RLTs, na seção (3.1.7) apresentamos o Requerimento de Compatibilidade. É através do Requerimento de Compatibilidade que conseguiremos provar que é o pronome relativo que é dividido com a sentença matriz. Depois disso, apresentamos as análises já propostas na literatura. Por fim, assentamos algumas características e encaminhamos a nossa proposta de análise.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS

As construções encaixadas de interesse aqui estão ilustradas em (3) abaixo:

- (3) a. Maria leu o que os professores chamam de **um bom livro**.  
b. Maria comprou o que parecia ser **um vestido**.  
c. Maria comeu o que ninguém chamaria de **bife**.



Essas sentenças foram primeiramente analisadas por Nakau<sup>64</sup> (1971 apud GROSU, 2003), que, na época, as chamou de *pseudo-free relatives*. O nome *transparente*, Relativa Livre Transparente (RLT), foi cunhado só em 1998 por Wilder<sup>65</sup> (apud GROSU, 2003, 2007; den DIKKEN, 2005; YOO, 2008), pelo fato de a sentença parecer ser transparente as características impostas pelo predicativo nuclear.

As RLTs têm propriedades sintáticas e semânticas semelhantes às das RLs vistas no capítulo dois:

- (4) a. Propriedades sintáticas: são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs; têm uma lacuna; e o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela sentença matriz;
- b. Propriedade semântica: os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP adequado.

A agramaticalidade de (5) confirma que a RLT não pode estar adjacente a um núcleo nominal (DP), a não ser que o pronome relativo seja substituído pelo *que* subespecificado, como em (6):

- (5) a. \*Maria leu *aquilo* o que os professores chamam de um bom livro
  - b. \*Maria comprou *aquilo* o que parecia ser um vestido.
  - c. \*Maria comeu *aquilo* o que ninguém chamaria de bife.
- (6) a. Maria leu *aquilo* que os professores chamam de um bom livro.
  - b. Maria comprou *aquilo* que parecia ser um vestido.
  - c. Maria comeu *aquilo* que ninguém chamaria de bife.

A propriedade lexical (não podem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados), apresentada no capítulo dois, enfrenta alguns problemas e por isso será discutida em seção específica.

Outra propriedade semelhante á das RLs é ocorrerem em posição sintática de sujeito, como em (7a); complemento de verbo, como em (3)

---

<sup>64</sup> NAKAU, M. The grammar of the pseudo-free relative pronoun *what*. **English Linguistics**, Kaitakusha – Tokyo, n.6, p.2-47, 1971.

<sup>65</sup> WILDER, C. Transparent free relatives. In: ALEXIADOU, A.; FUHRHOP, N.; LAW, P.; KLEINHENZ, U. (Ed.). **ZAS Papers in Linguistics**, Zentrum für Allgemeine Sprachwissenschaft, Berlin, v.10, p.191-199, 1998.

e (7b); complemento de preposição, como em (7c) e predicativo - do sujeito (7d) e do objeto (7e)<sup>66</sup>:

- (7) a. O que parecia ser um sequestro comum transformou-se num pesadelo.  
 b. Pedro não comeu o que considerou ser um bife de fígado.  
 c. João não participou do que seria seu primeiro vestibular.  
 d. Perante as confissões da filha, o pai estava o que se considerou apavorado.  
 e. O pai deixou-a o que se poderia dizer preocupada.

Além dessas propriedades, van Riemsdijk (2000), Schelphout, Coppen e Oostdijk (2004), Ferreira (2007) e Yoo (2008)<sup>67</sup> apresentam outras, algumas contrárias às das RLs e, por isso, induzem a uma análise alternativa para as RLTs. Vamos argumentar, seguindo Grosu (2003, 2007), que as RLs e as RLTs têm propriedades semelhantes, o que garante um tratamento sintático unificador. Para tanto, primeiro apresentamos três propriedades específicas das RLTs, mas que não se constituem como um problema para uma análise unificada: a primeira propriedade é a concordância que pode variar; a segunda, é serem preferencialmente introduzidas pelo pronome relativo *o que*; e a terceira é terem a definitude variável. Depois disso, apresentaremos algumas propriedades que recebem tratamento diferenciado na literatura: o traço semântico incorporado pelo pronome relativo *o que*; a possibilidade de substituição de toda RLT pelo predicativo nuclear; a possibilidade de extração de dentro da sentença encaixada; o Requerimento de Compatibilidade e a possibilidade de o predicativo nuclear ser o constituinte compartilhado com a sentença matriz. Se quisermos dar um tratamento homogêneo para as RLs e RLTs, teremos que encontrar meios de explicar essas últimas cinco propriedades.

---

<sup>66</sup>As RLTs predicativas, do tipo de (7d) e (7e), por envolverem características específicas, como não poderem ser parafraseadas por DPs, não serão tratadas neste trabalho.

<sup>67</sup>Todas as propriedades apresentadas nesta seção (3.1) são apresentadas em van Riemsdijk (2000), Grosu (2003, 2007), Schelphout, Coppen e Oostdijk (2004), Ferreira (2007) e Yoo (2008).

### 3.1.1 Concordância

A concordância, observada por Nakau (1971) e retomada em van Riemsdijk (2000), Grosu (2003, 2007), Schelfhout, Coppen e Oostdijk (2004) e Ferreira (2007), se manifesta de forma contrária ao padrão das RLs:

- (8) a. <sub>[RL</sub> What you found in this drawer] {belong/\*belongs}to me.  
 b. <sub>[RLT</sub> What seems to be **a book**] {is/\*are} lying on the desk.  
 c. <sub>[RLT</sub> What seem to be **books**] {are/\*is} lying on the desk.  
 (van RIEMSDIJK, 2000, p.25)

Em (8a), que contém uma RL, o verbo da sentença matriz *to belong* permanece no singular, pois a concordância ocorre com o pronome relativo *what* (*o que*). Já nas RLTs em posição de sujeito (8b) e (8c) a concordância pode variar. Em (8c), o predicativo nuclear no plural *books*, e não o pronome relativo, é que desencadeia concordância com os elementos da sentença matriz.

As RLTs do PB confirmam essa propriedade<sup>68</sup>:

- (9) a. O que pareciam ser crianças **cortaram** o fio do telefone.  
 a'. ?/\*O que parecia(m) ser crianças **cortou** o fio do telefone.  
 b. O que eu chamaria de vândalos **picharam** a casa toda.  
 b'. ?/\*O que eu chamaria de vândalos **pichou** a casa toda.

---

<sup>68</sup> Durante a defesa dessa tese, alguns membros da banca afirmaram que todas as sentenças de (9) são gramaticais. De fato, alguns falantes submetidos a julgar essas sentenças foram mais flexíveis, sobretudo no julgamento de algumas construções de RLT com verbo *ser* na sentença matriz:

- (i) O que pareciam ser cigarros **estavam** espalhados pela casa.  
 (ii) ?/\*O que pareciam ser cigarros **estava** espalhado pela casa.  
 (iii) O que parecia ser cigarros **estavam** espalhados pela casa.  
 (iv) ?O que parecia ser cigarros **estava** espalhado pela casa.

(i) e (iii) seguem o padrão das RLTs, o verbo da sentença matriz, *estavam*, concorda com o predicativo nuclear plural, *cigarros*. O contrário ocorre em (ii) e (iv) em que o verbo *estava* pode concordar com o pronome relativo singular *o que*. Nesse caso, os julgamentos de gramaticalidade são discrepantes.

- c. O que João poderia descrever como ídolos **beijaram** sua mãe.  
 c'. ??/\*O que João poderia descrever como ídolos **beijou** sua mãe.  
 d. O que pareciam ser fantasmas **eram** roupas penduras no varal.  
 d'.?/\*O que pareciam ser fantasmas **era** roupas penduras no varal.

No entanto, parece que se o predicativo nuclear é mais extenso, é possível que o verbo da sentença matriz fique no singular, como nas sentenças abaixo, retiradas do *google*:

- (10) a. O que pareciam ser distúrbios relacionados com a violência na fronteira {**acabou**?/acabaram} por ser o começo do apocalipse  
 b. O que pareciam ser presilhas no alto da cabeça {**era**/eram} parte da cabeça.

Ao contrário do padrão das RLs, a RLT é transparente à pluralidade do predicativo nuclear. Se a RLT é sujeito da sentença e o predicativo nuclear está no plural, o verbo da sentença matriz normalmente fica no plural; se está no singular, o verbo fica no singular.

### 3.1.2 Pronome relativo *o que*

Os estudos sobre RLTs afirmam que elas são iniciadas apenas pelo pronome relativo *o que/what/was* e, no inglês, não podem ocorrer com o sufixo *-ever* (*whatever*), ao contrário das RLs:

- (11) a. Bob is a boring and {what(\*ever)/\*who/\*where} I would describe as highly irritating person. (GROSU, 2003, p.302)  
 b. \*There was whatever appeared to be a jet on the freeway.  
 (van RIEMSDIJK, 2000, p.25)

No PE, Ferreira (2007) faz um estudo inicial com os pronomes relativos *quem*, *onde*, *quando* e *como*, introdutores de RLs, e conclui que a livre substituição do *o que* por outros pronomes relativos nem sempre é viável. Há alguns casos esporádicos cujos julgamentos de gramaticalidade são divergentes. Sobre o pronome *quem*, a autora afirma “as construções relativas transparentes introduzidas pelo morfema relativo *quem* são de gramaticalidade duvidosa, ou mesmo agramaticais, no português; as construções paralelas com *o que* estão perfeitamente integradas na língua” (2007, p.135). Já os pronomes

relativos *onde*, *quando* e *como* parecem poder introduzir RLTs. No entanto, as sentenças formadas parecem ter características diferentes das RLTs, já que a livre substituição delas por uma RLT com o pronome *o que* nem sempre é possível. Veja as palavras da autora sobre as sentenças introduzidas pelo *onde* e *quando*: “Assim, apesar de se poder colocar a hipótese de que, em português, os morfemas *onde* e *quando* surjam igualmente como introdutores de construções relativas com estruturas sintáticas análogas às das orações livres transparentes [...], não parece de excluir a hipótese de as estruturas em causa serem de tipo distinto (e, portanto, não transparentes)” (p.138-139).

O PB traz novas evidências para a análise das RLTs, já que a livre ocorrência de outros pronomes relativos é permitida<sup>69</sup>:

- (12) a. Fotografei o que me pareceu ser uma atriz famosa.  
b. Fotografei quem me pareceu ser uma atriz famosa.

No PB, (12b) é perfeitamente possível. A substituição do pronome *o que* (12a) por *quem* (12b) incorre em mudança na interpretação das sentenças: *quem* está necessariamente associado a um valor [+humano], o que não se aplica ao *o que*, que remete a um valor [-humano], conforme verificado por Ferreira (2007).

Quando o predicativo nuclear está no plural, a gramaticalidade das sentenças permanece:

- (13)  
a. O que me pareceu ser uma atriz famosa ganhou o reality show.  
b. O que me pareceram ser atrizes famosas ganharam o reality show.  
c. Quem me pareceu ser uma atriz famosa ganhou o reality show.  
d. Quem me pareceram ser atrizes famosas ganharam o reality show.

- (14)  
a. O que os policiais chamam de ladrões de galinha assaltaram um banco  
b. Quem os policiais chamam de ladrões de galinha assaltaram um banco

RLTs introduzidas por *onde*, *quando*, *como* e *quanto* também formam sentenças gramaticais:

---

<sup>69</sup> Os exemplos dessa seção são uma adaptação para o PB dos exemplos de Ferreira (2007, p.132-136) que são do PE. As RLT introduzidas pelo *quanto* e as sentença de (14) são nossas.

- (15) a. Entrei ondei me pareceu ser a casa dos meus sonhos.  
 b. Ele interveio na discussão quando me pareceu ser a pior hora possível.  
 c. O João agiu como me parece ser a forma mais correta.  
 d. João pagou (pelo carro) quanto eu considere ser um exagero.

Quando o predicativo nuclear é plural, as sentenças com *onde*, *quando*, *como* e *quanto* têm gramaticalidade duvidosa<sup>70</sup>:

- (16) a. ?Ele está indo por onde parecem ser os caminhos menos sinuosos.  
 b. ?Ele programou os encontros para quando parece(m) ser os momentos mais propícios.  
 c. ??O João agiu como me pareceram ser as formas mais corretas.  
 d. ??João ofereceu quanto me pareceram ser às quantias mais impróprias.

As RLTs introduzidas pelos pronomes relativos *como* e *quanto* parecem ser mais marginais. Veja que a substituição dos pronomes relativos de (15) pelo *o que* mantém a gramaticalidade das sentenças, com exceção de (17c):

- (17) a. Entrei no que me pareceu ser a casa dos meus sonhos.  
 b. Ele interveio na discussão no que me pareceu ser a pior hora possível.  
 c. \*O João agiu no que me pareceu ser da forma mais correta.  
 d. João pagou (pelo carro) o que eu considere ser um exagero.

Ao que parece, as RLTs introduzidas pelo pronome relativo *o que* só são possíveis porque esse pronome é um constituinte subespecificado, pode se referir a qualquer coisa, inclusive *lugar* e *tempo*. Vamos voltar a essa característica na próxima seção.

Em resumo, o PB traz evidências de que é possível construirmos RLTs com outros pronomes relativos que introduzem RLs, além do *o que*. As RLTs introduzidas pelos pronomes adverbiais *quando*, *onde* e *como* e pelo *quanto* se restringem a ocorrer em sentenças cujo predicativo nuclear está no singular. Ao contrário, *o que* e *quem* podem ocorrer com o predicativo nuclear singular ou plural.

---

<sup>70</sup> Para alguns falantes, as sentenças de (16) são perfeitas/gramaticais.

### 3.1.3 (In)definitude

As RLs são definidas<sup>71</sup>, já a definitude das RLTs pode variar:

- (18) There is [what appears to be {**a virus, the most dangerous virus imaginable, \*the virus**} in this problem. (GROSU, 2003, p.279)

Contextos existenciais, *there BE*, são vistos como contextos indefinidos, conforme veremos no próximo capítulo. Por isso, o DP definido *the virus* agramaticaliza a sentença (18). No entanto, o DP definido *the most dangerous virus*, que tem autonomia referencial, é permitido. Outro caso, com possibilidade de leitura definida e indefinida pode ser visto em (19):

- (19) She is talking to [what seems to be {a policeman, Bill, her brother-in-law}]. (GROSU, 2007, p.6)

A leitura de (19) mais apropriada quando o predicativo nuclear é o definido *Bill/her brother-in-law* é algo do tipo: “She is talking to *an* individual who seems to be *Bill/her brother-in-law*” (GROSU, 2007, p.6)

As RLTs do PB também apresentam definitude variável:

- (20) a. [O que pareciam ser umas flores] estavam esparramadas no chão  
 a'. #**As** coisas que pareciam ser flores [...]  
 a". **Algumas** coisas que pareciam ser flores [...]  
 a"". **Umas** flores estavam esparramadas no chão.

(20a) está claramente em um contexto com traço [-definido], por isso é estranho parafraseá-la por (20a'); mas não por (20a'') ou (20a''').

Ferreira (2007) esquadrinhou os possíveis contextos para RLT definida no PE. Pela proximidade das línguas, esses mesmos contextos se aplicam ao PB.

O primeiro é quando a construção nominal depende de elementos exteriores (textuais ou situacionais):

---

<sup>71</sup> Hinterwimmer (2008, p.411) faz um trabalho no qual mostra que algumas RLs têm leitura indefinida:

(i) John wants to write what sells well.

Paráfrase: João quer escrever um livro que vende bem.

- (21) Mostraram-me duas imagens: uma de uma moradia mal construída e outra de uma moradia extremamente resistente. Fiquei muito espantado ao descobrir que [o que parecia ser a moradia mal construída] era afinal a moradia resistente (e vice-versa)<sup>72</sup>. (FERREIRA, 2007, p. 145)

A sentença entre colchetes acima é [+definida] porque há um contexto prévio que permite a identificação das entidades relevantes no texto. Sem o contexto, a sentença é ruim:

- (22) a. \* O que parecia ser a moradia mal construída revelou-se afinal uma verdadeira fortaleza.  
 b. O que parecia ser uma moradia mal construída revelou-se afinal uma verdadeira fortaleza.  
 (FERREIRA, 2007, p. 145, adaptado).

Outro contexto possível para leitura definida é quando a interpretação da sentença depende do conhecimento partilhado pelo emissor e seus interlocutores. O que Ferreira chama de *definitude epistêmica*:

- (23) A fotografia não está nítida. O que me parecia, à primeira vista, a ministra da Educação era afinal uma das suas assessoras.  
 (FERREIRA, 2007, p. 145)

O terceiro contexto em que pode haver leitura definida é quando o predicativo nuclear está associado à modalização metalinguística (predicativo nuclear com plural ou singular simples):

- (24) a. Estão aqui o que podemos considerar documentos cruciais.  
 = os documentos cruciais.  
 (FERREIRA, 2007, p. 145).

---

<sup>72</sup> Veja que se o “pronomo relativo” apresentar concordância com *moradia*, como em (i), não teremos mais uma RL, mas sim uma relativa com núcleo:

(i) [...] uma moradia mal construída [...] a que parecia ser a moradia mal construída [...]

Em (i) o *a* pode ser considerado um determinante que precede um núcleo nominal foneticamente não realizado. Para mais detalhes, reveja o capítulo um (seção 1.2.1.1).



b. Ele trabalha [onde ninguém chamaria de bar].

Por fim, o último contexto em que é possível a leitura definida é com predicativos nucleares que têm autonomia referencial. Aqueles que não precisam de dados de contexto exterior, como ocorre com estruturas nominais que contêm superlativos:

(25) O que parecia ser o edifício mais mal construído de todo o bairro revelou-se afinal uma verdadeira fortaleza.

(FERREIRA, 2007, p.145, adaptado).

Em resumo, a (in)definitude das RLTs pode variar. O contexto mais prototípico é que elas sejam indefinidas. Nas RLs o contexto mais prototípico é com leitura definida, mas há casos esporádicos de leitura indefinida, como vimos na nota de rodapé 70. Isso deixa aberta a possibilidade de RLTs e RLs terem leitura [ $\pm$  definida].

### 3.1.4 Traço semântico incorporado pelo *o que*

A quarta propriedade das RLTs é a suposta subespecificação semântica do pronome relativo *o que* que só nesses casos pode se referir a constituintes [+humano], ao contrário do que ocorre nas RLs, cujo pronome relativo se refere a *coisas* [-humano]:

(26) a. \*I liked [<sub>RL</sub> what he invited].

b. \*I invited [<sub>RL</sub> what he recommended].

c. She invited [<sub>TRL</sub> what I took to be a policeman].

(GROSU, 2003, p.281)

A tradução para o PB das sentenças de Grosu (2003) apresenta os mesmos julgamentos:

(27) a. \*Eu gostei d[<sub>RL</sub> o que ele convidou].

b. \*Eu convidei [<sub>RL</sub> o que ele recomendou].

c. Ela convidou [<sub>TRL</sub> o que parecia ser um policial].

Sequências como em (26)/(27) levam os estudiosos a acreditar na possibilidade de o verbo *invited/convidar*, por exemplo, só poder selecionar um objeto [+humano], através do pronome relativo *o que*, se

esse pronome introduzir uma RLT, como em (26c)/(27c). Nesses contextos, o pronome-wh *o que/what* é tido como um pronome subespecificado. Por ser subespecificado, ele é transparente para receber as características semânticas de [+humano] ou [-humano] do predicativo nuclear.

No entanto, afirmar que o *o que* é subespecificado apenas quando introduz RLTs se constitui num problema para uma análise que tenta unificar RLs e RLTs (cf. característica (16a) do capítulo um). Para resolver esse impasse, apresentaremos três evidências empíricas que põe em xeque o fato de o pronome relativo *o que* ser subespecificado.

O primeiro argumento é apresentado em Grosu (2003). A agramaticalidade de (26a-b)/(27a-b) não se deve as escolhas do verbo da sentença matriz ou do verbo da sentença encaixada e nem se restringe apenas às RLs:

- (28) a. [<sub>IE</sub> What did she **invite**?] Mostly lawyers, doctors, people like that.  
 b. She **invite** only [<sub>RL</sub> what her husband asked her to **invite**:] lawyers, doctors, etc.  
 c. She **invites** only [<sub>RL</sub> what her husband **recommends** for top jobs:] Harvard graduates, friends of the Kennedy clan, etc.  
 (GROSU, 2003, p.282)

Essa variação semântica tem a ver com aspectos mais gerais. Sentenças como (28) contêm um constituinte implícito do tipo *kind of - what kind of people did she invited?* - que permite a referência a constituintes [+humano]. Em (26a-b)/(27a-b), “a *kind* construal is insufficiently salient, hence, its infelicity” (GROSU, 2003, p.283). Sobre a possibilidade de (26c)/(27c), a explicação é a seguinte:

I attribute it to the fact that in the latter case [26c/27c], *what* binds a property variable 'modifying' an individual one, an approximate paraphrase of [27c/29c] being 'she invited a person who possessed the property of being a policeman' [...] (GROSU, 2003, p.283)

Ou seja, em (26c)/(27c) *policial, advogado* é uma profissão, uma propriedade. O pronome relativo retoma essa propriedade e, essa propriedade que se refere a algo [+humano].

O segundo argumento é de Ferreira (2007). Segundo ela, o fato de o pronome-wh *o que* estar associado a um traço [+humano] não significa que ele seja [+humano], nem mesmo que a sentença matriz ao qual a RLT está vinculada seja [+humano], porque esse valor pode ser cancelado discursivamente:

- (29) a. O movimento daquele arbusto foi provocado por o que me pareceu ser **um homem alto**.  
 b. O movimento daquele arbusto foi provocado por o que me pareceu ser **um homem alto**. Afinal, era **um urso**.  
 (FERREIRA, 2007, p.149)

O predicativo nuclear, negrito em (29), requer “um argumento externo marcado com traços [+Humano]. Contudo, o morfema relativo *o que* pode, neste contexto, referir-se a uma entidade não humana”, como em (29b). (FERREIRA, 2007, p.149).

Assim, *o que* pode estar associado a um traço [+humano], porém esse valor não é o valor do pronome relativo, porque ele pode ser cancelado discursivamente.

O terceiro argumento, decorrente do segundo, é com as RLs do PB introduzidas pelo *quem*:

- (30) a. O movimento daquele arbusto foi provocado por quem me pareceu ser **um homem alto**.  
 b. \*O movimento daquele arbusto foi provocado por quem me pareceu ser **um homem alto**. Afinal, era **um urso**.
- (31) a. Fotografei quem me pareceu ser **um homem alto**.  
 b. \*Quem me pareceu ser **um homem alto**, no entanto, era **um urso**.

Ao contrário da RLT de (29a), que pode ser cancelada, já que o *o que* é especificado e não se refere a [+humano]; as de (30a) e (31a), que são introduzidas pelo pronome relativo especificado com traço [+humano] não pode ser cancelada.

O que vamos ter no fim das contas é que o pronome relativo *o que* não é subespecificado. Ele é especificado, se refere a *algolalguma coisa*. Como o pronome relativo está em uma estrutura de *Small Clause* (SC), como veremos, o predicativo nuclear passa seus traços semânticos ao pronome relativo. Por isso, o pronome relativo *o que* parece estar associado a um constituinte de valor [+humano].

### 3.1.5 Substituição pelo predicativo nuclear

A razão de ser de uma RLT é acrescentar alguma informação ao predicativo nuclear. Por isso, apesar de a RLT poder ser substituída pelo predicativo nuclear, sempre deverá haver, nessa conversão, a inserção de uma expressão parentética (após a vírgula) que contradiga/especifique a afirmação principal, como em (32b); ou a inserção de um operador intensional, como em (33c):

- (32) a. [O que João chama de **flores**] estavam esparramadas no chão.  
 b. [**Flores**] estavam esparramadas no chão, **como João as chama**.
- (33) a. João comprou [o que parecia ser **um vestido**].  
 b. #João comprou um vestido, ou algo que parecia ser um vestido.  
 c. João comprou um **suposto** vestido.

Apesar de possível, (33b) não tem o mesmo sentido de (33a). Em (33b) a expressão parentética (após a vírgula) contradiz a afirmação principal – parece que o falante mudou de opinião no meio do caminho – o que não é o caso de (33a). Assim, nas RLTs em que o falante discorda ou tem sérias ressalvas quanto ao predicativo nuclear, a inserção de um operador intensional é imprescindível, como o *suposto* em (33c).

Esse operador/modificador é obtido pela subtração da RLT menos (–) a SC (=pronomes relativos + predicativo nuclear). O que sobra será o modificador intensional do tipo: *alleged(ly)* (suposto) e *presumed(ly)* (presumível) em inglês e *considerou ser, parecia ser, se considerou, se poderia dizer, se pode chamar* etc. em PB. (GROSU, 2003).

Ou seja, nesses casos, a substituição da RL pelo predicativo nuclear só é possível se a leitura da RLT estiver no escopo de um operador intensional (chamado de modalizador discursivo em Ferreira (2007)), que afirmará que o predicado da RLT não é relevante em **todos** os mundos possíveis. Por isso, sentenças como (34), abaixo, são ruins porque não adicionam nada, além do que a sentença simples/reduzida já disse:

- (34) a. John has become (?\*what is) unbearable.  
 b. John lives in (?\*what is) {Paris/a town}.

(GROSU, 2003, p.304)

Em resumo, a livre paráfrase da RLT pelo predicativo nuclear é bloqueada. Ela só é possível se houver a inserção de uma expressão parentética ou se o predicativo nuclear estiver no escopo de um operador intensional que é obtido pela subtração da RLT com a SC. Não fosse assim, não haveria motivos para construirmos RLTs. Grosu (2007) afirma que uma RLT sem o operador intensional ou a expressão parentética seria uma equação normal. Assim, seria estranho dizermos coisas como *I love a person who is you* ao invés de *I love you*. (GROSU, 2007, p.6).

### 3.1.6 Possibilidade de extração

A sexta característica apresenta certa divergência de análises. Para Wilder (1998 apud GROSU, 2003), van Riemsdijk (2000) e Ferreira (2000), as RLTs (35b), (36b) e (37b) não são ilhas para efeitos de extração, ao contrário das RLs (35a) e (36a):

(35)

- a. \*Who would she buy [whatever object turns out to be a portrait of\_\_]?
- b. Who did she buy [(what seems to be) a nice portrait of\_\_?]

(WILDER, 1998 apud GROSU, 2003, p.292)

(36)

- a. \*Who did you order what represented the sole possession of \_\_?
- b. Who did you order (what was advertised as) a first rate picture of \_\_?

(van RIEMSDIJK, 2000, p.25)

(37)

- a. O governo está a apoiar {aquilo que / o que} parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.
- b. Os guerrilheiros [contra os quais]<sub>i</sub> o governo está a apoiar [RLT O que parece ser uma ofensiva coordenada [v]<sub>i</sub>] pertencem à etnia curda.

(FERREIRA, 2007, p.140)

(35a) e (36a), por conterem uma RL, não permitem extração. As sentenças em b, que contêm uma RLT, permitem extração de parte do predicativo nuclear porque, segundo Wilder, parecem ter grosseiramente a leitura e aceitabilidade da versão reduzida (ou seja, aquela que exclui o constituinte entre parênteses - *who did she buy a nice portrait of t?* no

caso de (35a)). Assim, para esses autores, a possibilidade de extração se manifesta de forma contrária ao padrão das RLs.

Ao contrário, Grosu (2003, 2007) mostra, a partir do contraste em (38), que a extração de dentro da RLT não é tão simples quanto os autores acima afirmam. Para Grosu (2003, 2007), o conteúdo interno da RLT afeta as possibilidades de extração para fora da sentença encaixada:

- (38) Who did he buy [(?\*what seems to many to be) a portrait of \_?]  
(GROSU, 2007, p.4)

Em (38), a extração de dentro da versão plena da RLT vai de marginal a ruim. Segundo o autor, o fato de alguns falantes não excluírem totalmente a versão plena de (38) não afeta a sua conclusão, pois “it is well-known that the perceived deviance of extraction out complex DPs depends on a number of factors, in particular, on whether the DP is definite or indefinite, the latter situation having a mitigating effect (Erteschik-Shir, 1973)” (GROSU, 2007, p.4).

Em relação à (35b), Grosu (2003) afirma que um revisor do seu texto indicou que a versão plena com extração era ruim (agramatical).

No PB, a extração também parece ser ruim:

- (39) \*[Contra qual inimigo]<sub>i</sub> João participou d[<sub>o</sub> que se poderia chamar uma ofensiva <sub>t<sub>i</sub></sub>]?

O fato de a RLT ser ou não ilha-wh ainda não é consensual. Parece que há divergência entre os autores quanto à gramaticalidade das sentenças. No PB, parece não haver extração. Assim, diremos que não há extração de um constituinte do predicativo nuclear nas RLT, à semelhança do padrão das RLs.

### 3.1.7 Requerimento de compatibilidade

O Requerimento de Compatibilidade que na RL ocorre com o pronome relativo; é visto por alguns autores como se ocorresse também com o predicativo nuclear nas RLTs, já que esse predicativo nuclear é visto por alguns como o elemento compartilhado com a sentença matriz:

- (40) a. [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> O que eu perdi]] custa caro.  
b. [<sub>DP</sub>[<sub>DP</sub>O que pareciam ser [<sub>DP</sub>flores]]]caíram daquele carro preto

Em (40b), a conformidade categorial é vista como se ocorresse entre a categoria do predicativo nuclear e a categoria da RL, que deve ser compatível com a posição sintática que ela exerce na sentença matriz (FERREIRA, 2007). Autores como Wilder (1998 apud GROSU, 2003), van Riemsdijk (1998, 2000) e Schelfhout, Coppens e Oostdijk (2004) acreditam nessa visão.

No entanto, Grosu (2003, 2007) apresenta um forte argumento que comprova que o predicativo nuclear não deve ser considerado o constituinte sintaticamente dividido com a sentença matriz e, portanto, também não é relevante para o Requerimento de Compatibilidade:

- (41) a. Ich habe mir soeben gekauft, [was von vielen als  
Eu tenho mim justamente comprado o-que por muitos como  
**{ein merkwürdiger Wagen, \*einen merkwürdigen Wagen}**  
um estranho<sub>NOM</sub> carro \*um estranho<sub>ACC</sub> carro  
bezeichnet werden würde].  
descrito seria  
'Eu comprei o que muitas pessoas descreveriam como um carro  
estranho'.
- b. [Was viele als **{\*ein merkwürdiger Wagen,  
O-que muitos como \*um estranho<sub>NOM</sub> carro,  
einen merkwürdigen Wagen}** bezeichnen würden] wurde  
um estranho<sub>ACC</sub> carro descrito seria  
trotzdem soeben verkauft  
no entanto justamente vendido  
'O que muitas pessoas poderiam descrever como um carro  
estranho foi, no entanto, vendido.'

(GROSU, 2003, p.290)

As sentenças de (41) são do alemão, da variante C nos termos de Vogel (2001, 2002), que é a variante que tem Requerimento de Compatibilidade pleno.

Tanto em (41a) como em (41b), o predicativo nuclear é sensível somente às exigências de Caso da sentença encaixada. Em (41a), *ein merkwürdige Wagen* realiza o Caso nominativo atribuído pela flexão I<sup>o</sup> do verbo *bezeichnet* (descrever). Se realizasse o Caso acusativo fornecido pelo verbo *gekauft* (comprar) da sentença matriz, a sentença seria agramatical. Semelhantemente, em (41b), o predicativo nuclear *einen merkwürdigen Wagen* (um carro estranho) realiza o Caso

acusativo fornecido pelo verbo *bezeichnen* (descrever) da sentença encaixada e apaga o Caso nominativo disponível pela flexão do verbo da sentença matriz. Veja, também, que tanto em (41a) como em (41b), o pronome relativo é o *was* (*o que*) que tem a mesma forma para o acusativo e nominativo (Cf. Capítulo dois).

Com esses exemplos, Grosu (2003, 2007) consegue mostrar que o preditivo nuclear não interfere no Requerimento de Compatibilidade das RLTs. Esses dados não mostram que o pronome relativo é relevante para o Requerimento de Compatibilidade porque *was* (*o que*) é compatível tanto com nominativo como com acusativo.

Para comprovar que é o pronome relativo que deve respeitar o Requerimento de Compatibilidade, o autor utiliza as sentenças abaixo. Segundo Grosu (2003, p.291), o *was* é compatível com nominativo, acusativo e dativo, mas não é compatível com o genitivo (cuja forma é *wessen*):

(42) a. Er kam mit<sup>DAT</sup> [was<sub>DAT/ACC</sub> ich als **einen schellen Wagen**<sub>ACC</sub>  
Ele veio com o-que eu como um<sub>ACC</sub> rápido carro  
bezeichnen würde<sup>ACC</sup>].  
descreveria.

'Ele chegou no que eu poderia descrever como um carro rápido'

b. \*Ich entsinne mich<sup>GEN</sup> [was<sub>ACC</sub> ich als **einen schnellen**  
Eu lembro me<sub>Refl</sub> o-que eu como um<sub>ACC</sub> rápido  
**Wagen**<sub>ACC</sub> bezeichnen<sup>ACC</sup> würde].  
carro descreveria.

'Eu me lembro o que eu poderia descrever como um carro rápido'  
(GROSU, 2003, p.291)

(42a) é gramatical porque a RLT é complemento da preposição *mit* (com) que requer como seu complemento um pronome relativo que realize o Caso dativo. Já na encaixada, o verbo *bezeichnen würde* (chamar) requer que seu complemento realize o Caso acusativo. Como o pronome *was* tem a mesma forma para acusativo e dativo, a sentença é gramatical. (42b) é agramatical porque o verbo *sich entsinnen* (lembrarse) requer que o pronome relativo tenha a forma do genitivo *wessen* e essa forma é incompatível com o *was* de (42b).

Outro argumento apresentado por Grosu (2007) para afirmar que nas RLT é o pronome relativo que é compartilhado com a sentença



matriz foi retirado das observações feitas por Gallmann<sup>73</sup> (1990, 1996) e elaboradas em Bayer, Bader e Meng<sup>74</sup> (2001): “a small class of lexical items, one of which is *was* 'what', may occur in positions to which Dative Case is assigned by a *preposition*, but not in positions where this Case is assigned by a *verb*” (GROSU, 2007, p.4). Isso acontece porque o Caso dativo atribuído por preposições não precisa ser realizado na morfologia, ao contrário do Caso dativo atribuído por verbos. Esse fenômeno ocorre nas sentenças encaixadas interrogativas (43), nas RLs (44) e nas RLTs (45). O atribuidor de Caso está sobrescrito:

- (43) a. Mit<sup>DAT</sup> **was** hat er noch nicht gerechnet?  
 Com o-que tem ele já não esperava.  
 'Com o que ele não esperava?'
- b. \***Was** hat er widersprochen<sup>DAT</sup>?  
 O-que tem ele contrariado.  
 'Ao que ele se opôs?'
- (44) a. Er hat mit<sup>DAT</sup> [**was** du gesagt hast] nicht gerechnet.  
 Ele tem com o-que você disse ter não contado.  
 'Ele não contava com o que você disse'
- b. \*Er hat [**was** du gesagt hast] nie widersprochen<sup>DAT</sup>.  
 Ele tem o-que você disse ter não contradito.  
 'Ele nunca contradiz o que você disse'
- (45) a. Er wohnt in<sup>DAT</sup> [**was** man ein-en Hühnerstall nennen koennte].  
 Ele mora em o-que alguém pode galinheiro chamar poderia.  
 'Ele mora no que alguém poderia chamar de galinheiro'
- b. \*Er hat [**was** man ein-e merkwuerdige Idee nennen  
 Ele tem o-que alguém um<sub>ACC</sub> estranha ideia chamar  
 koennte] viel Aufmerksamkeit geschenkt<sup>DAT</sup>.  
 poderia muita atenção dar.  
 'Ele dedica considerável atenção ao que se poderia chamar de  
 uma ideia estranha'.

(GROSU, 2007, p.5)

<sup>73</sup> GALLMANN, P. Kategoriell komplexe Wortformen: Das Zusammenwirken von Morphologie und Syntax bei der Flexion von Nomen und Adjektiv. Tübingen: Newmeyer, 1990.

<sup>74</sup> BAYER, J.; BADER, M.; MENG, M. 2001. Morphological underspecification meets oblique case: syntactic and processing effects in German. *Língua*, [S.l.], v. 111, p.465-514, 2001.

As sentenças de (45) reforçam o dito em (41), pois as sentenças são gramaticais apesar de o predicativo nuclear ser acusativo, incompatível com o Caso Dativo atribuído pela preposição da sentença matriz, como pode ser visto no exemplo:

- (46) a. Er wohnt in {ein-em, \*ein-en} Hühnerstall.  
 Ele mora em um<sub>DAT</sub> \*um<sub>ACC</sub> galinheiro.  
 b. Sie spricht mit {ein-em, \*ein-en} totalen Idioten.  
 Ela fala com um<sub>DAT</sub> \*um<sub>ACC</sub> total idiota.

(GROSU, 2007, p.5)

Portanto, nas RLTs o Requerimento de Compatibilidade ocorre de forma simétrica com as RLs. Com isso confirmamos que o constituinte compartilhado com a sentença matriz é o pronome relativo.

### 3.1.8 Resumo

Em resumo, vimos que as RLTs são sentenças encaixadas, introduzidas por um pronome relativo e contêm uma categoria vazia originada pelo movimento do pronome relativo para a periferia esquerda da sentença.

Essas sentenças apresentam também concordância variável: se a RLT é sujeito da sentença e o predicativo nuclear está no plural, o verbo da sentença matriz fica no plural; se está no singular, o verbo fica no singular. A preferência na formação de RLT é com o pronome relativo *o que*, mas vimos que no PB há RLT introduzidas pelo *quem, quando, quanto, onde, como e quando*. A (in)definitude dessas sentenças pode variar, ao contrário do padrão das RLs que são definidas.

Na sequência, apresentamos outras quatro propriedades das RLTs que parecem ser problemáticas para uma análise que tenta unificar RLs e RLTs. Mostramos que essas propriedades não são consistentes e apresentamos as verdadeiras propriedades das RLTs.

A primeira é o fato de os pronomes relativos serem especificados, igual ao padrão das RLs. Para aquelas RLTs em que o *o que* parece estar associado a um traço [+humano], mostramos que esse valor não é o valor do pronome relativo, porque ele pode ser cancelado discursivamente. Dissemos que o *o que* é especificado, [-humano], se

refere a *algolalguma coisa* e pode estar associado a um constituinte de valor [+humano] já que está em uma estrutura de SC.

A segunda propriedade é a substituição da RL pelo predicativo nuclear. Vimos que essa substituição só é possível se houver a inserção de uma expressão parentética, que contradiga ou especifique a afirmação principal ou se o predicativo nuclear estiver no escopo de um operador intensional.

A terceira propriedade é a impossibilidade de extração. Apesar da divergência entre os autores, afirmamos, junto com Grosu (2003, 2007) que as RLT são ilhas-wh.

Por fim, a última propriedade é o Requerimento de Compatibilidade. Através das RLTs do alemão, que têm morfologia casual rica, conseguimos mostrar que o Requerimento de Compatibilidade ocorre entre a RL e o pronome relativo, à semelhança do que ocorre com as RLs.

## 3.2 ANÁLISES

### 3.2.1 Representação subjacente (NAKAU, 1971)

Grosu (2003) apresenta a proposta de Nakau (1971), o primeiro a observar as RLTs. Proposta no quadro da Teoria *Standard*, a análise é feita por regras transformacionais: o pronome relativo *o que* teria uma representação subjacente *um/o N qual* (*a/the N which*):

- (47) a. Lakoff has made [*what* appears to be a **radically new proposal**]  
 b. Lakoff has made [*a proposal which* appears to be ...]  
 c. X – [<sub>NP</sub> Det – [N, Num] – [<sub>S</sub> *which* – X – [+Subjective] – X – *be*  
           1          2          3          4          5          6          7          8  
 – Det – X – [N, Num] – X ]<sub>NP</sub> – X  
           9          10          11          12          13 → 1 *what* 5 6 7 8 9 10 11 12 13

*Conditions:* (i) 3 = 11

(ii) 2 is Def if 9 is specific, and Indef if 9 is non-specific

(GROSU, 2003, p.283-284)

O Requerimento de Compatibilidade, apresentado na seção (3.1.7), é explicado pelas condições (i) e (ii). O traço [+subjective] em

(6) dá conta do que Nakau chamou de “*raison d’être* of RLT”, que nada mais é do que o operador intensional.

Segundo Grosu (2003), a proposta de Nakau (1971) não consegue explicar casos como (48), abaixo, em que na paráfrase (48b) a segunda parte da sentença se torna contraditória. Ademais, (49) mostra que a regra transformacional cria um núcleo nominal totalmente ruim:

- (48) a. Bob is reading what seems to his wife to be a radically new proposal, but is in fact a letter from his mistress.  
 b. Bob is reading a proposal that seems to his wife to be a radically new proposal, #but is in fact a letter from his mistress.
- (49) a. Lakoff has a made *what* appears to be a proposal ≠  
 b. Lakoff has a made *a proposal which* appears to be a proposal.

### 3.2.2 Análise parentética e apagamento (WILDER, 1998)

A análise proposta por Wilder é apresentada em Grosu (2003), Schelfhout, Coppen e Oostdijk (2004), den Dikken (2005) e Kim (2012). Essa análise é feita em duas etapas:

- Regra 1: Inserção de uma sentença relativa dentro da sentença matriz, como se fosse uma expressão parentética;
- Regra 2: Apagamento, por Regra de apagamento (*Backward deletion*), do predicado da sentença encaixada que deve estar à direita da sentença: “the predicate [...] is deleted under morph-phonological identity with the right adjacent element(s) in the matrix clause” (SCHELFHOUT, COPPEN, OOSTDIJK, 2004, p.3):

Vejam como essas regras são aplicadas em (50):

- (50) John bought [what he took to be ~~a guitar~~] a guitar.  
 (GROSU, 2003, p.284)

Primeiro, a sentença relativa *what he took to be a guitar* é inserida na sentença matriz *John bought a guitar* (regra 1). Em seguida, pela Regra

de Apagamento (regra 2), o predicativo da encaixada *a guitar* é apagado por ser igual ao elemento adjacente a ele. Assim, teremos a sentença *John bought what he took to be a guitar*.

Por essa análise, o predicativo nuclear fica na sentença matriz para dar conta da concordância e da possibilidade de extração (lembrese de que Wilder é um dos autores que acredita que constituintes de dentro do predicativo nuclear podem ser extraídos). Isso implica em uma explicação para a ausência ou apagamento do predicado na sentença matriz. Para Wilder, esse predicado nuclear é fonologicamente apagado.

Outro problema que essa análise enfrenta ocorre com as RLTs localizadas no meio da sentença (KIM, 2012; GROSU, 2007):

- (51) a. Many churches experienced [what was described as a “**tsunami of giving**” by wealthy dotcom members]. (COCA:2001:MAG Christ-Century)  
 b. [What were called **close readings** by star professors] were often bravura performances. (COCA:2005:ACAD AmerScholar).

(KIM, 2012, p.10)

- c. Ich habe mir [was man als **einen schnellen Wagen** bezeichnen könnte] gekauft. (alemão)  
 Eu tenho mim o-que alguém como um rápido carro descrito poderia comprar.  
 'Eu comprei o que poderia ser descrito como um carro rápido'  
 (GROSU, 2007, p.2)

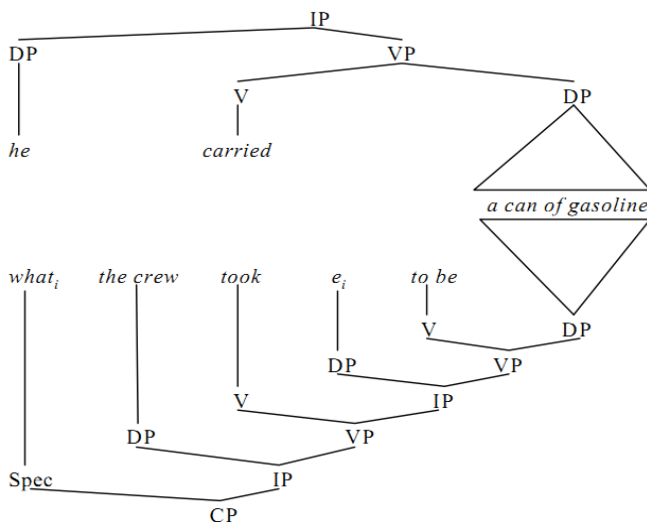
Nesses casos, não conseguimos aplicar a regra do *Backward deletion* porque a RLT não está à direita da sentença, adjacente a um sintagma que tenha mesma identidade morfológica.

### 3.2.3 Análise multidimensional (van RIEMSDIJK, 2000)

Para resolver o problema das RLTs inseridas no meio da sentença, van Riemsdijk (2000) se baseia na estrutura apresentada para as sentenças coordenadas e propõe uma análise multidimensional para

as RLTs<sup>75</sup>. Nessa análise, o predicativo nuclear tem duas posições sintáticas: é dividido pelas sentenças matriz e encaixada, simultaneamente:

- (52) a. { He carried  
what the crew took to be } a can of gasoline  
b.



(van RIEMSDIJK, 2000, p.30)

Essa análise consegue explicar o comportamento das RLTs quanto à concordância e a possibilidade de extração, assim como a análise de Wilder (1998). A diferença é que o predicativo nuclear não é fonologicamente apagado na sentença encaixada, ele pertence a ambas

<sup>75</sup> Den Dikken (2005) reforça essa análise usando RLTs que licenciam NPI (Índice de Polaridade Negativa) dentro e fora da RLT:

- (i) John is not what *anyone* would call clever. (den DIKKEN, 2005, p.99)  
(ii) John is what nobody would call *remotely* clever guy. (den DIKKEN, 2005, p.99)

Em (i) há um NPI sendo licenciado por uma negação que está fora da RLT. Em (ii), a RLT contém uma negação que licencia o NPI no predicativo nuclear. Com esses exemplos, den Dikken afirma que apenas uma análise tridimensional conseguiria explicar como os NPIs são licenciados.

as sentenças. Em (52), *a can of gasoline* é complemento do verbo *to carry* e predicado de *took to be*.

Além disso, van Riemsdijk modifica a estrutura das RLs propondo que nestas também o constituinte compartilhado, o pronome relativo, fica dividido entre as duas sentenças, como veremos no capítulo cinco.

Grosu (2003, p.285) diz que um dos problemas dessa análise é o seu enquadramento teórico que não é claro. “For example, it is not made explicit how relations between nodes, e.g., c-command, are to be defined on shared structures, nor how (compositional) semantics is supposed to interpret such structures”.

Outro problema, apontado por Kim (2012, p.11), é que essa proposta deve estipular algumas regras a fim de bloquear algumas estruturas de serem divididas: frases com VP finito, ou verbos auxiliares não funcionam como predicativo nuclear.

- (53) a. \*John [[what we call] **studies hard**].  
 b. \*John [[what they call] **must be a good student**].  
 c. \*John must [[what they call] **be a good student**].

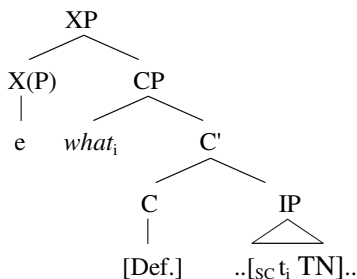
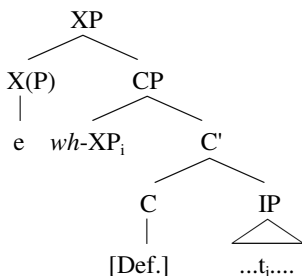
(KIM, 2012, p.11)

“Note that the shared analysis would generate such structures with the assumption that the bold-faced expression is shared by the subject John and what X call.” (KIM, 2012, p.11).

### 3.2.4 Análise unificada para RLT e RL (GROSU, 2003)

Assim como a análise acima, Grosu (2003) também apresenta uma análise unificada para as RLTs e RLs: ambas contém um CP nulo e são introduzidas por um pronome relativo. A principal diferença é a SC presente nas RLTs cujo pronome relativo é o sujeito e o predicativo nuclear, o predicado:

(54)



(GROU, 2003, p.286)

Essa proposta tem o mérito de unificar ambas as sentenças: RL e RLT. Aqui, ao contrário de Wilder (1998), o predicativo nuclear está na sentença encaixada. Através de uma relação equativa entre o sujeito da SC (o vestígio do *o que*) e o predicativo nuclear; o autor resolve o problema da concordância e da categoria sintática do predicativo nuclear. É essa relação equativa que faz o pronome relativo *o que* receber os traços- $\phi$  do predicado. “The word *what* originates in the small clause and receives its number and other features from the predicate under equation with it” (SCHELFHOUT, COPPEN, OOSTDIJK, 2004, p.5). Assim fica explicado porque o pronome relativo deve ser sempre o *o que*: outros pronomes relativos não conseguiriam ser subespecificados para número ou categoria sintática.

Yoo (2008) apresenta três problemas para essa análise. O primeiro é que não é claro como a categoria sintática do pronome relativo é identificada por um núcleo vazio (XP). O segundo é que Grosu não apresenta um mecanismo sintático pelo qual os traços sintáticos e semânticos são passados do predicativo nuclear para o vestígio do pronome relativo. E, o terceiro problema, é que a proposta de análise para RL e RLT é apenas esquemática, não há detalhes teóricos explicados.

Although Grosu claims that this is made possible through the equative relation between the trace of *what* and the TN [Transparent Nucleus], it is not clear at all how the equation of semantic objects (i.e., properties) in TFRs guarantees syntactic matching between the trace of *what* and the TN. Therefore, in this ‘unified’ analysis, the syntactic



(and semantic) parallelism between TFRs and ordinary FRs remains only schematic, without theoretical details provided. (YOO, 2008).

### 3.3 AS RLTs E O PB

As RLTs que estamos estudando nesse capítulo podem ser tratadas de modo semelhante às RLs em geral. Um tratamento sintático unificador como proporemos é altamente desejável. Para tanto, vamos abordar algumas questões levantadas a respeito dessas sentenças.

#### 3.3.1 Qual é o constituinte compartilhado?

O PB é uma língua sem marcação de Caso na morfologia. Por isso, a evidência que o PB fornece para responder a essa pergunta leva em conta a categoria do predicativo nuclear e a categoria da RLs:

- (55) a. João comprou [o que ninguém poderia chamar **de tênis**].  
 b. [O que João chama **de cachorro**] urinou na calçada.

Não há como dizer que o predicado PP *de tênis* possa ser o objeto do verbo *comprar*, da sentença matriz, que requer um DP como seu complemento; nem que *de cachorro* seja o sujeito de *urinar* que também requer um DP como seu argumento externo, como mostram as agramaticalidades de (56). Mesmo se pressupormos que o predicativo nuclear é só o DP, as sentenças continuariam ruins, como em (57):

- (56) a. \*João comprou de tênis.  
 b. \*De cachorro urinou na calçada.

- (57) a. ??/\*João comprou tênis.  
 b. \*Cachorro urinou na calçada.

Portanto, adicionado às evidências do alemão C, apresentadas na seção (3.1.7); os dados do PB também trazem evidências de que o que é compartilhado com a sentença matriz é o pronome relativo, igual ao que ocorre com as RLs padrão.

### 3.3.2 O Requerimento de Compatibilidade leva em conta a categoria do predicativo nuclear?

A resposta que vislumbramos para essa pergunta segue o afirmado na seção anterior (3.3.1) e a ele adicionamos o fato de a RLT conter uma SC, como na proposta de Grosu (2003, 2007). Nos exemplos mostrados até aqui há sempre um verbo inacusativo que seleciona a SC. Nessa SC, o sujeito é sempre o pronome relativo. Como o sujeito da SC está em uma posição sem Caso, ele deve ser movido para uma posição mais alta, Spec do IP, a fim de receber Caso nominativo. Sendo uma SC, o predicado, que é o nosso predicativo nuclear, poderá ser um DP, um PP ou um AP:

- (58) a. [<sub>DP</sub> O que parecia ser [<sub>DP</sub> uma cobra]] caiu na piscina.  
 b. [<sub>DP</sub> O que parecia ser [<sub>PP</sub> de barro]] derreteu no sol.  
 c. [<sub>DP</sub> O que parecia ser [<sub>AP</sub> confortável]] machucou meu pé.

Nas sentenças de (58b) e (58c) não há compatibilidade categorial entre o predicado da SC e a categoria da RLT. Em todos os casos, a RL e o pronome relativo são DPs, categoria compatível com a posição de sujeito da sentença matriz.

Portanto, quanto à compatibilidade, diremos que a RLT segue às características das RLs.

### 3.3.3 O pronome relativo *o que* é subespecificado?

Além dos três argumentos apresentados na seção (3.1.4): possibilidade de conter um constituinte implícito do tipo *a kind of*; possibilidade de cancelar discursivamente o predicativo nuclear e obrigatoriedade do pronome relativo *quem*, por exemplo, se referir a algo [+humano]; podemos acrescentar a paráfrase por DPs.

Por serem pronomes relativos, introdutores de RLs, diremos que o pronome *o que*, assim como o *quem*, *quando*, *onde*, *como* e *quanto* são especificados. Se não fossem especificados, nada garantiria a possibilidade de parafrasear as RLTs de (58) por DPs:

- (59) a. {*Aquilolo bicho*} que parecia ser uma cobra caiu na piscina.  
 b. {*Aquilola escultura*} que parecia ser de barro derreteu no sol.

- c. {*Aquilolo sapato*} que parecia ser confortável machucou meu pé.

Observe que nessa paráfrase o pronome relativo mudou para a forma subespecificada *que*. Se *o que* fosse subespecificado, deveria permitir a inserção do DP sem alterar o pronome relativo.

### 3.3.4 Como é a análise das RLTs?

A proposta que vislumbramos para a pergunta acima é uma que mantenha a semelhança entre RLs e RLTs. A diferença é a SC presente nas RLTs e ausente nas RLs. O predicado da SC, por estar em uma relação equativa com o pronome relativo, transmite as suas propriedades sintáticas e semânticas e, por isso, dispara a concordância de número quando a RLT é sujeito da sentença. Nossa proposta, que é ligeiramente diferente da proposta de Grosu (2003, 2007), será apresentada e detalhada no capítulo cinco.

## 3.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, vimos que as RLTs apresentam características que as unificam às RLs. São sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs; têm uma lacuna; e o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela sentença matriz.

Além disso, essas sentenças apresentam um constituinte, predicado da SC, que transmite as suas propriedades sintáticas e semânticas para a RLT e, por isso, dispara concordância de número. O pronome relativo *o que* é o principal introdutor das RLT, mas os demais pronomes relativos que introduzem RLs também podem introduzir RLTs. Esses pronomes, ao contrário de algumas análises, são especificados, incorporam os traços semânticos do que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo.

Por estarem em uma estrutura de SC, parece que a RL pode ser parafraseada pelo predicativo nuclear. No entanto, essa conversão só é possível se houver a inserção de uma expressão parentética, que

contradiga ou especifique a afirmação principal, ou se o predicativo nuclear estiver no escopo de um operador intensional.

Quanto à semântica das RLTs, vimos que elas podem ser definidas ou indefinidas, mas o contexto mais prototípico é a leitura indefinida.

Por fim, vimos que essas sentenças parecem ser ilhas-wh (apesar da divergência entre alguns autores) e apresentam Requerimento de Compatibilidade com o pronome relativo. Através das RLTs do alemão, que têm morfologia casual rica, conseguimos mostrar que o Requerimento de Compatibilidade ocorre entre a RLT e o pronome relativo, à semelhança do que ocorre com as RLs.

Depois disso, apresentamos quatro análises propostas na literatura para as RLTs. A análise transformacional de Nakau (1971); a análise parentética de Wilder (1998) que afirma que o predicativo nuclear da RLT é apagado por uma regra chamada de *Backward deletion*; a análise multidimensional de van Riemsdijk (2000), cuja proposta unifica RL e RLT e a análise de Grosu (2003) que também propõe uma unificação entre RL e RLT. A diferença é que nesta, há uma SC, cujo predicado atribui suas propriedades sintáticas e semânticas ao pronome relativo, que é sujeito da SC.

Com base nessas hipóteses e nas propriedades das RLTs, dissemos que uma proposta que unifique as RLs e as RLTs seria a proposta mais adequada. A proposta que iremos adotar é semelhante à de Grosu (2003): a RLT contém uma SC cujo sujeito é o pronome relativo. O predicado da SC, por estar em uma relação equativa com o pronome relativo, transmite as suas propriedades sintáticas e semânticas e, por isso, dispara a concordância de número quando a RLT é sujeito da sentença.

## 4 RELATIVAS (LIVRES) NÃO INDICATIVAS

Este capítulo é dedicado ao estudo das relativas (livres)<sup>76</sup> não indicativas. Essas sentenças despertam o interesse de estudiosos porque têm propriedades que as afastam das RLs apresentadas no capítulo um. A primeira propriedade é que seu verbo tem que aparecer no infinitivo ou no subjuntivo. A segunda é que ocorrem em contextos restritos marcados por indefinidade, como complemento de verbos existenciais. A terceira, decorrente da segunda, é que têm interpretação existencial. A quarta é que essas relativas não existem em todas as línguas naturais. A quinta é que parecem não se sujeitar aos Requerimentos de Compatibilidade. E, a sexta é que não são barreiras para extração de constituintes-wh.

O fato de as relativas (livres) não indicativas apresentarem as restrições apontadas acima tem se constituído num quebra-cabeças que resiste a uma explicação convincente. Neste capítulo, revisitamos o que estamos chamando de relativas (livres) não indicativas e tentaremos propor uma solução para o problema, que parte da observação de que nem tudo que é considerado RL o é de fato. Separando o conjunto das sentenças (livres) não indicativas em dois, o das que são e o das que não são RLs, resgatamos a generalização sintática: todas as RLs se submetem aos Requerimentos de Compatibilidade.

Este capítulo é dividido em três partes. A primeira (4.1) apresenta as características das relativas (livres) não indicativas. A segunda (4.2) apresenta as análises já propostas na literatura. A terceira (4.3) apresenta a nossa proposta de análise para as relativas (livres) não indicativas.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS

As construções encaixadas de interesse aqui estão ilustradas em (1) e (2). Elas podem envolver sentenças com verbo no infinitivo (1) ou no subjuntivo (2) sendo sempre complemento do verbo da sentença matriz, normalmente dos verbos existenciais *ter* e *haver*:

- (1) a. Pedro não tem [quem incomodar].

---

<sup>76</sup> O adjetivo *livres* está entre parênteses porque vamos contestar que todas as sentenças que ocorrem neste contexto são RLs.

b. Não há [o que fazer aos sábados].

- (2) a. Pedro não tem [quem o incomode].  
b. Não há [o que perturbe João hoje].

O que regula a ocorrência de infinitivo ou de subjuntivo é a função sintática da expressão-wh. Se a expressão-wh corresponde ao sujeito, teremos o subjuntivo:

- (3) a. Pedro não tem [quem<sub>i</sub> t<sub>i</sub> o oriente].  
b. Não há [o que<sub>i</sub> t<sub>i</sub> incomode João] quando ele está concentrado.

Se corresponde a uma função sintática diferente da de sujeito, teremos o infinitivo:

- (4) a. Pedro não tem [quem<sub>i</sub> PRO incomodar t<sub>i</sub>].  
b. Não há [o que<sub>i</sub> PRO fazer t<sub>i</sub> aos sábados].  
c. Pedro não tem [com quem<sub>i</sub> PRO conversar t<sub>i</sub> aos sábados].  
d. Pedro não tem [onde<sub>i</sub> PRO guardar o carro t<sub>i</sub>].  
e. Pedro não tem [do que<sub>i</sub> PRO reclamar t<sub>i</sub>].

A distribuição complementar entre infinitivo e subjuntivo é explicada, em termos da GB, se consideramos que na posição de onde é extraído o operador-wh temos uma variável. Uma posição que abriga uma variável é necessariamente marcada por Caso abstrato. Uma posição que abriga um PRO não tem as mesmas propriedades casuais, isto é, não tem Caso. Quando extraímos uma expressão-wh sujeito, a posição deve ser tal que o Caso lhe seja assegurado. Por isso, a flexão tem que ser diferente da do infinitivo, inerte para a atribuição casual. Por outro lado, quando a expressão-wh extraída não é o sujeito, o PRO vai ser licenciado sem problemas na posição de sujeito do infinitivo<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Alguns falantes do PB parecem estar perdendo a diferença subjuntivo/indicativo. Para esses, a variação em (i) é natural:

- (i) a. Eu procuro quem **saiba/sabe** fotografar.  
b. Não tenho quem **negocie/negocia** este carro pra mim.  
c. Nem sequer temos o que **distraia/distrai** João hoje.  
d. Os jogadores não têm quem os **acompanhe/acompanha** no dia do jogo.

Nesses casos, o esperado é que o verbo da encaixada ficasse no subjuntivo, conforme discussão feita em anteriormente.

As sentenças de (1) e (2) têm propriedades semelhantes às das RLs vistas no primeiro capítulo:

- (5) a. Propriedade lexical: não podem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados;  
 b. Propriedades sintáticas: são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs e de PPs; e têm uma lacuna;  
 c. Propriedade semântica: os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP ou PP adequado.

A agramaticalidade das sentenças de (6) confirma que as infinitivas e subjuntivas não podem ser penduradas em nomes, o que confirma que o pronome relativo é do tipo especificado:

- (6) a. \*Pedro não tem alguém [quem incomodar].  
 b. \*Não há algo [o que fazer aos sábados].

---

Pensando nisso, durante a defesa da tese, a prof<sup>a</sup> Izete L. Coelho alertou-nos para o fato de que há um movimento forte em relação a livre substituição de subjuntivo e indicativo. Para ela, todas as RLs subjuntivas deste capítulo permitem a contraparte com verbo no indicativo. Nesse caso, a melhor opção seria dividir as sentenças analisadas neste capítulo em RLs infinitivas e RLs *irrealis* (composta por RLs subjuntivas e RLs indicativas). Esse fato será melhor analisado em trabalhos posteriores. Agradeço a referida professora pela brilhante observação.

Ferreira (2007, p.96) também encontrou alguns dados de relativas (livres) não indicativas do PE com pronome-wh movido de uma posição de sujeito com verbo no modo indicativo:

- (ii) “Quando chegou à parte de recomendar que se procurasse quem tinha um nome igual ao nosso na lista telefónica e se telefonasse para estabelecer um contacto, foi uma espécie de sinal de partida.” (CETEMPúblico, Ext 1543628 (clt, 94a)).

Além disso, para Ferreira quando o pronome-wh extraído não é sujeito, contexto prototípico para infinitivo, o modo subjuntivo forma construções aceitáveis para alguns falantes:

- (iii) a. Não há o que **fazer**/?**faça**.  
 b. Não há com quem **negociar**/?**negocie**.  
 c. Nem sequer temos o que **comer**/?**comamos**.  
 d. Os jogadores não tinham com quem **jogar**/?**jogassem**.

(FERREIRA, 2007, p. 68)

- c. \*Pedro não tem alguém [quem o incomode].
- d. \*Não há algo [o que perturbe João hoje].

Além disso, as infinitivas são as únicas relativas (livres) que podem ser parafraseadas por um tipo de indefinidas que são chamadas de *sentenças finais* por Ferreira (2007); *infinitival relatives* por Sportiche (2006) ou *reduced relatives/purpose clause* por Rappaport (1986 apud IZVORSKI, 1998, p.161), como as que vemos em (7a,b):

- (7) a. Pedro não tem uma pessoa pra incomodar.
- b. Não há {algo/nada} pra fazer aos sábados.
- c. Pedro não tem uma pessoa que o incomode.
- d. Não há nada que perturbe João hoje.

Já as subjuntivas podem ser parafraseadas por DPs, mudando o pronomes especificado para um subespecificado, como vemos em (7c, d).

#### 4.1.1 Ilhas-wh

Além das propriedades sintáticas expostas em (5b), as RLs são ilhas para efeitos de extração, como vimos na seção (1.2.3.2) do capítulo um. Essa propriedade se manifesta simetricamente nas relativas infinitivas e nas subjuntivas:

- (8) a. Que livro<sub>i</sub> o João não tem [como encadernar t<sub>i</sub>]?
- b. Que livro<sub>i</sub> o João não tem [quem encadernerne t<sub>i</sub>]?<sup>78</sup>

Tanto as infinitivas como as subjuntivas não se comportam como ilhas, contrariando o padrão das RLs.

---

<sup>78</sup> Ferreira (2007, p.88-90) apresenta alguns exemplos de RLs do PE com verbo no subjuntivo que também permitem extração. Para mostrar que a extração é possível ela recorre a exemplos com relativas, que não são elucidativos em PB:

- (i) Estes são alguns dos livros **que** eu não tenho quem encadernerne.
- (ii) Estes são alguns dos livros **que** eu ainda não encontrei quem encadernerne.
- (iii) “Um ordenado mais elevado e o contacto pessoal que têm com os jogadores são as principais razões de um pequeno sentimento de inveja **que** por vezes há quem não consiga esconder, e os próprios estão cientes disso.” (NP, par 53977)



### 4.1.2 Requerimento de Compatibilidade

A segunda propriedade parece se manifestar de forma assimétrica nas infinitivas e nas subjuntivas:

- (9) a. João não tem com quem jogar xadrez aos sábados.  
b. João não tem quem jogue xadrez com ele aos sábados.

Por um lado, as subjuntivas não têm como desobedecer aos Requerimentos de Compatibilidade uma vez que a expressão-wh na periferia esquerda é sempre o sujeito da relativa, portanto, um DP que pode figurar naturalmente como complemento do verbo matriz. Por outro lado, o sujeito não pode ser extraído nas infinitivas, como mostramos acima. Em consequência, a expressão-wh pode corresponder tanto a um complemento DP (10a) como a um PP, complemento ou não (10b,c):

- (10) a. Pedro não tem [quem<sub>i</sub> visitar t<sub>i</sub> aos sábados].  
b. Pedro não tem [com quem<sub>i</sub> desabafar t<sub>i</sub>].  
c. Pedro não tem [onde<sub>i</sub> guardar as chuteiras t<sub>i</sub>].

O que vamos ter no fim das contas é que as relativas infinitivas parecem não se submeter aos Requerimentos de Compatibilidade, como vemos em (10b,c), onde as relativas são encabeçadas por um PP e por um relativo adverbial, respectivamente.

### 4.1.3 Restrição do verbo matriz

A terceira propriedade se manifesta de forma simétrica. As relativas (livres) não indicativas só ocorrem em posição subcategorizada por um conjunto restrito de verbos. Os mais comuns são os predicados que afirmam a existência do seu complemento, como *ter* e *haver*:

- (9) a. Não há quem enganar nesta festa.  
b. Não há do que reclamar.  
c. João não tem com quem brincar.  
d. Não tenho com o que distrair João hoje.

- (10) a. Não há quem o engane nesta festa.  
 b. Não há quem reclame deste livro.  
 c. João não tem quem brinque com ele.  
 d. Não tem o que distraia João hoje.

Também é possível a construção com outros predicados, como *procurar* e *encontrar* (citados por BRITO, 1988; IZVORSKI, 1998, 2000; GROSU, 2004); *escolher* (citado por IZVORSKI, 1998, 2000; CAPONIGRO, 2001; GROSU, 2004); *arranjar* (citado por SUÑER, 1984); *levar*, *trazer* e *dar* (citados por AGOURAKI, 2003 apud FERREIRA, 2007); *faltar* (citado por FERREIRA, 2007); *chegar*, *nascer*, *enviar*, *obter* e *enganar/falsificar*<sup>79</sup> (citados por GROSU, 2004).

A possibilidade de seleção desses verbos não é a mesma em todas as línguas naturais. Caponigro (2003, p.91) e Grosu (2004, p.420), que analisaram relativas (livres) não indicativas de mais de 28 línguas de diferentes famílias, afirmam que algumas línguas permitem apenas relativas (livres) não indicativas com *ter* e *haver*, outras permitem com todos os verbos elencados acima e outras permitem apenas com alguns deles.

- (11) a. João procurou (a noite toda) quem assaltar.  
 b. João sempre encontra quem criticar. É impressionante!  
 c. O policial sempre escolhe com quem sair aos domingos.  
 d. O policial não arranjou quem subornar durante a blitz.  
 e. Pedrinho não trouxé o que fazer. Agora está entediado.
- (12) a. João procurou (a noite toda) quem assalte seu vizinho.  
 b. João sempre encontra quem o critique. É impressionante!  
 c. O policial sempre escolhe quem saia da linha pra prender.  
 d. O policial sempre arranja quem suborne o tenente durante a blitz  
 e. Pedrinho não trouxé quem o auxilie nas tarefas da casa.

Uma observação que Brito (1988, p.375) credita à Suñer (1984, p.372) é que esse grau de aceitabilidade é normalmente maior quando na frase superior há uma partícula de negação, como *não*, *nunca*. As sentenças de (9), (10), (11d), (11e) e (12e) contêm partículas de negação. No entanto, se delas fossem retirados os itens negativos, as sentenças afirmativas formadas também seriam perfeitas (*Há quem*

---

<sup>79</sup> Do inglês *wangle*

*enganar nesta festa; João tem com quem brincar; Há quem o engane nesta festa; João tem quem brinque com ele).*

Além da partícula de negação, Ferreira (2007) encontrou no seu *corpus*<sup>80</sup> outras partículas que parecem reforçar a gramaticalidade das sentenças não indicativas, quando elas são afirmativas. São elas:

[...]expressões adverbiais como *já, ainda, sempre, só [...]* [e] contextos que induzem leituras virtuais do sintagma nominal em que a estrutura relativa está integrada, como estruturas matriz com tempo futuro, modo condicional, modo conjuntivo [subjuntivo], frases finais, frases condicionais ou ainda certos verbos modais. (p.81)

As sentenças de (11) e (12) contêm expressões adverbiais na sentença matriz, como em (11b), (11c), (12b), (12c) e (12d), mas também seriam gramaticais sem essas expressões (*João escolhe com quem sair aos domingos, O policial escolhe quem saia da linha para prender*).

A característica comum a todas as sentenças de (9) a (12) é que preferencialmente predicados que afirmam a existência de algo podem originar relativas (livres) não indicativas (IZVORSKI, 1998, 2000). A tentativa de construir sentenças com outros verbos, nem sempre resulta em gramaticalidade:

- (13) a. \*Maria não gosta do que fazer aos sábados.  
 b. \*Maria não gosta do que João faça aos sábados.  
 c. Maria não gosta do que João faz aos sábados. (RL)

Segundo Izvorski (2000), predicados que afirmam posse verdadeira, como *own* (ter, ser dono), *possess* (possuir) e interpretações do *ter* e *haver* como causativo, obrigacional e experiencial são proibidos<sup>81</sup>:

- (14) a. \*on poterjal *čem* pisat'. (russo)  
 Ele perdeu o-que escrever.  
 b. \*Toj iska s *kakvo* da piše. (búlgaro)  
 Ele quer-3SG com o-que SUBJ escreve-3SG  
 'Ele quer algo com o que escrever'.

(IZVORSKI, 2000, p.35)

<sup>80</sup> A autora analisou dados linguísticos do PE e PB de textos jornalísticos e alguns outros tipos de textos.

<sup>81</sup> (14a) Izvorski (2000) atribui a Rappaport (1986).

- (15) a. \*Ele quer com que escrever a carta.  
 b. \*Ele quer quem escreva uma linda poesia.  
 c. \*Ele perdeu com o que escrever.  
 d. \*Ele perdeu o que escreva em mármore.

Assim, tanto as infinitivas como as subjuntivas são complemento de verbos existenciais, ao contrário das RLs que têm outros verbos na sentença matriz.

#### 4.1.4 Restrição de ocorrência como sujeito pré-verbal

As relativas (livres) não indicativas ocorrem apenas em posição de subcategorização, contrário das outras RLs:

- (16) a. \*O que fazer no sábado agrada João.  
 b. \*O que faça Maria chorar agrada João.

Entretanto, é possível que as não indicativas ocorram como sujeito pós-verbal de certos verbos inacusativos, como *faltar* em (17):

- (17) a. Nunca falta o que fazer no carnaval de São Paulo<sup>82</sup>.  
 b. Nunca falta quem faça um bom carnaval.

Parece que estes contextos resistem à anteposição do sujeito, deixando-o em posição subcategorizada. Portanto, a quarta característica também se manifesta de forma simétrica nas infinitivas e subjuntivas.

#### 4.1.5 Restrição de definitude

A quinta propriedade é semântica e se manifesta de forma simétrica nas infinitivas e subjuntivas:

---

<sup>82</sup> Sentença retirada de matéria publicada na Revista Veja (2012) por Pascoal e Morselli. “Não falta [o que fazer no Carnaval de São Paulo]: é possível ver os desfiles das principais escolas de samba no Sambódromo do Anhembi ou ainda curtir festa [...]”

- (18) a. Não há com quem negociar este carro.  
 a'. Não há *ninguém/nenhuma pessoa* com quem negociar [...]  
 b. João já tem do que brincar hoje.  
 b'. João já tem *amigos/pessoas* com quem brincar.  
 c. Não tenho com o que distrair João hoje.  
 c'. Não tenho *nada/nenhuma coisa* com o que distrair João hoje.
- (19) a. Não há quem negocie este carro pra mim.  
 a'. Não há *ninguém* que negocie este carro pra mim.  
 b. João já tem quem brinque com ele hoje.  
 b'. João já tem *alguém/um amigo* que brinque com ele hoje.  
 c. Não tem o que distraia João hoje.  
 c'. Não tem *nada/nenhuma coisa* que distraia João hoje.

Tanto as infinitivas (18) como as subjuntivas (19) estão em contexto de indefinidade, pois aceitam um DP indefinido antes do pronome-wh (sentenças em '). A diferença é que em (18) o DP indefinido é inserido sem que haja modificação no pronome relativo. Ao contrário, nas subjuntivas de (19) só há inserção de DP indefinido se o pronome relativo mudar para o pronome subespecificado *que*. Vamos voltar a essa característica mais adiante.

Em sua análise de *corpus*, Ferreira (2007, p.85-87) faz um levantamento do tipo de “DP” que pode ocorrer nessas sentenças. Os mais comuns, que são os mesmos para o PB, são: “(i) expressões intrinsecamente negativas (com valor semântico negativo ou associadas a construções de concordância[/polaridade] negativa)”, como *ninguém, nada*; “(iii) sintagmas nominais encabeçados por determinantes indefinidos”, como *uma pessoa, um amigo, um brinquedo* etc.; “(iv) expressões pronominais que integram um valor de indefinidade” ou polaridade positiva (como *alguém*) e “(ii) singulares e plurais simples”, como *pessoas, amigos*.

Ou seja, relativas (livres) não indicativas são naturais em contextos de indefinidade, ao contrário das RLs que são parafraseadas por DPs definidos<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Hinterwimmer (2008, p.411) apresenta exemplos de RLs com leitura indefinida. Abaixo, um exemplo, traduzido para o PB:

(i) Quem pega o que não é seu, é ladrão.

Paráfrase: A pessoa que pega *uma coisa/algo* que não é seu, é ladrão.

#### 4.1.6 Restrição de ocorrência em algumas línguas naturais

As relativas (livres) não indicativas ocorrem em línguas de diferentes famílias. As já apontadas na literatura: línguas românicas (espanhol, português europeu, francês, romeno, italiano, catalão), línguas eslavas (russo, polonês, servo-croata, búlgaro e macedônio), fino-úgrico (húngaro, estoniano e finlandês), grego moderno; albanês e hebraico moderno; árabe marroquino e árabe clássico (GROSU, LANDMAN, 1998, p.155; CAPONIGRO, 2001, p.49-50; 2003, p.86-90; GROSU, 2004, p.420):

- (20) Espanhol (Heriberto Avelino, p.c. apud Caponigro, 2001, p.52)  
 Tengo [con quién hablar] cuando estoy triste.  
 Tenho com quem conversar quando estou triste.
- (21) Português europeu (Ferreira, 2007, p.68)  
 Não há [o que fazer].
- (22) Francês (Hirschbühler 1978, p.168 apud Caponigro, 2001, p.52 )  
 J'ai [de quoi écrire].  
 Eu tenho do que escrever.  
 'Eu tenho com o que escrever'
- (23) Romeno (Grosu, 2004, p.421)  
 (Nu) avem [cui {trimite, să trimitem} marfă].  
 Não tenho quem {enviar, enviemos} mercadorias.  
 'Não tenho para quem enviar mercadorias'
- (24) Italiano (Caponigro, 2003, p.86)  
 Ho [con chi parlare] quando sono triste.  
 Tenho com quem falar quando estou triste.
- (25) Catalão (Amalia Llombart p.c. apud Caponigro, 2003, p.86)  
 La pobra no tenia [amb qui parlar].  
 A pobre não tem com quem falar.
- (26) Russo (Gosu, 2004, p.422)  
 On isčet [s kem ostavit' detej]  
 Ele procura com quem deixar crianças.

- (27) Polonês (Grosu, 2004, p.422)  
 (Nie) mam [co robić].  
 Não tenho o-que fazer
- (28) Servo-Croata (Alexandra Perovic p.c. apud Caponigro, 2001, p.52)  
 Nemam [ga kome dati].  
 Não-tenho o quem dê.  
 'Eu não tenho ninguém pra dar-lhe'
- (29) Búlgaro (Rudin 1986, p.190 apud Caponigro, 2001, p.52)  
 Toj ima [s kogo da govori].  
 Ele tem com quem PARTÍCULA conversar.
- (30) Macedônio (Slavica Kochovska p.c. apud Caponigro, 2003, p.89)  
 Za sreka, imam [so kogo da<sup>84</sup> zboruvam] koga sum tazhen.  
 Para sorte tenho com quem subj. fale quando estou triste.  
 'Felizmente, tenho com quem falar quando estou triste'.
- (31) Estoniano (Lumme Erilt p.c. apud Caponigro, 2003, p.89)  
 Mul on [kelle-ga rääkida], kui ma kurb olen.  
 Eu tenho quem falar quando eu triste estou.  
 'Eu tenho com quem falar quando estou triste'
- (32) Finlandês (Elsi Kaiser p.c. apud Caponigro, 2003, p.90)  
 Minulla on [kenelle puhua] kun olen surullinen.  
 Eu estou quem falar quando estou triste.  
 'Eu tenho com quem falar quando estou triste'
- (33) Húngaro (Anikó Lipták p.c.; Anna Szabolesi p.c. apud Caponigro, 2001, p.52)  
 Van [kivel beszélni].  
 Há quem falar.  
 'Há com quem falar'
- (34) Grego moderno (Maria Baltazani p.c. apud Caponigro, 2001, p.52)  
 Exo [me pion na miliso] otan ime lipimenos.  
 Tenho com quem Partícula fale quando estou triste.

---

<sup>84</sup> Marcador de subjuntivo.

- (35) Albanês (Grosu, 2004, p.423)  
 Nuk ka [kush të na dërgojë mall].  
 Não termos quem Subj. nos envie mercadorias.  
 'Ninguém nos envia mercadorias'
- (36) Hebraico moderno (Grosu, 2004, p.422)  
 Eyn (li) [im mi le-daber].  
 Não-há para-mim com quem falar.  
 'Não há com quem falar'
- (37) Árabe marroquino (Taoufik Afkinich p.c.; Boujemaa Boudali p.c. apud Caponigro, 2003, p.90)  
 mən-zhər ʕənd-ɪ [mʕa mən n-ədɤw-ɪ] məlli kan kun hazm.  
 Para-sorto tenho com quem fale quando estava triste  
 'Felizmente, eu tenho com quem falar quando estou triste.'
- (38) Árabe clássico (Grosu, 2004, p.423)  
 Laysa li [mā af'alu].  
 Não-há eu o-que fazia  
 Não há o que fazer.
- Elas só não são encontradas nas línguas germânicas, como inglês, alemão e holandês<sup>85</sup>:
- (39) Inglês (C. Schütze; H. Torrence p.c. apud Caponigro, 2001, p.53)  
 \* I have [who(m) to talk to] when I am sad.
- (40) Alemão (Daniel Büring c.p. apud Caponigro, 2003, p.87)  
 \*Ich habe [mit wem ich sprechen kann], wenn ich traurig bin.  
 Eu tenho com quem eu falar posso, quando eu triste estou.  
 'Eu tenho com quem falar quando estou triste.'
- (41) Holandês (Hilda Koopman p.c. apud Caponigro, 2003, p.87)  
 \* Ik heb [met wie te praten] als ik me triest voel.  
 Eu tenho com quem falar se eu mim triste sentir.  
 'Eu tenho com quem falar se me sentir triste''.

<sup>85</sup> As RLs também não ocorrem em todas as línguas naturais. O japonês, djirbal e bambara (citados por de VRIES, 2002, p.35); e o hindi ( DAYAL, 1996), tok pisin e coreano (citados por VOGEL, 2001, p.109) são línguas que não têm RLs.



O ídishe e o inglês de Nova Iorque são exceções de línguas germânicas que permitem relativas (livres) não indicativas:

- (42) a. Ídishe (Adam Albright, c. p. apud Caponigro, 2003, p.87)  
 Ikh hob nit [mit vemen ikh ken reden], az ikh bin troyerik.  
 Eu tenho não com quem eu posso falar, quando eu estou triste.  
 'Não tenho ninguém com quem conversar quando estou triste.'
- b. Inglês de N. Iorque (N. Hyams c.p. apud Caponigro, 2003,p.87)  
 I don't have [what to eat].

Há dois motivos alegados para essa possibilidade de construção de relativas (livres) não indicativas no ídishe e no inglês de Nova Iorque e para a restrição às línguas germânicas. O primeiro motivo é atribuído ao contato das línguas eslavas com o ídishe. Esse contato pode ser a causa deste último apresentar relativas (livres) não indicativas (GROSU, 2004, p.420). Caponigro (2003, p. 90) também acredita nisso:

Why existential FRs are not attested in all Germanic languages that have standard FRs is not clear to me. It is interesting that Yiddish, one of the two Germanic languages that allow existential FRs, has historically been in contact with Slavic languages that allow existential FRs. The variety of New York English that allows existential FRs is likely to have been influenced by Yiddish, given that its speakers were and some still are Yiddish speakers as well (Nina Hyams p.c.). (CAPONIGRO, 2003, p.90)

O segundo motivo é apresentado por Izvorski (2000, p.33): o que explica o fato de línguas que têm construções com verbo infinitivo e subjuntivo não apresentarem relativas (livres) não indicativas ou terem somente uma das formas: infinitiva ou subjuntiva, “has to do with the syntax of modals in that language”. No russo, os modais só selecionam complementos infinitivos (o que explica a impossibilidade de haver relativas (livres) subjuntivas). Nas línguas românicas, os modais podem ter infinitivas e subjuntivas como complemento e, portanto, aceitam relativas (livres) subjuntivas e infinitivas. No inglês, os modais não permitem orações como complemento, por isso relativas (livres) não indicativas não são permitidas nessa língua.

Um estudo mais detalhado sobre as possibilidades de ocorrência dos modais precisaria ser feito para confirmar o fato sugerido por Izvorski.

#### 4.1.7 Resumo

Até aqui foram apresentadas as características das relativas (livres) não indicativas. Assim como as RLs, elas são sentenças encaixadas e têm uma lacuna correspondente ao pronome relativo.

O que regula a ocorrência de infinitivas e subjuntivas é a função sintática do pronome-wh. Quando extraímos um pronome-wh sujeito, a posição deve ser tal que o Caso lhe seja assegurado, por isso, o uso do modo subjuntivo. Por outro lado, quando a expressão-wh extraída não é o sujeito, o PRO vai ser licenciado sem problemas na posição de sujeito do verbo infinitivo.

Na sequência, apresentamos algumas propriedades das relativas (livres) não indicativas e verificamos se a característica ocorre de maneira simétrica entre infinitivas e subjuntivas. Não serem ilhas-wh; serem complemento de uma classe restrita de verbo, os existenciais; só ocorrerem em posição subcategorizada; e serem naturais em contexto de indefinitude são as características que ocorrem simetricamente nas infinitivas e subjuntivas. Ao contrário, algumas infinitivas não se submetem ao Requerimento de Compatibilidade, sempre respeitado pelas subjuntivas.

## 4.2 ANÁLISES

As sentenças discutidas neste capítulo já receberam algumas análises, a maioria no campo da semântica. O que se tem acordado é que a sentença precisa de um pronome-wh, mas a natureza e a posição desse pronome é ainda alvo de debates.

Alguns autores, como Brito (1988, 1991), Grosu e Landman (1998), Caponigro (2001, 2003), dizem que esse pronome é relativo e que há uma RL envolvida nessas sentenças<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Izvorski (1998, p. 160) diz que Pesetsky (1982), Rivero (1986), Grosu (1994) e Grosu e Landman (1997) também assumem que as não indicativas são RLs.

Outra possibilidade, apontada por Izvorski (1998, 2000), é a análise que afirma que esses pronomes-wh na verdade são pronomes indefinidos disfarçados (*indefinite in disguise*). Defendem essa análise Rappaport (1986) e Rudin (1986).

Por fim, a última possibilidade apontada na literatura é apresentada por Izvorski (1997, 2000): essas sentenças têm um pronome interrogativo, ou seja, são interrogativas encaixadas.

## 4.2.1 Análise do pronome-wh como relativo: RLs

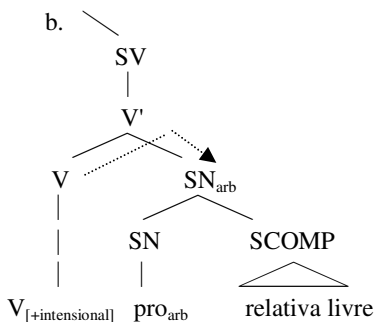
### 4.2.1.1 Brito (1988, 1991)

Brito (1988, 1991) analisa o que ela chama de *Relativas livres não finitas sem conformidade categorial* pela Hipótese do Comp com um *pro* na posição do núcleo nominal (cf. análise de Suñer 1983, 1984):

(43) Eu procuro *pro* com quem trabalhar. (BRITO, 1988, p.372)

Em (43), o verbo matriz *procurar* legitima formalmente *pro*. O problema surge com a determinação do conteúdo de *pro* que só seria feita se houvesse identidade categorial entre *pro* (DP) e a expressão-wh (PP). Para resolver isso, Brito (1991, p.232) diz que “o V superior atribui ao seu argumento interno e por percolação a *pro* o traço [arb]; este traço constitui o conteúdo intrínseco de *pro*”.

(44)



(BRITO, 1988, p.375)

A atribuição desse traço [arb] não exclui a definição de conteúdo semântico de *pro*. Brito adota a proposta de Suñer (1984) e diz que quando há partícula de negação na frase superior, esta partícula atribui um sentido negativo a *pro*. Por isso, *pro* pode ser substituído por *nada*, *ninguém* etc.:

- (45) a. A Maria não tem *pro* com quem se entreter.  
b. A Maria não tem *ninguém* com quem se entreter.

(BRITO, 1988, p.376; 1991, p. 233)

Além disso, os traços [ $\pm$  humano] do pronome relativo que introduz a RL “definem indiretamente *pro* como [ $\pm$  humano]; assim, em [46a] *pro* corresponde a algo, alguma coisa; em [47a] *pro* corresponde a alguém” (BRITO, 1988, p.376; 1991, p.233):

- (46) a. Eu procuro do que viver<sup>87</sup>.  
b. Eu procuro *algo* do que viver.  
(47) a. Eu procuro com quem trabalhar.  
b. Eu procuro *alguém* com quem trabalhar.

(BRITO, 1988, p.377)<sup>88</sup>

#### 4.2.1.2 Grosu e Landman (1998) e Caponigro (2001)

Para resolver o problema do Requerimento de Compatibilidade, presente nas RLs e ausente em algumas relativas (livres) não indicativas, Grosu e Landman (1998) e Caponigro (2001) propõem que estas (*irrealis FR* nos termos de Grosu e Landman; *indefinite FR* nos termos de Caponigro) são CPs nus (*bare CPs*) enquanto que aquelas (*realis FR* para Grosu e Landman; *definite FR* para Caponigro) são DPs plenos - têm um *pro* na posição do núcleo nominal semelhante à proposta de Brito (1988, 1991) em (44).

Por serem CPs nus, as relativas não indicativas são sintaticamente iguais às interrogativas. Por isso, não apresentam o Requerimento de Compatibilidade e não são ilhas-wh.

Grosu e Landman (1998) apresentam três vantagens dessa análise. Sendo CP nu, só há uma barreira para movimento, portanto, é

<sup>87</sup> O exemplo de Brito é *Eu procuro de que viver*. Trocamos o *de* pelo *do*.

<sup>88</sup> A proposta de análise que apresentaremos, segue a proposta de Brito e Suñer.

de se esperar que não sejam ilhas-wh. A segunda é que sendo CPs nus não podem ocorrer em posições prototípicas de DP, como sujeito, o que explica a impossibilidade de ocorrerem nessa posição. A terceira, apresentada por Landman (1997), é que a posição aberta aos Efeitos de Definitude “is a position whose interpretation is set denoting-meaning, an NP or a CP, but crucially not a DP” (p.158).

#### 4.2.1.3 Algumas críticas a essas análises

A proposta de Grosu e Landman (1998), e conseqüentemente a de Caponigro (2001) e a de Brito (1988, 1991), é fortemente atacada em Izvorski (1998, 2000). Para a autora, o fato de haver material fora da sentença encaixada sendo, de alguma forma, interpretada (ou semanticamente determinada) dentro da relativa, já é motivo para descartá-la, ainda mais porque Grosu e Landman não explicam os motivos desse fato.

Izvorski também aponta problemas com a presença do *pro* no núcleo da sentença que, segundo ela, não explica direito o Requerimento de Compatibilidade das RLs. *pro* foi introduzido por Suñer (1983) para garantir que houvesse compatibilidade com o pronome-wh – mecanismo estipulado para determinar (licenciar e identificar) *pro*. Por essa análise, na função sintática de sujeito o *pro* já seria determinado pela flexão I e, portanto, a RL não precisaria respeitar o Requerimento de Compatibilidade, como ocorre com as RLs do espanhol, catalão, grego moderno etc.:

(48)

- a. [FR Me opion milisis] tha su pi oti o Yiorgos ine tembelis. (grego)  
 Com quem falará FUT você diga que Jorge está lento.  
 'Com quem você falar diga que Jorge está lento'
- b. [FR A qui has parlat] està malalt. (Catalão)<sup>89</sup>  
 Com quem tens falado está doente.  
 'Com quem você falou está doente'

(IZVORSKI, 1996, p.90-91)

No entanto, conforme já vimos no capítulo 2 (seção 2.3.2.1), Izvorski (1996, 1997) mostra, a partir do búlgaro, grego moderno e polonês, que

<sup>89</sup> Sentença creditada a Hirschbüler e Rivero (1981) por Izvorski.

quando a RL sujeito é focalizada (como uma informação nova na resposta a uma pergunta, ou associada a um constituinte de negação ou a um advérbio do tipo *mesmo, somente*) ou quando a RL sujeito é pós-verbal, o Requerimento de Compatibilidade é obrigatório:

(49)

- a. Oxi [FR **opios** ine o kaliteros] tha nikisi, ala [FR **ópios** exi diasindesis  
Não quem<sub>NOM</sub> é o melhor irá vencer, mas quem<sub>NOM</sub> tem conexões.
- b. \*Oxi [FR **me opion** milisis] tha nikisi, [...]  
Não com quem falou irá vencer, [...]
- c. \*Oxi [FR **opion** protimas] tha nikisi, [...]  
Não quem<sub>ACC</sub> prefere irá vencer, [...]

(IZVORSKI, 1996, p. 94)

A negação tem a função de focalizar constituintes. Quando a RL em função de sujeito está associada a um constituinte de negação, como (49) do grego moderno, o pronome relativo precisa respeitar o Requerimento de Compatibilidade. Por isso (49b), cuja RL sujeito é iniciada por PP, e (49c), cujo pronome relativo tem Caso acusativo, tornam-se agramaticais. Em ambas, o Caso atribuído ao pronome relativo deveria ser o nominativo, compatível com a posição de sujeito da RL.

Essa obrigatoriedade de respeitar o Requerimento de Compatibilidade em casos como (49) não seria explicada pelas propostas de Grosu e Landman (1998), Caponigro (2001) e Brito (1998, 1991).

#### 4.2.2 A análise do pronome-wh como indefinido

Izvorski (2000) apresenta a proposta de Rappaport<sup>90</sup> (1986) e Rudin<sup>91</sup> (1986) que afirma que o pronome-wh utilizado nas não indicativas na verdade é um pronome indefinido disfarçado:

(50) *be/have* [NP<sub>indefinite</sub> [RC  $\emptyset_i$  ... V t<sub>i</sub>]]<sup>92</sup>. (IZVORSKI, 2000, p. 37)

<sup>90</sup>RAPPAPORT, G. On the persistent problem of Russian syntax: sentences of the type *Mne Negde Spat*. **Russian Linguistics**, [S.l.], v. 10, p.1-31, 1986.

<sup>91</sup>RUDIN, C. **Aspects of bulgarian syntax**: complementizers and Wh-constructions. [S.l.]: Slavic Publishers, 1986.

Um dos argumentos<sup>93</sup> utilizados por Izvorski (2000) para descartar essa hipótese é que o pronome-wh das relativas (livres) não indicativas obedece a todas as restrições do movimento-wh, o que não é esperado se fosse um pronome indefinido:

- (51) \*Mne est' čitat' čto. (Russo)  
 Eu-DAT sou ler o-que.  
 'Eu tenho algo pra ler.'

(IZVORSKI, 2000, p. 41)

Em (51), o movimento do pronome-wh é obrigatório. Se a substituição pronome-wh/pronome indefinido fosse possível, teríamos que prever uma explicação para o movimento obrigatório do pronome indefinido.

Outro problema apontado pela autora é o fato de o pronome-wh ser dependente de Caso e categoria do verbo da encaixada; ao contrário do que ocorre com os pronomes indefinidos:

- (52) a. I have someone to talk to.  
 b. \*I have with someone to go out.  
 c. \*I have somehow to solve the problem.

(IZVORSKI, 2000, p. 38)

O pronome indefinido *someone* é dependente do Caso atribuído pelo verbo da sentença matriz. Por isso, (52b) e (52c) são agramaticais. Ao analisarmos as relativas (livres) não indicativas, o esperado é que encontrássemos o mesmo padrão. No entanto, o Caso e a categoria do pronome-wh da encaixada depende do verbo encaixado, como mostram os exemplos do Russo:

- (53) a. Est' čemu poučitsja.  
 É o-que-DAT aprender.  
 'Há algo pra aprender'  
 b. Bylo o čem zadumat'sja.  
 Fui sobre o-que pensar.  
 'Há algo pra pensar (sobre).'

---

<sup>92</sup>Há outra análise, mas Izvorski discute apenas esta.

<sup>93</sup>Para ver outros argumentos contra essa hipótese, leia Izvorski (2000, p.37-42).

Em (53), o Caso e categoria do pronome-wh respeita os requisitos do verbo encaixado. A expressão-wh de (53b) é um PP, pois o verbo da encaixada subcategoriza um PP.

Por fim, um último argumento apresentado é que não há línguas que tenham relativas (livres) não indicativas cujo pronome-wh e pronome indefinido tenham sincretismo morfológico. Portanto, a análise de Rappaport e Rudin não se justifica, já que em nenhuma língua os pronomes-wh e pronomes indefinidos são os mesmos.

#### 4.2.3 Análise do pronome-wh como interrogativo: Interrogativas encaixadas

Para Izvorski (1998, 2000) as relativas (livres) não indicativas, denominadas por ela de *non-indicative wh-clause* (no texto de 1998) e *wh-existential construction* (no texto de 2000), não são RLs. Envolvem interrogativas encaixadas. Seguindo Baker (1988); Izvorski (2000) afirma que a definitude e a finitude são propriedades intrínsecas das RLs. Essa serve como diagnóstico seguro para distinguir sintaticamente RL de interrogativa encaixada no inglês. RLs “cannot be infinitival [...] only questions can be non-finite” (p. 23).

Para comprovar que as sentenças não indicativas não podem ser RLs, a autora utiliza argumentos semânticos, morfológicos e sintáticos. Segundo ela, as não indicativas têm a semântica de NPs fracos; permitem violação do Requerimento de Compatibilidade; proíbem a inserção do *-ever*, são formadas por pronomes-wh interrogativos; permitem extração, inserção de múltiplos sintagmas-wh, entre outras características não permitidas pelas RLs<sup>94</sup>.

Semanticamente, a interpretação de uma interrogativa encaixada como (54a) suporia uma interpretação correspondente à (54b). No entanto, essa interpretação é mais fraca do que (54a) realmente afirma, que está melhor representado em (54c). Izvorski (2000, p.57) afirma que (54b) pode ser verdadeira em uma situação em que (54c) é falsa, como por exemplo, quando não é possível ir a lugar nenhum:

---

<sup>94</sup> Remetemos o leitor para Izvorski (1998, 2000) para ver toda a argumentação apresentada.



- (54) a. *belhave* [*where* I go-SUBJ/INF]  
 b. There exists a set of propositions that are possible/true answers to the question 'where can I go' (Hamblin/Karttunen-denotation)  
 c. There exists a place where I can go.

(IZVORSKI, 2000, p. 57)

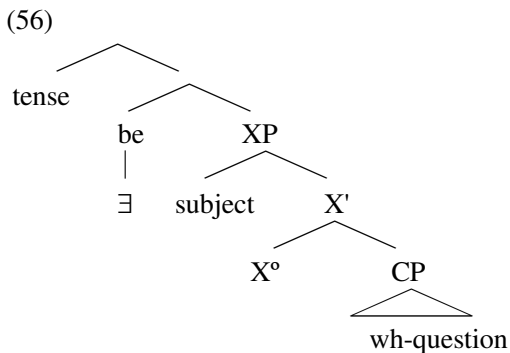
A autora resolve esse problema postulando a existência de um modal implícito no qual o pronome-wh interrogativo está encaixado. Sendo implícito, sua leitura pode ser pré-especificada: leitura de possibilidade. “the only interpretation is one that can be described as a root modal of circumstantial possibility” (p. 36)

- (55) a. *be/have* [Modal [*where* I go-SUBJ/INF]].  
 b. There exists a possibility that a set of propositions obtain that are possible/true answers to the question 'where I go' (Hamblin/Karttunen-denotation).

(IZVORSKI, 2000, p. 57)

Assim, o pronome-wh interrogativo denota um conjunto único de proposições. É também a estipulação desse modal que garante a impossibilidade de a sentença encaixada ser indicativa.

“So, it appears to be possible to claim that the *wh*-clause in the existential construction is indeed interpreted as a question, a view which is consistent with the syntactic and morphological facts discussed above” (IZVORSKI, 2000, p.58).



(IZVORSKI, 2000, p. 63)

Em (56), o predicado  $X^{\circ}$  é o lugar do modal, postulado para dar conta da interpretação da estrutura. A presença do quantificador existencial,  $\exists$ , antes da sentença-wh é o que proíbe a inserção de contextos com NP-forte e, também, é o que restringe a gama de verbos que podem construir as sentenças não indicativas. Só as que têm o quantificador  $\exists$  são permitidas.

Postular que a relativa (livre) não indicativa é uma interrogativa encaixada enfrenta alguns problemas citados em Caponigro (2001). O primeiro é que elas nunca são introduzidas pelos pronomes-wh *why* e *what/which*+NP. O segundo argumento é que predicados existenciais jamais têm interrogativas como complemento:

- (57) \*C'è [<sub>yes/no interrogative</sub> se Harold dice sempre di sì].  
Há se Haroldo diz sempre sim.

(CAPONIGRO, 2001, p. 55)

Por fim, o terceiro argumento é que as interrogativas encaixadas não podem ser substituídas por DPs, apenas por orações declarativas, ao contrário das sentenças apresentadas neste capítulo:

- (58) a. So [<sub>wh-interrogative</sub> chi dice sempre di sì].  
Eu sei quem diz sempre sim.  
b. So [<sub>declarative clause</sub> che Harold dice sempre di sì].  
Eu sei que Haroldo diz sempre sim.

(CAPONIGRO, 2001, p. 56)

Podemos acrescentar aos argumentos de Caponigro (2001) outros dois. O primeiro é que por estarem em contexto de indefinidade, conseguimos entender porque essas relativas (livres) são NP-fracos. O outro argumento derruba o dito por Izvorski de que as RLs não permitem múltiplos sintagmas-wh que é permitido pelas relativas (livres) não indicativas:

- (59) [Wer nimmt, [was ihm nicht gehört]], ist ein Dieb.  
Quem rouba o que lhe não pertence, é um ladrão.  
'Quem rouba o que não lhe pertence, é um ladrão.'

(HINTERWIMMER, 2008, p.411)

Em (59) temos duas RLs encaixadas. A glosa para o PB também é perfeitamente possível.

Então, se não são interrogativas, não são pronomes indefinidos, não são RLs, o que são as sentenças não indicativas vistas na seção (5.1)?

### 4.3 RELATIVAS NÃO INDICATIVAS E O PB

As relativas não indicativas que estamos estudando nessa seção podem ser tratadas de modo semelhante às relativas em geral. Um tratamento sintático unificador como o que vamos propor é altamente desejável, pois é capaz de acomodar essas sentenças sob um tratamento regular como relativas com núcleo ou RLs. Para tanto, vamos abordar cada uma das questões levantadas a respeito dessas sentenças.

#### 4.3.1 São relativas ou interrogativas?

As evidências que o PB fornece para responder a essa pergunta levam em conta a natureza dessas sentenças. Por estar em contexto de indefinidade, a paráfrase possível de (60) é sempre por um DP indefinido, como em (61):

- (60) a. João não tem [com quem conversar].  
 b. João não tem [do que reclamar].  
 c. João não tem [quem incomodar].  
 d. Não há [o que fazer aos sábados].  
 e. João não tem [quem o incomode].  
 f. Não há [o que perturbe João hoje].
- (61) a. João não tem uma pessoa com quem conversar.  
 b. João não tem algo do que reclamar.  
 c. João não tem uma pessoa pra incomodar.  
 d. Não há algo pra fazer aos sábados.  
 e. João não tem alguém que o incomode.  
 f. Não há nada que perturbe João hoje.

Não há como dizer que sentenças como (61), com núcleo nominal explícito, sejam interrogativas. Se fossem interrogativas, o esperado era a ordem pronome-wh mais nome (wh+NP):

- (62) a. \*João não tem que amiga conversar.  
 b. \*João não tem que trabalho reclamar.  
 c. \*João não tem que pessoa incomodar.  
 d. \*Não há que algo fazer aos sábados.  
 e. \*João não tem que alguém o incomode.  
 f. \*Não há que nada perturbe João hoje.

Como vimos no capítulo um, nas interrogativas o pronome-wh sempre precede um NP e por estar em distribuição complementar com determinantes, pode ser considerado um determinante (D). Ao contrário, nas relativas do PB é o NP que é seguido pelo pronome-wh (NP+wh). Portanto, se as sentenças de (60) podem ser parafraseadas por (61), onde a ordem NP+wh é respeitada, percebemos que as sentenças encaixadas de (60) são relativas.

#### 4.3.2 Todas são RLs?

A resposta que vislumbramos a essa pergunta parte do princípio de que nem todas as encaixadas de (60) são RLs. O PB traz evidências de que só são RLs as sentenças que respeitam a regra geral do Requerimento de Compatibilidade, apresenta no capítulo dois e retomada aqui como (63):

- (63) Em PB, a expressão-wh da RL tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz. (MARCHESAN, 2008).

Para separar relativas com núcleo de RLs, tomemos as sentenças de (60) separadamente:

- (64) a. João não tem [com quem conversar].  
 b. João não tem [do que reclamar].
- (65) a. João não tem [quem incomodar].  
 b. Não há [o que fazer aos sábados].

- (66) a. João não tem [quem o incomode].  
 b. Não há [o que perturbe João hoje].

Vimos em (4.1.2) que verbos como *ter* e *haver* requerem DPs como complemento. Nas subjuntivas de (66), conforme discussão feita em (4.1), o pronome-wh é extraído da posição de sujeito, que é prototípica de DPs. Portanto, as subjuntivas sempre respeitarão o Requerimento de Compatibilidade. São RLs prototípicas.

Por outro lado, as infinitivas (64) e (65) parecem se comportar de forma assimétrica. Em (64) os Requerimentos de Compatibilidade parecem não estar sendo obedecidos: as expressões relativas que se encontram na periferia esquerda das sentenças são PPs, sintagmas com propriedades diferentes daquelas requeridas pelos verbos das sentenças matrizes. Os PPs atendem os requerimentos do verbo encaixado, mas não os do verbo da sentença matriz que requer um DP como seu argumento.

As infinitivas de (65) e as subjuntivas de (66), ao contrário, atendem a generalização do Requerimento de Compatibilidade. Os pronomes-wh são DPs, como requerido pelos verbos *ter* e *haver*.

A explicação de custo mínimo para essas questões é afirmar que (65) e (66) contêm uma RL porque as sentenças encaixadas respeitam a regra geral do Requerimento de Compatibilidade, mas que as de (64) não são. Ou seja, a manutenção da definição do Requerimento de Compatibilidade exige que descaracterizemos as sentenças encaixadas de (64) do rol das RLs.

Como é que mostramos que as relativas de (64) não são RLs? A forma de mostrar isso é considerar que um elemento que vai funcionar como núcleo nominal sempre pode ser recuperado antes do pronome relativo. Por estarem em contexto que manifesta os efeitos de definitude, um núcleo nominal que equivale a um DP indefinido sempre pode ser recuperado em (64) como vemos em (67):

- (67) a. João não tem *nenhuma pessoa* com quem conversar.  
 b. João não tem *nada* do que reclamar.

No capítulo um dissemos que as RLs “não têm nem podem ter um núcleo nominal adjacente”, porque os pronomes relativos que as introduzem são especificados. Veja que essa propriedade só não é atendida nas sentenças em (67) porque há uma preposição entre o pronome relativo e o núcleo nominal. Ou seja, em (64) não há um núcleo nominal explícito, mas pode haver já que a inserção de um DP

como em (67) não altera o pronome relativo que encabeça a sentença encaixada, ao contrário do que ocorre com as de (65) e (66), como vemos em (68) e (69):

- (68) a. \*João não tem *uma pessoa* quem incomodar.  
 b. \*Não há *algo* o que fazer aos sábados.
- (69) a. \*João não tem *alguém* quem o incomode.  
 b. \*Não há *nada* o que perturbe João hoje.

A conclusão que tiramos dessas observações é que sentenças como (64) são relativas com núcleo nominal indefinido em que todo DP antecedente é omitido. A pergunta que permanece é por que essas sentenças permitem a omissão do núcleo nominal enquanto as outras relativas não permitem. A solução encontrada é que todo DP antecedente pode ser omitido porque ele é recuperável e previsível, sempre será algo equivalente a expressões intrinsecamente negativas, como *ninguém, nada, nenhuma coisa*; sintagmas nominais encabeçados por determinantes indefinidos, como *uma pessoa, um amigo, um brinquedo*; expressões pronominais que integram um valor de indefinitude ou polaridade positiva, como *alguém, algo, alguma coisa* ou singulares e plurais simples, como *pessoas, amigos* (cf. levantamento do tipo de DP feito por Ferreira, 2007, p.85-87).

Essa análise de 'núcleo nominal recuperável/previsível' não é nova na literatura. Caponigro (2003), por exemplo, faz algo semelhante para afirmar que sentenças não interrogativas introduzidas por *why*, como em (70) abaixo, apesar de parecerem RLs, são na verdade relativas com um núcleo nominal elidido, facilmente recuperável. “The HEAD can be elided in this context because its content is fully recoverable from the wh-word *why* without ambiguity: it is always something like *the reason*.” (p. 43).

- (70) a. This is [why he never laughs].  
 a'. This is [<sub>DP</sub> the reason why he never laughs].  
 (CAPONIGRO, 2003, p. 43)

Outro argumento que reforça essa análise é que apenas as sentenças-wh infinitivas, do tipo de (64), ocorrem com o pronome subespecificado *que*, que é impossível como introdutor de RLs:

- (71) a. Já arranjei [com **que** me preocupar]. (FERREIRA, 2007, p. 64)  
 b. “Mais cativo do que eu sou? Cativo de um benefício que não tenho com que pague, e cativo ainda da mesma senhora, por uma dívida de conto e cem, afora prêmios.” (Lindolfo Rocha, Maria Dusá, séc. XIX- Corpus do Português Davies-Ferreira) [PB] (FERREIRA, 2007, p. 92)  
 c. Eu procuro [de **que** viver]. (BRITO, 1988, p.372)  
 d. Ela não encontra [de **que** viver]. (BRITO, 1988, p.372)

Em resumo, dentre as sentenças-wh não indicativas, complemento de verbos existenciais, diremos que existem as que são de fato RLs: as que não podem ter um núcleo nominal antecedendo o pronome relativo (cf. (65) e (66)). E, as que não são RLs: as que têm um núcleo nominal explícito ou recuperável. Nas sentenças de (64), o fato de a sentença ter propriedades de indefinidade faz com que o núcleo nominal da relativa seja facilmente recuperável e previsível, por isso pode ser omitido. Sempre será algo do tipo: *alguém, alguma coisa, ninguém* etc..

#### 4.3.3 Por que não são ilhas-wh?

Por ser relativas (livres e com núcleo), o esperado era que as infinitivas e subjuntivas fossem barreiras para o movimento-wh. No entanto, não é isso que ocorre, como vimos na seção (1.2.3.2):

- (72) a. Que carro<sub>i</sub> o João não tem [pra quem vender t<sub>i</sub>]?  
 b. Que carro<sub>i</sub> o João não tem [como consertar t<sub>i</sub>]?  
 b. Que carro<sub>i</sub> o João não tem [quem conserte t<sub>i</sub>]?

A explicação que encontramos parte do pressuposto de que para ser barreira à flexão do verbo encaixado deve estar no indicativo, ou seja, ser um IP forte. O infinitivo e o subjuntivo parecem ser IPs fracos. Nesse caso, não herdariam a barreiridade do CP.

Alternativamente, podemos utilizar a explicação vislumbrada por Izvorski (1998, 2000): por terem leitura indefinida, as relativas (livres)

não indicativa se comportam como DPs fracos (*weak-NP*). Sendo semanticamente DPs fracos, não são barreiras para extração<sup>95</sup>.

Por enquanto, não encontramos outra explicação para essa propriedade.

#### 4.3.4 Por que a interpretação existencial?

Sem entrar no campo semântico, as relativas (livres) não indicativas estão em contextos de ocorrência de DP que sofre efeitos de definitude, são DPs-fracos. Esse é exatamente o contexto de ocorrência de existenciais, por isso, a encaixada é selecionada por verbos existenciais e tem a interpretação existencial.

#### 4.3.5 Por que não ocorrem na posição pré-verbal de sujeito?

Por ser complemento de verbos existenciais, as relativas (livres) não indicativas devem estar em domínio de subcategorização ao contrário das outras RLs.

Se for verdade que a posição de sujeito pré-verbal é uma posição que repele NP-fraco, conforme Izvorski (1998, 2000), teremos uma explicação para o fato de as relativas (livres) não indicativas, que são NPs fracos, não podem ocorrer nessa posição.

---

<sup>95</sup>Izvorski (1998, 2000) e Caponigro (2003) afirmam que NPs-fracos são sempre complemento de verbos existenciais; não ocorrem em posição pré-verbal; apresentam efeitos de definitude; ocorrem como *stage level predicate*; e são interpretadas abaixo do quantificador e da negação.

Já as RLs são NPs-fortes, pois não ocorrem em contextos *there is*; são aceitas como sujeito de *individual level predicate* (papel evitado por NPs-fracos, conforme Milsark, 1974 e Kratzer, 1995); são interpretadas independentemente do escopo do operador de quantificação; entre outras propriedades (IZVORSKI, 2000). Remetemos o leitor aos autores citados para ver toda a argumentação.



### 4.3.6 Há relativas infinitivas introduzidas pelos pronomes 'adverbiais' *quando*, *onde* e *como*?

Considere as relativas (livres) não indicativas abaixo, tendo em vista o que foi discutido até aqui:

- (73) a. João pôs na agenda *quando* visitar os pais.  
 b. O João não tem *onde* armazenar seus livros.  
 c. Não há *onde* guardar tantos livros.  
 d. O João não tem *como* pagar as contas.  
 e. Não há *como* pagar tantas contas.

Por ser complemento de verbos existenciais, as sentenças encaixadas de (73) também contém um DP indefinido que não é expresso, mas pode ser. Ou seja, neste contexto, o DP que antecede a relativa também é recuperável:

- (74) a. João pôs na agenda um dia *quando* visitar os pais.  
 b. O João não tem um lugar *onde* armazenar seus livros.  
 c. Não há um lugar *onde* guardar tantos livros.  
 d. O João não tem uma forma *como* pagar as contas.  
 e. Não há uma forma *como* pagar tantas contas.

Apesar de algumas sentenças serem levemente marginais, elas são consideradas boas pela maioria dos falantes do PB.

Essas sentenças são diferentes daquelas introduzidas por *quando*, *onde* e *como* vistas no capítulo um, que são oblíquas, sempre são parafraseadas por PPs:

- (75) a. João chegou [quando Maria saiu].  
 b. João procedeu [como Maria ordenou].  
 c. João mora [onde Maria nasceu].
- (76) a. João chegou *no momento quando/em que* Maria saiu.  
 b. João procedeu *da forma como/ que* Maria ordenou.  
 c. João mora *no lugar onde/que* Maria nasceu

Ou seja, para ser RL, os pronomes relativos *quando*, *onde* e *como* têm que ser adverbiais, compatíveis com o encaixe da sentença como complemento PP de certos verbos (75b,c) ou adjunto do VP matriz

(75a). Para reafirmarmos que as sentenças encaixadas de (75) são RLs e que as sentenças encaixadas de (73) não são, utilizaremos o teste da formação de perguntas apresentado no capítulo um<sup>96</sup>:

- (77) RLs com *quando*, *como* e *onde*:
- a. João chegou [quando Maria saiu].  
→ *Quando* João chegou?  
→ \*O que João chegou?
  - b. João procedeu [como Maria ordenou].  
→ *Como* João procedeu?  
→ \*O que João procedeu?
  - c. João mora [onde Maria nasceu].  
→ *Onde* João mora?  
→ \*O que João mora?

Esse teste é um indício de que as encaixadas de (75) são RLs, porque a formação da pergunta é sempre com o pronome que introduz a RL.

Agora, veja como as sentenças de (73) se comportam frente ao mesmo teste:

- (78) Sentenças-wh complemento de existenciais com *quando*, *como* e *onde*:
- a. O João não pôs na agenda [quando visitar os pais].  
→ \*Quando o João não pôs na agenda?  
→ *O que* o João não pôs na agenda?
  - b. O João não tem [onde armazenar seus livros].  
→ \*Onde o João não tem?  
→ *O que* o João não tem?
  - c. Não há [onde guardar tantos livros].  
→ \*Onde não há onde guardar?  
→ *O que* não há onde guardar?

---

<sup>96</sup> Esse teste é utilizado para distinguir RLs e interrogativas encaixadas. Ele não foi feito para diferenciar RL e relativa com núcleo. No entanto, com esse teste, conseguimos mostrar que há diferenças entre as encaixadas de (73) e as de (75).

d. O João não tem [como pagar as contas].

→ \*Como o João não tem?

→ *O que* o João não tem?

e. Não há [como pagar tantas contas].

→ \*Como não há como pagar?

→ *O que* não há como pagar?

Os testes com as sentenças encaixadas infinitivas de (73) provam que elas não são RLs porque não conseguem formar perguntas com o mesmo pronome que as introduz, ao contrário das RLs de (75).

Esse teste também funciona para comprovar o estatuto de RL das sentenças de (65) e (66). Por oportuno, dois exemplos apenas:

(79) RLs não indicativas:

a. João procurou (a noite toda) [quem incomodar].

→ **Quem** João procurou a noite toda?

→ \*O que João procurou a noite toda?

b. João sempre encontra [quem o incomode].

→ **Quem** João sempre encontra?

→ \*O que João sempre encontra?

A segunda pergunta, com o pronome-wh *o que*, poderia ser uma pergunta compatível, mas não se a resposta esperada for a sentença encaixada de (a) e (b) que exige um pronome com traços [+humano].

Por fim, importante lembrar que o teste não funciona para as sentenças encaixadas introduzidas pelo pronome *o que*, que é justamente o utilizado na formação da segunda pergunta:

(80) RL não-indicativa

a. Pedrinho não trouxe [o que fazer]. Agora está entediado.

→ **O que** Pedrinho não trouxe?

b. Pedrinho não trouxe [o que faça Maria parar de chorar].

→ **O que** o Pedrinho não trouxe?

Em resumo, não há RL não indicativa sendo introduzida pelos pronomes advérbias, *quando*, *onde* e *como*. A explicação é como segue:

por ser complemento de verbos existenciais, a RL não indicativa tem que ser introduzida por um DP para respeitar os requisitos do verbo da sentença encaixada. Dessa forma, quando há relativa não indicativa introduzida por um dos pronomes adverbiais, deve ser o caso de a sentença ser uma relativa com núcleo nominal implícito.

#### 4.4 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, estudamos as relativas (livres) não indicativas. Em resumo, o que regula a ocorrência de infinitivas e subjuntivas é a função sintática do pronome-wh. Quando extraímos um pronome-wh sujeito, a posição deve ser tal que o Caso lhe seja assegurado, por isso, o uso do modo subjuntivo. Por outro lado, quando a expressão-wh extraída não é o sujeito, o PRO vai ser licenciado sem problemas na posição de sujeito do verbo infinitivo.

Na sequência, seção (4.1), procuramos apontar as características dessas sentenças. Algumas respeitam o Requerimento de Compatibilidade, permitem extração, são complemento de verbos existenciais, só ocorrem em posição de subcategorização e são parafraseadas por DPs indefinidos.

Na seção (4.2) observamos as análises já apresentadas para as relativas (livres) infinitivas. Devido às características dessas sentenças, o pronome-wh é ora visto como um relativo, portanto a sentença encaixada contém uma RL; ora o pronome relativo é visto como um indefinido disfarçado; e ora é visto como um pronome interrogativo, neste caso, teremos uma interrogativa encaixada.

Essas propostas apresentam alguns problemas porque tratam todas as relativas (livres) não indicativas da mesma forma. Para solucionar o problema, afirmamos que para ser RL, a sentença encaixada não pode ter um nome explícito ou implícito antecedendo a expressão relativa e tem que ser encabeçada por pronomes-wh especificados, aqueles que incorporam o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. Estabelecemos que, como regra geral, uma RL é uma sentença-wh que tem que respeitar as exigências oriundas da sentença matriz. Com isso, conseguimos demonstrar que dentre as sentenças-wh infinitivas existem as que são de fato RLs: as que não têm, nem podem ter um núcleo nominal antecedendo o pronome relativo. As que têm um núcleo nominal explícito ou implícito não são RLs verdadeiras. A propriedade semântica constante das RLs não indicativas

é que, ao contrário das RLs ordinárias (indicativas), elas se distribuem em contextos de indefinidade. Ou seja, temos dois tipos de relativas infinitivas sem antecedente explícito: as RL, que respeitam a regra geral, e as que não são RLs.

Assim, às propriedades das RLs apresentadas em (5) acima, acrescentaremos a Regra do Requerimento de Compatibilidade como requisito fundamental para serem consideradas RLs:

- (81) a. Propriedade lexical: não podem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados;
- b. Propriedades sintáticas: são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs e de PPs; têm uma lacuna; e o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela sentença matriz;
- c. Propriedade semântica: os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP ou PP adequado.



## 5 RELATIVAS LIVRES: ANÁLISES

Os primeiros debates sobre a estrutura das RLs procuravam explicar o fato de a expressão-wh respeitar as exigências das sentenças matriz e encaixada simultaneamente (Requerimento de Compatibilidade) e o fato de a RL ser a versão sem núcleo da relativa com núcleo. Partindo da estrutura das relativas com núcleo, o que diferenciava as análises das RLs era a posição ocupada pelo pronome relativo na sentença: se estivesse no núcleo, Hipótese do Núcleo, como esquematizada em (1b); se estivesse em Comp, Hipótese do Comp, esquematizada em (1c):

- (1) a. Comprei  $[[_{NP} \text{ o remédio}] [_{CP} \text{ que João vende } \_\_]]$ . RN  
 b. Comprarei  $[_{NP} \text{ [o que]} [_{CP} \text{ João vende } \_\_ ]]$ . RL Hipótese do núcleo  
 c. Comprarei  $[_{NP} [\emptyset] [_{CP} \text{ o que João vende } \_\_ ]]$ . RL Hip. do Comp

Apesar de haver argumentos favoráveis a uma e outra hipóteses, ambas foram formuladas antes da Teoria da Regência e Vinculação (CHOMSKY, 1981, 1982); por isso, é de se esperar que existam fortes motivos para reformulá-las ou mesmo descartá-las.

Em 1994, Kayne retoma uma proposta feita na década de 70, chamada Análise *raising*. Essa proposta é, então, aplicada de diversas formas às RLs. Dentre as análises estão as elaboradas por Caponigro (2002) e Citko (2004), chamada Hipótese do complemento de D; e a proposta de Lessa-de-Oliveira (2008), baseada em Kato e Nunes (2006). A proposta de Caponigro analisa a RL como um CP complemento de D. Na proposta de Lessa-de-Oliveira a RL é um CP que tem pronome relativo em adjunção à esquerda. O pronome relativo é adjungido à esquerda do CP e dessa posição, ele fica acessível aos núcleos da matriz e da encaixada. Essas propostas diferem e ao mesmo tempo incorporam características das hipóteses (1b) e (1c).

Neste capítulo, apresentaremos, nas seções (5.1) e (5.2), as características e avaliações das Hipóteses do Núcleo e do Comp. em (5.3) apresentaremos a hipótese do D-complemento e, em (5.4), uma hipótese multidimensional. Na seção (5.5) veremos as aplicações dessas hipóteses nos dados do português (europeu e brasileiro) feitos por Brito (1991), Mória (1992), Medeiros Jr. (2005), Marchesan (2008) e Lessa-de-Oliveira (2008). Dentre essas análises, aplicamos, na seção (5.6), a que parece ser menos problemática aos dados do PB: a hipótese do complemento de D.

## 5.1 HIPÓTESE DO NÚCLEO

Proposta no quadro da Teoria Padrão Estendida por Bresnan e Grimshaw (1978), a Hipótese do Núcleo (*Head Hypothesis*, *Base Hypothesis* ou *Head Account*) foi antes, como as próprias autoras lembram, explicitada por Bresnan<sup>97</sup> (1973), Hirschbühler<sup>98</sup> (1976) e Allen<sup>99</sup> (1977).

Nessa hipótese, o pronome relativo é gerado na posição do núcleo da relativa:

- (2) I'll buy [<sub>NP</sub> [<sub>NP</sub> what [<sub>S</sub> you are selling [*pro*]]]]<sup>100</sup>  
(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 331, adaptado)

A RL contém um pronome (um resumptivo do tipo *him*, *them*, *there*, *then* etc.) que é apagado através do *Controlled Pro Deletion* sob identidade referencial com o núcleo:

- (3) *Controlled Pro Deletion*: XP...[<sub>XP</sub> Pro] ...→ XP<sub>i</sub> ... [<sub>XP</sub> e].  
(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 348)

A categoria vazia originada desse apagamento é coindexada com o pronome relativo, chamado de controlador. O resultado do *Controlled Pro Deletion* é um *pro* na RL. Seguindo a proposta de Chomsky (1977), para os autores, a relação entre o pronome-wh e a categoria vazia não é uma relação de movimento. Uma hipótese com movimento não explicaria a necessidade de compatibilidade entre a categoria exigida

<sup>97</sup>BRESNAN, J. 'Headless' Relatives. **Dittoed**, University of Massachusetts at Amherst, Massachusetts, 1973.

<sup>98</sup>HIRSCHBÜHLER, P. **Headed and headless free relatives, a study in French and Classical Greek**. 1976. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de Massachusetts, Amherst, Massachusetts, 1976.

<sup>99</sup>ALLEN, C. **Topics in diachronic English syntax**. 1977. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Massachusetts, Massachusetts, 1977.

<sup>100</sup>Ao contrário das relativas com núcleo, que são analisadas como CPs (S' nos termos de Bresnan e Grimshaw, 1978); as RLs são IPs (S). Uma proposta com CP geraria sentenças agramaticais:

(i) João comeu o bolo [<sub>CP</sub>relativa com núcleo que Maria preparou].

\*João comeu o que [<sub>CP</sub>relativa livre {que/o que} Maria preparou].

João comeu o que [<sub>IP</sub>relativa livre Maria preparou].

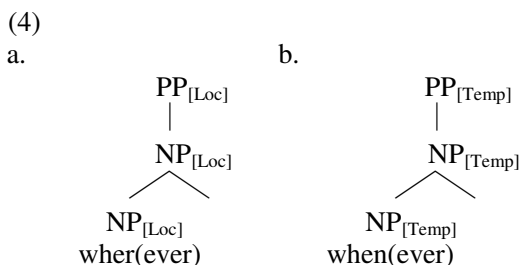


pelo núcleo da sentença matriz e o pronome relativo deslocado por movimento-wh para Comp.

A RL está em estrutura de adjunção como forma de distingui-la de interrogativas, em que há movimento-wh, e assemelhá-la às relativas com núcleo, que são analisadas como adjunto do NP, conforme o Modelo Padrão.

As RLs podem ter não só a estrutura de NPs, mostrada em (2), como também de APs, AdvP, PP locativo e PP temporal. O pronome relativo pode ou não vir acompanhado do *-ever*.

Para as RLs introduzidas por *onde* e *quando* (as autoras não mencionam o *como*), ambíguos entre NP e PP, Bresnan e Grimshaw (1978, p.346-347) adotam a seguinte estrutura:



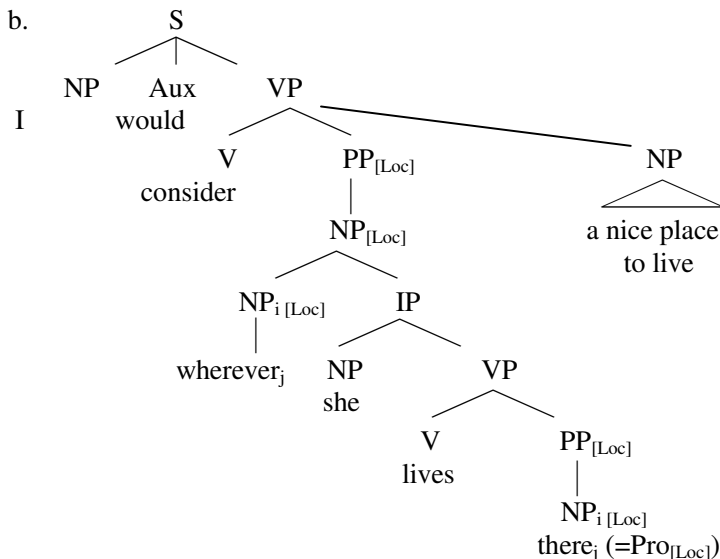
Bresnan e Grimshaw (1978, p.347) atribuem a falta de núcleo P em (4) a uma regra de apagamento da preposição, *P-deletion*, formulada por Emonds<sup>101</sup> (1976):

(5) *P-deletion*:  $P_{+F} \rightarrow \emptyset / \text{---}NP_{+F}$ , em que  $+F = [\text{Loc}]$  ou  $[\text{Temp}]$

“Assuming that [Loc] e [Temp] are categorial features of prepositions and nouns, we hypothesize that these features are added to phrase nodes whose head bear the features” (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p.347). Ou seja, o traço do núcleo P apagado é adicionado ao nó PP, e o do pronome-wh é adicionado ao seu núcleo, o nó NP. Vejamos a análise completa:

(6) a. I would consider [wherever she lives *ec* a nice place to live].

<sup>101</sup> EMONDS, J. **A transformational approach to English syntax**: root, structure-preserving, and local transformations. New York: Academic Press, 1976.



Em (6b), a relação existente entre o pronome relativo *wherever* e o *there*, marcados com o índice *j*, é feita pela regra *Controlled Pro Deletion*: o pronome *there* (locativo) é apagado e o NP<sub>[Loc]</sub> que o domina é coindexado com o núcleo NP<sub>[Loc]</sub> da RL.

Segundo as autoras, para que haja o apagamento, os nós coindexados devem ter os mesmos traços gramaticais:

- (7)
- I'll live in<sub>[Loc]</sub> whatever town you live (t<sub>[Loc]</sub>).
  - I'll move to<sub>[Dir]</sub> whatever town you move (t<sub>[Dir]</sub>).
  - \*I'll move to<sub>[Dir]</sub> whatever town you live (t<sub>[Loc]</sub>).
  - \*I'll live in<sub>[Loc]</sub> whatever town you move (t<sub>[Dir]</sub>).
- (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p. 354, adaptado)

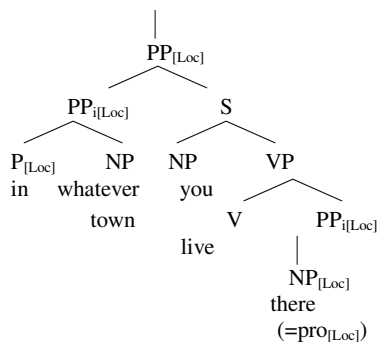
Nas sentenças malformadas de (7), o pronome apagado não concorda com o traço do núcleo NP da RL. Caso a preposição da encaixada seja explícita, os julgamentos de (7c) e (7d) mudam:

- (8)
- I'll move to whatever town you live in.
  - I'll live in whatever town you move to.
- (BRESNAN; GRIMSHAW, 1978, p.354)

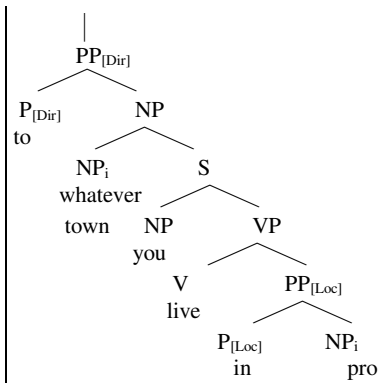
A diferença entre (7c) e (8a) se deve a presença ou ausência de preposição órfã, como vemos nas árvores (9a) e (9b) respectivamente:

(9)

a.



b.



Ao contrário de (9a), a RL de (9b) é introduzida por um NP. O *Controlled Pro Deletion* apaga o pronome e coíndexa a categoria vazia NP com o NP *whatever town* que domina a RL: ambos com os mesmos traços gramaticais, não locativo e não direcional. Nesse caso, a combinação de traços é entre NPs, por isso, não importa se a preposição é locativa ou direcional.

Em resumo, na Hipótese do Núcleo o pronome relativo nasce na periferia esquerda da RL a semelhança das relativas com núcleo. A maior vantagem dessa hipótese é conseguir dar conta dos Requerimentos de Compatibilidade já que o pronome relativo introduz a RL e, portanto, é da categoria exigida pelo núcleo da sentença matriz. Os requerimentos da encaixada são respeitados através da condição de identidade imposta pelo *Controlled Pro deletion* (se a RL é um NP ela não pode apagar o PP) (van RIEMSDIJK, 2000, p.7). Entretanto, as várias regras estipuladas para dar conta da categoria vazia e da natureza do movimento prejudicam a análise.

Além disso, pelo menos outros três problemas são elencados na literatura. O primeiro foi descrito por Groos e van Riemsdijk (1979, 1981 apud HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983; LEUNG, 2005, p.266; CITKO, 2000, p.23; van RIEMSDIJK, 2000, p.7): em holandês (e

também no alemão<sup>102</sup>) a relativa com núcleo que funciona como objeto direto deve estar adjacente ao núcleo nominal e preceder o verbo matriz, como em (10a); ou estar extraposta, sucedendo o verbo matriz, como em (10b). No entanto, o núcleo nominal+relativa não pode ser extraposto, como mostra (10c):

- (10) a. Ik heb de vis [die over was] opgegeten.  
 Eu tenho o peixe que sobrou comido.  
 'Eu comi o peixe que sobrou'.  
 b. Ik heb de vis opgegeten [die over was].  
 c. \*Ik heb opgegeten de vis [die over was].  
 (GROOS; van RIEMSDIJK, 1979<sup>103</sup> apud  
 HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, p.506)

A impossibilidade de extrapor o núcleo nominal da relativa (10c) sugere que o pronome relativo da RL também não possa ser extraposto, mas não é isso que ocorre:

- (11) Ik heb opgegeten wat [(er) over was].  
 Eu tenho comido o que (lá) sobrou.  
 'Eu comi o que sobrou'  
 (GROOS; van RIEMSDIJK, 1979 apud  
 HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, p. 506)

Diante desses exemplos, Groos e van Riemsdijk (1979) concluem que o pronome relativo *wat* da RL só pode estar em Comp, não pode ocupar a posição do núcleo.

O segundo problema é descrito em Citko (2000, p.16). Segundo ela, essa hipótese não captura a semelhança existente entre as RLs e interrogativas indiretas, como por exemplo, a gama de pronomes-wh iguais que introduzem ambas as sentenças (cf. CAPONIGRO, 2002, 2003; van RIEMSDIJK, 2000).

Móia (1992, p.39) lembra que por não ter um nó S', a hipótese do núcleo não consegue explicar por que as RLs se comportam como ilhas-

<sup>102</sup>Os exemplos do alemão apresentados por Groos e Van Riemsdijk (1981) podem ser encontrados em Leung (2005, p.266), van Riemsdijk (2000, p.7) e Marchesan (2008, p.77).

<sup>103</sup>GROOS, A.; van RIEMSDIJK, H. Matching effect in Free Relatives: a parameter of grammar. **Proceedings of the Pisa Colloquium on markedness**, Scuola Normale Superiore, Pisa, 1979.

wh (ROSS, 1967), já que, em línguas como PE e PB, o S não funciona como barreira para a Subjacência. Para essas línguas, segundo Mória, a hipótese do núcleo prevê a estrutura com um CP = [<sub>SN</sub> SN S']. No entanto, sendo CP essa hipótese enfrentaria mais um problema elencado em van Riemsdijk (2000, p.8):

- (12) a. I put [the pie] [<sub>RN</sub> which/\*which that/ that /∅ you prepared] in the refrigerator.  
 b. I put [what] [<sub>RL</sub> \*which/\*which that/\*that/∅ you prepared] in the refrigerator.

Se o pronome relativo está na posição do núcleo, o esperado é que seja possível a inserção de outro pronome-wh em CP, como ocorre com as relativas com núcleo (12a). No entanto, esse paradigma não se verifica nas RLs, como vemos em (12b).

## 5.2 HIPÓTESE DO COMP

Creditada a Groos e van Riemsdijk (1981), a hipótese do Comp (*Comp Hypothesis*) foi antes discutida e analisada por Kuroda<sup>104</sup> (1968), Quicoli<sup>105</sup> (1972), Hirschbühler<sup>106</sup> (1976) e Groos e van Riemsdijk (1979), segundo estudos de Hirschbühler e Rivero (1983, p.505) e Mória (1992, p.40).

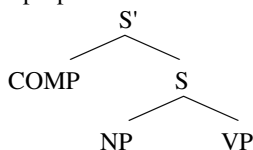
Nessa hipótese, o pronome relativo está em Comp<sup>107</sup> e, assim, o comportamento dessas estruturas como ilhas-wh fica explicado. A RL

<sup>104</sup>KURODA, Sige-Yuki. English relativization and certain related problems. *Language*, 44, v.2 (part 1), p. 244-266, 1968.

<sup>105</sup>QUICOLI, Carlos. *Aspects of Portuguese Complementation*. unpublished Ph.D. Dissertation, MIT, 1972.

<sup>106</sup>HIRSCHBÜHLER, Paul. Two analyses of Free Relatives in English. *Proceedings of the 6<sup>th</sup> Meeting of the North Eastern Linguistic Society*, Montréal Working Papers in Linguistics III: p.137-152, 1976.

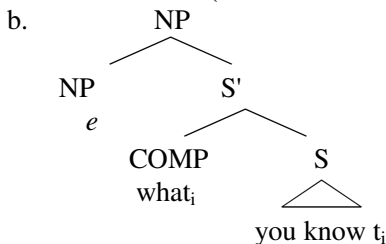
<sup>107</sup>Nessa época (década de 80), o COMP era tido como o nome de uma posição, com traços próprios:



também está em estrutura de adjunção, porém, por regra de movimento, o pronome relativo se desloca para Comp, à semelhança das interrogativas encaixadas.

A motivação para o movimento-wh são os traços- $\phi$  não interpretáveis presentes no núcleo  $C_{[+rel]}$  (VOGEL, 2003; BRITO, 1991).

- (13) a. I know<sub>NP[NP[e] S'[\_Comp [what] s[you know]]]</sub>.  
(HIRSCHBÜHLER; RIVERO, 1983, p. 505).



Uma categoria vazia é colocada no lugar do núcleo. A natureza dessa categoria vazia não é definida em Groos e Riemsdijk (1978). Mais tarde, no quadro da Teoria da Regência e Vinculação, surgem as categorias vazias, que são condicionadas pelo Princípio das Categorias Vazias.

Cyrino (1997) lembra que é em Chomsky (1982) que surgem as categorias vazias. Essas devem ser determinadas intrinsecamente (através da combinação de traços [ $\pm$ pronominal] e [ $\pm$ anafórico]) ou funcionalmente (através da configuração estrutural onde a categoria vazia ocorre). Além disso, Cyrino (1997) lembra que as categorias vazias precisam ser *licenciadas/legitimadas formalmente* (regidas por um regente apropriado) e *identificadas* (recuperação de conteúdo, já que são foneticamente nulas).

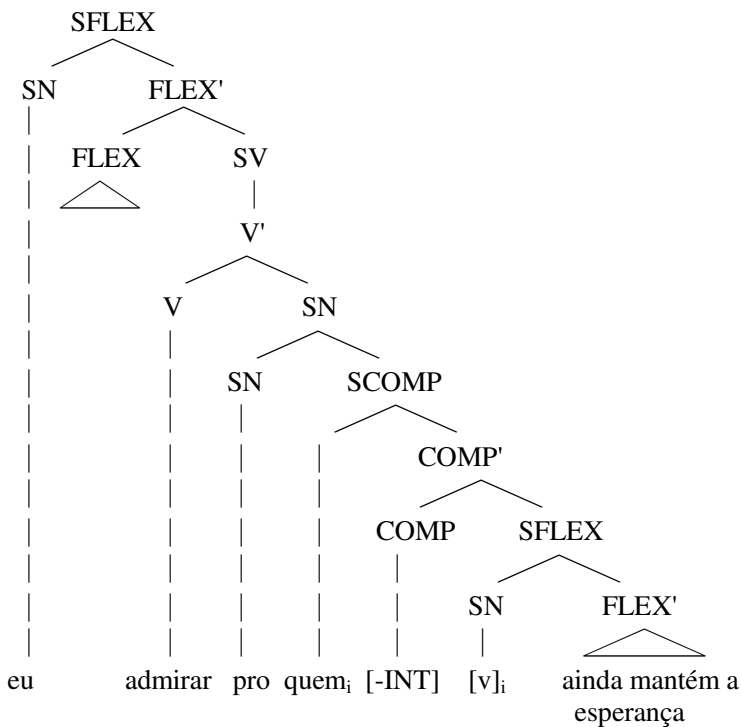
Nessa teoria, temos quatro possibilidades de categoria vazia: vestígio (t), variável (vbl), *pro* e PRO. A categoria vazia da RL é gerada *in situ*, não é fruto de movimento, por isso, vestígio (originado por movimento de DP) e variável (originado por movimento de wh) são descartados. Restam PRO e *pro*.

Harbert (1983 apud BRITO, 1991) propõe a primeira, categoria vazia PRO. Essa opção, por envolver muitas estipulações, como c-regência (regência categorial), s-regência (regência por subcategorização), acessibilidade de Comp etc., não parece se

justificar<sup>108</sup>. De fato, o PRO, categoria pronominal e anafórica, parece diferir da categoria vazia da RL, que parece ser não anafórica e acessível à regência, portanto, marcada por Caso, impossível para o PRO (BRITO, 1991; MÓIA, 1992, p.45).

A segunda hipótese, categoria vazia *pro*, foi formulada por Suñer (1983, 1984 apud BRITO, 1988, p.220; MÓIA, 1992, p.45). É o *pro* [+pronominal; -anafórico] que é acessível à regência do verbo superior, recebendo dele, a marcação de caso:

(14)



Estrutura Superficial (SS) no modelo de Suñer (1983)

Fonte: Brito (1991, p. 222)

Segundo Brito (1991, p.222), para resolver o problema do pronome relativo, que deveria se comportar como se fosse regido pelo

<sup>108</sup> Leia Brito (1991, p.218-220) e van Riemsdijk (2000,p.11) para mais informações.

verbo superior, Suñer propõe a *Condição de conformidade casual* entre o *pro* e o morfema-wh:

- (15) *Condição de conformidade casual*: “[...] *pro* é não distinto em caso em relação ao morfema Q” (SUÑER, 1984, p. 366 apud BRITO, 1988, p. 222)

Suñer afirma que as RLs apresentam requisito de conformidade casual, não categorial. Dessa forma, o exemplo de Brito (1988, p.223) \**Vi ontem de quem tu gostas*, é agramatical porque “entre *pro* e *de quem* não há conformidade casual”.

Citko (2000, p.24-25) afirma que ser um *pro* incorre em pelo menos dois problemas. O primeiro se refere a línguas como inglês, alemão e holandês, nas quais não há *pro* sujeito “licensed by rich agreement” ou *pro* objeto. O segundo se refere às RLs não nominais (aquelas inerentemente oblíquas, introduzidas por *onde*, *quando* e *como*), para as quais deveria haver “non-nominal *pro* elements”, o que de fato inexistente.

Independentemente de ser um PRO ou *pro*, a análise de (13) precisa dar conta do Requerimento de Compatibilidade. Estando em Comp, o pronome relativo não consegue ser subcategorizado pelo verbo da sentença matriz e, por isso, o Requerimento de Compatibilidade não se verificaria. Para resolver o problema, Groos e van Riemsdijk (1981) recorrem ao *Comp Accessibility Parameter*: na ausência do núcleo, a posição do Comp é acessível ao verbo da sentença matriz<sup>109</sup>.

- (16) *Comp accessibility parameter*:

The COMP of a free relative is syntactically accessible to matrix rules such as subcategorization and case marking, and furthermore it is the wh-phrase in COMP, not the empty head, which is relevant for the satisfaction or nonsatisfaction of the matrix requirements.

(GROOS; van RIEMSDIJK, 1981, p.181)

Dentro do quadro da Teoria da Regência e Vinculação é difícil aceitar esse Parâmetro de Acessibilidade do Comp. “é difícil aceitar que existindo numa relativa livre um antecedente nulo não seja ele o

---

<sup>109</sup> Veja que Suñer (1983, 1984) resolveu esse problema com a *Condição de conformidade casual* apresentada em (15).



constituente acessível à regência e à marcação casual por parte de constituintes da oração matriz” (BRITO, 1991, p.217).

### 5.3 HIPÓTESE DO D-COMPLEMENTO

Baseados na proposta de alçamento de Kayne (1994) para as relativas com núcleo, *Raising analysis*, Caponigro (2002) e Citko (2004) afirmam que a RL também é um DP, cujo D seleciona um CP como complemento.

Em linhas gerais, essa hipótese apresenta características importantes da Hipótese do Núcleo e da Hipótese do Comp. Da primeira, coloca o pronome em SpecDP, para dar conta do Requerimento de Compatibilidade; da segunda hipótese, o movimento, para demonstrar que há semelhança com as interrogativas indiretas.

É dessa forma que conseguem explicar a similaridade que as RLs têm com as relativas com núcleo e com as interrogativas.

#### 5.3.1 RLs, relativas com núcleo, interrogativas encaixadas

As RLs apresentam algumas características que as assemelham às relativas com núcleo e outras, às interrogativas encaixadas.

A primeira semelhança com as relativas com núcleo é poderem ser parafraseadas por DPs ou PPs e, nessa paráfrase, a sentença gerada acaba contendo uma relativa com núcleo, como em (17). Além disso, o pronome relativo (e o núcleo da relativa) tem uma relação sintática e semântica com a posição vazia da sentença encaixada:

- (17) a. João comeu [<sub>RL</sub> o que Maria cozinhou \_\_\_ ].  
 b. João comeu [<sub>DP</sub> a comida] [<sub>RN</sub> que Maria cozinhou \_\_\_ ].

Dada essa semelhança, muitos autores afirmam que as RLs são um tipo de relativa com núcleo. Destaque para: Groos e van Riemsdijk (1981), Hirschbühler e Rivero (1981; 1983), Rivero (1984; 1986), Harbert (1983), Suñer (1983, 1984, 1985), Grosu (1989, 1994, 1996), Grimshaw (1977), Bresnan e Grimshaw (1978), Larson (1987; 1998), Kayne (1994), Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (1999) citados por Grosu (2003, p.79).

A similaridade, porém, não vai longe. Caponigro (2002, p.141) elenca duas características que distanciam RLs e relativas com núcleo. A primeira é que o “núcleo” da RL é diferente do núcleo da relativa e algo *ad hoc* deveria ser postulado para dar conta dessa diferença. A segunda, é que as RLs estão sujeitas ao Requerimento de Comptatibilidade enquanto as relativas com núcleo não:

- (18) a. João roubou [<sub>DP</sub> (\*<sub>PP</sub> com) [<sub>DP</sub> quem Maria namora]]. RL  
 b. João roubou [<sub>DP</sub> o rapaz [<sub>PP</sub> com o qual Maria namora]]. RN

Em (18a) a sentença só é gramatical se o pronome relativo for um DP, categoria exigida pelo verbo matriz *roubar*.

Ao compararmos a RL de (17a) com a interrogativa encaixada de (19), também se percebe uma clara semelhança:

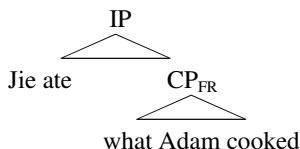
- (19) João não sabe [<sub>IE</sub> o que Maria cozinhou \_\_\_].

Adicionado a isso, RLs e interrogativas são construídas com os mesmos pronomes-wh (CAPONIGRO, 2002; van RIEMSDIJK, 2000; CITKO, 2000)<sup>110</sup>, conforme verificamos no capítulo um (seção 1.3).

---

<sup>110</sup> Baseados na forma idêntica das RLs com as interrogativas, Rooryck (1994) e Caponigro (2003) afirmam que as RLs têm a estrutura sintática das interrogativas. Ou seja, as RLs são CPs nus:

- (i) a. Jie ate [<sub>FR</sub> what Adam cooked]. (CAPONIGRO, 2003, p. 55)  
 b.



Caponigro afirma ter consciência que sua proposta de tratar as RLs como CPs é tão problemática quanto às outras, mas tem a vantagem de reduzir o número de estipulações ad-hoc “my assumption that all FRs are just CPs is as problematic as the other proposals, but at least reduces the number of ad-hoc assumptions” (CAPONIGRO, 2003, p. 81).

O problema dessa hipótese é que RLs não permitem extração de constituintes, permitida pelas interrogativas; e são sensíveis ao Requerimento

### 5.3.2 Proposta D-complemento

#### 5.3.2.1 Izvorski (2000)

Izvorski (2000) segue Kayne (1994) e tenta propor uma combinação entre CP/DP, já que as RLs têm a sintaxe dos CPs e por aparecerem na posição de argumento também são DPs:

(20)

[<sub>CD/DP</sub>[what(ever) book]<sub>i</sub>] [<sub>C/D</sub>[<sub>C°/D°</sub> +wh, case  $\alpha$ ,  $\phi$ ] [<sub>IP</sub> Nich gave me  $t_i$ ]]

Para a autora, o C° tem traço [+wh] e também os traços do D° [Caso e  $\phi$ ] o que justifica o movimento da expressão-wh. “In other words, this C° functional head can be viewed as analogous to D° head, and the ultimate projection as simultaneously a CP and a DP” (p. 7)

Segundo Izvorski, essa proposta explica o fato de a RL ser uma oração, portanto CP; e o fato de ela aparecer em posição argumental, portanto DP. Ademais, sendo um CP/DP, a autora consegue dar conta do Princípio de Resistência ao Caso (*Case Resistance Principle*) de Safir<sup>111</sup> (1986) e Stowell<sup>112</sup> (1981), que afirmam que CPs não podem ocorrer em posições marcadas por Caso<sup>113</sup>; e do Requerimento de

de Compatibilidade, não verificado nas interrogativas. Assim, a manutenção dessa estrutura também necessitaria de alguma(s) estipulação(ões) *ad hoc*.

Rooryck (1994) tenta dar conta dessas diferenças sintáticas, mas para isso, precisa fazer estipulações. Ele postula que nas interrogativas encaixadas o movimento-wh ocorre depois da inserção das Transformações Generalizadas (*Generalized Transformations* – GT – de Chomsky, 1992) e o movimento em uma RL (cujo termo ele diz ser impróprio) ocorre antes da inserção das GT.

<sup>111</sup>SAFIR, K. Relative clauses in a theory of bindings and levels. **Linguistic Inquiry**, [S.l.], n.17, p.663-690, 1986.

<sup>112</sup>STOWELL, T. **The origins of phrase structure**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Massachusetts, Instituto de Tecnologia, Cambridge, Massachusetts, 1981.

<sup>113</sup>“Princípio de Resistência ao Caso [de Stowell, 1981]: não há atribuição de caso a uma categoria que tem traços que são atribuidores de caso. Portanto, quando há complementação em 'SUJEITO' e em 'OBJECTO' Stowell considera que as frases completivas não recebem caso nessas posições.” (BRITO, 1988, p.309)

Compatibilidade, já que a RL tem que satisfazer as exigências de Caso e traços- $\phi$  do núcleo C°/D°.

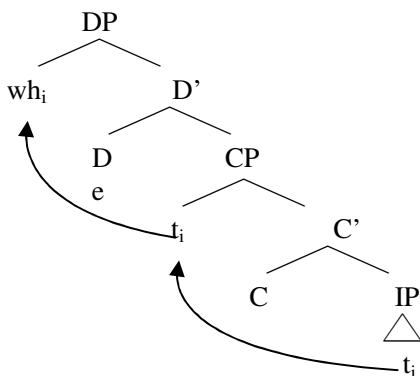
No entanto, a autora lembra que a proposta não é a ideal, pois funciona bem para RLs nominais; mas é problemática para as RLs cujo pronome-wh é AdvP, AP ou PP, porque essas não tem uma ligação natural com CPs.

### 5.3.2.2 Caponigro (2002)

A proposta formulada por Caponigro (2002) e adotada por Citko (2004) também segue Kayne (1994): a RL é um DP com um D não pronunciado e um CP complemento:

Estrutura sintática das RLs (CAPONIGRO, 2002, p.143):

(21)



A análise parte da ideia de que RLs e interrogativas são sintaticamente semelhantes, o que justifica o CP presente na estrutura. O DP é inserido para justificar a semelhança com as relativas com núcleo.

Como o D está implícito, precisa ser licenciado, pois projeções máximas não podem ser introduzidas por núcleos ou Spec's implícitos. Nesse ponto, Caponigro segue Koopman<sup>114</sup> (2000) cujo trabalho afirma

<sup>114</sup>KOOPMAN, H. The spec head configuration. In: KOOPMAN, H. **The syntax of specifiers and heads**: Collected Essays of Hilda J. Koopman, London-New York: Routledge, 2000.

que o licenciamento ocorre por concordância, em uma configuração *Spec-head* com o material explícito. Assim, para licenciar o D implícito, o pronome-wh se move do SpecCP para o SpecDP (CAPONIGRO, 2002, p.143).

Essa análise (21) aplica-se somente às RLs finitas que ocorrem na posição de argumento ou adjunto e que têm a distribuição de DPs<sup>115</sup>. Para Caponigro (2002) as RLs introduzidas pelos pronomes *onde* e *quando* têm natureza nominal.

Os argumentos do autor se apoiam no fato de esses pronomes serem ambíguos entre DPs e PPs, dependendo da função sintática que exercem. No texto de 2002 não há muitos exemplos, por isso, utilizamos aqueles apresentados em Caponigro e Pearl (2009, p.156)<sup>116</sup>:

- (22) a. Lily adores [<sub>FR</sub> where this very tree grows].  
 a'. Lily adores [<sub>DP</sub> the place in which this very tree grows].  
 b. Lily napped [<sub>FR</sub> where this very tree grows].  
 b'. Lily napped [<sub>PP</sub> in the place in which this very tree grows].
- (23) a. Lily dreaded [<sub>FR</sub> when Jack had to go].  
 a'. Lily dreaded [<sub>DP</sub> the time /moment that Jack had to go].  
 b. Lily cried [<sub>FR</sub> when Jack had to go].  
 b'. Lily cried [<sub>PP</sub> at the time that Jack had to go].
- (24) a. Lily loathes [<sub>FR</sub> how all thieves work] - secretly.  
 a'. Lily loathes [<sub>DP</sub> the way that all thieves work] - secretly.  
 b. Jack works [<sub>FR</sub> how all thieves work] - secretly.  
 b'. Jack works [<sub>PP</sub> in the way that all thieves work] - secretly.

As RLs entre colchetes em (a) estão na posição de complemento do verbo matriz e se comportam como DPs, como mostram as paráfrases em (a'). Já as RLs de (b), que são aparentemente iguais as de (a), se

---

<sup>115</sup>Caponigro exclui da sua análise as “FRs that are introduced by -ever wh-elements like *whoever, whatever* etc. (cf. Tredinnick 1993), FRs that occur in dislocated positions (cf. Groos and van Riemsdijk 1981 for right-dislocated FRs in German and Dutch, and Suñer 1984 and Hirschbüler and Rivero 1983 for topicalized FRs in Spanish and Catalan), FRs that behave like free clausal adjuncts (cf. Izvorski 2000a), and FRs that are tenseless (cf. Grosu 1994, Izvorski 2000b)” (CAPONIGRO, 2002, p.1)

<sup>116</sup>Caponigro e Pearl (2008, 2009) utilizam o rótulo NP ou invés de DP utilizado por nós. Importante mencionar que a proposta de análise desses autores é diferente da proposta por Caponigro (2002).

comportam sintática e semanticamente como PP (ocorrem como adjunto da sentença matriz), como percebemos pelas paráfrases de (b').

Por causa dessa possibilidade DP/PP, Caponigro (2002, p.147) afirma que as RLs são DPs que permitem uma interpretação adverbial: “syntactically, they are DPs; semantically, they can be interpreted as either DPs or PP”. Sendo DPs complexos (um DP que seleciona um CP) essa hipótese explica o fato de as RLs poderem ser parafraseadas por DPs e a impossibilidade de extração de constituintes para fora da RL. Explica, também, o Requerimento de Compatibilidade: o D implícito só pode ser licenciado por algo de mesma categoria. Ou seja, só DP pode ser o licenciador do D implícito:

- (25) a. I bought [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub> what] I needed].  
 b. \*I bought [<sub>DP</sub> [<sub>PP</sub> with what] I'll wrap it].

Essa proposta parece adequada, mas postular um D nulo apenas para as RLs é algo que devemos evitar. Além disso, se restringe às RLs DPs e finitas; e afirma que RLs em função sintática de adjunto, como em (26), também são nominais, o que parece estranho:

- (26) a. Ela perdeu o anel [onde João trabalha].  
 b. Ele chorou [quando ela partiu].

Para essas RLs, Caponigro segue Larson (1987) que afirma que o pronome relativo incorpora uma preposição abstrata. Nesse caso, mais uma estipulação seria criada.

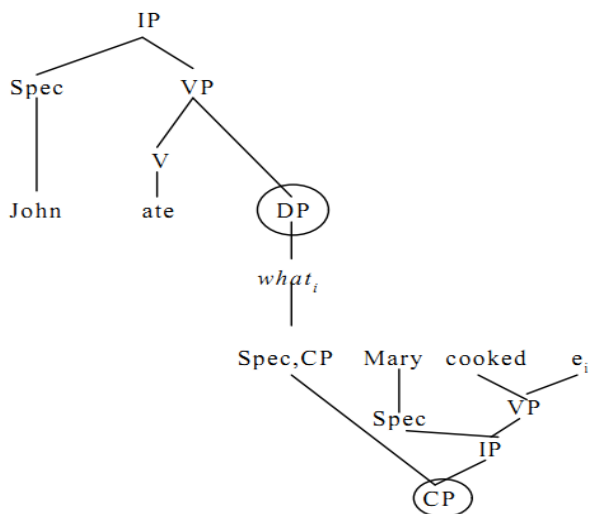
#### 5.4 HIPÓTESE MULTIDIMENSIONAL

A análise chamada de *Multidimensional* por van Riemsdijk (2000) e de *Parallel Merge Account* por Citko (2000) se baseia na estrutura das sentenças coordenadas para propor uma estrutura de múltipla dominância para as RLs. Essa análise, segundo os autores, resolve o problema do Requerimento de Compatibilidade das RLs e resolve o problema de compatibilidade dos *gaps* das sentenças coordenadas, como em (27):

- (27) What will Mary read \_\_ and John recommended \_\_?  
 (CITKO, 2000, p.28)

Van Riemsdijk (2000, p.32) não apresenta muitas explicações para sua proposta. “For example, it is not made explicit how relations between nodes, e.g., c-command, are to be defined on shared structures, nor how (compositional) semantics is supposed to interpret such structures”. (GROSU, 2003, p.285):

- (28) a. John ate what Mary cooked.  
b.



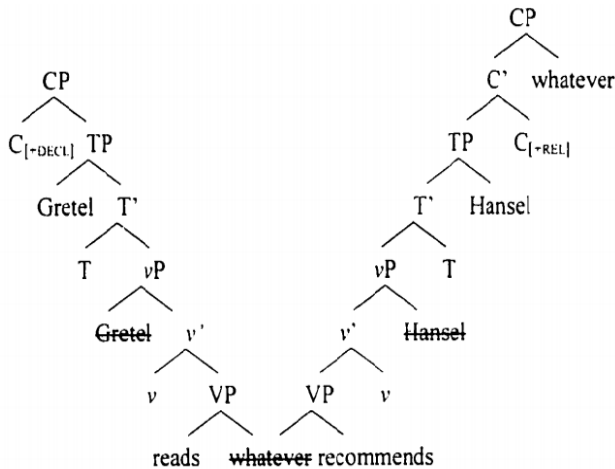
(van RIEMSDIJK, 2000, p.30)

Já Citko (2000) delinea sua proposta baseada na concatenação não-binária proposta por Chomsky (1995). “I propose that multidomance structures are created by means of *Parallel Merge*: a non-binary variant of *Merge*” (p.30). Por questões de espaço, mostramos apenas as últimas partes da derivação apresentada pela autora:

- (29) Gretel reads whatever Hansel recommends.

Movimento do pronome relativo *whatever* para Spec do CP:

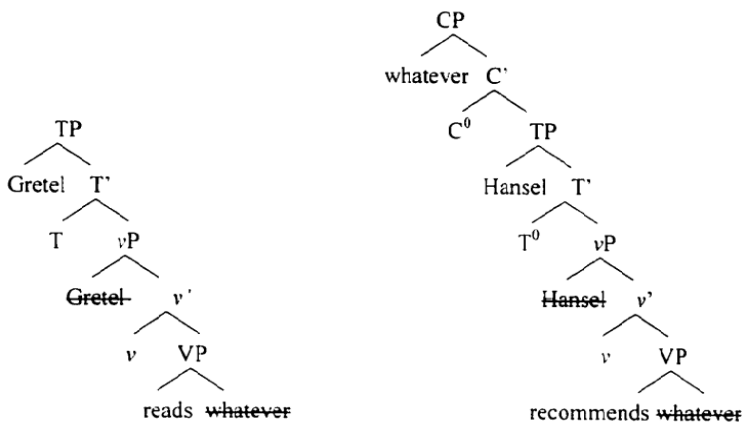
(30)



(CITKO, 2000, p.75)

O movimento é para o SpecCP da direita, porque ele tem o traço [+Relativo]. O traço [+declarativo] do complementizador não pode atrair pronomes relativos. Depois disso, a autora supõe que o movimento explícito separa o constituinte *whatever*, que era dividido entre as duas sentenças. Assim, tem-se (31):

(31)

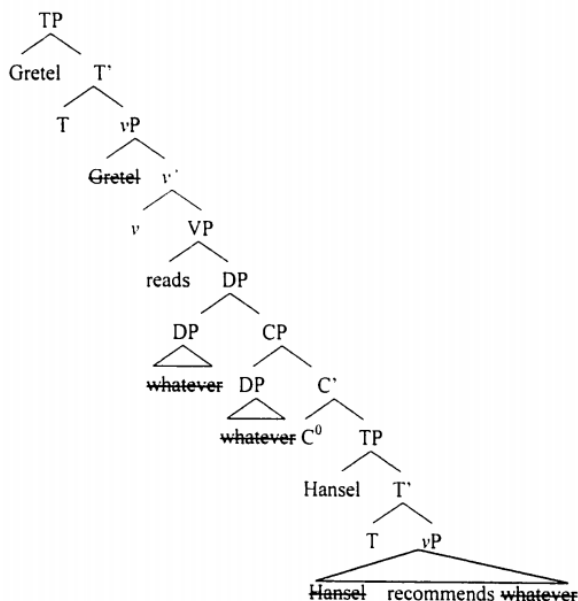


(CITKO, 2000, p.76)



Como está, (31) viola o Single Root Condition, (“in every well-formed constituent structure tree, there is exactly one node that dominates every node” (CITKO, 2000)). Por isso, Citko propõe a adjução da RL, que é um CP, com a “cabeça” do pronome relativo:

(32)



(CITKO, 2000, p.76)

Essa proposta é atrativa. Ela é parecida com a de Caponigro (2002).

## 5.5 PROPOSTAS PARA O PB e PE

Ainda são poucos os estudos sobre RLs do português. No PE temos o trabalho de Brito (1988, 1991) e Mória (1992); no PB, Medeiros Jr. (2005), Marchesan (2008) e Lessa-de-Oliveira (2008).

### 5.5.1 Propostas para o PE: Brito (1988, 1991) e Mória (1992)

Para Brito (1988, 1991) e Mória (1992), a análise mais adequada às propriedades das RLs do PE é a de Suñer (1983, 1984) feita para o castelhano: Hipótese do Comp. Nessa proposta, a RL tem estrutura semelhante à da relativa com núcleo, com a diferença de o núcleo nominal ser preenchido por *pro*.

A diferença da análise de Brito (1988, 1991) e Mória (1992) com a delineada por Suñer é que *pro* é legitimado através dos dois requisitos: *legitimação formal* (33a), retirada de Rizzi<sup>117</sup> (1986), e *determinação do conteúdo* (33b). À *determinação do conteúdo* proposta de Brito (1988, 1991), Mória (1992) acrescenta dois processos (ii) e (iii):

- (33) a. “**Legitimação formal**, segundo a qual *pro* tem de ser regido por uma categoria regente, X° [que atribua Caso ao *pro*]” (RIZZI, 1986, p.518 apud BRITO, 1988, p.361)
- b. **Determinação do conteúdo de *pro***<sup>118</sup>, que ocorre por três processos: (i) identificação dos traços- $\phi$  feita através da ligação com o pronome relativo da RL (o pronome-wh deve ter traços- $\phi$  inerentes) (BRITO, 1991); (ii) identificação de um traço inerente, feita sob fusão morfofonológica com o pronome relativo (MÓIA, 1992); e (iii) adjacência absoluta com o pronome relativo (MÓIA, 1992).

Para ser legitimado formalmente (33a), *pro* deve estar em uma posição marcada por Caso. Assim, a legitimação formal de *pro* nas RLs em posição de sujeito e em contexto de subcategorização, é feita da seguinte forma:

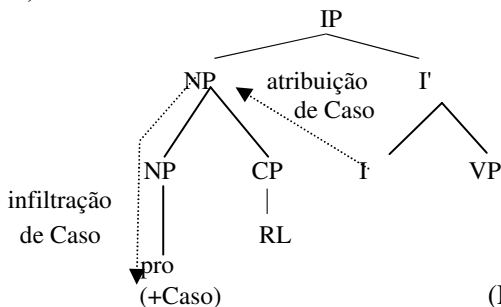
[...] na posição de Sujeito, a Flexão que rege o SN que domina a relativa; nos contextos de subcategorização, o Verbo ou a Preposição que subcategorizam e regem o SN que domina a relativa. Há, pois, sempre uma categoria regente

<sup>117</sup>RIZZI, L. Null objects in Italian and the Theory of *pro*. *Linguistic Inquiry*, [S.l.], v.17, n.3, p.501-57, 1986.

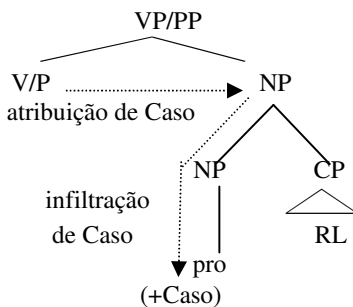
<sup>118</sup>Segundo Mória (1992), Rizzi (1986) propõe uma determinação de conteúdo um pouco diferente.

(«governor») X<sup>o</sup> que rege o SN cujo núcleo é *pro* e que rege também, por infiltração, o próprio *pro*, atribuindo-lhe caso e legitimando-o formalmente. (MÓIA, 1992, p. 48-49)

(34)

(MÓIA, 1992, p.49)<sup>119</sup>

(35)



(MÓIA, 1992, p.50)

A determinação de conteúdo de *pro* (33b) é feita por três processos: identificação de traços  $\phi$ , identificação de um traço inerente e adjacência absoluta.

Móia afirma que no português, quando a RL é o sujeito da sentença, a identificação de traços- $\phi$  poderia ser feita tanto pelo I<sup>o</sup>, legitimador formal, quanto pelo pronome relativo. Nas posições não subcategorizadas, a única opção é a identificação dos traços- $\phi$  pelo

<sup>119</sup> Substituímos SN por NP; SP por PP; SV por VP; FLEX<sup>max</sup> por IP; SCOMP por CP.

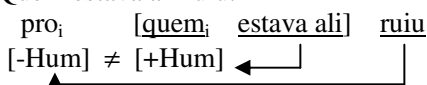
pronome relativo. Esse fato, como lembra Mória (1992, p.55), se encaixa nos dados do português em que há concordância com sujeito (*subject-agreement*), mas não com objeto (*object-agreement*).

Já em línguas como inglês, que não têm traços de concordância (tem concordância pobre, nos termos de Mória), não há identificação de traços- $\phi$  para o *pro* da RL na posição de sujeito. Nesse caso, quem transmite traços- $\phi$  é o pronome relativo (a legitimação formal continua sendo feita por I°).

Por isso, Mória (1992, p.56) segue Brito (1988, 1991) que generaliza: a determinação do conteúdo de *pro* depende do pronome relativo da RL. “Adicionalmente, poderá haver outros legitimadores (redundantes, mas inócuos)”.

A identificação de um traço inerente, acrescentada por Mória à proposta de Brito, é feita por um processo de fusão morfofonológica entre *pro* e o pronome relativo (que deve ser uma forma marcada). Pela proposta, *pro* tem um conteúdo sintático-semântico inerente ([+humano] para *quem*; [-humano] para *o que* e *quanto*; [+locativo] para o *onde*; [+tempo] para o *quando* e [+modo] para o *como*) que é “recuperado» através de uma relação de ligação com um dado operador que possua os mesmos traços (cf. proposta de RIZZI 86, p.520)” (MÓIA, 1992, p.58)

(36) \*Quem estava ali ruiu.



(MÓIA, 1992, p. 58)

Em (36) não há compatibilidade entre o traço inerente do pronome relativo [+humano] e o traço inerente de *pro* [-humano], imposto pelo verbo *ruir* que restringe os traços do seu argumento externo. A RL introduzida pelo *quem* só pode ocorrer com predicados que aceitem o traço [+humano] como argumento. O mesmo fato ocorre com RLs introduzidas pelo *que*:

- (37) a. \* Eu comprei [que eu precisava].  
 b. \* Só convidei (para o jantar) [que estava no quiosque].

Não fosse a identificação de traços inerentes, nada garantiria a impossibilidade de *que* identificar os traços- $\phi$  de *pro*, já que há traços de concordância em I<sup>120</sup>.

Por fim, a adjacência absoluta entre o pronome relativo e *pro* garante a impossibilidade de gerar sentenças como (38):

- (38) a. \*Eu comprei [do que eu precisava].  
 b. \*Confio em [em o que você confia].  
 c. \*João arrecadou [de quanto precisava].

Segundo Mória, as sentenças de (38) são agramaticais porque a preposição impossibilita a fusão morfofonológica entre o antecedente nulo (*pro*) e o pronome relativo:

- (39)  $pro_i$        $op.rel._i$        $\implies$       quem      (MÓIA, 1992, p. 62)  
       [+Hum]      [+Hum]                              [+Hum]

Nesse sentido,

antes de ser ligado pelo seu antecedente o morfema relativo não tem ainda uma forma marcada. Só depois de se efectuar essa ligação (expressa através da coindexação) e de ser verificada a conformidade de traço inerente, é que o pronome assume uma forma morfofonológica marcada. (MÓIA, 1992, p.61)

Dito de outra forma, em português só há legitimação de *pro* se houver fusão morfofonológica entre ele o pronome relativo. Esse requisito é parametrizado: “[ $\pm$  suficiente a existência de ligação *pro*/morfema-Q para a identificação de traços inerentes em *pro* numa relativa sem antecedente expresso]” (MÓIA, 1992, p.67), em que *morfema-Q* se refere a pronome relativo; e *relativa sem antecedente expresso*, a RL.

Com essa proposta, Mória também consegue explicar o seguinte paradigma:

---

<sup>120</sup> Para Mória (1992), o Requerimento de Compatibilidade ocorre entre traços inerentes.

- (40) a. OK *pro quem*  
 b. \**pro que*  
 c. \**pro PRE quem*  
 d. \**pro PRE que* (MÓIA, 1992, p. 68)

- (41) a. Maria reconheceu quem roubou sua carteira.  
 b. \*Maria reconheceu que roubou sua carteira.  
 c. \*Maria reconheceu com quem Paulo falou ontem.  
 d. \*Maria reconheceu com que Paulo falou ontem.

(40b)/(41b) e (40d)/(41d) são ruins, porque quando há um antecedente nulo (*pro*), o pronome relativo deve assumir a forma marcada *quem*, e não *que*, “pois só estas resultam da fusão com o antecedente nulo”, condição necessária para a legitimação do *pro*. Em (40c)/(41c) há a preposição que impede a fusão do pronome relativo com *pro* e, portanto, também não há legitimação de *pro*. (40a)/(41a) é gramatical, pois há adjacência entre o antecedente nulo e operador relativo, permitindo a fusão e, portanto, a legitimação de *pro* (MÓIA, 1992, p.69).

Em resumo, a proposta de Mória (1992), baseada em Brito (1988, 1991), afirma que para ser legitimada, o *pro* da RL precisa respeitar: a legitimação formal (feita sob regência); e a identificação de traços- $\phi$  e de traços inerentes entre a categoria vazia e o pronome relativo (que devem estar adjacentes).

## 5.5.2 Propostas para o PB: Medeiros Jr. (2005), Marchesan (2008) e Lessa-de-Oliveira (2008)

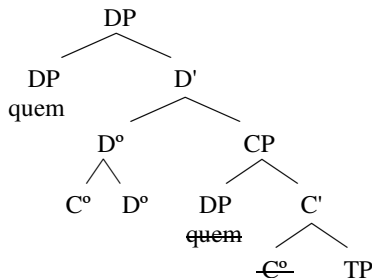
### 5.5.2.1 Medeiros Jr. (2005) e Marchesan (2008)

Medeiros Jr. (2005, p.14) segue a proposta de Rocha (1990) e de Caponigro (2002). Para ele, nas RLs há “uma operação sintática de incorporação de núcleos (C° e D°) que dá origem a um núcleo complexo”, semelhante à incorporação de Mória (1992):

- (42) a. [A pessoa que] cala consente.  
 b. [A CV que] cala consente. (CV = categoria vazia)  
 c. [Quem] cala consente. (MEDEIROS Jr., 2005, p.46)

Quando o núcleo nominal *pessoa* é apagado, o complementizador *que* incorpora os traços desse núcleo apagado e se transforma em pronome relativo:

(43)



(MEDEIROS Jr., 2005, p. 75)

Essa análise é semelhante àquela formulada por Caponigro (2002), delineada em (5.3.2.1), na qual o pronome relativo fica no especificador do DP para licenciar o D implícito. A diferença é que o movimento do pronome relativo para “o Spec do DP, além da necessidade de licenciar o núcleo D, está implicado com um tipo de operação sintática específico da derivação da sentença relativa.” (MEDEIROS Jr., 2005, p.71).

Com o núcleo complexo [C°+D°], o autor afirma que consegue explicar: (i) a atribuição de Caso ao pronome relativo, já que a RL é um DP; (ii) a impossibilidade de inserir um núcleo nominal adjacente ao pronome relativo, como em (44):

(44) \* A pessoa quem cala consente.

Em (44), o pronome relativo *quem* é formado pela fusão do núcleo nominal com o complementizador *que*<sup>121</sup>.

A análise explica também (iii) a impossibilidade de *pied-piping* do sintagma preposicional das RLs:

(45) \* Eu só ajudo de quem eu gosto.

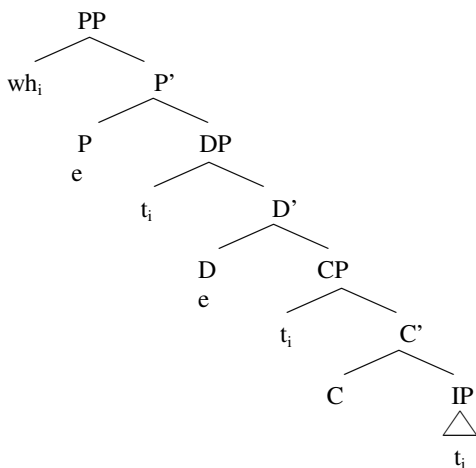
<sup>121</sup> Essa análise parece não funcionar para RL do inglês em que há adjacência absoluta entre núcleo nominal e pronome relativo: *The man who I love*.

Considerando que o pronome relativo se move para a posição de especificador do núcleo complexo [ $C^{\circ}+D^{\circ}$ ], “formado por fusão/incorporação sintática, propõe-se que deve haver a combinação de traços formais entre esses elementos”. Em (45), o pronome relativo já é marcado pelo Caso da preposição, portanto, “não pode ser licenciada na posição de especificador do núcleo (complexo) [ $D^{\circ}+C^{\circ}$ ]”, no qual  $D^{\circ}$  é marcado com Caso acusativo do verbo *ajudar* da sentença matriz. (MEDEIROS Jr., 2005, p.99)

E, por fim, (iv) explica a impossibilidade de inserir um *que* logo após o pronome relativo, já que o núcleo funcional  $C^{\circ}$  encontra-se fundido ao  $D^{\circ}$ :

(46) \*É importante convidar quem que limpou o salão para a festa.

A análise de Marchesan (2008) segue a proposta de Caponigro (2002) feita para as RLs que são DPs. No entanto, quando a RL é adverbial, a autora supõe uma estrutura que contém uma preposição nula para completar a derivação da sentença:



(MARCHESAN, 2008, p. 89)

Assim, além de se deslocar até SpecDP para licenciar o D nulo, o pronome relativo deve ir até SpecPP para licenciar a P nula. “Dessa forma, podemos manter que o pronome relativo AdvP incorpora uma preposição.” (p. 89).



## 5.5.2.2 Lessa-de-Oliveira (2008)

Lessa-de-Oliveira (2008) aplica a proposta de Kato e Nunes (2006, 2009)<sup>122</sup>, elaborada para as relativas com núcleo, às RLs. Para Kato e Nunes, as relativas com núcleo padrão (*pied-piping* ou NP) e não padrão (cortadora e resumptiva) têm a seguinte análise<sup>123</sup>:

(47) *Relativas com núcleo padrão*:

- a.  $[_{DP} O [_{CP} [_{PP} \text{livro}_i [_{PP} \text{de} [_{DP} t_i [_{DP} \text{que } t_i]]]]] ]_k [_{CP} C^0 [_{IP} \text{você precisa } t_k ]]]]$   
 b.  $[_{DP} a [_{CP} [_{DP} \text{pessoa}_k [_{DP} \text{que } t_k]]_i [_{CP} C^0 [_{IP} t_i \text{chegou}]]]]]$ .

(48) *Relativas com núcleo não padrão*:

- a. Vou visitar  $[_{DP} a [_{CP} [_{DP} \text{pessoa}_k [_{DP} \text{que } t_k]]_i [_{CP} C^0 [_{LD} t_i [_{IP} \text{você simpatiza } pro_i]]]]]$ .  
 b. Vou visitar  $[_{DP} a [_{CP} [_{DP} \text{pessoa}_k [_{DP} \text{que } t_k]]_i [_{CP} C^0 [_{LD} t_i [_{IP} \text{você simpatiza com ela}_i]]]]]$ .

A diferença entre as sentenças de (47) e (48) é o lugar da extração: na relativa com núcleo padrão, o pronome relativo é extraído de dentro da relativa e nada pode ocupar a posição vazia. Na relativa com núcleo não padrão, a extração é feita de uma posição deslocada à esquerda, chamada *Left Dislocation* (LD). A variável em LD, fora do IP, controla o resumptivo (lexical ou nulo).

De acordo com a autora, na proposta de Kayne (1994), o determinante do DP relativizado é preenchido por um pronome-wh:

- (49) a.  $[[[_{DP} \text{que } pessoa] \text{chegou}...]$   
 b.  $[[[_{DP} \text{que } pessoa]_i [t_i \text{chegou } ...]$   
 c.  $[_{DP} \text{pessoa } [_{DP} \text{que } t_{NP}]]_i [t_i \text{chegou } ...]$

Para as RLs, esse DP-wh *pessoa que* será substituído pela pró-forma-wh *quem*. A explicação da autora é a seguinte: já que temos uma pró-forma *ela* para o DP *a pessoa*, nada mais natural do que termos uma pró-forma-wh *quem* para substituir o DP-wh *pessoa que* como em (49c).

<sup>122</sup>O texto de (2006) é um manuscrito. A versão final desse texto foi publicada como capítulo de livro em (2009).

<sup>123</sup>Todos os exemplos que estão sem referência nesta seção são de Lessa-de-Oliveira (2008, p.73-88)

“Como pro-formas, é natural que estes constituintes-wh apresentem uma morfologia que reflita traços semânticos dos elementos nominais que representam” (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p.82). Essa possibilidade é considerada em Kato e Nunes (2006, p.82) que “propõem que as relativas livres apresentam pronomes-wh, homófonos aos pronomes interrogativos, enquanto que, nas relativas com antecedente, encontramos um determinante-wh – o morfema que”:

- (50) a. eu vi [que escritor chegou]  
 b. eu vi [quem chegou] (KATO; NUNES, 2006, p.4)

Por ser uma pró-forma,

não há necessidade de propormos a existência de um antecedente nulo e de propormos processos de concordância ou fusão entre operador relativo e antecedente nulo, como fazem, respectivamente, Brito (1991) e Móia (1992) para justificar a presença dos traços semânticos nesses constituintes-wh. (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p.84-85).

Portanto, ao contrário da relativa com núcleo, a RL não precisa ser introduzida por um DP.

Assim como Kato e Nunes (2006, 2009) para as relativas com núcleo, Lessa-de-Oliveira (2008) divide as RLs em padrão e não padrão.

As RLs padrão são as que respeitam o Requerimento de Compatibilidade dos verbos da sentença matriz e encaixada simultaneamente, como em (51), abaixo:

- (51) a. Não conheço [quem chegou].  
 b. Vou pedir um autógrafo à [quem chegou].  
 c. Só confio [em quem você confia].  
 d. Eu preciso [do que você gosta].

O pronome relativo *quem*, sendo um DP, atende os requisitos do verbo conhecer em (51a) e, também, atende os requisitos da preposição *a* em (51b). Quando o item relativizado é um PP, como em (51c) e (51d), os PPs atendem tanto as exigências do verbo matriz como do verbo da encaixada, estabelecendo relações sintáticas entre eles.

A análise das RLs padrão de (51) é feita como em (52), em que temos RLs funcionando como objeto direto de verbo em (52a); complemento de preposição em (52b); e objeto indireto em (52c) (52d):

(52) *RLs padrão*

- a. Não conheço [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> quem]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C<sup>0</sup> [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> chegou]]].
- b. Vou pedir um autógrafo a [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> quem]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C<sup>0</sup> [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> chegou]]].
- c. Só confio [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> em [<sub>DP</sub> quem]]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C<sup>0</sup> [<sub>IP</sub> você confia t<sub>i</sub>]]].
- d. Eu preciso [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> d [<sub>DP</sub> o que]]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C<sup>0</sup> [<sub>IP</sub> você gosta t<sub>i</sub>]]].

Em (52), há apenas um alçamento, ao contrário da estrutura das relativas com núcleo padrão mostradas em (47), em que há mais de dois alçamentos: primeiro há o alçamento do DP *que pessoa*; depois, o NP *pessoa* é alçado para ser adjungido ao DP movido; por fim, todo o CP relativo é concatenado com o determinante.

As RLs não padrão são as que apagam a preposição, como em (53). É a chamada estratégia não padrão com resumptivo nulo:

- (53) a. Vou visitar [quem<sub>i</sub> você simpatiza muito Ø<sub>i</sub>].
- b. Eu encontrei [o que<sub>i</sub> ele mais gosta Ø<sub>i</sub> no mundo].

Os verbos *simpatizar* e *gostar* regem uma preposição, como confirmamos em (54). Essa preposição é apagada em (53) para respeitar as exigências de compatibilidade do verbo da sentença matriz.

- (54) a. Eu simpatizo (\*com) a Maria.
- b. João gosta (\*de) carros.

RLs introduzidas pelos pronomes *onde*, *como* e *quando* também serão consideradas RLs não padrão, quando há apagamento da preposição:

- (55) a. [Onde<sub>i</sub> eu vivo Ø<sub>i</sub>] é bonito.
- b. O gerente criticou [como<sub>i</sub> ele arrumou a mercadoria Ø<sub>i</sub>].
- c. A gente já incluiu no projeto [quando<sub>i</sub> isto vai acontecer Ø<sub>i</sub>]

À semelhança das relativas com núcleo não padrão de (48), as RLs não padrão de (53) e (55) serão analisadas pelo LD:

- (56) *RLs não padrão*
- Vou visitar [<sub>CP</sub> quem<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>LD</sub> t<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> você simpatiza pro<sub>i</sub>]]]]].
  - Eu encontrei [<sub>CP</sub> o que<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>LD</sub> t<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> ele mais gosta pro<sub>i</sub> no mundo]]]]].
  - [<sub>CP</sub> Onde<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>LD</sub> t<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> eu vivo pro<sub>i</sub>]]]]] é bonito.
  - O gerente criticou [<sub>CP</sub> como<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>LD</sub> t<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> ele arrumou a mercadoria pro<sub>i</sub>]]]]].
  - A gente já incluiu no projeto [<sub>CP</sub> quando<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>LD</sub> t<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> isto vai acontecer pro<sub>i</sub>]]]]].

Por ser considerada uma RL não padrão, o pronome relativo é alçado de uma posição LD. Dessa posição, apenas DPs podem ser alçados, por isso os pronomes relativos são DPs<sup>124</sup> e não PPs.

Essa proposta dá conta do Requerimento de Compatibilidade, porque sendo uma estrutura de adjunção, o DP ou o PP relativizados conseguem participar “de relações sintáticas no domínio da matriz” (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p.85). Caso não ocorra o Requerimento de Compatibilidade, a sentença formada será agramatical:

- (57) a. \*Eu preciso [<sub>CP</sub> [<sub>PP</sub> em [<sub>DP</sub> quem]]]<sub>i</sub> [<sub>CP</sub> C<sup>0</sup> [<sub>IP</sub> você confia t<sub>i</sub>]]].  
 b. \*Eu preciso [<sub>PP</sub> em você].

Em (57a), não se estabelecem relações sintáticas entre o verbo da sentença matriz e o PP *em quem* relativizado. Esse fato também se verifica em orações independentes, como (57b), e é isso que explica o efeito *pied-piping* nas RLs do PB. (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p.85).

## 5.6 PROPOSTA DE ANÁLISE PARA O PB

Até aqui, vimos que não existe um consenso sobre qual é a melhor análise para as RLs. Como bem apontou Prestes (2012, p.89), as

<sup>124</sup>“De acordo com Cinque (1990), as construções de LD envolvem apenas NPs (DPs), diferentemente de um tipo de construção como CLLD (clitic left dislocation - com pronomes clíticos como resumptivos), que envolve qualquer categoria”. (LESSA-DE-OLIVEIRA, 2008, p.87)

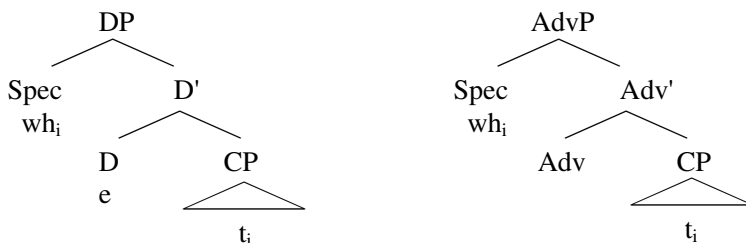
análises “parecem sempre ter algo 'sobrando', ou algo postulado apenas para as relativas”.

Dentre as análises propostas, as que queremos destacar são as de Caponigro (2002) e a de Lessa-de-Oliveira (2008). A análise de Lessa-de-Oliveira é problemática para RLs que são nominais: é estranho afirmar que o complemento de um verbo como *comer* em *João comeu o que a Maria cozinhou* seja um CP. Além disso, essa análise permite a construção de RLs introduzidas por PPs que, como vimos no capítulo dois, não são permitidas no PB. Por fim, numa análise de adjunção-CP há apenas uma barreira para o movimento-wh, o que não explica o fato de as RLs serem ilhas fortes.

Por outro lado, a análise proposta por Caponigro (2002) também é problemática porque reduz todas as RLs a DPs e propõe uma preposição abstrata para garantir a atribuição de Caso às RLs que são adjunto adverbial.

Sendo assim, embora compreenda o preço da estipulação, vamos adotar a hipótese de Caponigro (2002), com uma alteração: quando a RL é do tipo adverbial, ela será encaixada na sentença matriz como um AdvP. A vantagem dessa estipulação é conseguir encaixar a RL como um adjunto<sup>125</sup> e evitar a estipulação de uma preposição abstrata:

(58) a.



Com essa proposta, conseguimos dar um tratamento homogêneo às RLs do PB vistas nos capítulos precedentes:

- (59) a. João comeu [<sub>RL</sub> o que a Maria cozinhou].  
 b. João conversou [com [<sub>RL</sub> quem brincava no parque]].  
 c. Ela tem medo [de [<sub>RL</sub> quem grita]].  
 d. [<sub>RL</sub> O que João comprou] agradou a todos.

<sup>125</sup> Cinque (1997) afirma que todo advérbio deve ocupar uma posição de Spec de AdvP.

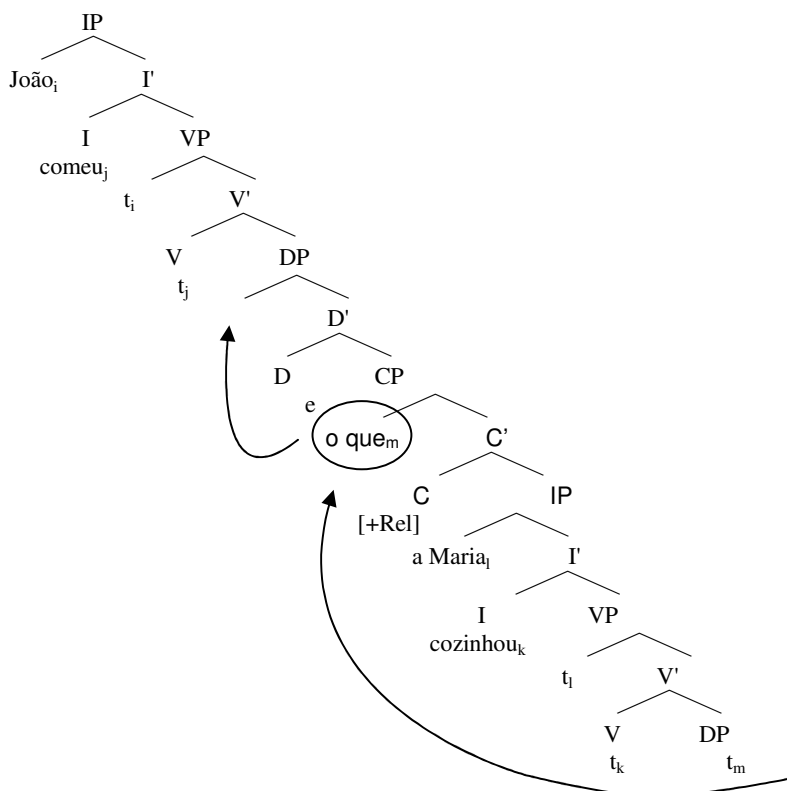
- e. João começou a chorar [RL quando Maria saiu].
- (60) a. João tem [RL infinitiva quem incomodar].  
 h. João tem [RL subjuntiva quem o incomode].
- (61) a. Maria comeu [RLT o que parecia ser um bolo de cenoura].  
 b.[RLT O que João considerou ser um óvni] aterrissou no aeroporto  
 c. Ele participou d[o que seria seu primeiro vestibular].

As sentenças encaixadas em (59) são RL nas funções sintáticas de objeto direto do verbo *comer* (59a); complemento da preposição *com* que, por sua vez, encabeça o objeto indireto do verbo *conversar* em (59b); complemento da preposição *de* que, por sua vez, é complemento do nome *medo* (59c); sujeito da sentença (59d); e adjunto adverbial em (59e). Em (60) temos casos de RLs não indicativas complemento do verbo *ter*. A diferença entre elas é que a primeira tem verbo no infinitivo; a segunda, no subjuntivo. Por fim, em (61) temos as RLTs: (61a) contém uma RLT que é complemento do verbo *comer*; em (61b) a RLT é sujeito da sentença; e em (61c) a RLT é complemento da preposição *de*, que por sua vez é objeto indireto do verbo *participar*.

Seguindo Caponigro (2002), a RL que é complemento de verbo, como em (62a)/(59a), tem a estrutura (62b):

- (62) a. João comeu [o que a Maria cozinhou].

b.



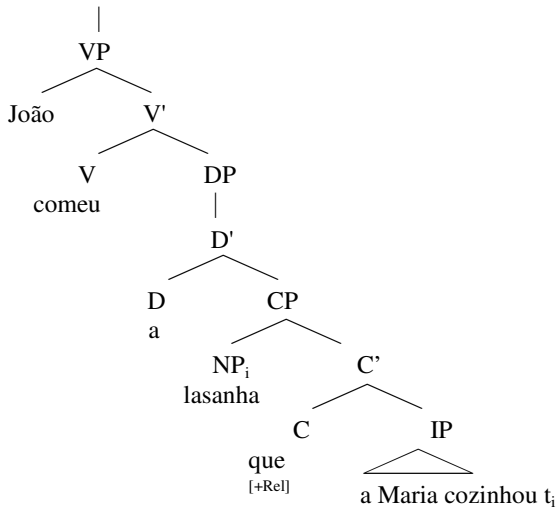
Em (62), a categoria  $t_m$  marca o lugar de onde o pronome relativo *o que* foi movido. O movimento desse pronome relativo pode ser explicado por uma exigência do traço [+Rel.] em  $C^0$  que o atrai. Esse movimento, aliás, ocorre em outras estruturas, como interrogativas e relativas com núcleo. Portanto, se o pronome relativo está no domínio do traço [+Rel.], diremos que ele é atraído para o especificador do CP.

Como dito anteriormente, o determinante nulo *e* só é licenciado se estiver em uma configuração de *Spec-head* com um constituinte explícito. Então, diremos que o pronome relativo é atraído para mais um movimento: para SpecDP. Só assim, o núcleo D será licenciado.

O movimento para SpecDP pode ser explicado, também, se quisermos que a RL tenha a mesma estrutura da relativa com núcleo. Conforme afirmamos nos capítulos precedentes, o pronome relativo de

uma RL é especificado, sempre incorpora o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo. Sendo assim, desfazendo a incorporação de *o que* em *a coisa que*, teríamos uma relativa com núcleo, cuja estrutura seria semelhante à RL de (62). Assumindo que o *que*, nesse caso, é um complementizador, a representação abreviada da parte relevante de (63a) é (63b):

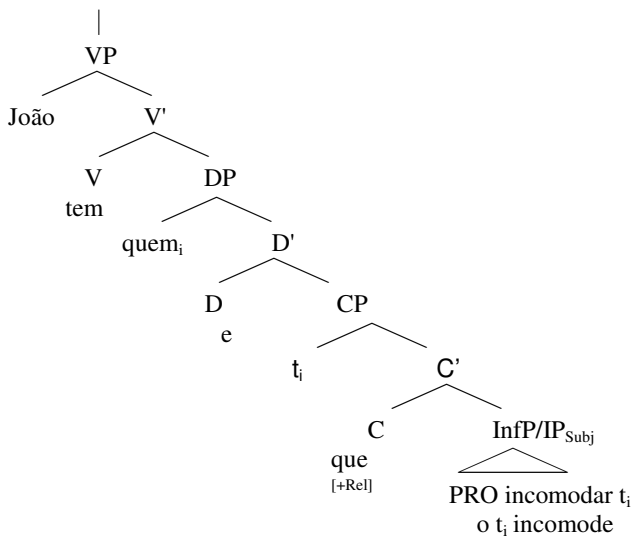
- (63) a. João comeu *a lasanha* [que a Maria cozinhou].  
b.



As RLs não indicativas de (60) se encaixam na mesma análise:

- (64) a. João tem [quem incomodar].  
b. João tem [quem o incomode].  
c.





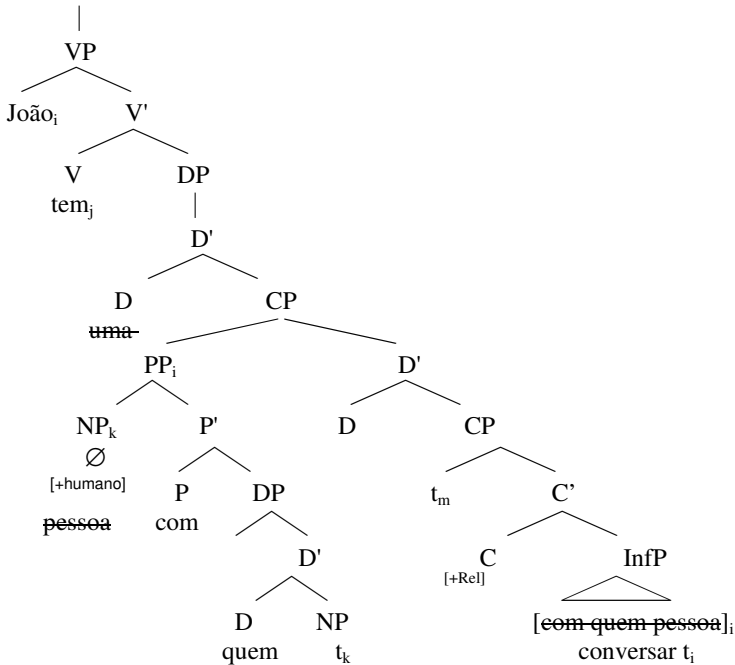
As RLs não indicativas são complemento de uma classe restrita de verbos, os existenciais do tipo de *ter* e *haver*. O fato de elas ocorrerem apenas em posição de subcategorização já foi explicado no capítulo quatro: essas sentenças só ocorrem em contextos de indefinidade. Esse contexto se restringe a posições subcategorizadas, ou seja, a RL não indicativa não pode ocorrer na posição de sujeito pré-verbal.

Aquelas sentenças encaixadas com verbo no infinitivo que não têm, mas podem ter um núcleo nominal adjacente são relativas com núcleo nominal implícito, conforme já argumentado no capítulo quatro:

(65) João tem [com quem conversar].

À semelhança das RLs, a estrutura da parte relevante da sentença (65) é:

(66)

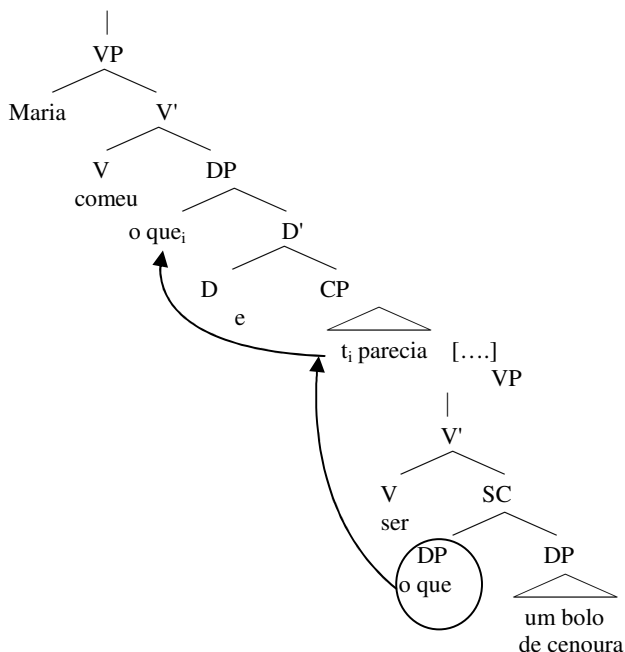


Quanto ao fato de as RLs não indicativas não serem ilhas sintáticas, em oposição às outras RLs, achamos que uma explicação plausível poderia derivar do tipo de Infl que essas sentenças contêm: infinitivo ou subjuntivo. Imaginando que um Infl deste tipo não é capaz de herdar o estatuto de barreira do CP (CHOMSKY, 1986), podemos vislumbrar a explicação para a permissão de extração.

A RLT de (61a), que é complemento de verbo, também se encaixa nessa análise:

(67) a. Maria comeu [o que parecia ser um bolo de cenoura].

b.

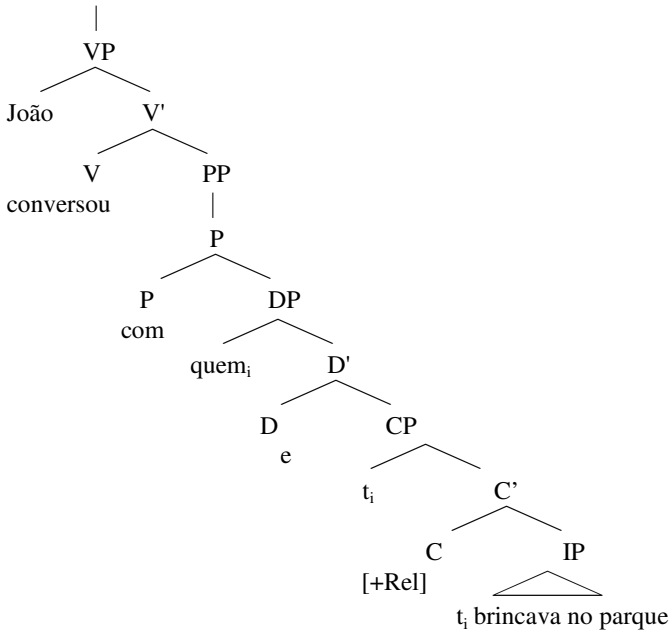


A diferença constante nessa análise é a presença da SC que sempre terá o pronome relativo como sujeito e o predicado. Conforme apresentado no capítulo três, por pertencer a uma SC, o predicado passa seus traços de concordância para o pronome relativo.

Quando o complemento do verbo é uma proposição, a RL deve ser formalmente o complemento da proposição:

(68) a. João conversou com [quem brincava no parque].

b.



Conforme Caponigro (2002), o D implícito só pode ser licenciado por algo de mesma categoria. Ou seja, só DP pode ser o licenciador do D implícito. Assim, se a mesma preposição é regida pelos dois verbos envolvidos na construção da sentença, como em (69), teremos que apagar a preposição do verbo da encaixada (70) para garantir que o D implícito seja licenciado:

- (69) a. \*Confio em [em quem você confia].  
 b. \*João desconfia de [de quem Maria gosta].
- (70) a. Confio em [quem você confia].  
 b. João desconfia de [quem Maria gosta].

Esse apagamento, imprescindível para a boa formação da sentença, é feito por haplogogia (cf. Capítulo dois). Ademais, ele é necessário para que a RL respeite a regra geral das RLs:

(71) Requerimento de Compatibilidade:

A expressão-wh da RL tem que atender às exigências impostas pela sentença matriz.

Esse fato também dá conta do efeito *pied-piping* (72a, 73a) e do efeito *preposition stranding* (72b, 73b) que ocorre nas RLs do PB, conforme já apresentado nos capítulos um e dois:

- (72) a. \*João convidou [de quem eu gosto].  
 b. \*João convidou [de quem eu gosto de].  
 b. João convidou [quem eu gosto].
- (73) a. \*Eu comprei [do que eu precisava].  
 b. \*Eu comprei [o que eu precisava de].  
 c. Eu comprei [o que eu precisava].

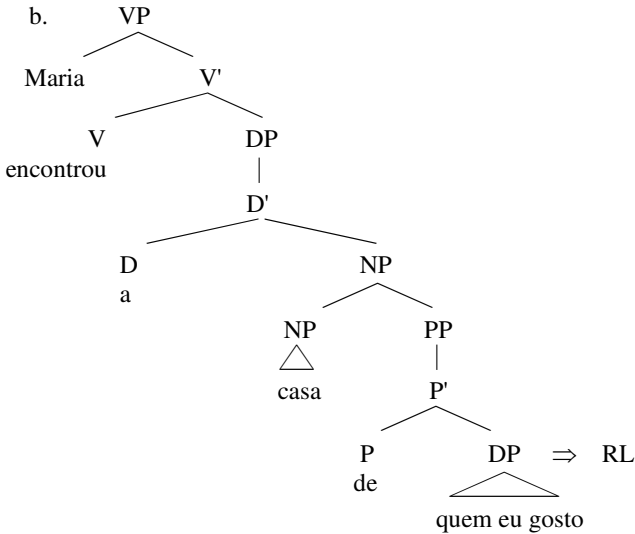
Os conjuntos de sentenças em (74) e (75), abaixo, também são explicados pela análise de Caponigro (2002):

- (74) a. \*João confia [de quem Maria gosta].  
 b. João confia em [quem Maria gosta].
- (75) a. \*João conversou [de quem eu gosto].  
 b. João conversou com [quem eu gosto].

Tanto em (74a) como em (75a), a manutenção da preposição *de*, regida pelo verbo *gostar* da sentença encaixada, torna as sentenças inaceitáveis. Pela análise de Caponigro, não há lugar para encaixar essas preposições. Em (74b) e (75b) mantemos a preposição *em* e *com* dos verbos da sentença matriz *confiar* e *conversar*, respectivamente, e as sentenças parecem aceitáveis.

O argumento que confirma que é a preposição da encaixada que deve ser apagada, ocorre quando temos uma RL complemento de preposição que encabeça um PP adjunto

- (76) a. Maria encontrou a casa [de [quem eu gosto]].



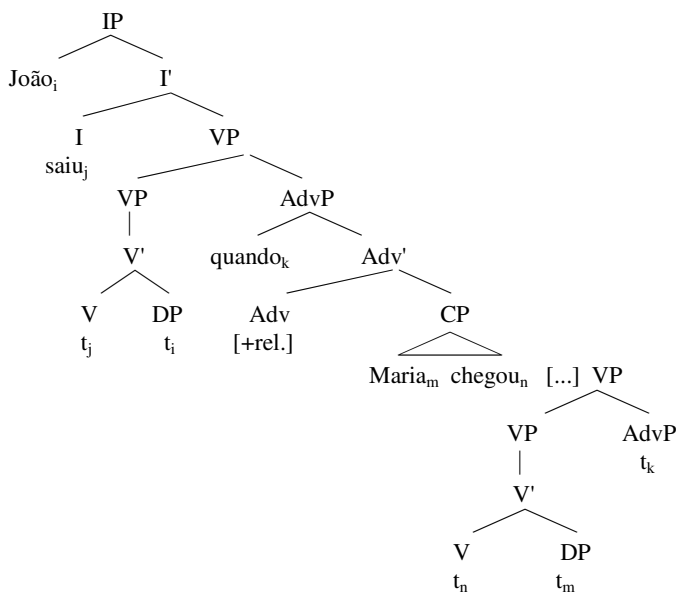
Em (76), todo PP *de quem eu gosto* funciona como adjunto do NP *casa*. Essa preposição *de* que encabeça o adjunto é exatamente igual à preposição que o verbo *gostar*, da sentença encaixada, exige como seu complemento. Se a preposição pertencesse à sentença encaixada, a RL, que é um DP, seria agramatical porque ficaria sem Caso. Ou seja, em sentenças como (76) é indiscutível que a preposição faz parte da sentença matriz, encabeça o adjunto do NP.

Quando é adjunto adverbial, a RL é encabeçada por um pronome relativo adverbial – *quando*, *onde* ou *como*. Esses pronomes embutem as noções de *tempo*, *lugar* e *modo*. Dadas suas propriedades adverbiais, eles são talhados para introduzir um adjunto e como tal figurar no Spec de um AdvP (Cinque, 1997).

Em (77), o pronome relativo *quando* relativiza a noção de tempo por encabeçar o adjunto do VP matriz que tem por núcleo *sair*; e o do VP da sentença encaixada que tem por núcleo *chegar*:

(77) a. João saiu [quando Maria chegou].

b.

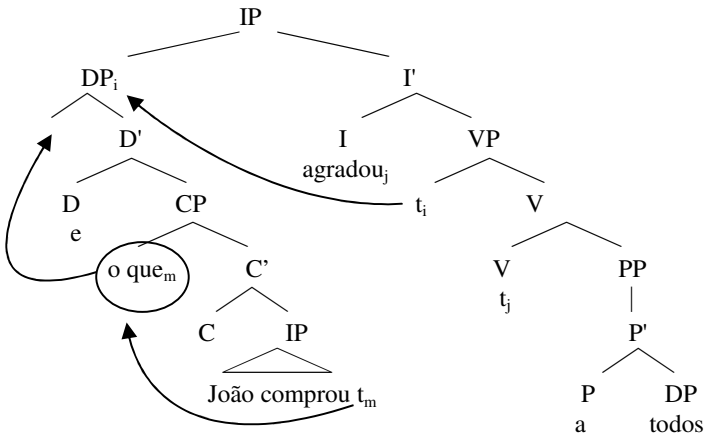


Sabemos que o que é talhado para ser adjunto é um PP ou um advérbio. Quando temos RLs envolvidas nessa situação, elas vão aparecer como complemento da preposição que encabeça o PP, como em (76) ou vão ser encabeçadas com um pronome relativo do tipo adverbial, como *quando*, *onde* e *como*, como em (77).

Podemos dizer que esses pronomes relativos são o resultado de uma fusão da preposição, do DP e do pronome relativo: por exemplo, *quando* é a fusão de [*no momento em que*]. Esse processo de fusão é semelhante ao que ocorre com advérbios locativos como *aqui* (*neste lugar*) e com advérbios temporais como *ontem* (*no dia anterior a hoje*). Assim, embora suprasegmentalmente, o DP estaria presente no item fundido *quando*, assim como estaria nos relativos especificados *quem* e *o que*. Se o problema se limitasse a isso, poderíamos dizer com Caponigro que os itens *quando*, *onde* e *como* fossem sempre DPs e depois postular uma preposição abstrata que lhes desse a condição de adjunto. Entretanto, não devemos ignorar que, nos casos de RLs adjuntas, uma preposição foi ‘derretida’ junto com os outros itens. Isso faz com que nossa análise não vá junto com a de Caponigro e seja expressa como em (77b).

Por fim, a RL também pode ser sujeito da sentença matriz. Quando está nessa posição sintática, dois movimentos importantes são necessários para a formação da sentença:

- (78) a. [O que o João comprou] agradou a todos.  
b.



O primeiro movimento é duplo, desloca o pronome relativo para o SpecCP e, depois, para licenciar o D nulo, para SpecDP, movimentos presentes em qualquer RL. O segundo movimento, desloca toda RL (todo DP) da posição de argumento externo do verbo agradecer para o Spec do IP, posição de sujeito da sentença.

No capítulo dois, dissemos que os pronomes relativos que introduzem as RLs não podem ser subespecificados. Seguindo Mória (1992, 1996), vimos que os pronomes relativos embutem os seguintes traços semânticos:

- (79) a. quem           ⇒ [+humano]  
b. o que           ⇒ [-humano] [-animado]  
c. quanto         ⇒ [+quantia] [-animado]  
d. quando         ⇒ [+tempo] [-animado]  
e. onde           ⇒ [+locativo] [-animado]  
f. como          ⇒ [+modo] [-animado]



Além disso, pelo menos em PB, esses pronomes relativos incorporam o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo:

- (80) a. quem           ⇒ a pessoa que  
       b. o que           ⇒ a coisa que  
       c. quanto       ⇒ a quantia que  
       d. quando       ⇒ no momento em que  
       e. onde           ⇒ no lugar em que  
       f. como          ⇒ da forma que

Essa incorporação dos traços semânticos de um núcleo nominal de uma relativa com núcleo explica pelo menos quatro propriedades das RLs do PB. A primeira é porque a RL sempre pode ser parafraseada por um DP e, conseqüentemente, conter uma relativa com núcleo:

- (81) a. João comeu [<sub>RL</sub> o que a Maria cozinhou].  
       a'. João comeu [<sub>DP</sub> a comida [<sub>RN</sub> que Maria cozinhou]].  
       b. João conversou com [<sub>RL</sub> quem brincava no parque].  
       b'. João conversou com [<sub>DP</sub> o menino [<sub>RN</sub> que brincava no parque]].

Na paráfrase por DP, o pronome relativo das RLs de (81a) e (81b) mudam de forma. Essa mudança é necessária e previsível já que os pronomes relativos das RLs incorporam o núcleo nominal e o *wh*.

A segunda propriedade que essa incorporação de núcleos explica é a impossibilidade de o núcleo nominal ocorrer adjacente ao pronome relativo da RL:

- (82) a. \*João comeu *a comida o que* Maria cozinhou.  
       b. \*João conversou com *o menino quem* brincava no parque.

As sentenças de (82) são impossíveis porque os pronomes relativos das RLs são formados pela união do núcleo nominal (N) e do complementizador *que*. Apenas se houver uma preposição quebrando a adjacência entre eles, a sentença será permitida:

- (83) Esta é a menina [<sub>HR</sub> de quem João falou].

Nesse caso, não temos uma RL, portanto, não há incorporação do núcleo nominal no pronome relativo.

A terceira propriedade que essa análise de incorporação explica é a impossibilidade de construirmos RLs com o pronome *que*:

- (84) a. \*João comprou [que a Maria queria].  
 b. \*João fotografou [que a Maria queria].

Não fosse impossibilidade de construir RLs com pronomes-wh subespecificados, nada garantiria a impossibilidade de *que* introduzir RLs, já que forma relativas com núcleo abundantemente.

Por fim, essa análise impede a construção de RLs com Comp duplamente preenchido:

- (85) a. \*João confia em quem que Maria confia.  
 b. \*João comprou o que que a Maria queria.

Essa impossibilidade é explicada em Medeiros Jr. (2005): o pronome relativo da RL incorpora o complementizador. Assim, estando fundido em SpecDP, esse complementizador não pode reaparecer em C.

## 5.7 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos as propostas de análise para as RLs disponíveis na literatura. Iniciamos com as duas propostas tidas como pioneiras, que consideram a RL como adjunto de um NP: a Hipótese do Núcleo (1979), seção (5.1), que afirma que o pronome relativo é gerado no núcleo da sentença encaixada, à semelhança das relativas com núcleo, e uma categoria vazia, coindexada ao pronome relativo, fica na relativa; e a Hipótese do Comp (1981), seção (5.2), que afirma que o pronome relativo, por regra de movimento, se desloca para Comp, à semelhança das interrogativas encaixadas.

Na sequência, seção (5.3), vimos uma proposta alternativa que tenta unir características das duas propostas pioneiras: conhecida como Complemento de D. Essa análise foi iniciada com os estudos de Kayne (1994) e aplicada às RLs por Caponigro (2002) e Citko (2004). A estrutura contém um CP, o que justifica sua semelhança com as interrogativas; e contém um DP, o que justifica a semelhança com as relativas com núcleo. O fato de as RLs serem claramente argumento e não adjunto do NP, como se diz para as relativas com núcleo, também é capturado nessa análise: a RL aqui é tida como um DP. Ainda na seção

(5.3), observamos a análise de Izvorski (2000) que tenta propor uma combinação entre CP/DP, já que as RLs têm a sintaxe dos CPs e por aparecerem na posição de argumento também são DPs.

Na seção (5.4) apresentamos a análise multidimensional de van Riemsdijk (2000) e de Citko (2000). Nessa análise, o pronome relativo fica em uma posição tal que é acessível às duas sentenças: matriz e encaixada.

As análises propostas para os dados do português foram alvo da seção (5.5). Vimos as análises adotadas por Brito (1991) e Mória (1992) para as RLs do PE, hipótese do Comp; e as análises de Medeiros Jr. (2005), Marchesan (2008) e Lessa-de-Oliveira (2008) para o PB, cuja hipótese adotada, com algumas especificidades, é a do D-complemento. Dentre elas, destacamos as hipóteses de Caponigro (2002), aplicada ao PB por Marchesan (2008), e a proposta de Lessa-de-Oliveira (2008). Vimos que ambas as hipóteses apresentam problemas e contêm estipulações que por si só já as tornam ruins. Mesmo assim, adotamos a hipótese de Caponigro (2002) com uma alteração: quando a RL for do tipo adverbial, ela será encaixada na sentença matriz como um AdvP. A vantagem dessa estipulação é conseguir encaixar a RL como um adjunto e evitar a estipulação de uma preposição abstrata.

A proposta de Caponigro dá conta do fato de a RL ser um DP, já que está em posição argumental; e explica a impossibilidade de termos RLs introduzidas por preposição, já que, o D implícito só pode ser licenciado por algo de mesma categoria. Ou seja, só DP pode ser o licenciador do D implícito. Quando a RL é adverbial ela será um AdvP, categoria compatível com a função de adjunto adverbial que a RL exerce.

Adicionado à proposta de Caponigro (2002), dissemos que os pronomes relativos que introduzem RLs são sempre especificados, já que incorporam os traços semânticos de um núcleo nominal. Com isso, explicamos outras quatro propriedades das RLs do PB: a possibilidade de a RL ser parafraseada por DPs ou PPs; impossibilidade de o núcleo nominal ocorrer adjacente ao pronome relativo; impossibilidade de construirmos RLs com pronomes subespecificados, como o *que*; e a impossibilidade de o Comp da RL ser duplamente preenchido.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, procuramos apresentar uma análise de alguns tipos de RLs elencadas na literatura procurando dar um tratamento homogêneo a elas. Descrevemos as características que as distinguem e as que as unificam, procurando estabelecer de fato quais são RLs.

No capítulo um, *Relativas livres*, mostramos que as RLs são sentenças encaixadas que não têm, nem podem ter, um núcleo nominal. Ao contrário, as relativas com núcleo podem ter um núcleo nominal implícito ou explícito. Nas RLs, apenas os pronomes relativos especificados, aqueles que incorporam os traços semânticos de um núcleo nominal podem introduzir RLs. Por isso, *quem, o que, quanto, quando, onde* e *como* por incorporarem os traços semânticos dos nomes *pessoa, coisa, quantia, tempo, lugar* e *modo* são possíveis introdutores de RLs. Vimos, também, que os pronomes relativos *quem, o que* e *quanto* têm natureza nominal e, por isso podem ser parafraseados por DPs. Nessa conversão, esses pronomes não podem ocorrer adjacentes a um núcleo nominal a não ser que uma preposição quebre a adjacência entre eles. Já os pronomes *quando, onde* e *como* são ambíguos entre serem nominais e oblíquos. Assim, as relativas introduzidas por esses pronomes podem ou não ser RL. Não são RLs quando, para não violar os requerimentos de compatibilidade, forçam a recuperação do núcleo nominal implícito. São RLs quando são oblíquos, ou seja, quando funcionam como adjunto ou como complemento de preposição ou de verbos que subcategorizam complementos oblíquos. Sintaticamente, vimos que as RLs são ilhas-wh; apresentam efeito *pied-piping*, efeito *preposition stranding* e adjacência absoluta entre o pronome relativo e o núcleo nominal nulo. Semanticamente, as RLs que podem ser parafraseadas por DPs são maximizadas. Encerramos este capítulo com a distinção entre interrogativas encaixadas e RLs. Vimos que há testes que permitem a distinção entre elas, mas esses testes falham naquelas sentenças encaixadas selecionadas por verbos ambíguos, como *ver, provar, cheirar* etc.. A solução apresentada para esses casos, não livre de problemas, é a observação do contexto: se o verbo afirmar a veracidade da sentença encaixada, temos uma RL; se questioná-la, temos uma interrogativa encaixada.

No capítulo dois, *Requerimentos de Compatibilidade*, verificamos como ocorre o Requerimento de Compatibilidade entre as línguas, com especial atenção para o PB. Essa, por ser uma língua sem morfologia casual, apresenta apenas Requerimento Categórico de

Compatibilidade. Estabelecemos que, como regra geral, uma RL do PB tem que respeitar as exigências oriundas da sentença matriz. Assim, se está na função sintática de sujeito, a RL será sempre um DP, caso contrário ou a sentença será agramatical ou não será uma RL. Caso a RL e o pronome relativo sejam complemento de preposição, temos duas opções: ou a preposição da encaixada é apagada por haplologia ou a sentença é agramatical. Se for adjunto adverbial, a RL precisa ser introduzida por um pronome ou advérbio relativo (*quando, onde e como*).

No capítulo três, intitulado *Relativas livres transparentes*, fizemos uma primeira aproximação com as RLTs do PB. Essas sentenças apresentam características que as unificam às RLs: são sentenças encaixadas, não têm nem podem ter um núcleo nominal adjacente, têm a mesma distribuição de DPs, têm uma lacuna; são introduzidas pelos pronomes relativos especificados, com preferência para o *o que*, e o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela sentença matriz (cf. Requerimentos de Compatibilidade). Além disso, as RLTs têm uma SC em sua estrutura, cujo predicado transmite as suas propriedades sintáticas e semânticas para a relativa e, por isso, dispara concordância de número. Semânticamente, essas sentenças podem ser definidas ou indefinidas, sendo este último o contexto mais prototípico. A possibilidade de extração para fora da RLT é, a princípio, impossível, apesar de haver alguma divergência entre os autores.

No capítulo quatro, *Relativas livres não indicativas*, apresentamos as propriedades das RLs infinitivas e das RLs subjuntivas. Vimos que o que regula a ocorrência de infinitivas e subjuntivas é a função sintática do pronome-wh: se for extraído da posição de sujeito, a posição deve ser tal que o Caso lhe seja assegurado, por isso, o uso do modo subjuntivo. Por outro lado, quando a expressão-wh extraída não é o sujeito, o PRO vai ser licenciado sem problemas na posição de sujeito do verbo infinitivo. A respeito das características dessas sentenças, vimos que elas permitem extração, são complemento de verbos existenciais, só ocorrem em posição de subcategorização, são parafraseadas por DPs indefinidos e, algumas, respeitam o Requerimento de Compatibilidade. Não se submeter ao Requerimento de Compatibilidade se constitui num problema para uma análise que tenta unificar as propriedades das RLs. Para solucionar o problema, afirmamos que para ser RL, a sentença encaixada deve respeitar a regra geral do Requerimento de Compatibilidade. Com isso, conseguimos demonstrar que dentre as sentenças-wh infinitivas existem as que são de

fato RLs: as que não têm, nem podem ter um núcleo nominal antecedendo o pronome relativo. As que têm um núcleo nominal explícito ou implícito não são RLs verdadeiras. Dessa forma, temos dois tipos de relativas infinitivas sem antecedente explícito: as RL, que respeitam a regra geral, e as que não são RLs.

Por fim, no capítulo cinco, *Relativas livres: análises*, apresentamos várias propostas de análise para as RLs disponíveis na literatura. Todas as propostas verificadas apresentam alguma estipulação feita apenas para as relativas. Por isso, apesar de entender o peso de uma estipulação, adotamos a hipótese de Caponigro (2002), hipótese do D-complemento, com uma alteração: quando a RL é do tipo adverbial, ela será encaixada na sentença matriz como um AdvP. A vantagem dessa estipulação é conseguir encaixar a RL como um adjunto e evitar a estipulação de uma preposição abstrata. Com essa proposta conseguimos explicar o fato de a RL ser um DP, já que está em posição argumental; e a impossibilidade de termos RLs introduzidas por preposição, já que, o D implícito só pode ser licenciado por algo de mesma categoria, ou seja, só DP pode ser o licenciador do D implícito. Quando a RL for adverbial, ela será um AdvP, categoria compatível com a função de adjunto adverbial que a RL exerce. Adicionamos à proposta de Caponigro (2002), o fato de os pronomes relativos introdutores de RLs serem especificados, já que incorporam os traços semânticos de um núcleo nominal. Com isso, explicamos outras quatro propriedades das RLs do PB: a possibilidade de a RL ser parafraseada por DPs ou PPs; a impossibilidade de o núcleo nominal ocorrer adjacente ao pronome relativo; a impossibilidade de construirmos RLs com pronomes subespecificados, como o *que*; e a impossibilidade de o Comp da RL ser duplamente preenchido.

A partir do estudo das RLs, RLTs, RLs infinitivas e RLs subjuntivas, conseguimos chegar às seguintes propriedades que as unificam:

- (1) a. Propriedade lexical: não podem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados;
- b. Propriedades sintáticas: são sentenças encaixadas; não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; têm a mesma distribuição de DPs e de PPs; têm uma lacuna; e o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela sentença matriz;

- c. Propriedade semântica: os valores de verdade da sentença se mantêm se uma relativa é substituída por um DP ou PP adequado.



## REFERÊNCIAS

BIANCHI, Valentina. **Consequences of antisymmetry**: headed relative clauses. Berlin - New York: Mouton de Gruyter, 1999.

BLOG Alegria em detalhes. Disponível em: <<http://www.alegriaemdetalhe.com.br/2011/07/nora-x-sogra-ou-nora-e-sograr>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. As construções-Q no português brasileiro culto falado: relativas, clivadas e interrogativas. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v. 3.

BRESNAN, J.; GRIMSHAW, J. The syntax of free relatives in English. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 3, n. 9, p. 331-391, summer 1978.

BRITO, Ana Maria Barros de. **A sintaxe das orações relativas em português**: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos. 1988. 437f. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1988.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lisboa: ed. Correio do Minho, 1991.

CABLE, Seth. **Free Relatives in Lingít and Haida: Evidence that the Mover Projects**, 2005. Disponível em: <<http://web.mit.edu/scable/www/work/papers/Tlingit-Haida-Free-Relatives.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

CAPONIGRO, Ivano. On the semantics of indefinite free relatives. In: KOPPEN, Marjo Van; VOS, de Mark (Ed.). **Proceedings of ConSOLE X**. Leiden: SOELE, 2001. p. 49-62.

\_\_\_\_\_. Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In: SAMIAN, Vida (Ed.). **Proceedings of the Western Conference on Linguistics 2000 (WECOL 2000)**. Fresno, CA: California State University, 2002. p. 140-150. Disponível em <[http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00\\_Paper.pdf](http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00_Paper.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Free Not to Ask: On the Semantics of Free Relatives and Wh-words Cross-linguistically.** 2003. 185f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2003. Disponível em: <[http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2003\\_dissertation\\_revised\\_7-13-05.pdf](http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2003_dissertation_revised_7-13-05.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. The semantic contribution of wh-words and type-shifts: evidence from free relatives crosslinguistically. 2008. (manuscrito que revisa o texto de 2004). Disponível em: <[http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2004\\_SALT%20XIV\\_revised%202008.pdf](http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2004_SALT%20XIV_revised%202008.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

CAPONIGRO, Ivano; PEARL, Lisa. Silent prepositions: evidence from free relatives. In: ASBURY, Anna et al. (Ed.). **The syntax and semantics of spatial P.** Amsterdam: Benjamins, 2008. p. 365-385. Disponível em: <[http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2008\\_Silent%20Ps\\_volume.pdf](http://idiom.ucsd.edu/~ivano/Papers/2008_Silent%20Ps_volume.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. The nominal nature of *where*, *when*, and *how*: evidence from free relative. **Linguistic Inquiry**, v.40, n.1, p.155-164, winter 2009. Disponível em: < <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/ling.2009.40.1.155>>. Acesso em: 16 out. 2011.

CARVALHO, Celso. Desafios e curiosidades. **Jornal do povo**, Rio Negrinho-SC, 18 maio 2012. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/dopovo/celso-carvalho-desafios-e-curiosidades/desafios-e-curiosidades-1.1093088>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

CARVALHO, Luiz de. Mulher é achada morta no lugar em que o marido foi assassinado. **Jornal O diário**, Maringá, 28 jul. 2012. Caderno Polícia, [online]. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/parana/noticia/588900/mulher-e-achada-morta-no-lugar-em-que-o-marido-foi-assassinado/>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CHOMSKY, Noam. On wh-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Ed.). **Formal Syntax.** New York: Academic Press, 1977. p.71-132.

\_\_\_\_\_. **Lectures and Government and Binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

\_\_\_\_\_. **Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **Barriers**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986.

CINQUE, Guglielmo. **Adverbs and universal hierarchy of functional projection**. To appear in Oxford University Press, 1997.

CITKO, Barbara. **Parallel merge and the syntax of free relatives**. 2000. 198f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Nova Iorque, Nova Iorque, 2000.

\_\_\_\_\_. On headed, headless and light-headed relatives. **Natural Language & Linguistic Theory**, v.22, n.1, p.95-126. 2004. Disponível em: <[http://www.springerlink.com/content/g1040423q42\\_n4852/](http://www.springerlink.com/content/g1040423q42_n4852/)>. Acesso em: 3 maio 2012.

COSENZA, Alexandre. Por quem torcer na final feminina? **Globoesporte.com**, online, 28 jan. 2011. Caderno Saque e voleio. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/platb/saqueevoleio/2011/01/28/por-quem-torcer-na-final-feminina/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CRUZ, Maria Clara Dias da; PARENTE, Maira Helena; SOUZA, Paulo Chagas de; FERNANDES, Thais. **Pesquisa em sociolinguística: mapeamento funcional do conectivo onde**. Trabalho apresentado como requisito parcial de avaliação da disciplina de Sociolinguística sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edair Gorski, 2005.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico**. Londrina: editora da UEL, 1997.

DIKKEN, Marcel den. **Specificational copular sentences and pseudoclefts**. 2005. (ms.)

DONATI, Caterina. Comparative clauses as free relatives: a raising analysis. **Probus**, n. 9, p. 145 - 66, 1997.

EDUARDO, Cléber. Estimulo à interdição do crítico – Filme: Cavalo de duas pernas (Asbe du-pa), de Samira Makhmalbaf (Irã, 2008). **Revista cinética**, Rio de Janeiro, set. 2007. Caderno Olhares. Disponível em: <<http://www.revistacinetica.com.br/cavalodeduas.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ENGDAHL, Elisabet. Parasitic gaps. **Linguistics and Philosophy**, Holland and Boston: Reidel Publishing, n.6, p.5-34, 1983. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~sag/Engdahl1983.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

FERREIRA, 2007. **Sobre a função e a forma de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expresso do português**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

FURLANETTO, Maria Marta. Os caminhos de *onde* no português do Brasil: instrumentos lingüísticos e deriva. **Revista Linguagem (em)Discurso**, Tubarão, v.4, n.2, p. 249-279, jan./jun. 2004.

GROOS; RIEMSDIJK, van. Matching Effects in Free Relatives: a Parameter of Core Grammar. In: BELLETII, A. Brandi; RIZZI, L. (Ed.). **Theory of Markedness in Generative Grammar**. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1981. p. 171-216.

GROSU, Alexander. Strange relatives at the interface of two millennia. **Glott International**, USA, v.6, n.6, p.145-167, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **A unified theory of ‘standard’ and ‘transparent’ free relatives**. 2003. (ms.)

\_\_\_\_\_. **The syntax-semantics of modal existential wh constructions**. 2004. p.419-449. Disponível em: <[http://www.tau.ac.il/~grosua/papers/Grosu\\_2004\\_Modal\\_Existential\\_wh\\_Constructions.pdf](http://www.tau.ac.il/~grosua/papers/Grosu_2004_Modal_Existential_wh_Constructions.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2012.>. Acesso em: 26 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **'Direct' versus 'indirect' approaches to Transparent Free Relatives**. 2007. (ms.)

GROSU, Alexander; LANDMAN, Fred. Strange relatives of the third kind. **Natural Languages Semantics**, Netherlands, n. 6, p. 125-170, 1998.

HABRICH, Isabel. Cães que latem pra companhia: como inibir esse comportamento? **Revista R7**, [online], 19 out. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/blogs/dr-pet/2011/10/19/caes-que-latem-pra-campainha-como-inibir-esse-comportamento/>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

HARBERT, Wayne. On the nature of the matching parameter. **The Linguistic Review**, v.2, n.3, p.237–284, 1983.

HINTERWIMMER, Stefan. Why Free Relatives Sometimes Behave as Indefinites. In: FRIEDMAN, T.; ITO, S. (Ed.). **XVIII SALT**. Ithaca, NY: Cornell University, 2008.

HIRSCHBÜHLER, Paul; RIVERO, Maria-Luisa. Remarks on free relatives and matching phenomena. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v.14, n.3, p.505-520, dez. 1983.

HOGOBOOM, Anya S. Lunden. Subject extraction out of free relatives in Norwegian. In: DAHL, Anne; BENTZEN, Kristine; SVENONIUS, Peter (Ed.). **19 Scandinavian Conference on Linguistics (19 SCL)**, Nordlyd: Tromso University, v.31, n.1, p.78–87, 2003. Disponível em <<http://sllund.people.wm.edu/Lundencv.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

IZVORSKI, Roumyana. (Non-)matching effects in free relatives and pro-Drop. In: EASTERN STATES CONFERENCE ON LINGUISTICS (19 SCOL), 19., 1995, Hanover. **Proceedings...** Hanover-EUA: Dartmouth College, 1996. p.89-102. Disponível em <<http://www-rcf.usc.edu/~pancheva/freerelatives.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2007.

\_\_\_\_\_. **Subject free relatives in null-subject languages: evidence from Slavic**. In: BROWNE, Wayles; DORNISCH, Ewa. 1997

\_\_\_\_\_. Non-indicative Wh-complements of possessive and existential predicates. In: TAMANJI, Pius N.; KUSUMOTO, Kiyomi (Ed.). **North-Eastern Linguistic Society (NELS 28)**. Massachusetts: University of Massachusetts, 1998. p. 159-173. Disponível em: <<http://www-rcf.usc.edu/~pancheva/nonindicative.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Free adjunct free relatives. In: WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTICS (WCCFL), 19., 2000, Los Angeles. **Proceedings...** University of California: Cascadilha Press, 2000. p. 232-245. Disponível em: <<http://www-bcf.usc.edu/~pancheva/wccfl19.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

KATO, Mary Aizawa et al. Construções com palavras-Q. In: KOCH, Ingedore Vilaça (Org.). **Gramática do português falado: desenvolvimentos**. 1. ed. Campinas: ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996. v.4, p. 303-368.

KATO, Mary Aizawa; NUNES, Jairo. **A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese**. UNICAMP e USP, 2006. (ms)

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: Nunes, J. (Org.). **Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 2009, p.76-98. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/jmnunes/Chapter%205%20-%20Kato%20%26%20Nunes.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

KATO, Mary Aizawa; RIBEIRO, I. A evolução das estruturas clivadas no português brasileiro. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. v. 6: A experiência dos grupos de estudo. Salvador: EDUFBA, 2007, v.Tomo I, p. 165-182.

KAYNE, R. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.

KIM, Jong-Bok. English Transparent Free Relatives: Interactions between the Lexicon and Constructions. **English Language and Linguistics**, v.17, n.2, p.153-181, jan. 2011. Disponível em: <<http://web.khu.ac.kr/~jongbok/research/final-papers/2010-final/transfr-preprint.pdf>>. Acesso em 1 ago. 2012.

KONDRASHOVA, Natasha; ZEC, Draga (Ed.). **Formal Approaches to Slavic Linguistics**: The Cornell Meeting. Michigan: Michigan Slavic Publications, 1997. p. 267-288. Disponível em <<http://www-rcf.usc.edu/~pancheva/slavic-fr.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2007.

LARSON, Richard K. “Missing prepositions” and the analysis of English free relative clauses. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v.18, n.2, p.239-266, primavera 1987.

LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana Stella. **As Sentenças Relativas em Português Brasileiro: Aspectos Sintáticos e Fatos de Aquisição**. 2008. 197f. Doutorado (Tese em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LEUNG, Tommi Tsz-Cheung. Free relatives and the implication on cyclic derivation. In: CHOI, K.; YIM, C. (Ed.). **7 Seoul International Conference on Generative Grammar (SICOGG7)**. Konkuk University, Seoul - Korea: KGGC, 2005. p. 265-284. Disponível em <<http://www-scf.usc.edu/~tszcheul/SICOGG7-Leung-free-relatives.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2007.

MARCHESAN, Ani Carla. **As relativas livres em português brasileiro e os Requerimentos de Compatibilidade**. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/12351>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Debatendo o texto de Paulo Medeiros Jr. “Problemas de efeitos de compatibilidade em relativas livres”. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO TEORIA DA GRAMÁTICA/GTTG – ANPOLL, 2011. Universidade Federal de Alagoas. 2011. (ms.)

MARCHESAN, Ani Carla; MIOTO, Carlos. Relativas Livres. In: BISPO, Edvaldo Balduino; OLIVEIRA, Mariangela Rios de. **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. (no prelo)

MARCHESAN, Ani Carla; MIOTO, Carlos. **As relativas livres infinitivas no português brasileiro**. (ms.)

MEDEIROS JUNIOR, Paulo. **Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Problemas de efeitos de compatibilidade em relativas livres. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO TEORIA DA

GRAMÁTICA/GTTG – ANPOLL, 2011. Universidade Federal de Alagoas. 2011. (ms.)

MIOTO, Carlos. As interrogativas no português brasileiro e o critério WH. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 19-33, junho 1994.

MODESTO, Marcelo. **As construções clivadas no português do Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2000.

MÓIA, Telmo. **A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português**. 1992. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

\_\_\_\_\_. Sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português. In: GONÇALVES, A. et al. **Quatro estudos em sintaxe do português**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

\_\_\_\_\_. Aspectos sintático-semânticos das orações relativas com *como* e *quando*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, XVI., 2001, Lisboa. **Anais...** Lisboa: APL, 2001. p. 349-361.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. As relativas livres no PB: efeito de conformidade categorial. In: ESTUDOS LINGUÍSTICOS, SEMINÁRIO DO GEL, XXIII., 1994, Ribeirão Preto. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 1994. v.2. p.1036-1284.

OLIVEIRA, Leonor de Araújo Bezerra. A trajetória de Gramaticalização do *onde*. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado. **Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista**. Natal: UFRN, 2000.

PASCOAL, Carol; MORSELLI, Meriane. Ziriguidum paulistano. **Veja São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2012. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/especiais/ziriguidum-paulistano>>. Acesso em: 10 maio 2012.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Os caminhos do ‘onde’: uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, Loni Grimm; GOSKI, Edair (Org.). **Linguística e Ensino: reflexões**



para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Insular, 1999.

PIRES, Marcos Eroni; EUZÉBIO, Michelle Donizeth; POSSENTI, Thays Aparecida; VOLPATO, Paula. **Mecanismos de oposição e o relativo onde**. Trabalho apresentado como requisito parcial de avaliação da disciplina de Sintaxe Funcional II sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Edair Gorski, 2005, 20p.

PRESTES, Cindy Mery Gavioli. Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

REBUSCHI, Georges. **Semi-free relatives clauses and the DP-hypothesis**: basque evidence and theoretical consequences. ms. 6 fev. 2006. Disponível em: <[http://artxiker.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/80/41/PDF/SemiFreeRelatives\\_DPH.pdf](http://artxiker.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/80/41/PDF/SemiFreeRelatives_DPH.pdf)> . Acesso em: 1 fev. 2012.

RIEMSDIJK, Henk van. Free Relatives. SynCom (Syntax Companion, an (electronic) encyclopaedia of syntactic case studies) case 44. **LingComp Foundation**, p. 1-53, ago. 2000.

RIVERO, Maria-Luisa. Quirky subjects, person restrictions, and the person-case- constraint. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 35, p. 494–502, 2004.

ROORYCK, Johan. Generalized transformations and the Wh-cycle: free relatives as bare Wh-CPs. In: ZWART, Jan-Wouter. **Minimalism and Kayne's Asymmetry Hypothesis**. Groningen arbeiten zur germanistischen linguistik (GAGL), University of Groningen: ed. Germanistisch Instituut, v. 37, p.195-208, 1994. Disponível em: <<http://gagl.eldoc.ub.rug.nl/FILES/root/1994-37/10/GAGL-37-1994-10.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ROSS, John Robert. **Constraints on variables in syntax**. 1967. 500f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1967.

SCHELFHOUT, Carla R.M.; COPPEN, Peter-Arno J.M.; OOSTDIJK, Nelleke H.J. Transparent Free Relatives. In.: BLAHO, S.; VICENTE, L.; DE VOS, M. (Ed.). **Proceedings of CONSOLE**, XII., 2004. Disponível em: <[www.sole.leidenuniv.nl/content\\_docs/Console/XII2003pdfs/schelfhout-2003.pdf](http://www.sole.leidenuniv.nl/content_docs/Console/XII2003pdfs/schelfhout-2003.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2012.

SOARES, Sônia Rita. Construções de tópico no português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 32, 2003. Não paginado. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci227.htm>>. Acesso em: 11 maio 2007.

SPORTICHE, Dominique. **NP movement**: how to merge and move in tough-constructions. mar. 2006. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/000258>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

SUÑER, 1984

SUÑER, Marguerita. Free relatives and the matching parameter. **The Linguistic Review**. v.3, n.4, p.363–387, 1984.

TONIN, Neylor. Fazer ascese por amor. **Jornal Franciscanos**, São Paulo, 10 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.franciscanos.org.br/carisma/freineylor/marco\\_artigo.php](http://www.franciscanos.org.br/carisma/freineylor/marco_artigo.php)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

VOGEL, Ralf. Towards an optimal typology of the free relative construction. In: GROSU, Alex (Ed.). **IATL8**: Papers from the 16th Annual Conference and from the Research Workshop of the Israel Science Foundation “The Syntax and Semantics of Relative Clause Constructions”. Israel: Tel Aviv University, 2001. p.107-119. Disponível em <[www.ling.uni-potsdam.de/~rvogel/frelytypo.pdf](http://www.ling.uni-potsdam.de/~rvogel/frelytypo.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Free relative constructions in OT syntax. **Linguistische Berichte**, Hamburg: Helmut Buske Verlag, v.11, p.119-162, 2002. Disponível em <<http://roa.rutgers.edu/files/441-0601/441-0601-VOGEL-0-1.PDF>>. Acesso em: 11 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Counting Markedness. A corpus investigation on German Free Relative Constructions. In: FISCHER, Susann; VIJVER, Ruben van de; VOGEL, Ralf (Ed.). Experimental Studies in Linguistics 1, **Linguistics in Potsdam**, n.21, p.105-122, 2003. Disponível em:

<<http://www.ling.uni-potsdam.de/lip/21/LIP21-6vogzug.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

VRIES, Mark de. **The Syntax of Relativization**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Netherlands Graduate School of Linguistics: LOT, 2002. 477p.

YOO, Eung-Jung. Transparent free relatives in English. In: HPSG08 CONFERENCE, 2005, Japão. **Proceedings...** Japão: Seoul National University, 2008. Disponível em: <<http://csli-publications.stanford.edu/>>. Acesso em: 28 jul. 2012.